



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Centro de Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais**

Wellington da Silva Conceição

**Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos
condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2016

Wellington da Silva Conceição

Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro



Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Márcia da Silva Pereira Leite

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Neiva Vieira da Cunha

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

C744 Conceição, Wellington da Silva.

Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro/ Wellington da Silva Conceição. – 2016.

280 f.

Orientador: Márcia da Silva Pereira Leite.

Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais.

Bibliografia.

1. Conjuntos habitacionais – Rio de Janeiro (RJ) – Aspectos sociais – Teses. I. Leite, Márcia Pereira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.334.54

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Wellington da Silva Conceição

Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 07 de abril de 2016.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Márcia da Silva Pereira Leite (Orientadora)
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Dra. Neiva Vieira da Cunha (Coorientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dra. Lia de Mattos Rocha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof. Dr. Edson Miagusko
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Maíra Machado Martins
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2016

DEDICATÓRIA

Aos artífices da minha trajetória educacional, meu pai Sinezio (in memorian) e minha mãe Erli, por todo o esforço e carinho dedicados à minha criação e educação.

À Luciana e Clara, por todos os dias me darem motivos e mais motivos para sorrir.

Muito obrigado por tudo!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo!

Ao meu irmão Wallace, companheiro de sempre, e a todos os familiares e amigos, por me apoiarem ao longo da minha vida em tudo que fiz e faço.

À minha orientadora Márcia Pereira Leite, pela acolhida no PPCIS, por toda atenção dispensada, pelas parcerias firmadas e por todo conhecimento compartilhado. Gostaria de registrar o quanto eu a admiro, não só pelo seu brilhantismo na qualidade de pesquisadora e professora, mas principalmente pela sua humanidade, que transborda nas suas lutas políticas, nas suas produções científicas e nas relações firmadas com seus orientandos. Obrigado por tudo!

À minha também orientadora Neiva Vieira da Cunha. A você preciso agradecer por dez anos de uma parceria, que começou na graduação, estendeu-se pelo mestrado e culmina no doutorado. Agradeço pela generosidade que tem para com seus alunos, virtude essa que me proporcionou muitas oportunidades de crescimento e aprendizado. Em tudo de bom que faço como professor e pesquisador existe grande influência das coisas que aprendi com você. Agradeço também pela amizade generosamente dispensada e pelos muitos trabalhos conjuntos no decorrer desses anos. Registro aqui a gratidão que tem o tamanho de uma década.

Aos professores doutores que compõe a banca avaliadora: Lia Rocha, Edson Miagusko, Mariana Cavalcanti e Maíra Machado-Martins. Gostaria, primeiramente, de registrar o orgulho que sinto em ser avaliado por um grupo de intelectuais tão prestigiados e de tal forma inserido nas discussões da antropologia e da sociologia urbana. Grandes pesquisadores com quem tive a oportunidade de conviver e aprender muito nesses últimos anos, seja em disciplinas, conversas, seminários e até em trabalhos conjuntos. Agradeço pela pronta disponibilidade em ajudar no desenvolvimento dessa pesquisa.

Às amigas Mônica Barcelos e Débora Bento, pela participação mais do que especial nessa empreitada. Agradeço o carinho, as conversas, as dicas e os papos nesses anos de convivência. Nunca conseguirei expressar o tamanho da minha gratidão.

Aos moradores do Moradia 6 e do Condomínio Esperança, pelas experiências de observação, pela disponibilidade em ouvir e falar e pelas oportunidades de aprendizado. Vocês deram vida ao texto que compõe esta tese. Agradeço a paciência para colaborar com esse pesquisador.

Aos professores inesquecíveis da minha trajetória acadêmica: Felipe Berocan, Edson Borges, Gabriella Scotto, Alexandre Castro, Liliane Leroux, Patrícia Birman, Luiz Antônio Machado da Silva, Marco Antonio da Silva Mello e Lícia Valladares. Obrigado a todos pelos ensinamentos, trocas, conselhos e risadas que partilhamos dentro e fora de sala. Que muitos alunos possam desfrutar dessas convivências marcantes que vocês me ofereceram.

Aos colegas pesquisadores dos grupos pelos quais passei e muito aprendi: o Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro – IFCS/UFRJ) – a minha primeira casa –, O Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade (CEVIS- IESP/UERJ), o CIDADES (UERJ) e o Grupo Casa (IESP/UERJ). Um agradecimento especial aos colegas aos quais, assim como eu, ocuparam-se de estudar os condomínios populares e que, nas reuniões do Grupo Casa, ajudaram-me a desenvolver esse trabalho com suas informações e críticas: Eugênia Motta, Paulo Magalhães, Dafne Velasco, Marcella Carvalho, Danielle Guedes, Heloísa Lobo e Bruno Coutinho.

Aos professores/pesquisadores Luiz Antônio Machado da Silva, Jussara Freire, Gabriel Noel e Natalia Bermudez, coordenadores do GT “Moralidades em las ciudades de la Periferia” (RAM/CAAS), por terem me acolhido nesse rico espaço de discussão e pelas sugestões e contribuições que enriqueceram esse trabalho.

A todos os colegas do mestrado e doutorado com quem convivi no PPCIS nesses quatro anos, em especial, Monique Carvalho, Pricila Loretti, Edilaine (Didi) Quintanilha, Marília Losch, Heloísa Lobo, Carlos Souza, Natânia Lopes, Frank Davies, Raquel Carricone, Alexander Magalhães, Clemir Fernandes, Sérgio, Márcia Menezes, Bianca de Vaconcellos, Victor D’Olive, Amanda Gomes, Beatriz Brandão, Camila Pierobon, Adriana Fernandes e Luiz Carlos. Valeu a parceria! Torço por todos vocês.

A todos os docentes, técnicos e terceirizados do Campus de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins. Na pessoa de sua diretora, a Professora Doutora Francisca Rodrigues, agradeço cada um de vocês pelo trabalho conjunto. Dedico um agradecimento especial aos professores que compõem o colegiado do curso de licenciatura em Ciências Sociais, com quem venho construindo, coletivamente, um projeto singular: João Batista, Karina Almeida, Marcelo Brice, Bruno Hammes, Luciene Reis, Paula Marcela França, Paulo Emílio Douglas, Liza Brasília e Rafael Noletto. Não quero esquecer dos professores dos outros cursos que tanto acrescentaram à minha vida neste último ano, com sua amizade e seu conhecimento: Marco Aurélio, Juliana Ipólito, Aline Campos, Joedson Brito, Andrey Patrick, Fábio Pessoa, Mário Borges, Felipe Granjeiro, Leon de Paula, Rosa Gubert e Cássia Miranda.

Agradeço ainda aos seus companheiros e companheiras, pela participação intensa na minha vida e na de minha família: Fernanda Brito, Berenice, Fernanda Florêncio, Cris e Emanuel.

Aos discentes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Tocantins agradeço pelo carinho, amizade, paciência e confiança. Agradeço ainda pela forma apaixonada com que experimentam a sua formação. Com certeza, trarão novas e interessantes perspectivas para a antropologia, ciência política e sociologia.

Aos discentes de pedagogia, geografia e matemática da UERJ FEBF, com quem estive nos anos de 2013 e 2014 como professor substituto: obrigado por cada amizade mantida e pela permanente torcida e carinho manifestado. Vocês são incríveis. Aproveito o ensejo para agradecer também os colegas professores e técnicos da FEBF, com quem tive a honra de trabalhar, especialmente Mauro Amoroso, Jéssica Coelho, Mário Brum, Maria da Conceição, Pedro Leite e Beatriz Polo. Desejo, aos que ficaram, força e coragem pra manter em pé esse patrimônio intelectual e humano que é a UERJ (#UERJresiste).

Agradeço aqueles amigos e amigas que generosamente ajudaram a construir as páginas escritas nessa tese. À Indiara Silveira e Angélica Bauer, que transcreveram as entrevistas e demais registros de áudio utilizados. A André Luiz Bezerra que colaborou com sua arte para ilustrar algumas dessas páginas. À Beatriz Brandão e Maylta dos Anjos, pela leitura atenta e generosas contribuições. Às minhas revisoras e tradutoras: Caroline Soares (revisão formal do texto pelas normas da ABNT), Lívia Marinho (revisão de língua portuguesa), Margarete Santos e Daniela Fi (tradução do resumo para o Francês e o Inglês).

Aos colegas professores, técnicos e alunos dos colégios pelos quais passei: República de Guiné Bissau (Cidade Alta), José de Souza Marques (Braz de Pina) e Bezerra de Menezes (Duque de Caxias). Valeu por todo o apoio e carinho.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram com o meu caminho até aqui. Serei grato por todo o sempre.

A Capes, pelo financiamento da pesquisa.

Gente simples,
Fazendo coisas pequenas,
Em lugares não tão importantes,
Consegue feitos extraordinários.

Provérbio Africano

RESUMO

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e PMCMV no Rio de Janeiro*. 2016. 280f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

O presente trabalho traz os resultados de uma investigação sobre os *condomínios populares* – conjuntos habitacionais construídos pelo PAC e pelo PMCMV na última década para reassentar pessoas que moravam em áreas desapropriadas em favor de intervenções urbanas ou por se constituírem área de risco. Essas moradias são percebidas por esse pesquisador não só como uma nova forma de política habitacional mas também como um novo dispositivo disciplinador dos pobres urbanos e, de modo particular, dos favelados (principalmente nos casos da capital carioca). Sua prática de controle e regulação dos comportamentos, pautada pela lógica condominial (manifesta tanto na forma física quanto na organização social) se insere como uma nova etapa de um projeto de *gestão governamental* da população pobre que perdura por mais de um século na cidade do Rio de Janeiro e que já foi protagonizada por outros projetos de moradia também com caráter disciplinador-civilizatório como os parques proletários, a Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais da era COHAB-GB/CHISAM. No atual contexto social e histórico da cidade do Rio de Janeiro, em que as favelas são percebidas como uma ameaça à sua segurança e à sua imagem, tais práticas disciplinadoras (presentes tanto na realocação como na adaptação dos “ex-favelados” aos condomínios) participam de um processo maior de controle da população pobre, presente também em outras iniciativas como as intervenções do PAC e do Morar Carioca nas favelas e a política de segurança realizada por meio das UPPs. Para além do projeto estatal, identificamos também, entre os moradores, *projetos* coletivos e individuais que se apresentam como formas de resistência. Esses *projetos* partem da morfologia do condomínio ou do jogo identitário traçado entre as possíveis classificações do espaço (favela, condomínio ou comunidade), sendo o principal deles o *projeto de limpeza moral*, presente em práticas como o reenderamento do estigma e a personalização das regras. A principal metodologia utilizada nessa pesquisa foi o trabalho de campo, de caráter etnográfico, apoiado principalmente na observação direta e na realização de entrevistas aprofundadas. Tem como campo principal um condomínio popular de duzentos e noventa e um apartamentos na Zona Norte do Rio de Janeiro, que chamo, nesse texto, de Condomínio Esperança. Com relação à discussão teórica aqui desenvolvida, tomou-se como principal referência alguns dos trabalhos de Michel Foucault e Nobeit Elias, que tratam sobre dispositivos disciplinares, gestão de populações e processos civilizatórios.

Palavras-chave: Favela. Condomínio. Disciplinarização. Gestão de populações. Resistências. Limpeza moral

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *My house, your rules, my projects: management, discipline and forms of resistance in PAC and PMCMV affordable housing developments in Rio de Janeiro*. 2016. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This dissertation presents the results of an investigation into affordable housing developments built by the federal programs PAC and MCMV during the last decade, in order to resettle people living in areas expropriated in favor of urban interventions or that were considered as "risk areas". This research explores how these housing developments can be perceived not only as a new form of housing policy but also as a new disciplining device of the urban poor, particularly of slum dwellers (*favelados*) in the case of the city of Rio de Janeiro. This practice of behavioral control and regulation, guided by a condominium logic (revealed both by its physical structure and social organization) reveals a new stage of management of the poor that lasts for more than a century in Rio de Janeiro, and has already been carried out by other disciplinarian-civilizing housing projects as the *parques proletários*, *Cruzada São Sebastião*, and housing projects built during the era of the Guanabara State Popular Housing Company (COHAB-GB) and the Popular Housing Coordination of Rio Metropolitan Area (CHISAM). In the present social and historical context of the city of Rio de Janeiro, as slums are perceived as a threat to its security and image, such disciplinary practices that take part both in the relocation and the adaptation of former slum dwellers to condominiums can be seen as a part of a larger process of control of the poor, which is also present in other initiatives such as PAC and *Morar Carioca* interventions and in the security policy held by the UPP. In addition to the state project, there can also be identified collective and individual *projects* among residents that create forms of resistance. These *projects* take from the morphology of the condo and from the identity created through the various possible classifications of the space - slum (*favela*), condominium and community - the main one being the *moral cleansing project*. The main methodology used in this research was the ethnographic fieldwork, mainly supported by active observation and the conduction of in-depth interviews, which were particularly undertaken in a two hundred ninety-one units popular condo located in the north zone of Rio de Janeiro, here referred as "Condominium Hope". The theoretical discussion takes as main references some of Michel Foucault and Norbert Elias' work, that deal with disciplinary devices, population management and civilizing processes.

Keywords: *Favela*. Condominium. Population Management. Resistances. Moral Cleansing.

RÉSUMÉ

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. Ma maison, vos règles, mes projets: gestion, discipline et résistances dans les condominiums populaires PAC et PMCMV à Rio de Janeiro. 2016. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Ce travail présente les résultats d'une enquête sur les condominiums populaires – ensemble de logements construits par le PAC et MCMV dans la dernière décennie pour réinstaller les personnes qui habitaient dans des zones expropriées en faveur d'interventions urbaines ou pour être conçus comme une zone à risque. Ces habitations sont perçues par le chercheur non seulement comme une nouvelle forme de politique du logement, mais aussi comme un nouveau dispositif de discipline des pauvres en milieu urbain et, en particulier, des habitants des *favelas* (surtout dans les cas de la capitale de Rio). Sa pratique de contrôle et de régulation du comportement, guidé par une logique de copropriété (qui se manifeste à la fois dans la forme physique et dans l'organisation sociale) est inséré comme une nouvelle étape d'un projet de gestion du gouvernement des populations pauvres qui dure plus d'un siècle à Rio de Janeiro et qui a été réalisé par d'autres projets de logement aussi de caractère disciplinaire-civilisateur comme les parcs prolétaires, la Cruzada São Sebastião et l'ensemble de logements de l'ère COHAB-GB / CHISAM. Dans l'actuel contexte social et historique de la ville de Rio de Janeiro, où les favelas sont perçus comme une menace pour sa sécurité et son image, de telles pratiques disciplinaires (présents à la fois dans la délocalisation comme l'adaptation des «ex-favelados» aux condominiums) font partie d'un plus grand processus de contrôle des pauvres, également présent dans d'autres initiatives telles que les interventions du PAC et du Morar Carioca dans les favelas et la politique de sécurité réalisé par l'UPP. En plus du projet de l'Etat, nous avons également identifié parmi les résidents, des projets collectifs et individuels qui se présentent comme des formes de résistance. Ces projets commencent à partir de la morphologie du condominium ou du jeu d'identité établie entre les possibles classifications de l'espace (favela, condominiums ou communauté), où le principal est le projet de propriété morale, présent dans des pratiques telles que la réorientation de la stigmatisation et la personnalisation de règles. La principale méthodologie utilisée dans ce travail était la recherche sur le terrain, de caractère ethnographique, soutenu principalement sur l'observation active et dans la réalisation d'entretiens plus profonds. Son principal domaine est un condominium populaire de deux cent quatre-vingt onze appartements dans la Zona Norte de Rio de Janeiro, que j'appelle dans ce travail de Condomínio Esperança. En ce qui concerne la discussion théorique ici développée, il a été pris comme référence principale une partie du travail de Michel Foucault et Norbert Elias, qui traitent des dispositifs disciplinaires, de la gestion des populations et des processus civilisateurs.

Mots-clés: Favela. Condominium. Discipliner. Gestion des populations. Résistances. Propriété morale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Desenho da guarita e entrada do Condomínio Esperança.....	34
Figura 2 –	Planta baixa do apartamento.....	40
Figura 3 –	Planta baixa do apartamento (para fim de identificação da instalação hidráulica).....	41
Figura 4 –	Entrada de um dos blocos do condomínio Esperança.....	45
Figura 5 –	Conjunto de regras destinadas aos moradores dos parques proletários.....	95
Figura 6 –	Visão frontal de um dos edifícios do condomínio Esperança (desenho).....	153
Figura 7 –	Foto de Janela de morador que vende produtos de limpeza.....	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	–	Ação Comunitária do Brasil
BID	–	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	–	Banco Nacional de Habitação
CHISAM	–	Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio
COHAB-GB	–	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
COTS	–	Caderno de Orientação Técnico Social
EGP-Rio	–	Subsecretaria Adjunta de Gerenciamento de Projetos
EMOP	-	Empresa de Obras públicas
FIOCRUZ	–	Fundação Oswaldo Cruz
FGTS	–	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FLXIII	–	Fundação Leão XIII
GPAE	–	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
IPEG	–	Instituto de Previdência da Guanabara
IPP	–	Instituto Pereira Passos
MCMV	–	Minha casa minha vida
PAC	–	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC 2	–	Programa de Aceleração do Crescimento – segunda etapa
PMCMV	–	Programa Minha casa minha vida
PPC	–	Posto de Policiamento Comunitário
RGI	–	Registro Geral de Imóveis
UPA	–	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	–	Unidade de Polícia Pacificadora
SEASDH	–	Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos
STJ	–	Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	OUTRAS MORADIAS, OUTROS CAMPOS: O THAUMA, A NOVA CASA E O SUJEITO EM MUDANÇA	29
1.1	Encontrando a pesquisa ou sendo encontrado por ela?	32
1.1.1	<u>Primeiras impressões sobre o campo</u>	35
1.1.2	<u>Compreendendo o objeto. estruturando uma pesquisa</u>	40
1.2	Estrangeiro ou mais um como eles? Pensando a minha subjetividade e o ingresso no campo	48
1.2.1	<u>Subjetividade e múltiplas pertencas ao campo</u>	49
1.2.2	<u>Algo entre o Xamã e o Herói: a condição de “nativo” da Cidade Alta e o ingresso no novo campo</u>	54
1.3	A mudança para o apartamento e seus ritos	56
1.3.1	<u>O trabalho social de remoção e os cursos de integração</u>	57
1.3.2	<u>A inauguração</u>	59
1.3.3	<u>O ingresso no condomínio e na unidade habitacional</u>	65
1.4	O campo e a sua condição mutante	71
2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MORADIA PARA AS CLASSES POPULARES: SOBRE PROJETOS DE CONTROLE E/OU GESTÃO DOS POBRES	74
2.1	Sobre os pressupostos teóricos da pesquisa: Foucault e Elias	74
2.1.1	<u>Disciplina, biopolítica e gestão populacional: Michel Foucault</u>	75
2.1.2	<u>Processo, civilização e sobrevivência: Nobert Elias</u>	81
2.2	Mudando de lugar	86
2.3	Do desamparo à realocação: a inserção da moradia popular no projeto governamental	89
2.4	Mude de casa para mudar de vida: os projetos de realocação e remoção de favelados	92
2.4.1	<u>Higienizando os pobres: os parques proletários</u>	93
2.4.2	<u>Cristãos e civilizados: a cruzada são Sebastião</u>	100
2.4.3	<u>Disciplinados pela boa forma urbana: os conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM</u>	107
2.4.4	<u>O espaço, o registro, o controle: o novo homem</u>	118
3	REMOÇÃO, CONSTRUÇÃO E PACIFICAÇÃO: OS NOVOS RUMOS DA GESTÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	121

3.1	Novos rumos na gestão das favelas?	121
3.2	O estigma permanece? Os conflitos favela versus cidade nas duas últimas décadas	123
3.3	Por que um novo projeto de gestão da população pobre? A (re)estruturação política da cidade	129
3.3.1	<u>Os caminhos internacionais da cidade: o Rio como uma “cidade global” e uma “cidade mercadoria”</u>	130
3.3.2	<u>Rio: uma cidade para sediar megaeventos</u>	133
3.3.3	<u>Rio: uma cidade PACificada?</u>	135
3.3.3.1	As Unidades de Polícia Pacificadora - UPPs	132
3.3.3.2	O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha casa minha vida (PMCMV) - As transformações dos espaços populares e a habitação social na gestão da cida.....	136
3.3.3.2.1	O Programa de aceleração do Crescimento (PAC)	136
3.3.3.2.2	O Programa Minha casa minha vida (PMCMV)	141
3.3.4	<u>O processo de PACificação</u>	152
4	CONDOMÍNIOS E CONDOMÍNIOS POPULARES: SOBRE SEUS USOS E REPRESENTAÇÕES POR PARTE DO ESTADO	157
4.1	Por que condomínios populares? A construção da categoria analítica	158
4.2	O que é um condomínio?	161
4.2.1	<u>Ferreira dos Santos e os condomínios exclusivos</u>	161
4.2.2	<u>Teresa Caldeira e os enclaves fortificados</u>	164
4.2.3	<u>Cristina Patriota Moura e os condomínios horizontais</u>	167
4.2.4	<u>Maíra Machado-Martins e os “condomínios populares” da Avenida Brasil</u>	168
4.3	Os condomínios populares do PAC/MCMV: suas representações e seus usos por parte do Estado	171
4.3.1	<u>Os encontros de integração: para transformar regras em valores</u>	172
4.3.2	<u>A primeira fase dos encontros de integração</u>	175
4.3.3	<u>Uma “etnografia da ausência”: a experiência junto ao MCMV de Serra Serena</u> ...	177
4.3.4	<u>“Bom pobre”, “mau pobre”: o Estado e a classificação dual da pobreza</u>	182
4.3.5	<u>Encontros de integração: uma análise do material didático</u>	186
4.3.6	<u>A segunda fase dos encontros de integração: regimentos, participação e moralização dos costumes</u>	188
4.3.7	<u>“Ninguém é chique se não for civilizado” (KALIL, 2007, p. 5)</u>	195

4.4	Longe dos objetivos esperados? As avaliações sobre o MCMV no Rio de Janeiro e no Brasil	199
5	“SOSSEGA, MOLEQUE, AGORA VOCÊ MORA EM CONDOMÍNIO”: LIMPEZA MORAL, JOGOS IDENTITÁRIOS E A ADAPTAÇÃO PERSONALIZADA ÀS REGRAS COMO FORMAS DE (RE)CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO	205
5.1	“Aqui é condomínio”: a nova moradia como dispositivo de limpeza moral ..	206
5.1.1	<u>A limpeza moral nas favelas e em outras formas de habitação popular</u>	207
5.1.2	<u>Os condomínios populares e a limpeza moral</u>	211
5.1.2.1	A fusão entre a identidade do espaço e a bibliografia do sujeito	206
5.1.2.2	A estética da distinção	210
5.1.2.3	O Reendereço do estigma	214
5.2	Favela, comunidade ou condomínio? Sobre um lugar e suas possíveis identidades	230
5.2.1	<u>“Aqui não é favela, mesmo que pareça”:</u> sobre os símbolos de um processo de <u>favelização</u>	232
5.2.1.1	A "desordem"	227
5.2.1.2	O tráfico de drogas	232
5.2.1.3	O baile funk ou o "pagode dos predinhos"	234
5.2.2	<u>“Aqui é comunidade”:</u> Os projetos sociais e a capitalização de novos recursos <u>econômicos e políticos</u>	244
5.3	“Na favela era bom melhor” : as insatisfações em torno do condomínio	253
	CONCLUSÃO	259
	REFERÊNCIAS	268

INTRODUÇÃO

Não são poucos os estudos em sociologia e antropologia urbana que tomam os espaços de moradias populares como objeto de pesquisa. Certamente, mais do que um tema interessante e um fenômeno social relevante, tal destaque, no meio acadêmico, deva-se à versatilidade desse objeto/questão de pesquisa: por meio dele, por exemplo, podemos refletir sobre temas sociológicos clássicos como a desigualdade social (KOWARICK, 2009) e a luta de classes (LEEDS e LEEDS [1978], BONDUKI e ROLINK [1982]). Podemos pensar a relação do Estado com esses territórios, seja por um projeto de disciplinarização e controle (CAVALCANTI, 2013), por uma biopolítica de gestão das populações (LEITE, 2015), por meio da produção de margens (DAS e POOLE, 2004), pela perspectiva do direito (MAGALHÃES [2012] e GONÇALVES [2013]) ou pelas representações desses espaços que os agentes estatais apresentam em suas propostas de políticas públicas, especialmente as de política habitacional (FELTRAN [2014], VALLADARES [1980], BRUM [2012]). Podemos partir da morfologia desses espaços e de seus impactos para investigar as dinâmicas de interação com os demais lugares e moradores das cidades (MELLO e VOGEL, 1981 e 1983). Podemos ainda desenvolver essa questão a partir dos seus moradores, seja por meio da análise da sua agência política (MACHADO DA SILVA [2009], AMOROSO [2011]), da sua organização e luta em movimentos sociais (MIAGUSKO, 2008), das possibilidades e das barreiras no exercício da cidadania (BURGOS [2004 e 2005], FLEURY e OST [2013]), das suas interações com as forças repressivas do Estado (CUNHA [2004]; CUNHA e MELLO [2011]; LEITE [2015], CARVALHO [2013]), das formas construídas de desfiliação do *stigma* e dos preconceitos remetidos à sua posição na cidade (ROCHA [2013, 2015], BRUM [2012], CALDEIRA [1984]), das experiências de “viração” (RIZEK, 2006), da confecção e administração das mercadorias políticas (MISSE, 2007), dos usos e relações com os diferentes repertórios de justiça (FELTRAN [2010], MACHADO DA SILVA [2004]) e também dos ilegalismos (TELLES, 2010).

Por mais que sejam muitas as pesquisas e trabalhos relevantes desenvolvidos nesse campo do saber, a dinamicidade dos territórios populares como objeto de investigação científica sempre abre possibilidades de produções originais e significativas. Esta tese procura dar mais uma contribuição para esse rico debate teórico.

A presente pesquisa traz uma análise sociotropológica – a partir de uma investigação de campo – sobre alguns *condomínios populares* construídos pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC) e pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) no Rio de Janeiro. Esses condomínios são direcionados a um público específico: ex-favelados¹ que receberam o apartamento como medida compensatória após perderem suas casas por conta de desastres naturais (como as chuvas) ou para dar espaço à construção de um novo equipamento público na favela em que moravam.

Entre as possíveis leituras que eu poderia fazer dessa realidade a qual resolvi pesquisar, a que mais me chamou a atenção foi a relevância socioantropológica da morfologia do condomínio sobre essas moradias e as rotinas constituídas ali – e essa é a questão central da pesquisa registrada nas páginas desta tese. Resolvi chamá-los de *condomínios populares*²: pois apesar de serem juridicamente condomínios, como aqueles direcionados às elites que se multiplicam no Rio de Janeiro desde a década de 1960, têm um cotidiano marcado pela origem popular/favelada de seus moradores, que se manifesta tanto nas suas práticas cotidianas quanto nas suas interações com outros agentes da cidade, inclusive o próprio Estado.

Vale dizer que o formato condomínio se insere nessas políticas públicas de moradia como forma de economia de gastos das construtoras, mas no caso do Rio de Janeiro, ele passa a ser utilizado pelo Estado como um dispositivo de *gestão*, controle e disciplinarização dos pobres urbanos, como aconteceu em outros projetos de moradia popular (como os parques proletários, a Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais construídos e administrado pela COHAB-GB/CHISAM³).

Técnicas de controle dos pobres urbanos estiveram sempre presentes nesses mais de 100 anos de existência das favelas. Por meio de projetos de *gestão populacional* (FOUCAULT, 2008b), ora marcados pela disciplinarização ora pelo redimensionamento dos seus fluxos na cidade, o Estado sempre endereçou aos favelados algumas políticas de controle que os tornassem menos “perigosos” e mais úteis. Suas representações, ativadas, por meio do *estigma*, sempre deram a essas populações um lugar subalterno, marcado por constante desconfiança e culpabilização moral.

¹ Utilizarei a categoria favelado e suas variações (como ex-favelados) sem qualquer tipo de marcação. Reconheço a sua condição afirmativa para indicar a pertença e a moradia em determinados territórios da cidade. Para o uso dessa categoria (e suas variações) como forma de acusação, ela será utilizada entre aspas.

² Os usos dessa categoria serão detalhados no quarto capítulo desta tese.

³COHAB-GB: Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara. CHISAM: Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio. O histórico dessas instituições e seu papel nas políticas de habitação social serão apresentados no segundo capítulo.

Falando em *estigma*, esse talvez seja o maior dos problemas quando falamos da relação dos favelados com o Estado e com os demais moradores da cidade. Vale dizer, ao trabalhar com essa categoria (que aparecerá muitas vezes no decorrer do texto), refiro-me aos usos que Erving Goffman (1982) faz dela. Segundo o autor, o termo foi criado na Grécia antiga a fim de nomear marcas feitas em corpos, evidenciando “alguma coisa extraordinária ou má sobre o status moral de quem os apresentava” (p. 11). No contexto atual, essa categorização serve para indicar as marcas socialmente atribuídas àquelas pessoas as quais não correspondem à ideia generalizada do “comum” e/ou “normal” e que, por isso, estão inabilitadas à aceitação social plena. O autor ressalta ainda que o *estigma*, que é uma construção social, está mais relacionado às interações do que aos atributos que o compõem, podendo variar de uma sociedade para a outra: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, honroso nem desonroso (...) Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (p. 13). Goffman identificou pelo menos três tipos de estigma social (p. 14): aqueles relacionados às “abominações do corpo”, às “culpas de caráter individual” e os “estigmas tribais de raça, nação e religião”. O estigma em questão neste trabalho é aquele direcionado aos moradores das favelas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, que mistura, em suas representações, elementos do segundo e do terceiro tipo apresentados por Goffman.

Em meio à representação estigmatizada, as instâncias públicas do Rio de Janeiro, sempre interpretaram os pobres urbanos ora como perigosos, ora como “tábulas rasas”. Aos irremediáveis, os “maus pobres”, o controle se dá pela repressão, justificando nas favelas a ação violenta da polícia e demais agentes do Estado. Já aos disciplináveis, os “bons pobres”, esses podem ser deslocados pela cidade e serem reeducados na normatividade urbana. As instruções pela rádio dos parques proletários (o “chá das nove”), os “mandamentos” da Cruzada São Sebastião e a educação para o trabalho presente nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM são claros exemplos disso⁴. Sobre todas as coisas eles precisavam aprender: o lugar no qual cuspir, os papéis da mulher e os do homem, as técnicas e as posturas necessárias para um ofício.

Nos condomínios populares não foi diferente. Um claro projeto civilizador (ELIAS, 1993 e 2011), imposto como dispositivo disciplinar, tentava transformar os favelados em condôminos por meio dos encontros de integração, atividade preparatória para o ingresso nos

⁴ As práticas referenciadas serão melhor apresentadas no segundo capítulo desta tese.

condomínios, exigindo-se, pelo menos, 75% de presença a fim de o morador ter acesso à chave do seu apartamento. Para efetuar essa transformação, apresentava-se um modelo a ser rejeitado: a favela (vista como uma antireferência urbana). A normatividade presente nos condomínios, totalmente adequada aos valores das elites, afigurava-se como padrão a ser seguido.

Instruções referentes ao barulho, ao relacionamento com vizinhos ou ao uso dos apartamentos eram passadas aos seus condôminos como regras que deveriam se converter em valores. E mais: pesaria sobre eles a responsabilidade de mantê-las funcionando, como se em outros condomínios, as regras fossem sempre cumpridas por todos. Sobre esses novos condôminos na cidade, o descumprimento de uma regra acionava o *estigma*: “favelado”, apontaria seu vizinho e até aqueles que moram em outros espaços da cidade. Essa caracterização, nesse momento, carregada de teor acusatório, poderia por em risco todo um *projeto de limpeza moral*, tanto o coletivo como aqueles delineados pelos indivíduos.

Os projetos de cunho disciplinar-civilizatório por parte do Estado existem, e muitas pesquisas comprovam a sua presença nas favelas e nas demais formas de habitações populares (CAVALCANTI, 2013; CUNHA e MELLO, 2011, LEITE, 2015). Entretanto, por mais que reconheça essa existência, preciso deixar claro que, quando tomo as categorias foucaultianas de disciplina, biopolítica e *gestão de população* para entender essas estratégias do Estado para com os moradores dos *condomínios populares* (como os encontros de integração ou os deslocamentos espaciais), isso não significa o não reconhecimento de espaço para a agência dos moradores. O próprio Foucault ajuda a entender que isso é possível ao afirmar que, se “há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (2012, p. 360). Na verdade, em boa parte dessa pesquisa, ocupei-me em compreender como esses moradores desenvolveram, na reformulação de seus cotidianos nos condomínios, pequenas e grandes práticas de resistência ao projeto inicial apresentado a eles (e, talvez, essa discussão seja a principal contribuição desta tese). Vale lembrar, porém, que, nem sempre, essas resistências foram marcadas por rupturas radicais com o projeto estatal. Na verdade, muitas vezes nasciam das brechas ou a partir de uma leitura personalizada do mesmo projeto.

Uma das principais práticas de resistência que identifiquei está na utilização do condomínio como dispositivo para os *projetos de limpeza moral*. Permitam-me também esclarecer o que entendo por essa categoria, até mesmo pela sua importância no decorrer do texto. Ao falar de *projeto* ou *projetos*, referindo-me a indivíduos ou grupos (não entram aqui os chamados projetos estatais e nem os “projetos” das ONGs), tenho como referência o uso da

categoria por Alfred Schutz⁵, conforme apresentada por Velho (1981; 2013): trata-se de uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, relacionada à construção da identidade, podendo ser o ator dessa conduta um indivíduo ou um grupo social. No geral, os *projetos* estão “diretamente ligados à organização social e aos processos de mudança social. Assim, implicando relações de poder, são sempre políticos” (VELHO, 1981, p. 33-34). Pensando, principalmente, nos indivíduos, Velho afirma: “a consistência de um *projeto* depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos” (2003, p. 65).

Quanto à *limpeza moral*, categoria cunhada por Leite e Machado da Silva (2008)⁶, essa se refere, sobretudo, a estratégias empreendidas pelos moradores de favela para “afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando a natureza pacífica e ordeira e seus padrões de moralidade burguesa” (p. 74). Para além da identificação como criminosos, entendo que a *limpeza moral* também possa ser acionada para combater outras representações estereotipadas e negativas que formam o *estigma* e que assolam os favelados, até porque a primeira não é o único tipo de comportamento entre esses pobres urbanos reprovável, desvalorizado e/ou abominado entre as classes mais abastadas e pelo Estado: também o são, muitas vezes, suas práticas culturais e religiosas, suas formações familiares, seus arranjos econômicos, suas preferências políticas, suas expressões de sociabilidade, entre outros. A quase todas essas práticas e comportamentos são atribuídas representações negativas e responsabilidades de cunho moral a seus agentes.

Assim, identifiquei pelo nome *projeto de limpeza moral* uma conduta específica em meio a essa mudança de moradia, como parte da construção da identidade, adotada pelos moradores dos condomínios populares (relacionada principalmente às memórias dos preconceitos que sofreram quando ainda moravam em favela) para limpar sua imagem dos efeitos do *estigma* de favelado.

No meu estudo de caso, o principal dispositivo desse *projeto* era a morfologia do condomínio, devido à sua representação na hierarquia das habitações. No Rio de Janeiro, a identificação desse formato como a moradia das classes mais abastadas confere um determinado *status* àqueles que ocupam essas edificações. A socióloga Marcella Carvalho, também pesquisadora dos condomínios populares, certa vez falava de uma pequena favela no

⁵ Como obra de referência do autor, confira: SCHUTZ, 1979.

⁶ Os autores falam de limpeza moral ou limpeza simbólica, que são utilizadas como sinônimos. Optei por trabalhar com a primeira categoria.

bairro da Tijuca em que, diante da iminente remoção, os moradores resolveram se organizar como condomínio, acreditando que essa nova configuração do espaço sensibilizaria a prefeitura no seu ímpeto remocionista. Outros casos semelhantes podem ser encontrados pela cidade. Os moradores dos *condomínios populares* não agem de forma diferente ao utilizarem a sua nova moradia como elemento simbólico para construir a sua reinserção na cidade de forma menos estereotipada e como sujeitos de direitos.

A limpeza moral não é o único uso que os ex-favelados fazem da sua nova moradia. Por vezes, diante de *projetos* pessoais, os indivíduos podem recorrer a outras identidades latentes no lugar, como às de favela ou comunidade. Isso me ficou claro diante daqueles informantes que, aderindo a todo um “repertório dos projetos sociais” (ROCHA, 2013 e 2015), apresentaram, em momentos e para pessoas/grupos específicos, outra caracterização do espaço, além daquela relacionada à lógica condominial. Tratava-se de um “jogo identitário” (BIRMAN, 2008), que revelava diferentes formas de resistência dos moradores por meio da apropriação da nova moradia.

Diante das apropriações e ressignificações do formato e da lógica condominial, tanto pelo Estado quanto por seus moradores, e da importância que essa dimensão representava no meu campo de pesquisa, tomei esse aspecto como o centro da narrativa na construção deste texto.

Gostaria de apresentar como se estruturou o trabalho de campo. A principal metodologia utilizada foi a do trabalho etnográfico, com recurso à observação direta e entrevistas aprofundadas. Também utilizei outras fontes para a construção da minha análise, como artigos de jornal, documentos públicos (portarias federais, discursos presidenciais, regimentos de condomínio, roteiros de encontros entre outros), documentos dos moradores (plantas dos apartamentos, recibos de taxa condominial) e sites institucionais.

O principal campo de pesquisa foi um condomínio popular na Zona Norte do Rio de Janeiro, o qual chamo de condomínio Esperança. Aliás, devo ressaltar, o nome é fictício, assim como os de todas as pessoas e lugares que compõem a narrativa desta pesquisa, de modo a não expor ninguém indevidamente⁷. Nele estive presente por dois anos e quatro meses, em duas etapas: uma de março a dezembro de 2013 e outra de maio de 2014 a agosto de 2015. O intervalo entre essas etapas se deu por dois motivos: o primeiro deles foi o afastamento do campo para analisar os dados produzidos até então, para exposição em abril de

⁷ Ainda por conta da intenção de não expor os moradores e as suas residências, evitei usar fotos para a apresentação dos locais visitados e, quando as utilizei, tive o cuidado de escolher as que não facilitassem imediata identificação. Utilizei também desenhos para apresentar algumas características dos locais visitados.

2014, durante a minha qualificação de doutorado. O outro foi a participação, durante esse período, nos cursos de integração no condomínio Moradia 6.

Na primeira etapa, frequentava o Esperança, pelo menos, dois dias na semana, pela manhã e pela tarde. Nesse período tornei-me voluntário de um “projeto” de reforço escolar, desenvolvido por uma de minhas informantes para as crianças do condomínio e redondezas. A partir da segunda etapa, o “projeto” de reforço não mais existia, e o desafio agora era arrumar espaços e razões para conviver com as pessoas para além de uma justificativa plausível. Sendo assim, tentava me fazer presente (respeitando a rotina dos moradores), pelo menos um dia por semana, entretanto, em algumas ocasiões, – com a realização de eventos extraordinários como festas, reuniões ou outras congêneres – essa frequência era maior. O contato com os moradores também acontecia de outras maneiras, tais como: conversas por aplicativos, telefonemas ou no acompanhamento de suas redes sociais.

Devo dizer que, nesses mais de dois anos de campo, muitas foram as mudanças ocorridas (e que serão contadas nesta tese). As alterações vão desde a estrutura física até a organização social dos sujeitos. A mudança nessa pesquisa não é um detalhe, mas um importante elemento. Assim como em outros projetos de habitação social, o distanciamento da sua fundação nos permite perceber a consolidação das práticas dos moradores em seu novo contexto. O trabalho de campo contínuo me deu a possibilidade de observar essas transformações e registrá-las em minha investigação.

Paralelamente às minhas entradas no Esperança, visitei outros condomínios populares para entender como os fenômenos observados no meu campo principal, apresentavam-se nesses outros lugares. Fiz duas visitas ao condomínio Paraíso em 2013, que, assim como o Esperança, ficava próximo ao Complexo da Paz, com a diferença de que fora construídos pelo PAC, especificamente, para o reassentamento de ex-favelados⁸. Nesse lugar, conversei com algumas lideranças e moradores. Ainda em 2013, estive duas vezes na cidade de Serra Serena para visitar uma obra do PMCMV e conversar com a equipe técnica e depois para acompanhar a inauguração e assinatura do contrato de cessão do apartamento. Estive quatro vezes no Moradia 6, (no início de 2014) quando acompanhei a segunda fase dos encontros de integração. Nessa ocasião, meu contato se deu mais com os agentes públicos e pouco com os moradores. Procurei fazer da minha presença nos encontros a menos notável possível,

⁸ Os apartamentos do Condomínio Esperança, como detalharei no próximo capítulo, foram construídos para serem comprados por famílias enquadradas na faixa 2 do PMCMV (que recebem entre 4 e 6 salários mínimos). Entretanto, devido às fortes chuvas de 2010, os mesmos foram adquiridos pelo governo do Estado para reassentar moradores do Complexo da Paz.

realizando uma espécie de “observação flutuante”⁹ (PÉTONNET, 2008) naquele ambiente. No final de 2014, fiz uma visita ao condomínio Felicidade, vizinho do Esperança, inaugurado no mesmo dia (destinado ao mesmo público) e que possuía a mesma estrutura física. Lá, acompanhando uma das minhas informantes, pude ouvir os moradores partilharem suas impressões sobre o Esperança. Todos esses campos foram importantes. Suas semelhanças e contrastes me permitiam construir uma visão mais aguçada diante do formato condomínio e dos seus usos sociais, tanto por parte do Estado, como dos moradores.

Antes de apresentar os capítulos e encerrar essa discussão introdutória, gostaria de fazer mais uma consideração. As categorias estão carregadas de sentidos, e seus usos são (e não podem ser diferentes) objetos de análise, tanto por parte dos que as utilizam, quanto daqueles que avaliam os seus usos. Algumas categorias, ligadas ao universo do urbanismo e das políticas públicas, como remoção, reassentamento e realocação, aparecerão muitas vezes no decorrer desse texto, não apenas como objeto da análise, mas também como categorias que possam identificar o processo de deslocamento dos pobres e favelados pela cidade.

Estas categorias estão, constantemente, presentes nos debates da cena pública carioca. Como afirmou Magalhães (2013), a partir do novo modelo de reestruturação da cidade (pautada especialmente para atender um padrão internacional de *Global City*), o tema da remoção voltou à tona no Rio de Janeiro, mesmo em um contexto diferente daquele da década de 60 e 70 do século passado. O prefeito Eduardo Paes teria declarado, segundo o autor, que a remoção de favelas não deveria mais ser tratada como um “tabu”, visto que tal resistência consistiria na manutenção de uma “desordem”¹⁰ impedindo o Rio de Janeiro de se constituir como “uma cidade urbanisticamente organizada e racionalmente funcional” (p. 14). Para isso, entra no cenário desse jogo político-urbanístico um repertório com uma série de outras categorias, procurando dar um caráter menos “cruel” e mais racional à alternativa do deslocamento territorial dos favelados. O reassentamento¹¹ e o desassentamento, por exemplo,

⁹ Segundo Pétonnet, esse método “consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso, mas em deixá-la ‘flutuar’ de modo que as informações o penetrem sem filtro, sem a priori, até o momento em que pontos de referência, de convergências, apareçam e nós chegamos, então, a descobrir as regras subjacentes” (2008, p. 102).

¹⁰ Segundo análise do autor, essa “desordem” é apresentada pelo discurso da prefeitura como resultado de dois movimentos distintos, mas complementares: a permissividade dos governos anteriores para o crescimento das favelas e os problemas causados à cidade, e a demagogia de grupos políticos defensores, a um custo alto para a urbe, da sua permanência.

¹¹ A categoria reassentamento, no contexto do Rio de Janeiro, muitas vezes aparece relacionada à de “assentamentos precários” (utilizada principalmente na avaliação de favelas), vista como uma espécie de

são eufemismos de remoção utilizados pela administração municipal para apresentar essa retirada de moradores como um legado dos megaeventos esportivos ou como uma prática necessária para a organização da cidade.

Trabalharei com essas três categorias – Remoção, realocação e reassentamento – compreendendo que abrigam diferentes significados (que são complementares), e não como “eufemismos” da primeira. Como remoção, identifico o processo de desconexão dos sujeitos – do qual eles não são os protagonistas e nem os planejadores – de um determinado território da cidade, no qual não só moravam como também operavam suas rotinas socialmente estabelecidas, presentes nas formas de sociabilidade e na relação com a geografia local (com a qual estabeleciam um vínculo prático - proximidade de certos equipamentos - e afetivo). Tal categoria, mesmo que rejeitada por políticos profissionais, permite esse encontro entre representações nativas e acadêmicas. Remoção é um termo marcado por tal intensidade simbólica que esteve (e está) presente tanto nas análises científicas dos estudos urbanos quanto nas lutas populares. Entendo a remoção não somente como objeto de rejeição, pois, por vezes, ela pode ser desejada quando também contempla a possibilidade de realocação, como muitas vezes percebi nas falas dos moradores da Cidade Alta (meu campo de pesquisa em outros tempos) e dos *condomínios populares*.

Realocação compreendo como a prática de reinstalar esses sujeitos em outras moradias na cidade. Em alguns casos, o ente federado (estado, município, federação) se responsabiliza diretamente pela remoção, por garantir a saída do morador e da sua família daquele espaço, mas não pela realocação. No caso do PAC, alguns moradores preferiram vender suas casas a serem realocados em apartamentos, responsabilizando-se pela condução desse processo, mesmo havendo contrapartida financeira do estado/município.

Por reassentamento, compreendo um processo iniciado com a remoção e concluído com a realocação gerida pelos entes públicos, marcado por uma trama política, envolvendo diálogos e conflitos entre o Estado e os moradores desses espaços.

Diante dessas e de outras considerações, gostaria de apresentar minimamente os capítulos que compõem esta tese. No primeiro deles, intitulado *Outras moradias, outros campos: o thauma, a nova casa e o sujeito em mudança*, procuro pensar as mudanças – materiais e sociais - pelas quais passaram os moradores ao serem removidos da favela e realocados nos condomínios. Penso essa mudança, principalmente, como um grande *rito de passagem* (considerando todas as suas etapas), marcado por uma postura diante do novo que chamo de

thauma. Diferentemente do trauma, (sentimento observado por outros pesquisadores em contextos de remoção) uso essa categoria a fim de pensar as emoções e reações ligadas à remoção e à realocação quando estas são processos desejados. A experiência *thaumática*, antes de tudo, implica uma abertura e uma reconstrução de si em um novo contexto. Diante das minhas experiências de campo, percebi o *thauma* sobrepondo-se ao trauma, parecendo orientar a aceitação da nova moradia.

Trabalhei ainda as mudanças pelas quais passei nessa pesquisa, pensando o quanto esse processo se relaciona com a minha trajetória como pesquisador e também como morador da cidade do Rio de Janeiro. O condomínio popular era a minha nova casa na qualidade de cientista social, e nele também vivi o meu *thauma*, com significativas implicações epistemológicas.

As políticas públicas de moradia para as classes populares: sobre projetos de controle e/ou gestão dos pobres é o título do segundo capítulo. Ele se encontra neste texto, pois percebi que não há como entender a presença espacial e simbólica dos condomínios populares neste contexto geográfico e social sem referenciar-me a um grande projeto de *gestão das populações* pobres em curso na cidade do Rio de Janeiro, desde que os espaços populares de moradia (e seus moradores) se tornaram um problema na construção e reconstrução da sua imagem.

Nesse pouco mais de um século de história dos conflitos em torno das habitações populares no Rio de Janeiro, o Estado desenvolveu direta, (pela sua própria iniciativa), ou indiretamente (pela ação da Igreja Católica e outras organizações), políticas efetivas de gestão por meio de técnicas de controle e disciplinarização das camadas populares – mais especificamente para os favelados. Tal processo se tornou visível, especialmente, nas formas de (res)socialização dos ex-favelados em novos ambientes de moradia, tais como os parques proletários, os prédios da Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GB/CHISAM. Partiam de uma leitura estigmatizada dessas pessoas e de suas práticas, que exigia delas uma normalização das formas de agir (e até de pensar), totalmente desarticulada das suas práticas sociais e culturais, sempre consideradas incivilizadas, criminosas ou pecaminosas. Sobre esse contexto, procuro construir uma análise das estratégias adotadas pelo Estado nessas políticas habitacionais, que tem base em uma representação da pobreza que atravessou os anos e continua presente nas políticas de moradia. As práticas do Estado e a agência e resistência dos moradores, existentes nesses projetos anteriores, foram levadas em consideração, tanto no planejamento dos condomínios populares, quanto na rotina de seus moradores.

Início o segundo capítulo com uma breve consideração sobre os conceitos e teorias em torno do poder, disciplina e controle de dois autores: Michel Foucault e Nibert Elias - que construíram grande parte do arcabouço teórico que iluminou as análises dos dados presentes nessa pesquisa sobre os condomínios populares. Clarificar seus pressupostos teóricos e conceituais e em qual medida eles auxiliam a leitura dos dados em uma pesquisa socioantropológica sobre moradia popular, pareceu-me importante para a construção desta tese, pois esses autores retornarão, muitas vezes, ao texto para dialogar com os elementos presentes na minha pesquisa de campo.

No terceiro capítulo, intitulado ***Remoção, construção e pacificação: os novos rumos da gestão da população favelada na cidade do Rio de Janeiro*** discuto sobre as práticas estatais de gestão e controle da pobreza, presentes na cidade do Rio de Janeiro. Se no segundo capítulo tive a intenção de situar o projeto de gestão presente nas políticas habitacionais em uma espécie de genealogia, nesse capítulo pretendo explorar como esses dispositivos de gestão - possibilitados pela moradia popular - são acionados atualmente. Primeiramente discuto como os favelados e as favelas, no atual contexto histórico, são representados no imaginário da cidade e como isso traz reflexos perversos para a relação favelas/restante da cidade. Depois, debato sobre os rumos da cidade, a partir dos planos governamentais que querem transformar o Rio de Janeiro em uma *global city*: local atrativo ao turismo, aos investimentos e aos eventos internacionais. O papel periférico destinado aos pobres nesse plano apresenta a necessidade de políticas de repressão e disciplinarização, atualizadas em projetos como as UPPs, PAC e o MCMV, partindo de visões estigmatizadas sobre as favelas e seus moradores. Os condomínios populares - assim como a pedagogia disciplinar-civilizatória a qual os acompanha, simbolizada, por exemplo, pelos encontros de integração - são, ao mesmo tempo, frutos desse contexto (e, só a partir dele, podem ser entendidos como uma nova forma de vida urbana) e atualização da centenária prática de controle dos pobres cariocas e de suas habitações.

O quarto e o quinto capítulos constituem a parte central da tese. Neles analiso os usos sociais do formato condomínio nos condomínios populares do PAC/PMCMV, tanto por parte do Estado, quanto por parte dos moradores que passaram a ocupá-los. No quarto capítulo - ***Condomínios e condomínios populares: sobre seus usos e representações por parte do Estado*** -, apresento minhas razões para o uso da categoria *condomínios populares* e também inicio, a partir da produção de autores das ciências sociais, uma discussão socioantropológica sobre os condomínios e suas representações na realidade brasileira.

A partir de então, ocupo-me em demonstrar os dispositivos disciplinares-civilizatórios utilizados pelo Estado, para fazer desse projeto de moradia popular, assim como fizeram com outros no decorrer da história, uma oportunidade de controle e docilização dos pobres. A principal prática, revelada no uso desses dispositivos, é um conjunto de atividades chamado de “encontros de integração”, direcionados àqueles originários das favelas que receberam apartamentos como medida compensatória. Por meio deles, é possível não só perceber a construção de uma pedagogia civilizatória, mas também observar as representações do Estado sobre a pobreza urbana, assim como as estratégias de imposição de valores das classes média e alta enquanto valores universais. Ademais, apresento as críticas e avaliações dos urbanistas sobre o MCMV, programa com maior índice de construção de condomínios populares no Rio de Janeiro; relacionando os problemas apresentados com a realidade encontrada no meu campo.

No quinto capítulo, intitulado “*Sossega, moleque, você agora mora em condomínio*”: *Limpeza moral, jogos identitários e a adaptação “personalizada” às regras como formas de resistências e (re)construção do cotidiano*, procuro construir uma socioantropologia da política estatal a partir daqueles à margem (DAS e POOLE, 2004), que, nesse caso, são os moradores dos condomínios populares. A principal estratégia identificada, por mim, entre esses moradores, diante do formato condomínio, é o seu uso para fins de *limpeza moral*, seja de forma individual ou coletiva. Não se trata de uma especificidade do condomínio: outras favelas e espaços populares possuem suas técnicas para se distanciarem do *estigma* e se manterem moralmente limpos. A diferença, no caso dos condomínios populares, está na apropriação da lógica condominial para esse fim.

As formas de construção da imagem limpa, no meu campo de pesquisa, são variadas: incluem desde a identificação dos elementos caracterizadores da favelização e da adoção de estratégias para desfiliar-se deles, até o reendereço do *estigma* (que procura o verdadeiro “favelado” como forma de esquivar-se da acusação). A *limpeza moral* e suas táticas se apresentam como forma de resistências às imposições estatais e às representações, formadas, paulatinamente, pela cidade sobre esses condomínios. Mas encontro outras formas de resistência, por vezes pautadas por um *jogo identitário* (BIRMAN, 2008), ativando categorias como favela, comunidade e condomínio, conforme os *projetos* pessoais aos quais esses novos condôminos vão aderindo. Encerro esse último capítulo, mostrando as críticas e observações dos mais jovens sobre condomínio e suas regras. Analisando suas falas, defendo que, mais do que resistentes ao projeto, existem – em todos os moradores – práticas de

resistência, que, algumas vezes, até dialogam e/ou negociam com as regras impostas pelo Estado.

No mais, espero que o desenvolvimento do texto possa contemplar, com clareza, os problemas e questões apresentadas nesta introdução. A meta desta tese, além da contribuição à produção científica, é permitir a construção de elementos que colaborem com os debates em torno das políticas públicas de moradia, permitindo repensar a postura reducionista e preconceituosa do Estado com os favelados e demais tipos de pobres urbanos.

1 OUTRAS MORADIAS, OUTROS CAMPOS: O THAUMA, A NOVA CASA E O SUJEITO EM MUDANÇA

A minha impressão quando vi meu apartamento? Meu irmão, show de bola! Show de bola! Show, sabe o que é show? Minha casa não era emboçada, a minha janela era feia. Eu estava tentando reformar a minha casa e não tinha condições. Era uma maconhada embaixo da minha casa, cheirador, maconheiro. Hoje eu vivo no paraíso, a minha casa é um paraíso. Quando eu cheguei no apartamento aqui falei: “Pô, que isso? Que beleza, que loucura”. Eu orei e chorei dentro da minha casa de alegria (Antônio, síndico do Condomínio Esperança, em Abril de 2013).

O autor desse relato apresentado acima – Antônio – é um homem simples, de pele morena e com seus quarenta e poucos anos. É segurança por profissão, mas também foi síndico do condomínio Esperança, desde a sua fundação até outubro de 2015. Essa fala transcrita apareceu no nosso primeiro contato, em uma entrevista realizada em abril de 2013. Sua retórica marcante, destacada pela força transmitida às palavras e pela grande quantidade de gestos – assim como fazem os pregadores evangélicos –, potencializa a sua linguagem popular, fazendo-me entender o motivo da sua escolha como liderança local.

Na ocasião, Antônio relatava a experiência inusitada que teve ao ingressar, pela primeira vez, em seu novo apartamento. Diferentemente de outros casos, no qual a mudança se apresentava como um problema, Antônio não só desejou mudar para a unidade habitacional destinada a ele, como lutou para recebê-la. Ao descobrir que sua casa não estava entre aquelas que faziam parte das “manchas”¹² identificadas nas favelas do Complexo da Paz¹³, tratou de organizar com seus vizinhos uma manifestação em frente ao canteiro das obras do PAC. Pediam para também serem contemplados com medidas compensatórias. Segundo Antônio,

¹² O termo, utilizado pelos técnicos da obra (engenheiros e arquitetos) do PAC, indicava uma área que teria sido fortemente abalada pelas chuvas que atingiram essa região da cidade (em 2010). As casas incluídas nesse perímetro deveriam ser derrubadas por conta de um possível risco de vida para os moradores. Sobre a remoção e relocação dos moradores das áreas atingidas, voltaremos ao tema posteriormente.

¹³ O Complexo da Paz é um conjunto de aproximadamente uma dezena de favelas, que se localiza na Zona Norte do Rio de Janeiro. São favelas marcadas por fortes problemas sociais e econômicos: tem um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano das regiões administrativas do Rio de Janeiro, um terço de seus habitantes estão desempregados e a maioria dos que têm emprego – segundo o último censo nacional (IBGE 2010) - ocupa cargos do “baixo escalão”, com salários e condições de trabalhos ruins. Optei por utilizar a categoria complexo, e não conjunto de favelas, por causa das particularidades do campo e dessa pesquisa, como explicarei em seguida. Tal termo, segundo Alvito (2004) aparece como forma de designar favelas no jargão policial, sendo uma herança do vocabulário penal (os “complexos penitenciários”). Ainda, segundo o mesmo autor, apesar de o termo não servir para construir uma identidade (refere-se ao caso de Acari), passou a ser usado não só pelos policiais, mas também pelos seus moradores (em algumas ocasiões) e até pelos poderes públicos, que acabaram por sacramentar seu uso. Mesmo diante das polêmicas levantadas pelo seu uso, utilizo tal categoria, pois ela expressa uma relação do Estado (que a produziu e a sustenta) para com a localidade: relação essa que é marcada por um processo de gestão dos territórios e seus moradores. Observar essa forma de demarcação e controle do Estado com os territórios pobres da cidade é uma questão com grande importância na pesquisa que realizei.

não podia ser diferente, já que, depois das obras do PAC, a cada chuva forte, passava um “rio” dentro da sua casa.

Não eram só os problemas pós-obra os motivadores de Antônio a buscar essa mudança: havia a oportunidade de finalmente sair da favela. Confessava o quanto se sentia incomodado pela presença dos traficantes e usuários de drogas, com o esgoto a céu aberto e com a dificuldade de levar suas compras de mês até o topo do morro, onde nenhum carro conseguia chegar. Por essas e outras, o momento em que viu seu apartamento pela primeira vez se transformou em um episódio tão marcado pela emoção. Mais do que uma nova aquisição, a casa representava uma mudança de vida pela qual Antônio já aguardava fazia bastante tempo. O momento se constituía como um *thauma*, capaz de conduzir Antônio para novas experiências e novas concepções de mundo, mesmo que essas nunca deixassem de dialogar com tudo que viveu e experimentou até então.

Em diferentes estudos sobre favelas e remoções é possível encontrar a referência (como em Magalhães [2013] e Brum [2012]) ao trauma como experiência fundante de uma nova realidade e/ou postura na vida das pessoas por ela atingidas, que impulsiona a adoção de estratégias individuais e coletivas de luta ou uma grande frustração – as quais, por vezes, mantêm-se vivas nas demais formas de relação com a cidade. Sem discordar dessas importantes análises, a maioria dos casos com que lidei, como o de Antônio, apresentava transformações nesse processo que não poderiam ser definidas como traumáticas por se pautarem em outras concepções desse processo de remoção e realocação. Por isso, prefiro utilizar a categoria *thauma* para exprimir essa experiência dos meus informantes¹⁴.

Para introduzir o significado de *thauma*, neste texto, prefiro mostrar sua aplicabilidade. Existe uma frase de uso corrente entre os filósofos, atribuída ao existencialista alemão Martin Heidegger, que diz: “O *thauma* enquanto *Pathos* é o *archè* da filosofia”. Traduzindo (de forma simplificada) esses termos gregos, *thauma* é espanto, *pathos* é como algo que atinge a pessoa e/ou uma disposição e *archè* seria princípio, o que vem em primeiro. O *thauma*, portanto, não é um espanto qualquer: ele é agressivo, provocativo, sedutor e capaz de causar grandes mudanças no ser humano. Ele pode criar no sujeito uma disposição tal que

¹⁴ Lobo (2015), que realizou sua pesquisa em um condomínio do MCMV (no bairro de Santa Cruz – Rio de Janeiro), também identificou que o discurso do trauma não era adequado para explicar a experiência de seus informantes: “Márcia manifestava que a vida na favela se contrapunha à vida no condomínio de apartamentos, costumava dizer que saiu de um *inferno* e foi para o *paraíso*. Estas representações, impregnadas de categorias de natureza mágico-religiosas, se apresentam com força em seu discurso. No entanto, Márcia não está sozinha, há outros personagens urbanos que corroboram esta visão dual de (estar na) cidade. Outra consideração importante é que outros moradores do condomínio (interlocutores ou não) com trajetórias de vidas distintas utilizavam os mesmos argumentos de Márcia para explicar-me o motivo de aderirem ao PMCMV ou para comparar os modos de vida em cada lugar” (p. 83).

se abra ao conhecimento filosófico e aos seus infundáveis questionamentos¹⁵. O *thauma*, no nosso caso estudado, abre o sujeito a mudanças, novas experiências de sociabilidade e interação e a resignificar espaços e regras.

Esse texto vai tratar, em boa parte dele, dessas mudanças. Não só as de espaço nem aquelas de comportamento impostas (ou que se tenta impor) por agentes públicos, mas também as escolhidas pelos diferentes atores que apareceram na construção da pesquisa, mudanças essas, muitas vezes, provocadas por experiências *thaumáticas*.

Também não posso deixar de falar dos efeitos dessa pesquisa em minha subjetividade. Procuo relatar como ela representa uma mudança para mim também: trata-se de uma nova experiência epistemológica, na qual saio da condição de um nativo-pesquisador, que, por quase 10 anos pesquisou o bairro onde “nasceu e foi criado” (mesmo que em diferentes perspectivas), e passo para a condição de um estrangeiro, nas palavras de Velho (1978), precisando aprender a se “familiarizar” com o “exótico” apresentado.

Assim como Antônio, - que no seu *thauma* se encheu de expectativas e emoções ao conhecer sua nova casa-, estava eu no novo campo. A minha experiência *thaumática* contava ainda com os “hospedes não convidados” (DAMATTA, 1978), que pertubam todo o etnógrafo em sua empreitada. O condomínio Esperança se revelava para mim como espaço da descoberta, do desafio, de maturação como cientista social. O encontro com essa “nova casa” exigia conhecer novas pessoas, escolher metodologias de pesquisa e criar estratégias para concretizá-las. A seção a seguir fala desses *thaumas* e das mudanças dos que passaram a morar em uma nova unidade habitacional, aquelas operadas em mim e na pesquisa que realizei.

¹⁵ Segundo o próprio Heidegger, “o espanto é, enquanto *páthos*, a *archè* da filosofia. Devemos compreender, em seu pleno sentido, a palavra *archè*. Designa aquilo de onde algo surge. Mas este ‘de onde’ não é deixado pra trás no surgir; antes a *archè* torna-se aquilo que é expresso pelo verbo *archein* o que impera. [...] O espanto é *páthos*. [...] É ousado [...] traduzirmos *páthos* por dis-posição, palavra com que procuramos expressar uma tonalidade de humor que nos harmoniza e con-voca por um apelo. [...] Somente se compreendermos *páthos* como dis-posição (dis-position) podemos compreender melhor o *thaumázein*, o espanto. No espanto, detemo-nos (*être en arrêt*). É como se retrocedêssemos diante do ente pelo fato de ser assim e não de outra maneira. O espanto também não se esgota nesse retroceder diante do ente, mas no próprio ato de retroceder e manter-se em suspenso é ao mesmo tempo, atraído e como que fascinado por aquilo diante do que recua. Assim o espanto é a dis-posição na qual e para qual o ente se abre” (HEIDEGGER, 2006, p. 29-30).

1.1 Encontrando a pesquisa ou sendo encontrado por ela?

O campo e a conseqüente investigação que compõem as tramas e os dramas desse texto nasceram de uma ocasião fortuita – ou como dizem os mais otimistas, por um golpe de sorte – convertida em uma experiência *thaumática*. Em um sábado de dezembro 2011, estava a caminho de um conhecido shopping da Zona Norte da cidade com minha esposa e filha. Usamos um ônibus como meio de transporte para nos conduzir para esse passeio. Ao passar pela estrada da Amizade (no bairro de Palmas, próxima às favelas do Complexo do Paz), trajeto da linha de ônibus, avistamos os recém-inaugurados conjuntos habitacionais¹⁶ de apartamentos construídos pelo PAC¹⁷, presentes em diferentes pontos da mesma avenida.

A alocação dos seus primeiros moradores havia acontecido há pouco mais de um ano e os conjuntos guardavam, não só as características originais, como também o aspecto de novos. Eu tinha algum conhecimento sobre a origem dos recém-chegados habitantes daqueles condomínios, cuja maioria era de ex-moradores das favelas do Complexo da Paz. Eles foram reassentados por causa das obras do PAC (abertura de ruas, construção de novos equipamentos, entre outras), que aconteceriam nas favelas do Complexo.

Esses conjuntos habitacionais, pelo contexto de sua construção e ocupação, lembravam-me da história da localidade onde morei, por mais de 30 anos e, por quase uma década, foi o meu campo de pesquisa: o conjunto habitacional Cidade Alta¹⁸, em Cordovil, teve, entre seus primeiros habitantes (ou em sua maioria), moradores removidos da favela da

¹⁶ A categoria conjunto habitacional foi utilizada, pois, na primeira percepção desses espaços, fiz imediata comparação dessas áreas residenciais com os conjuntos habitacionais, construídos pelos poderes públicos federal e estadual, nas décadas de 1960 e 1970. Como apontarei mais adiante, descobri posteriormente que este termo não era utilizado por seus moradores e nem pelas instituições gerenciadoras tanto da construção dos imóveis, como as de realocações. Esses espaços de moradia eram chamados de condomínios ou residenciais.

¹⁷ Maiores especificações sobre esse programa do governo federal serão apresentadas no terceiro capítulo.

¹⁸ A Cidade Alta é um sub-bairro do bairro de Cordovil, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, próximo à fronteira da cidade com a região da Baixada Fluminense. A população do bairro é de, aproximadamente, 40 mil moradores e sua origem remete ao ano de 1969, com a construção de seu primeiro e principal conjunto habitacional: o conjunto Cidade Alta. Logo em seguida foram construídos outros dois conjuntos habitacionais na mesma região e, com o passar dos anos, surgiram no entorno três pequenas favelas. O conjunto habitacional Cidade Alta é resultado das políticas públicas de remoção de favelas. Esse projeto foi implementado nas décadas de 1960 e 1970 na cidade do Rio de Janeiro e tinha por objetivo a extinção da favela, fosse como espaço para moradia, fosse como ambiente de mobilização social. Como consequência, houve a transferência de um número significativo de moradores de favelas da Zona Sul da cidade do Rio para os conjuntos habitacionais construídos em regiões periféricas, tais como os da Cidade Alta. Os primeiros habitantes foram, em maioria, ex-moradores removidos da extinta Favela da Praia do Pinto, no bairro do Leblon, erradicada após sucessivos incêndios. Segundo Nascimento (2003), a Cidade Alta se caracteriza por ser um complexo habitacional com características de favela (principalmente o conjunto Cidade Alta), quer seja no modo de ser de seus habitantes, quer seja no modo de adquirir e de transformar o espaço. A percepção da Cidade Alta como favela é compartilhada pelo Estado, pelos outros moradores da cidade e pelos seus próprios moradores. De 2005 a 2011 realizei trabalho de campo sistemático nesta localidade.

Praia do Pinto no Leblon, após incêndio de grandes proporções, destruindo toda a favela e abrindo espaço para especulação imobiliária naquela região.

Durante a viagem de ônibus, o motorista, observando os mesmos prédios e apartamentos que chamavam minha atenção, afirmou ao colega cobrador: “Daqui há pouco tempo, essa porcaria vira uma favela, igual aconteceu com a Cidade Alta”. A escuta dessa conversa se converteu no *thauma*, por excelência, dessa pesquisa que, começava despretensiosamente. Percebi com aquela fala que, assim como aconteceu na Cidade Alta, o novo espaço da cidade também seria marcado pelo estigma imputado à favela, que já acompanhava os antigos moradores, mesmo em outra realidade habitacional. A comparação feita pelo motorista surgia como um elemento de *serendipidade*¹⁹ (MERTON, 1968) na minha pesquisa, pois em uma situação cotidiana, sem nada esperar, o meu olhar se aguçou para elementos presentes no meu trajeto de lazer, os quais dialogaram com as pesquisas que eu vinha realizando sobre favelas e demais formas de moradia popular.

Em 2012, assistindo ao noticiário, mais uma vez o acaso veio ao meu encontro, permitindo nova experiência de *serendipidade*. Em matéria de um jornal televisivo local, acompanhei uma investigação feita pelo repórter sobre a comercialização de apartamentos nos condomínios populares, na qual, os moradores, insatisfeitos com as novas condições de moradia, vendiam seus imóveis e voltavam a morar em favelas ou partiam para outros espaços da cidade.

O elemento-chave dessa investigação era a “ilegalidade” da prática, pois, de acordo com o contrato firmado com as agências responsáveis, os moradores só se tornavam proprietários das unidades após cinco anos de uso, sendo a Caixa Econômica Federal a proprietária durante esse período intermediário, logo, a venda configurava “ato ilícito”, ilegal. A matéria contribuiu para acentuar a criminalização da prática de venda e me permitiu perceber a existência de um processo, que repetia práticas semelhantes às que ocorreram na Cidade Alta e na Cidade de Deus, nominado por Valadares (1981) como “passar a casa”: a venda informal da residência, na qual o dono do imóvel passa-o (isto é, vende) para outra pessoa, recebendo como garantia a palavra dada ou documentos “lavrados” pela associação de moradores²⁰.

¹⁹ Termo utilizado por Robert K. Merton para se referir “à experiência bastante comum da observação de um dado imprevisto, anômalo e estratégico, que se transforma em causa para o desenvolvimento da nova teoria ou pela ampliação de uma teoria já existente” (Merton, 1968, p. 173). Assim como aconteceu comigo, o autor ressalta que a imprevisibilidade da informação e a anomalia da observação “provocam curiosidade: estimulam o investigador a dar sentido ao dado, a situá-lo numa estrutura mais ampla de conhecimentos” (Ibid, p. 174).

Diante desse *thauma* e das consequentes percepções, ativadas pelo meu olhar, pela fala do motorista, pelo destaque no noticiário e pelas comparações estabelecidas com as conclusões do meu trabalho de campo na Cidade Alta, despertei para outros questionamentos: quais as formas encontradas pelos moradores, uma vez enquadrados pelas políticas habitacionais vigentes, para driblar algumas das diversas proibições contratuais, como as de manter atividades comerciais nas residências (algo comum nas favelas) ou a de alterar o imóvel (interna e externamente)? Como lidavam com o estigma de favelado e como a vida na favela se relacionava com as novas experiências vivenciadas nesses apartamentos? Quais as representações que os moradores tinham desse novo espaço de moradia e como as relações se estabeleciam internamente? Essas perguntas me acompanhavam, insistentemente, quando, outras vezes, fiz o mesmo trajeto e me deparava com aqueles prédios.

A curiosidade despertada pelos aspectos socioantropológicos dessas novas habitações acompanhou-se de um momento pessoal, no qual o Complexo da Paz se inseriu em minha rotina. A partir de janeiro de 2012, passei a fazer parte da equipe de um projeto social com o principal objetivo de oferecer formação em produção cultural e em práticas de pesquisa para jovens moradores de cinco diferentes favelas da cidade. Atuei como articulador desse projeto no Complexo da Paz até março de 2013 e acompanhei vinte jovens moradores de diferentes favelas, todos atuantes em atividades culturais local. Nossos encontros aconteciam três vezes por semana, na sede de uma ONG, mas outras atividades que fizemos, entre as quais, visitas a outros agentes e equipamentos culturais do Complexo, me permitiram ampliar a capacidade de circulação nesse território, assim como conquistar novos vínculos afetivos. Possibilitaram-me, ainda, escutar as histórias sobre a atuação do PAC e referências sobre a vida nos

²⁰ Sobre a discussão da informalidade e valor legal dos documentos produzidos por associações de moradores de favelas no processo de transmissão de imóveis, Magalhães apresenta uma importante reflexão, mostrando que a forma dos documentos utilizados para conduzir esse processo, e até os rituais praticados para a sua confecção e validação, respondem a uma lógica jurídica que acaba por possibilitar o seu reconhecimento junto a esferas judiciais do campo oficial/formal (MAGALHÃES, 2012, pp. 279-309). Cabe uma análise, a partir das ferramentas analíticas do direito, do valor desses documentos no caso concreto das moradias objeto desta pesquisa. Isso porque o contrato originário, formal, com a Caixa Econômica, previa punições para aqueles que repassassem o imóvel antes do prazo legal, cuja variação temporal proibitiva se dava entre 5 a 10 anos, conforme o contrato. Vale lembrar: o uso de contratos informais de compra e venda de imóveis (utilizados na reportagem citada para acentuar a ilegalidade praticada, de modo a criminalizar a prática pelos pobres, conforme já descrevi) é realizada também por outras classes sociais – o famoso *contrato de gaveta*. O objetivo principal desse tipo de contrato é firmar a transação, de forma a trazer alguma garantia legal aos partícipes do contrato, caso o comprador ou o vendedor não consiga preencher os requisitos legais para adquirir o imóvel. Assim, faz-se um contrato particular como medida acautelatória. Também é bastante utilizado para evitar, ou adiar, o pagamento da taxa do Registro Geral de Imóveis (RGI). Em página do site do Superior Tribunal de Justiça (STJ) discute-se a validade desses contratos, e, apesar de apontarem irregularidades na sua execução, afirma-se que não há como considerar o contrato de gaveta nulo e/ou inválido, simplesmente por essas razões (http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=109768).

condomínios recém-construídos, aguçando, mais ainda, a minha *curiosidade sociológica* (MILLS, 1982).

No início de 2013, após um ano do ingresso no doutorado, procurava um objeto empírico para realizar minha proposta de pesquisa – mesmo que ainda em fase de definição – sobre moradia popular no Rio de Janeiro. A lembrança daqueles prédios, das hipóteses e questionamentos formulados a partir dos primeiros contatos, fez-me pensar seriamente em adotá-los como campo de pesquisa. Para me inserir nesses espaços, pedi ajuda para Clara, antiga aluna do projeto social de que participei. Clara é uma pessoa bastante articulada, por causa do seu envolvimento em projetos sociais e culturais na região, possui amigos e conhecidos em todas as favelas do Complexo da Paz e também nesses conjuntos de apartamentos, construídos dentro, ou muito próximos, dessas favelas. Ao explicar o objetivo da pesquisa, ela se prontificou a ajudar, dispondo-se a apresentar-me duas amigas moradoras desses prédios.

1.1.1 Primeiras impressões sobre o campo

Figura 1 – Desenho da guarita e entrada do Condomínio Esperança.



Autor: Wellington da Silva Conceição

Depois de algumas semanas insistindo na visita, em um dia do mês de março de 2013, Clara me avisou, por telefone, que estaria no Residencial Esperança, às 14h30m, e me perguntou se eu queria aproveitar a oportunidade. Aceitei imediatamente o convite e estava lá no horário marcado. Cheguei ao local e liguei para Clara que me buscou na portaria, levando-me diretamente à casa de sua amiga, onde ela já estava antes de eu chegar. Passei por uma portaria anexa a uma guarita e cumprimentei o vigia. A entrada, assim como a parte inicial dele, lembrou-me um condomínio no mesmo formato dos já existentes na cidade, geralmente destinados a famílias de classe média. Logo após a entrada, podia avistar uma área de lazer, com quadra de esportes, churrasqueiras e um salão para festas.

Minha primeira impressão sobre o local não era infundada: segundo a moradora Rosa, amiga de Clara e minha primeira informante nesse local, o conjunto de prédios onde mora, ao qual ela e os demais moradores denominam condomínio²¹, assim como os do condomínio

²¹ O uso da categoria condomínio não representa somente uma troca de termos, mas, como aponta Ferreira dos Santos, uma “fórmula de vida urbana” (1981, p. 22). A formação de condomínios na ocupação de moradias

vizinho (Residencial Felicidade²²), foram construídos por uma empresa com a finalidade de venda no mercado habitacional pelo MCMV. Depois verifiquei no site da Secretaria Municipal de Habitação e fui informado por técnicos da Secretaria Estadual da Casa Civil (em conversas informais), que o empreendimento destinava-se a um público com renda entre 3 e 6 salários mínimos, em que a preferência de aquisição era dos profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais).

Uma empreiteira, com subsídios MCMV, do governo federal (administrados e aplicados pelos governos municipais e estaduais), seria a responsável pela construção e comercialização dos imóveis. Porém, devido às remoções emergenciais, por causa das casas destruídas ou ameaçadas de destruição pelas fortes chuvas de 2010, o governo do estado comprou os apartamentos, oferecendo-os às famílias vitimadas, as quais moravam em abrigos provisórios ou estavam instaladas em casas subsidiadas pelo aluguel social²³ enquanto aguardavam a mudança para a nova moradia. Cardoso et al (2013) já haviam identificado essa prática:

Além do financiamento de habitação, o PMCMV vem sendo utilizado na cidade do Rio de Janeiro como política de reassentamento, onde a prefeitura compra os empreendimentos da CAIXA e os cede, a fundo perdido, às famílias reassentadas. O alvo dessa política são moradores de áreas de risco, como encostas e margem de rios; de ocupações informais como favelas; ou ainda moradores de áreas que serão alvo de intervenções em função dos megaeventos que ocorrerão na cidade nos próximos anos (p. 144).

No caso estudado, o agente comprador dos empreendimentos imobiliários foi o governo do estado, com recursos do PAC, mais especificamente, os recursos destinados ao *PAC Favelas*.

Creio que seja importante apresentar algumas informações sobre esses condomínios citados, que têm uma importância central na pesquisa que realizei. Diferentemente de outros

construídas pelo PAC/MCMV para moradores realocados faz parte de todo um processo de gestão das populações pobres em vigor. Veremos isso com mais detalhes no quarto capítulo.

²²Para designar esses condomínios – amplamente citados neste texto – usarei os nomes Felicidade e Esperança. O Residencial Felicidade fica ao lado do Esperança, e foi construído para a mesma finalidade, mas também recebeu moradores realocados. Além dos atuais moradores terem o mesmo histórico, também encontramos semelhanças nas estruturas físicas e na organização política: síndico único para todos os blocos.

²³ O aluguel social é uma política do governo do Estado do Rio de Janeiro – coordenada pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos – que concede, provisoriamente, um valor mensal para custeio de despesas com aluguel. Os beneficiários dessa política são famílias, cujos desastres naturais ou a política de remoção fizeram-nas perder suas casas. O aluguel, quase sempre atrelado a projetos de moradia como medida compensatória, como o MCMV, nesse caso, é oferecido no período entre a saída da primeira casa e o ingresso na nova moradia. A escolha da casa, alugada com o subsídio, é de responsabilidade do beneficiário.

casos na cidade, como os “Ipês” de Realengo, (outros condomínios do MCMV, destinados a moradores realocados de favelas de diferentes pontos da cidade²⁴) marcados pelo difícil acesso a comércios e equipamentos públicos e pela distância do centro e demais bairros do Rio, a localização do Esperança e do Felicidade se reveste de boa infraestrutura urbana, inclusive de transporte, possibilitada tanto pelos investimentos do PAC, como pelas próprias características da região.

Construídos no terreno de uma antiga e enorme fábrica e distribuidora de produtos alimentícios, esses dois condomínios têm nas proximidades imediatas um hipermercado, um comércio intenso em duas favelas vizinhas; encontram-se a 5 minutos (seja de carro, ônibus ou van) de dois grandes shoppings e do centro comercial de um dos principais bairros da região. Em relação ao transporte público, há uma estação de metrô a 20 minutos de distância a pé (ou em menos de 5 minutos, de automóvel) e uma estação de trem, em sentido oposto ao metrô, mas com, aproximadamente, a mesma distância.

O endereço das unidades habitacionais, a Avenida da Amizade, oferece linhas de ônibus e vans para diferentes pontos da cidade. Ainda estão localizados a poucos minutos da Linha Amarela, uma das principais vias expressas da cidade. Sua localização permite a utilização dos três principais meios de transportes de massa – metroviário, rodoviário e ferroviário – garantindo-se o acesso da população do local ao centro e a vários bairros da Zona Sul e da Barra, usando um único tipo de transporte. É fácil o acesso a essas regiões da cidade, concentradoras da maioria das ofertas de emprego e onde muitos dos seus moradores trabalham. Quanto aos equipamentos públicos, à esquerda do condomínio, exatamente ao lado do Esperança, um conjunto de equipamentos engloba uma escola, uma creche municipal e uma espécie de “escritório” central do policiamento na região – a *Coordenadoria de Polícia Pacificadora*. Ainda no campo da segurança, é marcante a presença das UPPs nas favelas da Paz. Para o atendimento de saúde, dispõem de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)²⁵ localizada ao lado do Felicidade, à sua direita.

Ressalto que, apesar da presença desses equipamentos e serviços próximos à região, o poder público não está isento da crítica dos moradores dessas unidades habitacionais, pois reiteradamente questionam a falta de qualidade dos serviços públicos disponibilizados,

²⁴ Essas áreas residenciais estão devidamente apresentadas em CARDOSO et al (2013) e no documentário “Realengo: Aquele desabafo” (vídeo disponível para exibição em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZoBJzrACZ3c>. Acesso em 12/12/2015).

²⁵ As UPAs são unidades médicas que atendem, preferencialmente, os casos de emergência e funcionavam (até meado de 2015) as 24 horas do dia. Foram criadas pelo governador Sérgio Cabral em seu primeiro governo (2006-2010), mas logo foram adotadas também como política federal.

enfazando como é “fraco” o ensino oferecido na escola, reclamando da superlotação da UPA, da truculência policial, entre outras demandas.

Diante dessas afirmações, é possível falar sobre como a modalidade e os efeitos das remoções vividas por esses moradores do Esperança e do Felicidade se diferem de outras existentes na cidade, realizadas com a mesma finalidade: reurbanização de favelas (muitas também promovidas a partir do PAC). Quanto a esses outros casos, a distância em relação à moradia de origem causou alterações substanciais nas rotinas pessoais, nas redes de sociabilidades estabelecidas e na relação com o espaço de moradia. Pudemos observar essa prática quando o município do Rio de Janeiro realocou, nos últimos anos, moradores da favela da Providência (na região central) em unidades habitacionais em Santa Cruz e Campo Grande (Zona Oeste, distante pelo menos 60 Km da moradia anterior) ou, ainda, quando moradores de vários bairros da Zona Norte da cidade foram removidos para Realengo, como aconteceu nos “Ipês”.

Construindo uma análise a partir de categorias foucaultianas, fica claro, para esses casos, o endereçamento de uma estratégia de *gestão de populações*²⁶(FOUCAULT, 2008b) marcada pelo projeto de afastamento de alguns grupos sociais de determinadas regiões da cidade, assim como pelo controle dos seus fluxos, muitas vezes, garantindo o afastamento físico deles de áreas da cidade destinadas a classes sociais mais abastadas ou ao turismo. Profissionais da arquitetura e do urbanismo têm identificado essa estratégia desenvolvida pelo MCMV em todo Brasil, fenômeno denominado como “periferização” (RUFINO, 2015).

O projeto de poder idealizado para os condomínios na região do Complexo da Paz – com outra escala de valor dentro do projeto político e econômico da cidade – deu-se a partir da permanência dos moradores em habitações próximas de suas moradias de origem e não na “periferização” das suas novas residências. Mais uma vez recorrendo às categorias foucaultianas, trata-se de uma política de *gestão*, marcada, sobretudo, pelo controle e pela disciplinarização²⁷, pela formação de *corpos dóceis* (Foucault, 2008c) por meio de práticas educativas, das quais falaremos à frente.

Muitos dos moradores do Felicidade e do Esperança foram realocados em área próxima da antiga moradia; e são oriundos, majoritariamente, das favelas do Complexo da

²⁶ Ao falar de *gestão de populações* Foucault refere-se a uma forma de exercício de poder vigente, marcada pela preocupação ativa de controlar a população por meio, principalmente, de dispositivos de segurança, considerados mecanismos essenciais nesse processo (Ver FOUCAULT, 2008b). No capítulo seguinte apresentaremos melhor esse conceito.

²⁷ Embora a biopolítica seja uma tecnologia de poder diferente da tecnologia disciplinar, Foucault argumenta que o projeto biopolítico não abandonou as práticas disciplinares, mas as incorporou em seu trabalho de *gestão de populações*. Discutiremos isso de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

Paz²⁸ e não tiveram dificuldades de manter as redes pessoais, formadas durante o período nos quais viveram nessas favelas. Em alguns casos, os moradores tiveram entre seus vizinhos alguns dos vizinhos antigos, além de amigos e parentes.

A mudança para perto da antiga residência ainda evitou fortes impactos no cotidiano dos moradores, possibilitando a manutenção dos mesmos lugares para trabalhar e estudar, sem ampliar ou modificar bruscamente suas formas de deslocamento pela cidade. Sendo assim, talvez para os moradores do Esperança, e dos outros seis condomínios populares nos arredores do Complexo da Paz, os efeitos imediatos da remoção tenham sido menos impactantes do que para os favelados deslocados pela cidade: enquanto os primeiros sentiram mais os efeitos da *gestão de populações*, pela via disciplinar; os demais, submetidos a práticas disciplinadoras, ainda foram desenraizados de seus antigos espaços de moradia com o redimensionamento dos seus fluxos pela cidade. Entretanto, apesar dessas diferenças, todos os novos moradores foram expostos a mudanças traumáticas e/ou thaumáticas, ao descobrirem os condomínios e a morfologia dessa nova forma de habitar.

1.1.2 Compreendendo o objeto, estruturando uma pesquisa

Voltando ao momento da minha entrada no Esperança, enquanto nos dirigíamos à casa de Rosa, avistei um grande espaço interno, dividido por extenso corredor central. Este conjunto residencial compõe-se de treze blocos, pintados nas cores bege e barro, totalizando duzentos e noventa e uma unidades habitacionais.

O primeiro bloco é formado por três casas contíguas, chamadas de PDE (destinadas a famílias com pessoas com deficiência física ou mental. A sigla remete ao perfil do usuário – Pessoa com Deficiência). Os demais blocos possuem vinte e quatro apartamentos cada, com seis unidades por andar. A área comum dispõe de cento e trinta e uma vagas de estacionamento (não autônomas²⁹), depósitos cobertos para lixo, churrasqueiras, salão de festa e playground, este sem utilização, já no início da pesquisa, porque diversos brinquedos, quebrados e sem manutenção, encontravam-se armazenados atrás de um dos prédios do condomínio.

²⁸ Não consegui ter acesso aos dados oficiais, mas, segundo estimativa do síndico e dos técnicos da Defesa Civil, os quais trabalharam no processo de reassentamento dos moradores, em torno de 70% dos moradores desses dois condomínios vieram das favelas do Complexo da Paz.

²⁹ Trata-se de sistema de parqueamento, ou seja, as vagas não são exclusivas de uma unidade habitacional autônoma, assim como acontece na maioria dos condomínios destinados às classes média e alta.

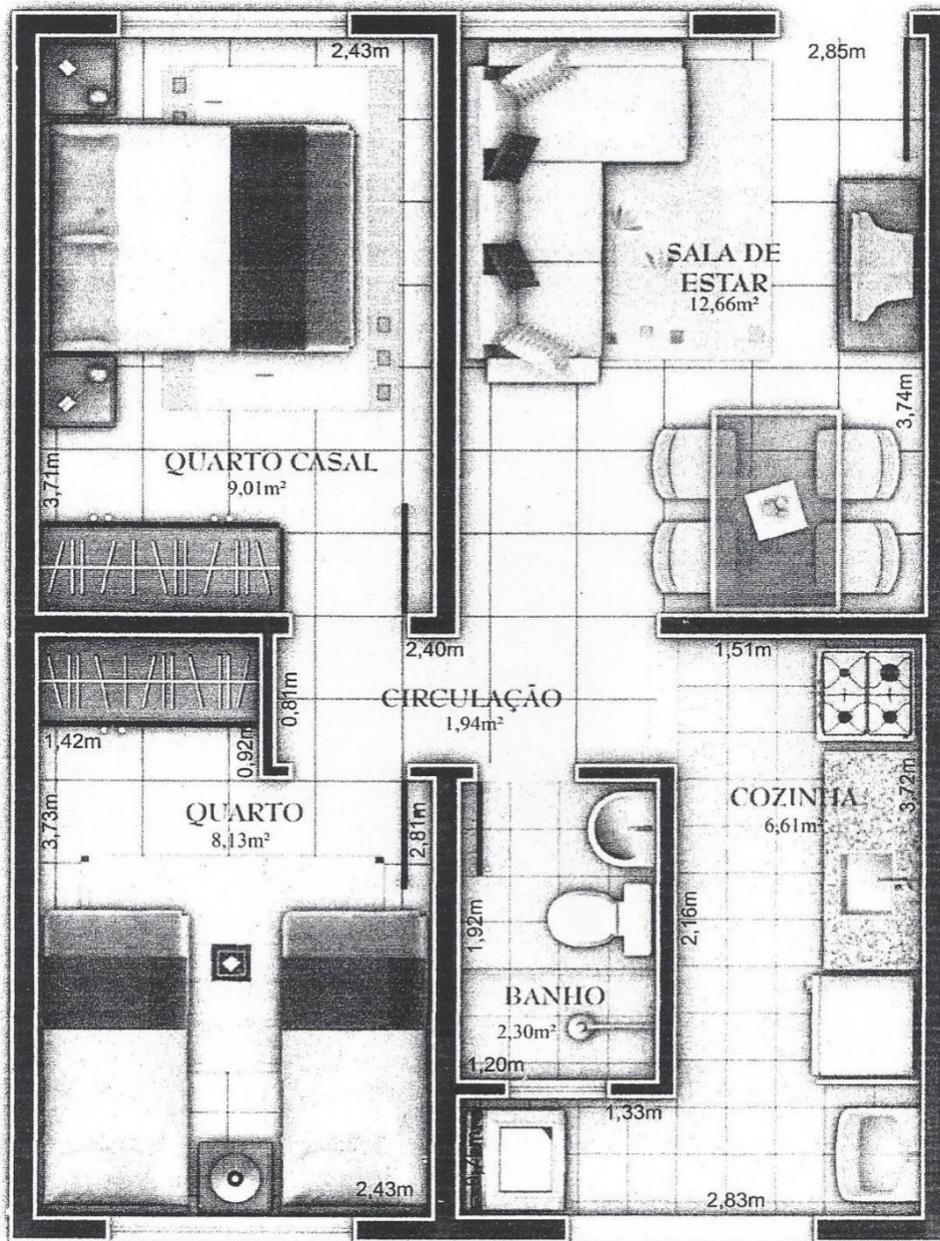
A unidade habitacional de Rosa situa-se em uma das primeiras ruas, após a entrada principal. Chegando a seu apartamento, no térreo, fui convidado para entrar e muito bem recebido. Rosa é uma mulher simpática, branca, alta, aparentando trinta anos de idade. Pareceu-me ser bastante conhecida no local e ter boas relações com muitos moradores, inclusive com o síndico. Era a pessoa ideal para ser o *Doc*³⁰ da minha iniciante empreitada etnográfica. Na casa ainda estavam seus três filhos e uma amiga, Joana, muito próxima da família. Joana, Rosa e Clara começaram a conversa, informando-me que se conheceram e constituíram forte laço de amizade quando trabalharam juntas como agentes de impacto do PAC Social³¹.

Ao conhecer todo o apartamento, observei um imóvel bem pequeno, decorado com bastante cuidado, notando-se isso, por exemplo, pelas paredes pintadas e pelos móveis com aspecto de novos. Essas unidades habitacionais (que com exceção dos PDEs, possuem a mesma medida e formato) têm área interna de 44,90 metros quadrados, distribuídos em sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço.

Figura 2 – Planta Baixa do Apartamento

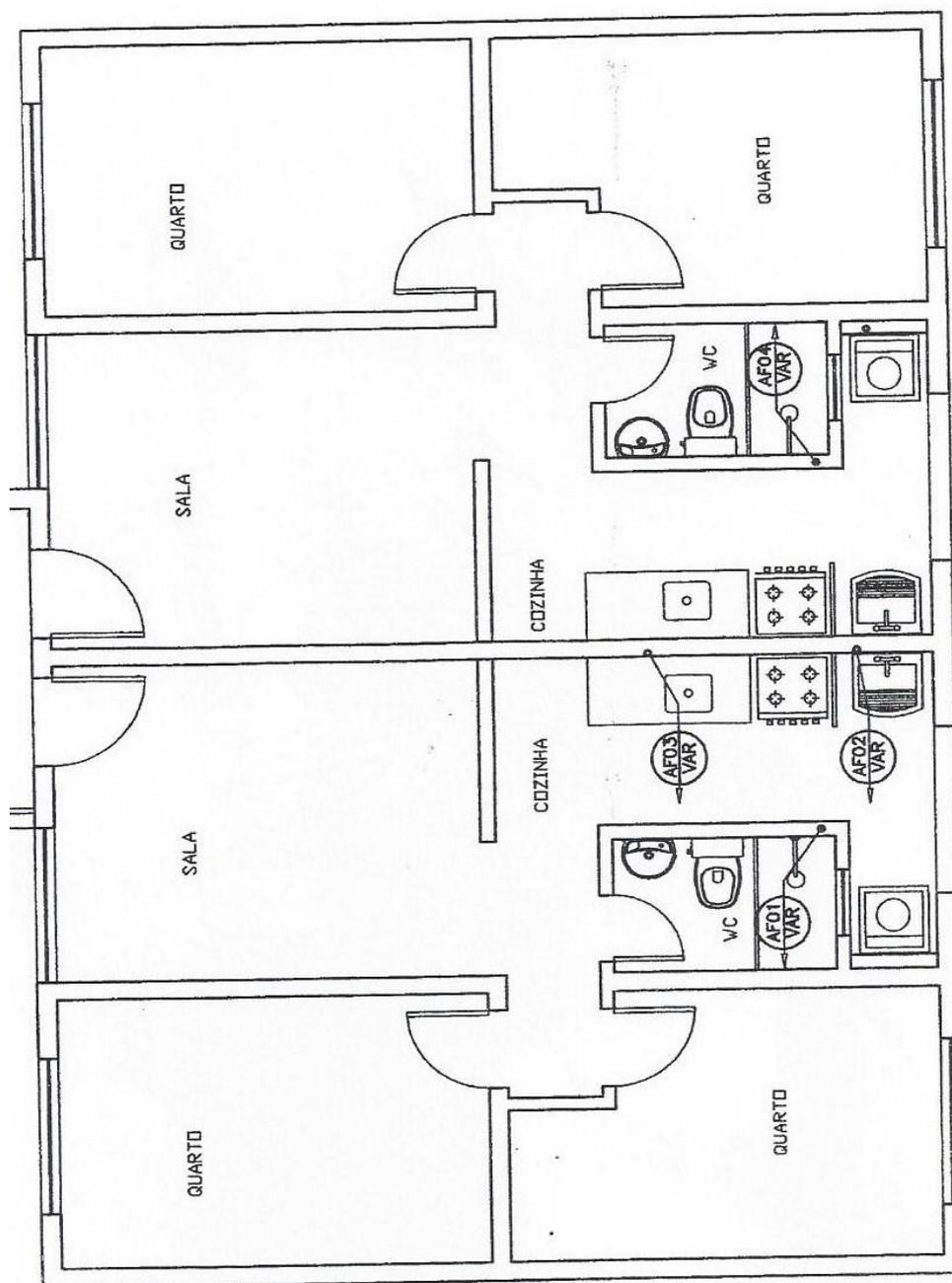
³⁰ Doc foi o nome fictício cunhado por William Foote Whyte (2005), escolhido para designar o seu principal informante na pesquisa de campo realizada por ele, em um bairro pobre de Boston, na década de 40 do século passado. Pela sua condição de “informante bem informado”, foi essencial na pesquisa de Foote White, pois, além das informações concedidas e da convivência, apontou-lhe caminhos, ajudando-o a formar redes, além de ensinar-lhe a evitar constrangimentos. Em função de seu papel nessa pesquisa, Doc tornou-se uma categoria utilizada para nominar os principais informantes da pesquisa etnográfica. Valladares (2007), baseada na obra de Foote White, aponta a importância de um “Doc” para a pesquisa etnográfica: “Uma observação participante não se faz sem um ‘Doc’, intermediário que ‘abre as portas’ e dissipa as dúvidas junto às pessoas da localidade. Com o tempo, de informante-chave, passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de ‘assistente informal’” (p. 154).

³¹ O PAC Social é um plano de contingenciamento de impactos, fazendo parte, por isso, do PAC nas localidades contempladas com obras de grande impacto, acompanhando as famílias das áreas atingidas pelas obras, desde o seu cadastro até o reassentamento, auxiliando na adaptação desses moradores às novas acomodações e à inserção deles em uma nova realidade.



Fonte: documentos pessoais de Rosa.

Figura 3: Planta baixa do apartamento (para fins de identificação da instalação hidráulica)³².



Fonte: documentos pessoais de Rosa.

Fiquei a maior parte do tempo na sala e foi onde pude fazer maiores observações. Avistei objetos que pareciam revelar a personalidade de Rosa, assim como a sua rotina (BAUDRILLARD, 2000). Além do sofá de três lugares (nesta sala, não há espaço para o conjunto de sofás de três/dois lugares, tradicionalmente utilizado nas casas de famílias

³²A figura em questão refere-se a dois apartamentos vizinhos.

populares), havia uma cabana rosa de briquedo, pertencente à sua filha mais nova, ainda bebê; um microcomputador, um notebook (conectado a uma tv de LED) e um tablet³³.

Soube, durante a conversa, que Rosa trabalhava também como secretária em uma escola estadual em outro bairro (contratada de uma empresa terceirizada). Disse que cursou cinco períodos de História (licenciatura) em uma universidade privada, próxima a seu bairro. A primeira conversa, intermediada por Clara (a qual me apresentou a Rosa como alguém de sua confiança), fluiu bem. Ao expor os meus interesses de pesquisa e ao contar onde morava (naquele período, ainda na Cidade Alta) – esta informação pareceu causar empatia, algo que discutirei no próximo tópico – consegui a confiança de Rosa, e ficamos por mais de três horas conversando.

O diálogo, cujos objetivos da pesquisa eram o foco, não versou só sobre a sua condição de moradora, mas também sobre assuntos diversos como política, filhos, televisão etc. Nesse momento, iniciei a minha pesquisa de campo junto àquele local e às pessoas que ali habitam. As informações iniciais da nossa primeira conversa foram preciosas e me tiravam da total ignorância sobre a breve história e a sociabilidade presentes naqueles prédios e em seus condomínios. O fato de Rosa, além de moradora, ter sido agente de impacto do setor social do PAC enriqueceu ainda mais a nossa conversa. Entre as funções exercidas por ela no PAC, estava a de realizar a identificação e o cadastro das famílias durante o processo de reassentamento, assim, já no primeiro dia, tive acesso a informações que subsidiaram e estiveram presentes no desenvolvimento da pesquisa, auxiliando a minha investigação junto ao Esperança e aos seus moradores.

Das informações colhidas de Rosa, vale ressaltar três, que depois serão desenvolvidas em outras partes deste texto.

A primeira: o condomínio no qual Rosa mora apresenta muitas diferenças se comparado aos outros cinco conjuntos residenciais, construídos no entorno, iniciativas diretas do PAC (e não MCMV, como o Esperança e o Felicidade). Essas diferenças começam no aspecto físico, pois o Esperança e o Felicidade foram os únicos desses empreendimentos

³³Shirley Torquato (2013) apontou em sua pesquisa a existência de uma relação profunda entre a mudança de endereço e a reestruturação do consumo doméstico (representada pela aquisição de novos móveis e eletrodomésticos), no caso dos moradores do Morro do Preventório, realocados para edifícios construídos pelo PAC nas proximidades. No meu campo, observei móveis novos e eletrodomésticos de última geração (como as tvs de LED), compondo a paisagem de vários apartamentos nos quais pude entrar, ou observar, caminhando pelas ruas internas do Esperança. Em dezembro de 2013, Rosa já havia trocado dois móveis da sala: o rack e o sofá. Porém, ressalto que, ao contrário de Torquato, não considero a mudança para o condomínio como a adoção de um “estilo de vida burguês” inexplorado na favela, pois muitas dessas famílias já prezavam por mobiliários novos e equipamentos modernos, mesmo quando moravam na favela. Na minha experiência de campo, a aquisição de utensílios novos parecia se relacionar, mais ao desejo de aproveitar o momento da mudança para renovar o mobiliário, que uma alteração efetiva nos padrões de consumo.

imobiliários não construídos pela empresa Poesis, logo, a padronização de estilo na construção deles é diferente dos demais. Além da forma diferenciada, também o material utilizado nas construções é diferente: os do MCMV são feitos de alvenaria, já os outros, realizados pelo PAC, são de concreto.

Outras diferenças, no campo da organização social, também são percebidas: enquanto o Esperança e o Felicidade têm um síndico para todos os blocos e recolhem taxa condominial obrigatória, em torno de 70 reais (quando iniciei a pesquisa), seguindo orientações da equipe da Caixa Econômica Federal, os demais conjuntos habitacionais, organizaram-se por prédios ou blocos, elegendo um síndico para cada prédio (sem um trabalho interdependente), e a taxa cobrada, geralmente, consiste em valores bem mais baixos, algo em torno de 10 ou 20 reais. Alguns deles resolveram posteriormente se organizarem em associações de moradores.

A diferenciação em relação aos outros condomínios do entorno foi um dos assuntos mais recorrentes no campo. Várias vezes os moradores mencionaram o fato de aquele local ter sido construído para ser um “condomínio de verdade”, um equipamento cujo público-alvo eram famílias de classe média. Em muitas falas percebia que essa informação era utilizada como uma forma de estabelecer hierarquias, que já estavam marcadas pela própria estrutura física, pois, enquanto os outros condomínios, construídos especificamente para fins de reassentamento, eram abertos, sem qualquer tipo de cercamento; o Esperança era murado, tinha guarita e o acesso se dava por meio de um portão para pedestres e de outro para carros. Certamente, esses elementos de identificação visual diferenciariam, naquela região, os locais de moradia de ex-favelados, daqueles dedicados à classe média baixa, que pagou por seus apartamentos. Essas marcas identitárias do espaço continuaram a surtir efeitos distintivos no Esperança (pelo menos no início de sua instalação), a ponto de o síndico providenciar cercas de concertina³⁴ para dificultar, mais ainda, a entrada de pessoas de fora, as quais “estariam vindo bagunçar o condomínio”, segundo ele.

Chamaram-me ainda a atenção – e esse é o segundo ponto de destaque – algumas outras falas ditas ali e repetidas reiteradas vezes no campo, e que revelavam aspectos de grande importância para a construção da sociabilidade local. Ao desabafar sobre a convivência com os vizinhos, Rosa utilizou um conhecido clichê: “alguns moradores saíram

³⁴“Arame de concertina é uma barreira de segurança laminada, de forma espiralada possui lâminas pontiagudas, cortantes e penetrantes. A concertina foi originada nas cercas utilizadas em ações militares que ficavam no chão para impedir a ultrapassagem de um perímetro. A concertina é a evolução do arame farpado e geralmente são utilizados em muros, alambrados, cercas, portões, telhados e torres. São feitos de aço galvanizado ou inoxidável e dificilmente são cortados por ferramentas convencionais”. Informação in: http://pt.wikipedia.org/wiki/Arame_de_concertina.

da favela, mas a favela não saiu deles”. Pedi-lhe que me explicasse sua afirmação, mesmo consciente das representações contidas e usualmente ativas nessa frase. Ela então ressaltou que muitos moradores não haviam aprendido a viver em condomínio, a “conviver com os outros”. Citava como exemplo a vizinha, a qual jogava restos de comida pela janela, caindo sempre dentro de sua cozinha; por isso, preferia deixar a janela fechada para evitar aborrecimentos.

Percebia ainda outros aspectos distintivos de ordem interna, marcados por uma memória da favela e de suas práticas. A classificação interna do “morador favelado” se revelava como mais uma forma de estigmatização, relacionada à origem espacial e social de seus moradores. Essa classificação era ativada por pessoas de fora ou de dentro do condomínio.

O terceiro elemento que ressalto dialoga de forma profunda com os aspectos apresentados anteriormente. Trata-se do processo de mudança para esses condomínios, que não se deu somente como um trabalho de reassentamento, mas também englobou todo um processo educativo, de caráter civilizatório (ELIAS, 1993 e 2011), procurando “ensinar” aos favelados como funciona a vida em um condomínio, apresentada como forma ideal de moradia coletiva. O principal recurso pedagógico, que se configura também como dispositivo de controle desse processo, são os chamados “encontros de integração”, terminologia usada pelos profissionais, que os elaboraram e/ou aplicaram, ou “cursos para aprender a morar junto”/ “curso para aprender a viver em condomínio” / “curso do pode ou não pode”, como ouvi algumas vezes entre os moradores. Vale lembrar, esses encontros eram de frequência compulsória – pelo menos um membro por família deveria comparecer – e os futuros moradores, se faltassem aos encontros além do permitido, teriam problemas para conseguir a chave do apartamento no prazo estabelecido. Na primeira fase, essas reuniões não eram só educativas, além da formação para viver em condomínio, eram resolvidas questões de ordem prática: a eleição do síndico e de seu conselho, a aprovação da convenção do condomínio e o estabelecimento da taxa condominial, além da fixação das regras presentes, tanto na convenção como no contrato. Essa etapa inicial, anterior à mudança, não era a única: depois de passarem a viver no local, havia novas fases de formação, dessa vez com um quórum bem reduzido, talvez por não existir mais nenhum recurso punitivo para os ausentes.

Nesses encontros, a formação oferecida baseava-se na inserção de seus destinatários (pessoas em processo de reassentamento) no espírito de uma “convivência comum”. Em um primeiro momento, surpreendeu-me na fala de Rosa – presente também no discurso de outros moradores e dos técnicos com quem conversei posteriormente – a afirmação de que

“moradores de favela não saberiam conviver, morar juntos”, frase utilizada para tentar justificar a validade dessa formação. Percebi, já nesse primeiro momento, nessa prática pedagógica, uma importante referência para pensar a sociabilidade construída naquele espaço. Ficava claro como se traduzia, no cotidiano daqueles moradores, um projeto disciplinador revelado, na cidade do Rio de Janeiro, como uma nova fase de um longo projeto de controle e/ou de gestão das populações pobres, iniciado no final do século XIX – quando os cortiços passaram a ser perseguidos, demolidos e seus moradores expulsos do Centro da cidade – e que se estendeu no séc. XX em outras políticas de moradia para ex-favelados, como os parques proletários, a Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais da COHAB-GB e CHISAM³⁵.

Outra dezena de assuntos apareceram em nossa conversa antes de nos despedirmos no final da tarde: perfil dos moradores, tamanho do apartamento, a eleição para síndico, a realidade da favela, etc. A longa conversa (em torno de três horas seguidas), o gostoso café e a excelente recepção me motivavam a voltar e a fazer dali a minha nova casa como pesquisador.

Figura 4: Entrada de um dos blocos do condomínio Esperança³⁶

³⁵ Essas políticas habitacionais e seus respectivos projetos de controle e/ou gestão serão apresentados no próximo capítulo.

³⁶ Foto modificada por editor de imagem.



Autor: Wellington da Silva Conceição

1.2 Estrangeiro ou mais um como eles? Pensando a minha subjetividade e o ingresso no campo

No primeiro retorno ao Esperança, na semana seguinte, já tinha uma nova conversa programada. Rosa agendou com Antônio (o síndico), com quem ela estava realizando algumas parcerias naquele momento, para me receber. Rosa não lembrava o meu nome e, ao me apresentar, identificou-me como “o rapaz da Cidade Alta do qual eu te falei”. Antes da entrevista com ele, o bairro onde eu morava parecia ser um elo entre nós, pois o síndico se demorou em falar da vez em que esteve lá, dos moradores os quais conheceu, etc.

Não era à toa que essa caracterização aparecia: ao encontrar Rosa pela primeira vez, fiz questão de ressaltar a minha identidade de pesquisador. Quando explicitiei os objetivos do trabalho o qual queria iniciar – e que me levaram a estar naquele momento em seu sofá – falei a respeito da minha experiência anterior como pesquisador e da dupla inserção como morador e como etnógrafo, a qual, até pelo episódio do próprio ônibus, constituía um dos principais elementos que despertava em mim o interesse pelo Esperança e por seus moradores. Já sentia naquele momento a minha origem espacial abrindo caminhos para a aproximação com a

minha primeira informante. Eu só não percebia a relevância da informação para o seguimento da pesquisa.

Com o uso daquela categoria (“rapaz da cidade alta”), ficava claro que a minha relação de pertencimento com a cidade tinha mais destaque que a minha condição de pesquisador. Entendi que essa identificação, não seria a mesma com qualquer outro morador da cidade: quando souberam o lugar do qual eu vinha, houve uma facilitação das interações, pois passei a ser percebido como alguém próximo, por ter morado em um bairro pobre, por ser morador em apartamento de conjunto habitacional, por meus parentes também terem sido removidos de uma favela.

A presença nesse campo, em um primeiro momento, pareceu-me uma oportunidade de desvinculação da minha postura de pesquisador até então, pois minha trajetória de pesquisa esteve marcada por múltiplas pertencas ao campo. Na Cidade Alta fui morador, professor e, na última década, também pesquisador. Vale uma reflexão mais profunda sobre essa condição: primeiramente, porque essa relação de múltiplas pertencas ao campo ainda é tema de forte discussão nas Ciências Sociais, tendo por foco, especialmente, o problema da subjetividade. Em segundo lugar, essa relação com o meu primeiro campo tem um papel importante na pesquisa desenvolvida junto ao Esperança e seus moradores, especificados a seguir.

1.2.1 Subjetividade e múltiplas pertencas ao campo

A subjetividade do cientista e sua relação com o objeto de sua pesquisa sempre foram questões presentes nas discussões sobre metodologias nas ciências sociais, de forma especial entre aqueles que se utilizam (ou analisam o uso) da etnografia. A distância entre pesquisador e objeto, moldada na antropologia (ciência que utiliza a etnografia como principal método de pesquisa) a partir de perspectivas positivistas, passou por uma crise quando precisou incluir em seus campos de pesquisa algo para além dos universos longínquos, os quais, por si sós, pareciam marcar a distância epistemológica necessária.

Fazer trabalho de campo dentro de seu próprio país, ou até mesmo na própria cidade, passou a obrigar o pesquisador e a ciência a repensarem a utilização dos critérios marcadores dessa distância, como as dualidades “primitivo-desenvolvido”, “simples/complexo” e “selvagem-civilizado”. Passou-se a questionar também até que ponto não existiria uma relação/envolvimento entre pesquisador e investigação, principalmente, se a pesquisa envolver a construção de relações, como acontece no trabalho de campo etnográfico. Mas,

ainda assim, há quem defenda, numa perspectiva científicista, a preservação da distância dessa relação pesquisador-objeto, na qual os pesquisadores não deveriam buscar seus grupos sociais para desenvolverem suas investigações.

Quando iniciei a graduação em Ciências Sociais e percebi minha preferência pelos estudos do meio urbano (principalmente aqueles construídos por antropólogos e sociólogos a partir de etnografias), quis inserir-me nesse campo de estudo, ocupando-me em escolher um objeto de relevância acadêmica e ao meu alcance, a fim de empreender um estudo sistemático a partir do trabalho de campo. A ideia sempre presente era a de escolher um objeto que, mesmo sendo do universo urbano, fosse distante do meu mundo de relações e representações sociais. Inicialmente – até por morar no Rio de Janeiro – pensava em escolher uma favela e nela desenvolver pesquisa empírica.

Porém, em conversas com professores³⁷, notei que, do ponto de vista da pesquisa em sociologia e antropologia urbana, minhas experiências de pertença à cidade apresentavam elementos significativos. A Cidade Alta, bairro onde morava e no qual a minha família materna vive desde a sua fundação, seja por sua formação histórica, seja pelo seu *ethos* revelado nas formas de sociabilidade que se dão internamente e com as outras áreas da cidade, constituía-se em um rico objeto de pesquisa para as Ciências Sociais. Entretanto, entender e tomar o local onde morava como possível objeto de estudo não foi um processo aceito imediatamente. A minha percepção inicial de ciência impedia-me de empreender uma pesquisa com a “neutralidade” em relação ao objeto pesquisado, pois essa “neutralidade” era entendida como distanciamento, imparcialidade, impessoalidade, sendo, portanto, difícil de imaginar a construção dessa “neutralidade” no lugar onde tudo e todos me pareciam tão naturalizados. Como estranhar os fatos e comportamentos, identificar ritos e mitos, perceber estruturas, construir análises e interpretações sobre coisas, crenças, lugares e pessoas do meu dia a dia?

Nesse momento de dúvidas, tive acesso a dois textos clássicos da antropologia brasileira, sobre as questões com as quais me defrontava. Ambos foram publicados em um mesmo livro, no final da década de 70 (*A aventura sociológica*, organizado por Edson de Oliveira Nunes): *O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”*, de Roberto DaMatta, e *Observando o familiar*, de Gilberto Velho. Com os dois artigos aprendi lições

³⁷ Os professores eram Dra. Neiva Vieira da Cunha (UERJ) e Dr. Felipe Berocan Veiga (UFF), à época, professores do Instituto de Humanidades da Universidade Candido Mendes e pesquisadores do LeMetro (IFCS-UFRJ). Interessados no meu objeto de estudo, os pesquisadores fomentaram um trabalho de iniciação científica que participei na Universidade Candido Mendes, cujo tema era: “Cidade Alta e Cruzada São Sebastião: Políticas Públicas e morfologia socioespacial na cidade do Rio de Janeiro”, iniciado em Julho de 2006 e desenvolvido até Julho de 2008. Também foi bolsista do projeto a então graduanda (Ciências Sociais) Débora Bento.

valiosíssimas para a prática etnográfica. O caminho pretendido por mim (estudar o que me é familiar) era apresentado pelos autores como uma prática possível e necessária para a produção acadêmica nas Ciências Sociais.

DaMatta dedica o seu texto à discussão do que ele chamou de “aspectos interpretativos do ofício do etnólogo”, ou seja, os aspectos extraordinários sempre prontos a emergirem em todo o relacionamento humano (como saudade, raiva, tédio etc), e, geralmente, não discutidos ou ensinados nas aulas de metodologia de pesquisa. Nessa reflexão, o autor apresenta dois caminhos possíveis para a pesquisa de um etnógrafo: ou ele faz o exótico tornar-se familiar – tradicionalmente já praticado na antropologia, baseado no esforço de conhecer e traduzir um universo desconhecido para outro – ou faz o familiar tornar-se exótico – correspondendo à situação cada vez mais presente na etnografia, que é o esforço do pesquisador para voltar-se à sua própria sociedade e encontrar nela o seu objeto. Ao tentar mostrar semelhanças e diferenças nesses processos, comparou o primeiro à viagem do herói (o qual, saindo de seu grupo social, empreende uma missão e volta “triunfalmente”) e o segundo à viagem do Xamã, que, conforme o autor,

é um movimento drástico onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. E, de fato, as viagens xamanísticas são viagens verticais (para dentro ou para cima) muito mais do que horizontais, como acontece na viagem clássica dos heróis homéricos. E não é por outra razão que todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são xamãs, curadores, profetas, santos e loucos; ou seja, os que de algum modo se dispuseram a chegar no fundo do poço de sua própria cultura. Como consequência, a segunda transformação conduz igualmente a um encontro com o outro e ao estranhamento (DAMATTA, 1978, p. 29).

O primeiro processo é intelectual, pois se dá por meio de apreensões cognitivas; já o segundo, no campo das emoções, exige um “desligamento emocional”. Porém, apesar das diferenças, ambos são marcados por conflitos dramáticos, chamados pelo autor de *anthropological blues*.

Gilberto Velho (no referenciado texto) reflete sobre a prática de tornar o familiar em exótico na pesquisa antropológica. O autor inicia sua argumentação apontando que parte considerável da comunidade acadêmica partilha da ideia da existência de um envolvimento inevitável entre pesquisador e objeto de estudo, e de que isso não constitua, necessariamente, um defeito ou imperfeição. Depois, rediscute o conceito de distância epistemológica, geralmente elencado como necessário para a validade da pesquisa. No universo urbano, embora uma realidade a princípio nos seja familiar, muitas vezes não é conhecida a fundo. As diferentes classes sociais, tribos urbanas e demais formas de agrupamento nas grandes cidades

podem possuir visões de mundo e pontos de vista diferentes, permitindo ao pesquisador, pertencente do mesmo universo urbano, colocar-se no lugar do outro e fazer o exercício da relativização. Gilberto exemplifica suas afirmações com sua pesquisa em um edifício de Copacabana, no qual pesquisou um grupo de classe média. Apesar de o grupo ser-lhe familiar, suas percepções eram marcadas por uma série de pré-noções, superadas por ele apenas após a pesquisa de campo sistemática, desenvolvendo, inclusive, outras percepções.

Contudo, no meu caso, a sociedade próxima era bem mais próxima do que os exemplos trazidos por Gilberto Velho. Não olhava um grupo diferente, outra classe social ou até mesmo um bairro vizinho: estava me propondo a observar o meu bairro, e nele encontrava, entre os moradores que fizeram a história do lugar, os meus avós, tios, tias, mãe, amigos e vizinhos. Nesse contexto, o familiar, também me era conhecido, tornando o desafio bem mais instigante. Os relatos sobre a vida na favela da Praia do Pinto e a remoção dos moradores, por exemplo, objeto de desejo de qualquer etnógrafo que tomasse o local como objeto de estudo, eram as histórias familiares, ouvidas repetidas vezes na infância, em momentos partilhados por toda família. Percebi a viagem xamânica, conforme apresentou DaMatta, como a melhor metáfora do caminho o qual eu pretendia adotar.

Mas, no meu caso, esse “viajar para dentro” tinha um sentido bem mais intimista. Pensava: como desligar-me emocionalmente em um contexto em que a emoção impera, nos quais os laços afetivos estão fortemente presentes? Uma das mais importantes motivações a seguir em frente com esse projeto foi a descoberta de vários pesquisadores “nativos”, igualmente a mim, realizando pesquisas em seu próprio grupo social, voltando seu olhar não só para que o lhe era o familiar, mas também para o conhecido (WEBER, 2009; MOHAMMED, 2011; GOUIRIR, 1998). Diversos desses trabalhos eram reconhecidos como válidos e relevantes. Inclusive, o único trabalho, até aquele período, cujo objeto de pesquisa também era a Cidade Alta, foi a dissertação da socióloga Denise Nascimento (de 2003), também “nativa” do local.

Para prosseguir com a minha pesquisa em meu bairro, de onde era “cria”, foi essencial a percepção de que, mesmo sendo alguém daquele grupo, vivia um distanciamento. As experiências de socialização e sociabilidade vivenciadas na academia fizeram de mim uma outra pessoa – novos gostos culturais, novas ambições, novos hábitos, uma nova forma de ver o mundo e de entender os acontecimentos. Jailson Souza e Silva (2006) identificou o mesmo tipo de transformação, pela qual passei, nos universitários da Maré com quem realizou uma pesquisa na década de 90. Percebi que aprendi a estranhar muitas coisas, até então familiares e conhecidas para mim. A “curiosidade sociológica” (MILLS, 1965), adquirida intuitiva e

intelectualmente no âmbito da universidade, também colaborava na construção desse novo olhar. Mesmo me sentindo pertencente ao meu grupo de origem, assumi nele uma condição limiar, pois não deixei de ser um deles, mas também não era mais como todos. A partir daí, compreendi a construção de um tipo de “distância” entre mim e meu objeto, e mesmo marcada pela proximidade física e social, sua essência estava no desenvolvimento dessa capacidade de estranhar o familiar e de torná-lo exótico por intermédio da curiosidade sociológica.

Percebi que ser um pesquisador de dentro implicava em vantagens e dificuldades, talvez diferentes daquelas enfrentadas pelos pesquisadores *outsiders*, mas, não menos complexas. As vantagens estavam ligadas à facilidade em empreender uma investigação, pelo menos na fase inicial: contatar pessoas, saber o que pode, ou não, ser perguntado em uma entrevista, andar pelos lugares sem maiores problemas – tudo isso acontecia de forma mais simples e mais rápida, em relação a outros colegas de profissão, os quais se aventuravam em pesquisar o “exótico”. Também conhecia os valores e as regras do local, o que me possibilitava evitar gafes ou desconfortos³⁸. Recebia informações privilegiadas em conversas informais, por vezes em um bate papo no portão do prédio, quando não estava “oficialmente” dedicado à pesquisa.

Essa presença muito intensa no campo, por conta da minha pertença ao local como morador, permitia-me estar atento a todos os acontecimentos em tempo real, possibilitando a observação direta de suas consequências, assim como das reações. E talvez aí esteja a principal desvantagem: onde e como desligar o “pesquisador”? Como estar em uma festa de família e curtir com os meus familiares, se esse momento pode ser uma rica experiência a ser observada? Essa “obrigação” de estar atento a tudo parecia um pouco sufocante, principalmente quando o tudo está tão próximo de você a todo tempo.

Outra desvantagem, pelo menos no início, foi a dificuldade de atentar a pequenos detalhes, insignificantes para o morador, mas proveitosos para o pesquisador. Como exemplo, relato uma experiência ao receber a visita no campo do meu orientador de iniciação científica,

³⁸O desconhecimento do campo pode levar o pesquisador a cometer gafes, as quais, apesar de se tornarem desafios embaraçosos no momento da pesquisa, depois se tornam anedotas partilhadas entre colegas de profissão. Ao discorrer sobre sua etnografia, Foote-White (2005) narra várias dessas gafes que cometeu ao longo do seu trabalho de campo. Reproduzo uma delas para exemplificar: “Quando comecei a encontrar os homens de Cornerville, também entrei em contato com algumas garotas. Levei uma delas para uma dança na Igreja. Na manhã seguinte, os camaradas na esquina me perguntaram: ‘Como vai a sua namorada?’ Isso me deu uma sacudida. Aprendi que ir à casa da garota era algo que você simplesmente não fazia, a menos que esperasse se casar com ela. Felizmente a garota e sua família sabiam que eu não conhecia os costumes locais, e não presumiram que eu estivesse me comprometendo. No entanto, o aviso foi útil. Embora achasse algumas garotas de Cornerville extremamente atraentes, nunca mais saí com uma delas, exceto em grupo, e nunca mais as visitei em casa” (p. 300).

o professor Felipe Berocan Veiga, que, ao observar a disposição dos edifícios do conjunto Bancários (um dos três conjuntos habitacionais da Cidade Alta, e no qual eu morava), percebeu algo invisível à minha percepção: o nome dado aos edifícios obedecia a uma ordem classificatória, no qual um recebia o nome de um estado brasileiro e o outro, logo ao lado, o nome de sua capital. Como morador do edifício Maranhão, nunca prestei atenção no nome do edifício ao lado do meu, chamado São Luis, como referência à capital do estado homenageado em meu prédio.

1.2.2 Algo entre o Xamã e o Herói: a condição de “nativo” da Cidade Alta e o ingresso no novo campo

No meu novo campo de pesquisa, era de se esperar um mergulho na experiência do pesquisador *outsider* ou, na linguagem de DaMatta, empreender a viagem do herói. Na verdade, fui confrontado por muitos dos seus desafios, como construir relações de confiança, fazer-me aceito, justificar minha presença, habituar-me com os espaços e com as regras de sociabilidade, entre outras coisas. Entretanto, a minha condição de “nativo” (da Cidade Alta) não desapareceu. A primeira conversa com Antônio, por exemplo, foi dezenas de vezes interrompida pela pergunta: “E na Alta, como que é?”. O síndico de um condomínio – com somente dois anos de existência na época – via na minha experiência de morador uma oportunidade de comparar sua gestão com a de outros prédios populares. As perguntas não vinham só de Antônio, mas essa curiosidade era frequente em todos os moradores com quem iniciava um diálogo.

Se as minhas origens social e espacial me permitiam fácil acesso ao campo, possibilitando-me a criação, quase instantânea, de vínculos com as pessoas que ia conhecendo e ainda a de não ser confundido com um “fiscal do governo”³⁹, não posso negar algumas dificuldades nesse caminho. Nas diferentes conversas, minha condição de pobre e de morador de conjunto habitacional fazia com que meus informantes, por exemplo, quisessem me poupar de longas exposições sobre alguns assuntos: “ah, você mora na Alta, sabe como é isso, né?”.

³⁹ Apesar de os moradores não identificarem mais essa prática depois do primeiro ano, sempre houve uma promessa, por parte do governo, de que o condomínio passaria por constantes fiscalizações, pelo menos nos primeiros cinco anos, enquanto a Caixa Econômica ainda fosse a proprietária do imóvel. Essa fiscalização se encarregaria de observar as condições técnicas e também o uso que os moradores faziam do espaço a partir das regras estipuladas, como as proibições de venda e alteração do imóvel e o impedimento de constituir atividade com fins comerciais.

Como pesquisador, ansioso pelas representações reveladas nas descrições detalhadas, sedento por entender o “significado das piscadas” (GEERTZ, 1989), sempre me fazia de desentendido, provocando alguns estranhamentos, muitas vezes, ressaltados nas expressões faciais.

Para mostrar como isso se deu no campo, posso citar uma categoria utilizada por uma adolescente em uma conversa para se referir ao tráfico de drogas. Ela falava das “outras hierarquias” da favela. Eu pedi esclarecimentos do que já tinha entendido, a jovem se expressou com um: “ah, você sabe”. E, mesmo solicitando uma melhor especificação, não tive resposta. Também me pareceu que o medo foi um dos motivos do assunto não ter se prolongado. Contentei-me, então, somente com a categoria, embora soubesse o quanto o seu silêncio sobre o tema me fornecia informações.

Mas, embora eu estivesse sedento por informações, as quais poderiam me levar às mais diversas representações, é inegável o quanto conhecer os códigos e os símbolos da vida nas favelas⁴⁰ me eram úteis na observação direta, especialmente no reconhecimento das posturas corporais. Nos últimos meses do campo, quando os traficantes de drogas intensificaram sua presença, eram perceptíveis as posturas que indicavam o evitamento de encontros entre corpos e olhares - como acontecia na Cidade Alta – com os criminosos e com os demais que, de certa forma, se ancoravam no poder bélico deles. Esse evitamento faz parte de um conjunto de atitudes que sempre pratiquei como “nativo”, e que aprendi a desnaturalizar como pesquisador: o desvio do olhar ao passar pelos criminosos, o silêncio diante dos assuntos ligados ao crime local, assim como tantos outros. Era possível ainda perceber o sentido do emprego de certas palavras como: “eles”, “garotos”, “lá” – utilizadas para identificar os criminosos e se diferenciar deles, as quais, desprendidas do seu contexto original, revelavam a mim as tramas condutoras da sociabilidade desse espaço, sempre mutante nesses quase dois anos de campo.

É interessante notar – e sem esse adendo minhas afirmações soariam como algo pretensioso – como essa percepção dos códigos, realidades e comportamentos das favelas não é uma habilidade exclusiva dos que cresceram ou viveram nesses espaços. Os pesquisadores (ou demais profissionais) que já frequentaram sistematicamente e atentamente uma favela

⁴⁰ Vale ressaltar, não estou afirmando a existência de homogeneidade social e cultural entre as favelas, e muito menos entre seus moradores. Porém, há um diálogo constante nesses territórios, marcado, principalmente, por estratégias de defesa e de resistência diante do estigma sofrido e de suas consequências, como a “sociabilidade violenta” (MACHADO DA SILVA, 2004 e 2008) e as permanentes ameaças de remoção (MAGALHÃES, 2013). Como exemplo, podemos falar de categorias que circulam nas favelas cariocas, mesmo naquelas espacialmente distantes entre si. Apresento algumas ligadas à questão do crime e da violência, como “vacilão” (quem anda fora da linha), “X9” (aquele que denuncia um criminoso ou um colega do crime), “arrego” (propina oferecida aos policiais), “chefe” (principal liderança do tráfico na favela), entre outras.

carioca têm, possivelmente, percepção semelhante à minha, ou ainda mais aguçada, desses elementos. É impossível desconsiderar, que a condição de pesquisador no campo, também pode criar um vínculo de pertença ao espaço, mesmo provisoriamente.

O que quis ressaltar é que esse ingresso em um novo campo, considerando as minhas outras experiências de pertença à cidade, permitiu-me assumir um lugar *sui generis* no Esperança à medida que, diferentemente de um pesquisador visitante de primeira vez em uma favela ou em um espaço de periferia, eu tinha experiência prévia na identificação e na análise de códigos e comportamentos, assim como era identificado pelos moradores como conhecedor desses mesmos códigos. Como já salientei, nem sempre isso é uma vantagem na perspectiva da pesquisa, mas sim uma condição própria da minha subjetividade na relação com esse campo. Acredito que, a dualidade “pesquisador estrangeiro” e “pesquisador nativo”, seja bem mais complexa do que esperamos ou imaginamos. Vale se debruçar sobre essas relações com o mesmo ímpeto e seriedade dedicados às nossas pesquisas.

Se o episódio do diálogo no ônibus se constituiu como o *thauma*, despertando-me para essa pesquisa, a entronização no campo – marcada pela adaptação à nova “casa” e por minhas outras experiências de pertença à cidade – foi o *rito de passagem* para esse pesquisador, introduzindo-me nesse espaço e em suas relações, e em outra perspectiva epistemológica. O termo “rapaz da Cidade Alta” revelava proximidade, mas ao mesmo tempo denunciava minha condição de estrangeiro e marginal, sem direito a ter ainda um nome. O momento da adoção do meu nome próprio pelos moradores retirou-me dessa condição liminar, permitindo-me estar mais vezes nesse espaço, frequentando algumas casas, sem necessariamente entrevistar alguém ou ter de expor motivos para isso.

1.3 A mudança para o apartamento e seus ritos

Os moradores do Esperança também viviam os seus rituais nessa mudança de espaço, representados como transformação de vida. Van Gennep, em seu clássico estudo sobre Ritos de passagem, dedica-se a analisar o valor ritual da mudança de casa, mostrando o quanto esse deslocamento espacial se converte em um composto de “ritos de identificação dos futuros habitantes com a sua nova residência” (2011, p. 39). O rito de entrar no apartamento e fazer uma oração em meio ao choro – conforme fez Antônio e registrado na epígrafe deste capítulo – poderia ser facilmente comparado a um rito mulçumano antigo, no qual os homens entravam em suas novas casas acariciando com as mãos um deus doméstico, conforme relata Van Gennep (Ibid., p.39).

A entrada no apartamento certamente não é o único– e nem o principal – dos ritos que marcam essas mudanças, ocorridas nos espaços e nas pessoas (e em seus grupos) os quais passaram a residir no Esperança e/ou nos demais condomínios do MCMV. Identifico quatro grandes ritos nesse processo: O trabalho social que envolve a remoção; os cursos de integração; a inauguração dos condomínios e a mudança para a nova moradia. Em relação aos dois primeiros processos, falarei somente do seu valor ritual e não os apresentarei de forma alongada, pois os dois serão retomados com maior riqueza de detalhes no terceiro e quarto capítulos. A seguir, especifico os rituais em torno da inauguração e do ingresso no condomínio e na unidade habitacional.

1.3.1 O trabalho social de remoção e os cursos de integração

Sobre o trabalho social do PAC e o rito a ele vinculado, o início se deu quando sua coordenação comunicou as mudanças urbanísticas que aconteceriam nas favelas do Complexo da Paz e as possíveis alterações espaciais, as quais culminariam em reassentamentos. Depois, as famílias cujo reassentamento foi determinado foram procuradas por colaboradores da Empresa de Obras Públicas (EMOP) e comunicadas de sua remoção. Também foram avisadas da possibilidade de escolher uma entre as três seguintes medidas compensatórias: indenização (estipula-se um valor para a compra da casa); compra assistida (o morador escolhe uma casa à venda dentro do estado do Rio de Janeiro e o governo a compra) ou reassentamento (o governo instala a família em uma unidade habitacional construída ou comprada para tal fim)⁴¹. Vale ressaltar: entre as três medidas compensatórias, a terceira teve mais adeptos, já que, com os baixos valores oferecidos tanto pela indenização como pela compra assistida, não haveria possibilidade de comprar outra casa sem a composição de recursos próprios. Esse primeiro ciclo ritual estava marcado principalmente por dois sentimentos: a adaptação à ideia da mudança e a expectativa pela nova moradia que estava por vir.

Nem todos receberam esse processo ritual como algo positivo: se para alguns as mudanças representavam a aquisição de uma casa melhor e/ou com melhores condições de moradia; para outros, significava abandonar residências repletas de valores materiais e/ou simbólicos, os quais nem a indenização nem o novo apartamento eram capazes de ressarcir. É

⁴¹No caso das famílias cujas casas estavam na zona da “mancha” (da qual já falamos neste capítulo), foram retiradas de suas casas, pelas condições emergenciais em que se encontravam, e receberam do estado o aluguel social.

possível observar, ainda hoje, uma série de movimentos sociais na cidade, cuja luta contra a remoção compulsória e a resistência em aceitar as medidas compensatórias são suas bandeiras, sejam essas compensações quais forem⁴².

Os encontros de integração, explicados anteriormente, podem ser descritos – a partir da literatura antropológica do ritual – como o momento, por excelência, da formação de uma *communitas* (TURNER, 1974). As *communitas* são sociedades formadas por sujeitos em condições limiares nos ritos de passagem. Em geral, seus membros são colocados em condições iguais entre eles (todos são *neófitos*), mas hierarquicamente inferior àqueles que estão na *estrutura*. Ainda passam por provações para atestar se são dignos de serem agregados na etapa seguinte. Os encontros de integração acontecem entre o final do trabalho social e o ingresso no apartamento, quando o sujeito já deixou de ser dono da sua casa anterior, mas ainda não é proprietário da nova. Neles, todos são considerados iguais, independentemente das condições culturais, econômicas e sociais tão heterogêneas nos indivíduos envolvidos (são sujeitos em “formação”). Devem passar por uma prova: somente se participarem de 75% dos encontros receberão as chaves do apartamento; caso contrário, esperarão outra oportunidade para participar novamente das atividades.

Apesar de todas essas identificações, considero que a característica mais aproximada entre os encontros de integração e a de uma *communitas* ritual é a representação da condição dos seus neófitos. Segundo Turner,

O neófito na liminaridade deve ser uma *tabula rasa*, uma lousa em branco, na qual se inscreve o conhecimento e a sabedoria do grupo, nos aspectos pertinentes ao novo "status". Os ordálios e humilhações, com frequência, de caráter grosseiramente fisiológico, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a temperada essência deles, afim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios. É preciso mostrar-lhes que, por si mesmos, são barro ou pó, simples matéria, cuja forma lhes é impressa pela sociedade (TURNER, 1974, p. 127).

Dispensadas as questões específicas aos grupos nativos de Turner, os quais ele usa para exemplificar sua teoria (como aquelas de “caráter grosseiramente fisiológico”), nos encontros de integração o participante precisa ser “tábula rasa” para aprender algo ainda não compreendido (segundo aqueles que planejam ou realizam os encontros): a viver coletivamente, e mais, a viver adequadamente em um condomínio, a conhecer as regras de uma certa normatividade urbana. Também representa a destruição da condição anterior: eles

⁴² Entre os muitos casos na cidade, podemos citar a organização dos moradores da Vila Autódromo em Jacarepaguá. Esses e outros casos de resistência às remoções são apresentados no trabalho de Faulhaber e Azevedo (2015) e Magalhães (2013).

procuram transformar o “favelado” em condômino por meios das propostas impositivas de disciplinarização e de civilização. Tal concepção fica clara no argumento de uma das facilitadoras dos encontros de integração nos condomínios do PAC inaugurados em Manguinhos, registrada em uma entrevista realizada por Freire e Souza:

eles teriam que “aprender a viver no coletivo” e se organizar para mostrar algo diferente da idéia corrente de que “para pobre, tudo pode”. Caso contrário, o conjunto habitacional tornar-se-ia nada menos do que “um favelão”. Sua função, dizia uma das facilitadoras, era apenas a de “abrir uma luz na cabeça dos moradores”, a fim de evitar que o conjunto tivesse esse destino (2010, p. 48).

1.3.2 A inauguração

A inauguração dos condomínios é, certamente, o mais público desses rituais da mudança. Ao mesmo tempo, por ser de natureza pública, converteu-se em uma liturgia política, marcada por todos os detalhes e processos concernentes a esses ritos. A inauguração dos condomínios Esperança e Felicidade ocorreu no mesmo dia, no mês de outubro de 2010, tornando-se um grande evento com presença de diversas lideranças políticas.

A principal presença era o do então presidente Lula, o qual, em seu último ano de mandato, entregava pomposamente aqueles apartamentos aos seus futuros moradores. Sua presença ali não era despropositada: além dos apartamentos entregues estarem relacionados a dois programas federais de autoria do seu governo (PAC e MCMV), estávamos em período eleitoral, no segundo turno das eleições, quando Lula tentava emplacar a candidata Dilma Roussef como sua sucessora. Ainda estavam presentes – entre outras autoridades e figuras públicas – o governador reeleito em primeiro turno, Sérgio Cabral, e Eduardo Paes, prefeito da cidade.

O discurso proferido pelo presidente Lula é o centro desse ritual. Tal discurso tem três características muito relevantes, as quais, associadas ao contexto da inauguração, torna-o ainda mais significativo: o lugar do discurso na atividade política; o perfil pouco tradicional do discurso do presidente Lula e a sua proximidade com o “povo”; a incitação à mudança de vida.

Vale evidenciar: o discurso, como apontava Foucault (1996), não é somente um encadeamento lógico de frases e palavras as quais postulam um significado em si mesmo (embora cumpra essa função): ele será uma importante organização funcional para a estruturação de um imaginário social. Ele transcende o aspecto de representação de sentidos e

passa a ser ele mesmo o objeto de desejo que se busca por conta do seu poder intrínseco de reprodução e dominação, presente, por exemplo, na sua capacidade de perpetuar valores atuantes em favor do *status quo*. Foucault considerava que temos a ilusão de o discurso ser capaz de pacificar a política, enquanto – na verdade – seria, justamente, a política um dos lugares onde o discurso pode exercer seus “mais temíveis poderes” (p. 10). Suas táticas e interdições, segundo o mesmo autor, revelam imediatamente suas ligações com o poder.

Concordando com a teoria de Foucault na qual o discurso é mais do que somente uma representação de sentidos, Laclau (1978 e 2005) define o discurso como algo concreto, algo material e não ideal. Ainda segundo Laclau, por meio de uma prática social, o discurso empreende ações significativas para os indivíduos e grupos sociais os quais lhe servem de espectadores. Na atividade política, o discurso tem uma importância vital. Ele é uma das principais formas de comunicação entre o político – eleito ou candidato – e o seus eleitores, presentes ou futuros, provocando a difusão dos significados e as interações necessárias ao exercício dessa atividade. Sendo uma forma de interação, é criado não só a partir das prerrogativas de quem discursa, mas, principalmente, daquelas concernentes aos seus receptores. O discurso político geralmente é um rito marcado por divisões hierárquicas, formalismos, gestos e frases significativas para dar sentido à sua comunicação.

O perfil do discurso do presidente Lula, como apontam Lopes, Oliveira e Silva (2015), rompe, de certa forma, com o perfil do discurso político tradicional. Se os discursos políticos, em geral, apresentam uma distinção entre “nós e eles”, o de Lula trabalha sempre na sua autoidentificação com aqueles que chama de “povo” – categoria que une o presidente e sua história de vida aos eleitores presentes naquela atividade. Lula se coloca como “povo” em oposição à “elite”, identificando, como costuma fazer, os grupos que até então governaram o país⁴³. Ressaltando, a todo momento, por meio da fala, a proximidade entre emissor e receptor, com apelo popular e marcado pelo uso de palavras simples, o discurso de Lula é passível de não ser identificado como um verdadeiro discurso político, mas, como destacaram em seu artigo os autores citados, essa linguagem não deve ser interpretada como um desvio, mas sim como uma ruptura com certas expectativas em torno da função da linguagem da política (p. 29). Na verdade, o discurso do presidente evidencia suas escolhas morais e sociais, determinadas pelo perfil dos interlocutores e pelos objetivos do ritual.

Um dos exemplos apontados por Lopes, Oliveira e Silva (2015) para indicar essa proximidade da linguagem do presidente e a da população expectadora é a apropriação do

⁴³ Vale lembrar: Lula é o primeiro presidente brasileiro reconhecido como advindo das classes populares. Sua trajetória política iniciou-se (e pautou-se) na vida sindical, quando ainda era metalúrgico.

discurso religioso, considerado fora de propósito para um governante diante da laicidade do Estado. No entanto, Lula por diversas vezes fala de Deus e de outros elementos religiosos em seu discurso, como neste trecho apresentado pelos autores:

Eu quero, primeiro, Sérgio, agradecer a Deus, porque acho que todo dia, todo dia nós temos que levantar, colocar nossas mãos para o céu e agradecer por mais um dia. Muitas vezes, a gente se esquece de agradecer, muitas vezes, a gente se levanta nervoso com coisas menores, e a gente se esquece que o dom maior é a nossa vida e, por ela, nós temos que agradecer todo dia ao nosso criador. (Ibid, p.19)

Voltando ao exemplo de Antônio, assim como ele ao entrar em sua nova casa, o presidente também agradecia a Deus pelas moradias entregues. Como analisam os autores citados,

Lula utters metaphors that combine politics with the everyday life of ordinary people, thereby making his speech more “concrete.” As we’ve discussed before, Lula breached the modern ideology of secular politics by conflating his political deeds with religious symbology, for instance by invoking the image of God to “feed the hope” that “things will get better.” He “[thanked] God” for one more day and referred to Rio’s politicians as those who made the “miracle of the multiplication of loaves” (Ibid. p. 25).

A linguagem utilizada por Lula foi essencial para trazer significado ao ritual. Não se tornou um evento protocolar, mas um momento de identificação e esperança: estavam em diálogo sujeitos originados de duras realidades – o sertão nordestino e a favela. Lula passou por uma mudança e era a maior liderança pública do país. Seus interlocutores davam mais um passo em direção a esse processo. Lula era mais que uma autoridade: era alguém de trajetória exemplar, estendendo a mão para atrair, a seu caminho, aqueles os quais dizia considerar como iguais.

O discurso do presidente contemplou ainda considerações sobre a mudança de vida desses moradores. Evidenciou tanto o reassentamento em um espaço “mais digno” como a alteração do status na cidade e dos comportamentos.

Antes de prosseguir nessa análise, trabalharei com mais um dado apresentado por Lopes, Oliveira e Silva (2015). Tais pesquisadores, por meio de uma inserção etnográfica no dia do discurso, descobriram que o presidente Lula, antes de subir ao palanque, conversava previamente com famílias escolhidas pela sua assessoria. A intenção era conhecer suas histórias de vida e anexá-las às demais informações já destinadas para formular o discurso. Tal prática tornava o diálogo com o público ainda mais personalizado e mais íntimo. Foi

assim, quando especialmente citou essas famílias, que o ex-presidente ressaltou o discurso da mudança.

Eu não sei se ela está aqui no meio, mas aqui tem uma companheira chamada Alexandra, que mora no alto do morro com o marido Daniel e os dois filhos, Michel, de dez anos, e Michele, de 12 anos. A casa em que eles vivem está localizada em uma área de risco, e qualquer chuvinha tirava o sono da família. Com a mudança para o novo apartamento, eles poderão dormir tranquilos, inclusive nos dias de chuva forte. Aliás, dependendo do calor que tiver feito durante o dia, eles vão até torcer – diferente de antigamente – para São Pedro mandar uma aguinha do céu para refrescar as noites cariocas. E o teto seguro que protegerá do sol e da chuva a família da Alexandra, fica perto de uma Unidade de Pronto Atendimento e de uma escola, ou seja, fica perto de uma UPA e perto de uma escola. Eu acho que não tem mãe que não fique contente, sabendo que tem a saúde perto, a escola perto e a moradia perto. Portanto, a Alexandra está de parabéns (SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 5).

O discurso do ex-presidente focava em como a mudança de endereço faria transformações profundas na vida daquele casal. Primeiramente, pela adesão a uma melhor qualidade de vida, relacionada ao perfil da nova moradia e à sua proximidade dos serviços públicos, causando, inclusive, uma mudança na percepção de Alexandra e Daniel em relação aos fenômenos climáticos, como é o caso da chuva. Somente nessas novas condições, Alexandra pode ser uma “mãe contente”: ao dizer isso, Lula apresentou a nova moradia como um possibilitador de experiências de felicidade, das quais esses moradores estavam privados na favela. Por fim, os “parabéns” do presidente possivelmente não eram só felicitação pelo bem adquirido, mas ainda por sua aparente adesão ao apartamento, sem oferecer resistências, e por aceitar a mudança de livre e espontânea vontade, reconhecendo seus benefícios.

Sobre a mudança de status na cidade, vale fazer uma análise sobre a mensagem de Lula direcionada ao ex-governador Sérgio Cabral, elogiando sua política de segurança:

Eu disse um dia ao companheiro Sérgio que a gente tem que trabalhar muito para o Rio de Janeiro não aparecer na imprensa nacional apenas nas páginas policiais. É preciso criar a ideia de que o Rio de Janeiro não é um estado de bandidos, não é um estado de traficantes. [...] Mas nós temos que provar, todo santo dia, que a maioria do povo daqui é povo que vive do seu salário, do seu suor e do seu sangue. E, portanto, Sérgio, eu quero te dar os parabéns pela coragem que poucos governadores tiveram, na história do Rio de Janeiro, de enfrentar os delinquentes deste estado com a capacidade que você está enfrentando. Tentar subir nos morros, tirar os bandidos sem molestar as mulheres e os homens de bem que lá moram e que lá construíram a sua família, e que lá querem continuar morando, é um trabalho extraordinário. Eu queria te dizer que você vai continuar tendo o apoio da sociedade carioca, vai continuar tendo o apoio da sociedade brasileira, vai continuar tendo o apoio do governo federal, e eu queria dizer para você: não pare, não pare, porque certamente eles vão começar a te ameaçar, porque não é bom ter gente como você. É melhor ter um facínora como eles governando, para fazer acordo. E você tem que dizer, alto e bom som: o teu acordo é com o povo trabalhador do Rio de Janeiro e não é com bandido; que só tem um jeito de as pessoas não serem molestadas: é as pessoas serem honestas, trabalharem, como todo mundo aqui no Rio de Janeiro trabalha

(SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 7-8).

Ao falar da opção do governador em fazer um acordo com o “povo trabalhador”, Lula parece dividir os beneficiários das políticas: a de segurança, de caráter punitivo e bélico, destinadas aos “bandidos” e a de moradia, destinada aos “trabalhadores”⁴⁴. Esse “endereçamento” de distintas políticas públicas para diferentes perfis da pobreza na atualidade está presente na literatura sociológica por meio da análise de Feltran (2014). Segundo o autor, “as estratégias governamentais contemporâneas parecem estar baseadas, justamente, na variação situacional de um repertório de regimes de governo realmente existentes e relativamente autônomos” (p. 497). Esses regimes se apresentam para diferentes recortes populacionais e são construídos a partir das representações da pobreza, compostas por universos morais e contextos legais diversos – marcados pelas diferenças na “intensidade potencial de conflito” (p. 498) – como aqueles dos quais fazem parte “bandidos” e “trabalhadores”. As estratégias governamentais “essencializariam” (embora o autor ressalte a impossibilidade de tal prática, devido às esferas de comunicação e a troca entre os diferentes perfis, assim como as fronteiras fluídas entre as suas práticas) esses diferentes recortes para produzir uma valoração seletiva e desigual desses grupos e das políticas a eles destinadas. Sendo assim, o repertório de modos de governo pode variar entre trabalhos sociais, apoio ao empreendedorismo, remoção forçada, repressão policial, extermínio e tantos outros possíveis.

Assim, apresentando uma fala na qual defendia diferentes estratégias governamentais para os diferentes recortes da pobreza, Lula exaltava o público presente como uma população moralmente escolhida, apesar do PAC e do MCMV no Complexo da Paz não ter realizado qualquer tipo de seleção moral dos seus futuros beneficiados. As palavras anunciavam ainda um novo perfil da moradia em que ingressavam: ali estavam os “trabalhadores”, podendo construir outras formas de sociabilidade, além daquelas marcadas pelo medo e pela violência; excluído dela estava o “bandido”, permanecendo no morro, que era combatido de forma como o ex-presidente “nunca viu antes na história do Rio de Janeiro”. O espaço nascia como local de “trabalhador”, diferentemente da favela, reconhecida por vários agentes da cidade, como o lugar da violência e do crime.

⁴⁴ As categorias “bandido” e “trabalhador” são geralmente utilizadas em caráter de oposição nas classes populares. O título de “trabalhador” procura expressar uma superioridade moral, relacionada a valores como esforço e honestidade. Já o bandido, “é a pessoa atraída pelo dinheiro fácil, que não quer trabalhar, que tem maus vícios quando comparado ao trabalhador que fala ou a alguém da sua família (...) Esta ética do trabalho não advém, para os trabalhadores daqui, do valor moral da atividade em si. É a ética do provedor de sua família, que permite ao trabalhador sentir-se no seu íntimo e aparecer em público como moralmente superior aos bandidos” (ZALUAR, 2000, p. 145).

Como mostrarei no quinto capítulo, a presença de traficantes de drogas armados é, para os meus informantes, um dos principais elementos que permitem a classificação de um espaço como favela, independentemente de sua morfologia. Sendo assim, um discurso que marcasse sua ausência no novo espaço seria um dos principais indicativos da oportunidade de tudo ser diferente na nova moradia, possibilitando a cidade olhar para eles de outra forma, sem os preconceitos e *estigma* assinalados sempre na sua condição de morador de favela.

Sobre a incitação a uma mudança de vida, esta pode ser encontrada em um dos trechos mais descontraídos do discurso do presidente:

A Ana Paula, ela e o seu marido, Rodrigo, também estavam contando os dias para receber as chaves do novo lar. Eles são pais da pequena Katlyn Vitória, de cinco anos, que exige cuidados especiais. Devido a complicações na hora do parto, a menina não fala e não anda. Ela veio aqui receber as chaves. Eles moram, atualmente, em uma casa que tem escadas e que fica na área de risco. Embaixo ficava a cozinha e o banheiro, depois a sala. Para chegar até o dormitório é preciso subir mais de uma escada e ainda tem o espaço sobre a laje. Agora, imaginem vocês, que foi aquele primeiro companheiro que recebeu a chave da mão do Sérgio, imaginem que eles vão viver em uma casa como essa com uma criança com problema de saúde, e vai ser muito melhor e muito mais tranquilo. Sem contar que a Ana Paula... o bichinho é esperto viu? O bichinho é esperto, ela já está grávida outra vez! Ela já está grávida, é preciso colocar o Daniel para fazer... o Rodrigo, não é isso, para fazer um cursinho de... Como se chama? Não, vasectomia, não, ele é novo ainda, ele é novo. Planejamento familiar! Planejamento familiar, para ele saber... A filhinha da Ana Paula, me parece que é para fevereiro. (SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010, p. 6).

Sem saber se o filho foi planejado ou não, o ex-presidente aponta a gravidez de Ana Paula como um ato de “esperteza” por parte do seu marido. “Esperteza” é uma categoria com duplo sentido: pode identificar a inteligência de um sujeito, mas também habilidade para resolver problemas ou encarar situações de forma pouco ética, a partir do “jeitinho brasileiro”. Nas classes populares, com as quais Lula procura dialogar nesse discurso, o segundo sentido é muito mais utilizado. Sendo assim, Lula aponta certa inadequação daquela gravidez, ressaltada pela afirmação de que o casal precisa fazer um “curso de planejamento familiar”. Tal postura do ex-presidente refirma a concepção dos “favelados” como “tábula rasa”, como alguém com uma socialização insuficiente para viver segundo as normas da sociedade (os encontros de integração formam outro exemplo disso). Essas “formações” se apresentam como mediadores necessários para o favelado mudar de vida.

Essa fala de Lula também pode ser analisada conjuntamente com outra fala do ex-governador Sérgio Cabral, em 2007 quando defendeu a descriminalização do aborto como forma de combate à violência, afirmando que as favelas eram “verdadeiras fábricas de

marginais”⁴⁵, como analisou Birman (2008). O controle de natalidade representa a adoção de uma atitude nova diante da sociedade: não contribuirão mais para reprodução de marginais, mas construirão “famílias-padrão”, pautando-se pelos modelos familiares da classe média, constantemente estampados nos comerciais de margarina.

A partir desses elementos destacados no discurso do ex-presidente – indicando a aceitação e incorporação de mudanças – a entrega das unidades habitacionais poderia representar, como disse o próprio Lula, “um novo começo para cada uma das famílias aqui beneficiadas” (Ibid., p. 4). O ritual político em questão chamou a atenção para uma das naturezas desse projeto público: provocar mudanças na organização política e social da cidade e nos comportamentos e representações de seus novos integrantes.

1.3.3 O ingresso no condomínio e na unidade habitacional

Dos ritos que marcam essa transição entre a favela e a nova moradia, o ingresso no condomínio e na unidade habitacional é o último deles, culminando na fase de *agregação à estrutura*, como diria Van Gennep em sua teoria sobre os rituais. Esse rito é marcado por novas experiências *thaumáticas*, especialmente relacionadas à comparação entre a nova e antiga moradia, entre a favela e o condomínio.

Para boa parte dos meus informantes, esse *thauma* se constituía como representações positivas do espaço, observando elementos como a estética e a infraestrutura, a nova dinâmica social e a educação dos filhos e as relações firmadas com os outros moradores da cidade. Para

⁴⁵ Sobre tal afirmação, o governador procurou justificá-la em uma entrevista: “A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência pública. Quem diz isso não sou eu, são os autores do livro ‘Freakonomics’ (Steven Levitt e Stephen J. Dubner). Eles mostram que a redução da violência nos EUA na década de 90 está intrinsecamente ligada à legalização do aborto em 1975 pela suprema corte americana. Porque uma filha da classe média se quiser interromper a gravidez tem dinheiro e estrutura familiar, todo mundo sabe onde fica. Não sei por que não é fechado. Leva na Barra da Tijuca, não sei onde. Agora, a filha do favelado vai levar para onde, se o Miguel Couto não atende? Se o Rocha Faria não atende? Aí, tenta desesperadamente uma interrupção, o que provoca situação gravíssima. Sou favorável ao direito da mulher de interromper uma gravidez indesejada. Sou cristão, católico, mas que visão é essa? Esses atrasos são muito graves. Não vejo a classe política discutir isso. Fico muito aflito. Tem tudo a ver com violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. Estado não dá conta. Não tem oferta da rede pública para que essas meninas possam interromper a gravidez. Isso é uma maluquice só”. (Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html> Acesso em 25/08/2015).

alguns outros, constituía-se em representações negativas, como os novos custos financeiros da moradia e certas práticas da favela, insistentemente, mantidas por alguns moradores. Vamos especificar os itens apresentados acima, dialogando com as falas dos informantes.

Sobre a estética do espaço, cujo padrão arquitetônico normativo e homogêneo era rigorosamente seguido, diferente dos encontrados nas favelas, é interessante observar como este aspecto tornou-se atrativo para algumas das famílias as quais passariam pela remoção, a ponto de reavaliarem sua posição sobre o processo:

No início a gente não queria mudar, mas depois passou a querer, pois não tinha outra opção. Desde o período que a gente soube, até a mudança, foram mais ou menos seis meses. Mudamos direto, não passamos pelo aluguel social como outras famílias. Antes de mudar, porém, a gente pôde conhecer o apartamento e nós gostamos. Gostamos do ambiente. O lugar era bonito e ainda tinha alguns vizinhos de lá espalhados por aqui (Cláudia, 30 anos, moradora do Esperança – em maio de 2013).

Antônio, já nosso conhecido, também elencou a aparência estética do condomínio, destacando ainda como essa “beleza” do lugar poderia dar novos tons à relação firmada com amigos e colegas moradores de outros espaços da cidade:

Pra mim foi uma benção, pra mim foi uma maravilha ter saído da favela. Não é que era ruim, mas a condição pra gente era difícil. Você vive o risco de tomar uma bala. Tá arriscado morrer de bala perdida ou desabamento. Isso foi ruim pra gente, isso foi péssimo, foi aterrorizante. Agora não. Hoje não. A gente tem um lugarzinho bonitinho. Antigamente a gente não podia levar o vizinho ou o parente dentro da sua casa porque tinha vergonha, hoje todo mundo pode trazer aquele seu parente distante, aquele que sempre dizia que não podia vir (Antônio, síndico do Esperança, 43 anos, em abril de 2013).

Outro ponto interessante na fala de Antônio é a relação que ele estabelece entre a estética do espaço e a infraestrutura. Diante dos mais variados problemas da favela, afirma que a sua casa agora é diferente por ser em um “lugarzinho bonitinho”. A estética do espaço se apresenta como símbolo das relações sociais e das características infraestruturais marcadas no condomínio. Não é despropositadamente a identificação feita por Antônio: o perfil estético da construção se apresenta logo, de imediato, na experiência *thaumática* e ganha destaque simbólico nos processos ritualísticos. Portanto, não é de se estranhar ele catalisar todas as expectativas positivas sobre o espaço. Saliente-se que os agentes públicos nunca ignoraram esse poder de atração e convencimento da estética e, como aponta Guimarães (2013), uma das práticas utilizadas para convencer moradores resistentes à remoção era levá-los para uma visita guiada no possível futuro endereço, com direito a uma apreciação de um apartamento modelo já mobiliado.

A estética do condomínio fez Ana Maria, de 48 anos, assustar-se quando foi selecionada para morar no Esperança: “quando eu passava aqui e via a construção, achava que isso aqui era pra gente rica, que tinha dinheiro. Quando eu vim morar aqui, precisei ser beliscada. Eu não acreditei”. Ana evidenciou a identificação do perfil arquitetônico dessas construções com uma concepção normativa de belo, na qual somos socializados, da qual estariam privados aqueles moradores de espaços como favelas e periferias. Nas palavras de Luciene, de 38 anos, essa diferenciação estética entre o condomínio e a favela estava mais do que óbvia: “É só você chegar aqui e observar que tem uma impressão boa do lugar. Não tem o que questionar”.

Quanto à infraestrutura, os informantes ressaltaram a diferença das moradias, pautando-se, principalmente, na má administração das políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro, como apresentam os relatos a seguir:

Aqui não é lugar ruim de se morar. Se é melhor que a favela? Ah, com certeza. Aqui você não vê traficante, não precisa carregar água. Lá onde eu morava era uma parte alta, e por isso quase não chegava água. Tinha que todo dia descer pra buscar. (Cláudia, 30 anos, moradora do Esperança – em maio de 2013).

A minha casa, por ser muito antiga, ela estava abaixo do nível da rua e a minha mãe estava doente em cima de uma cama. Deu uma chuva que a casa dela.... O esgoto dela era da época de Brizola. Tava lá embaixo, ainda era aquelas manilhas de barro. E aí a casa alagou, ficou cheia. Eu morava em cima da casa da minha mãe [...] A casa, pra entrar, tinha que abaixar a cabeça e pular um murinho maior do que esse. Porque quando chove lá na rua, na beira da rua dá enxurrada. Como a casa estava mais baixa estava entrando água e meu pai foi levantando (o muro). Aí, até meu pai morrer, aí ele levantou e ficou altão. A água entrava pelo vaso e pelos esgotos que tinha. Não tinha como sair, porque não tinha saída na frente, porque na frente não tinha esgoto que escoasse água nenhuma. Pra sair de dentro de casa tinha que subir um degrau e atravessar esse mureta na entrada do portão. Então.... Nossa, eu adorei vir morar aqui. Eu morei toda a minha vida ali e de uns tempos pra cá estava ficando ruim. Ali era igual um buraco, né? Um morro do lado, um morro do outro você não vê nem o início e nem o fim da rua. E é muito complicado. Pra minha mãe já estava ficando difícil pra levar ela ao médico, porque os taxistas não entravam. Pra tirar ela, pra levar ela era o maior aperto... Quando ela passava mal era horrível (Ana Maria, 48 anos, moradora do Esperança – Novembro de 2014).

Assim como no discurso do ex-presidente Lula, as moradoras depoentes fizeram comparação entre os problemas da favela e a estrutura encontrada no condomínio. As dificuldades, os impasses, os problemas, enfim, pareciam entranhados na realidade local da favela – como parte de sua natureza; enquanto no condomínio, eles não existiriam, e assim, a mudança de casa se apresentou como a solução dos problemas. O risco dessa concepção – apoiada pelo Estado no discurso do ex-presidente – é a manutenção de uma concepção superficial de como se pensam e repensam as políticas públicas para as favelas, reduzindo as dificuldades (inclusive sociais e políticas), a estruturas entranhadas ou intrínsecas a uma

suposta “natureza” do espaço e de seus moradores. No entanto, é necessário destacar o valor simbólico dessa mudança, inserindo o sujeito em uma nova rotina e em uma nova relação com o espaço público e o conceito de casa.

O episódio do táxi, registrado no final do relato de Ana Maria, revela outro ponto interessante para mim: esse ritual de integração é entendido como prática capaz de introduzir a pessoa, igualmente, na dinâmica da cidade. Direitos e serviços anteriormente negados, agora poderiam ser acessados devido à sua nova condição de moradia. Essa percepção fica ainda mais clara em outra declaração de Antônio:

Hoje você tem uma liberdade de ir e de vir, tem um endereço... um CEP, tá entendendo? Que antes a gente não tinha, nós tínhamos que depender da associação até mesmo pra entregar uma carta, tá entendendo? Hoje nós temos um correio que chega aqui na portaria, os moradores vão na portaria e cada um pega sua carta ou sua encomenda. Hoje, hoje é uma maravilha (Antônio, síndico do Esperança, 43 anos, em abril de 2013).

Antônio, ao se referir à expressão “tem um CEP”, remete-nos a uma prática existente em várias favelas onde, por falta de um endereço formalmente reconhecido na cidade, os moradores precisam direcionar suas correspondências para a sede associação de moradores. No condomínio, mesmo as correspondências ficando à disposição dos moradores na guarita para serem recolhidas, a existência de um endereço individual e formalmente reconhecido – o qual não utiliza mais a intervenção de terceiros, ou outra mediação para o recebimento de suas correspondências ou encomendas, permite uma sensação de verdadeira inserção urbana e uma conjugação dos sentimentos sociais e das sensibilidades jurídicas existentes na cidade formal. O endereço consolida ainda outra condição para os donos do apartamento: afasta o “fantasma” da irregularidade jurídica da habitação, presente na vida de muitas famílias moradoras das favelas, cuja documentação de propriedade é diferente de outras formas tradicionalmente aceitas na justiça. A regularidade jurídica afasta ainda outro “espectro”: o da remoção. Uma forma de insegurança com a qual os moradores de favela convivem quase que cotidianamente.

Outra forma de integração à cidade (ou pelo menos a sensação de se estar integrado a ela) é percebida pelos moradores nas relações que os seus conhecidos e familiares estabelecem com seu novo espaço de moradia. A fala do jovem Rodrigo, de 15 anos, explicita isso melhor:

Eu tenho uns parentes que moram lá em Paracambi (cidade da Baixada Fluminense). Quando a gente morava na favela eles nunca foram na casa da gente, mesmo nos tempos que o Complexo esteve calmo. Agora eles vão lá em casa direto, e logo hoje que a situação tá ruim aqui na Paz. Mesmo com a situação ruim, eles vêm aqui

porque saímos do morro (Rodrigo, 15 anos, morador do Esperança – entrevista em março de 2015).

A nova moradia parece, aos olhos dos parentes de Rodrigo, como um lugar para ser visitado sem medo. Embora habitado por ex-moradores do “morro”, não permitindo o desaparecimento por completo do *estigma*; os outros grupos populares percebem esses condomínios como um lugar onde os problemas da favela não resistem ou acontecem de forma menos intensa. Certamente, o maior receio de ir à favela reside em torno da violência, mas poderíamos suspeitar também de um evitamento moral, talvez até pelo receio de um “contágio”. Para esses estrangeiros, o condomínio se apresenta como um espaço no qual seus moradores passaram por uma seleção moral, algo que – conforme salientamos – não aconteceu.

O contágio moral⁴⁶ nunca foi só um receio de quem é do “asfalto”, mas também daqueles habitantes das favelas, especialmente em relação às crianças e adolescentes. Sendo assim, o afastamento dos filhos das “más influências” se apresentou como uma das principais vantagens da mudança para o condomínio.

A mudança pra cá foi melhor pra mim. Lá a gente morava em uma casa muito pequena e também meus filhos, que já estão adolescentes, viam muitas coisas erradas. Só por isso já valia a pena mudar (Andrea, 35 anos, moradora do Paraíso – Entrevista em junho de 2013).

Aqui é outro nível de vida. Isso pra mim foi uma das coisas mais importantes porque eu tenho filho. Eu tinha muito medo de permanecer lá e os meus filhos... Você entende o que eu estou falando? Agradei de ter recebido isso aqui. É um lugar bom para os meus filhos e eu estou aqui por causa dos meus filhos (Cláudia, 32 anos, moradora do Esperança – entrevista em agosto de 2014).

Apesar de não falarem claramente – por medo, inclusive – Andrea chama de “coisa errada” e Cláudia prefere expressar por um “você entende” as identificações de um mesmo problema: os criminosos armados atuantes nas favelas. Nesse caso, a mudança a ser realizada deve se operar antes de seus filhos serem influenciados, aliciados ou mesmos contaminados pela proximidade do “mundo do crime”, e por isso é melhor se distanciarem espacialmente. Reitero, portanto, a existência de uma percepção estigmatizada dos demais cidadãos sobre os jovens favelados. Segundo Machado e Leite (2004), são aqueles os quais personificam os “problemas da favela”, já que são figurados como os agentes potenciais do tráfico de drogas. Nessa representação, esses jovens estariam condenados à criminalidade, e só escapariam por

⁴⁶ Esse contágio moral, apesar dos discursos das mães e pais, pareceu-me mais relacionado ao contágio da imagem do filho do que da sua moralidade e comportamentos. Voltarei nesse assunto no capítulo cinco.

bondade do destino ou por interferência de projetos sociais. Por mais que as famílias da favela não supervalorizem o alcance das más influências (como fazem aqueles cujo olhar é sempre de forma estigmatizada), a vida no condomínio, supostamente, permitiria o afastamento das companhias indesejadas. Estar no “asfalto” também pouparia os jovens filhos dessa representação estigmatizada: uma vez distante dos agentes da criminalidade não poderiam ser mais identificados como destinados a engrossar suas fileiras.

Quanto às representações negativas, que marcam esse ingresso na nova moradia, pareceu-me que uma das principais (em um primeiro momento), foi a descoberta de novos custos, que não estavam inclusos no cotidiano na favela. A fala de Rosa apresenta detalhadamente quais são esses custos e seu impacto no orçamento dessas famílias:

Cara, eu sinto que pra mim foi muito bom, porque eu sempre tive vontade de, independente de PAC, eu sempre tive vontade de vir para o asfalto, porem eu não tinha condições financeiras pra vir. Porque o custo de vida no asfalto é muito mais alto. Eu digo pra você que hoje aqui meu custo de vida é muito maior, eu na comunidade não pagava nada. Minha conta de luz vinha três reais, por que era a tarifa mínima. O meu ar-condicionado era ligado diretamente na fiação elétrica, porque dentro das comunidades sempre tem aquele eletricitista que sabe puxar lá o gatinhozinho. Eu não pagava luz, eu não pagava água. Até os trinta e dois anos nunca paguei água. Eu usava água abundantemente. Eu não pagava condomínio e aqui eu tenho custo de luz. A minha conta hoje, barata, vem cento e quarenta reais. Barata! Isso eu apagando, eu controlando, eu gritando e brigando com as crianças. A água está inclusa no condomínio, mas é uma conta que a gente tem fixa, de setenta reais todo mês, que é o condomínio que a gente paga. (Rosa, 34 anos, moradora do Esperança – Entrevista em setembro de 2013).

Segundo Rosa, seus gastos com as contas de casa não passavam de 3 reais por mês – sem qualquer tipo de racionamento – e, de repente, não ficavam por menos de 200 reais – apesar dos racionamentos. O medo da fiscalização do governo, sempre anunciada, mas nunca realizada, criou entre os moradores (pelo menos em um primeiro momento), o receio de se fazer ligações clandestinas de água e luz. Assim, os novos custos provocavam mudanças na rotina de gastos das famílias, por vezes não suportadas, resultando, posteriormente, em uma série de inadimplências nas taxas condominiais. Destaque-se a faixa de renda para a qual os apartamentos foram destinados – 0 a 3 salários mínimos – , que incluía, dessa forma, pessoas com o perfil de Rosa, com emprego fixo, mas também pessoas sem qualquer tipo de renda, ou que no máximo, viviam com recursos do bolsa família. Portanto, esses novos custos tiveram mais impacto em algumas famílias do que em outras.

Outra representação negativa seria a desilusão com o futuro do condomínio, como ressalta Luciene em seu depoimento:

As pessoas vieram pra cá, mas continuaram com as vidas antigas: não respeitam, ligam o rádio a hora que querem, até a hora que querem, se não gostam de você procuram te ofender com palavras e com atitudes.... Se você olhar, vai ver que o condomínio está com problema de pagamentos, as pessoas não estão pagando. Foi uma coisa que foi avisado, entendeu? A conta de água está quase sendo cortada, e você acha que tem disciplina? Vira e mexe as pessoas tem que chamar a polícia pro cara desligar o rádio, abaixar o rádio, e aí quando a polícia vai embora eles ficam no microfone: “não adianta chamar a polícia, que quando a polícia for embora eu vou aumentar o rádio”. É um clima chato, né!? (Luciene, 40 anos, moradora do Esperança, entrevista em novembro de 2013).

A expectativa de mudança de vida na nova habitação é articulada a partir do contraste com a favela. A partir do momento que se reproduzem no condomínio práticas do antigo espaço de moradia e às suas formas de sociabilidade e conflitos, a favelização se apresenta como um “fantasma”, podendo interromper o processo de *limpeza moral*, identificado por mim como o principal uso social dos moradores desse novo espaço de moradia, pelo qual podem reivindicar uma agregação plena no tecido urbano. Por isso, há entre os moradores uma condenação das atitudes remanescentes da favela. No entanto, observo em quase todos os moradores com quem convivi práticas tendentes a serem classificadas como “faveladas”. Contudo, para resolver essa tensão, dois elementos são importantes (os quais serão melhor especificados no capítulo V): o *reendereço do estigma* para outros moradores, que teriam práticas com maior “gravidade”, na concepção do sujeito que faz a avaliação, e a *personalização das regras* estabelecidas pelo condomínio, que relativiza a “gravidade” de suas infrações.

Por fim, os rituais analisados, marcados por diferentes experiências *thaumáticas*, provocaram mudanças significativas nos sujeitos que passaram a ocupar esses condomínios. Até suas percepções e representações da favela e seu cotidiano podem mudar, como apresenta o relato a seguir:

Acho que a gente mudou um pouco o comportamento depois que veio para cá. Eu mesma, no fim de semana, quando vou na favela pra visitar meu irmão, já reparo em coisas que não reparava. Tipo, um esgoto a céu aberto, criança que fica suja na rua.... As pessoas falam que não mudam, mas mudam sim (Andrea, 35 anos, moradora do Esperança).

1.4 O campo e a sua condição mutante

Na antiguidade, o filósofo grego Heráclito dizia que “um homem nunca entra em um mesmo rio duas vezes”. As principais interpretações desta frase consideram a teoria do filósofo de que o mundo está em um eterno movimento (o *devenir*) e, por isso, está sempre em

mudança. Sendo assim, o sujeito não é mais o mesmo quando entra no rio pela segunda vez, assim como o próprio rio. Ambos estão mudados.

A famosa frase de Heráclito me veio à cabeça quando voltei ao campo após alguns meses distante. Fiz a primeira parte da pesquisa de março a dezembro de 2013. A partir de janeiro de 2014, em função da escrita da qualificação, resolvi me manter distante do campo para revisar meus diários e analisar o que tinha produzido até então. Continuei mantendo contatos por telefone e internet para manter vivas as relações, mas sem visitar o lugar. Em maio, depois de apresentar-me à banca, voltei a frequentar o Esperança. O retorno foi marcado por um novo *thauma*.

O espaço estava mudado. Caminhões estacionados dentro do condomínio tampavam a visão de prédios e jardins. Portões instalados diante de algumas portas – como na casa de Rosa – “pervertiam” o formato original dos prédios, que perdiam sua condição homogênea. Pichações de “CV” apareceriam em alguns muros e paredes de prédios, as grades, as quais protegiam a quadra de futebol, apresentavam buracos enormes. As relações sociais também estavam mudadas. O tráfico de drogas se instalara no condomínio e sua presença podia ser notada sem grandes cerimônias. Duas sensações me acometiam: certo medo diante dos novos desafios colocados para a minha análise sociológica e um encantamento diante das possibilidades que se abriam para a nova fase da minha pesquisa.

As mudanças continuaram a acontecer e passei a percebê-las, não só como um fenômeno nesse enredo social, mas como uma das principais características a serem analisadas. O passar do tempo revelava as falhas da política pública habitacional do MCMV, suas consequências e, ao mesmo tempo, me permitia perceber as estratégias criadas pelos moradores para superar as dificuldades e construir seu cotidiano. Os rituais que apontam as mudanças não são só individuais, são coletivos e transformam pessoas, espaços e sociabilidades.

O pesquisador também não é o mesmo depois de mais de dois anos da presença em campo. Primeiramente, pela compreensão crescente dessa política pública – tanto no seu projeto quanto nos seus reais efeitos – por meios da leitura dos estudos e dados, da convivência com os moradores, visitas a outros condomínios e encontros de integração para ampliar o olhar sobre os fenômenos estudados e observados. Depois, pelos diferentes papéis exercidos para me manter no campo: comecei como entrevistador, posteriormente, fui voluntário em um projeto social de Rosa, que oferecia reforço escolar para crianças. Passei a ser “de casa” para algumas pessoas, frequentando o lugar sem precisar agendar. As relações evoluíram e fiz amigos; fui a festas de família, ouvi desabafos íntimos e percebi as saudades

quando o campo acabou. Assim como o rio, eu mudei, as percepções sobre mim mudaram, e, por isso, há tanto de mim nesta história.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MORADIA PARA AS CLASSES POPULARES: SOBRE PROJETOS DE CONTROLE E/OU GESTÃO DOS POBRES

Ao pensar o campo empírico que escolhi, assim como todos os dramas vinculados à sua existência e às relações sociais ali estabelecidas, percebi a impossibilidade de entender sua presença espacial e simbólica, neste contexto geográfico e histórico, sem me referenciar a um grande projeto de *gestão das populações* pobres em curso na cidade do Rio de Janeiro, desde que os espaços populares de moradia (e seus moradores) se tornaram um problema na construção e reconstrução da sua imagem.

Neste capítulo, veremos como alguns projetos públicos de moradia para os habitantes das favelas cariocas, especialmente aqueles que tiveram a mudança do lugar de moradia como principal forma de ação, inseriram-se numa lógica governamental, que utilizava a educação e a internalização de normas como meio eficiente para controlar os mais pobres e, ao mesmo tempo, torná-los dóceis e úteis ao projeto desenvolvimentista nacional.

Início o capítulo, porém, com uma breve consideração sobre os conceitos e teorias em torno do poder, da disciplina e do controle na concepção de dois autores: Michel Foucault e Nibert Elias, os quais construíram grande parte do arcabouço teórico usado para iluminar as análises dos dados presentes nessa pesquisa sobre os condomínios populares. Clarificar seus pressupostos teóricos e conceituais e, em qual medida eles se inserem em uma pesquisa socioantropológica sobre moradia popular, pareceu-me importante para a construção deste texto, já que esses autores retornarão, por diversas vezes, para as análises dos dados, tanto da pesquisa bibliográfica quanto da pesquisa de campo.

2.1 Sobre os pressupostos teóricos da pesquisa: Foucault e Elias

Dentre os dados e informações com os quais dialoguei e/ou produzi no decorrer da pesquisa, despertaram o meu interesse, de cientista social, aqueles relacionados às relações de poder e seus recursos e efeitos – especialmente os que envolviam o Estado e os moradores – presentes e pulsantes nos condomínios populares e nos demais projetos de moradia voltados para ex-favelados cariocas nesse último século. Observei em todos eles, por parte do Estado, uma condução dessas políticas de moradia, não envolvendo somente a mudança para uma habitação “digna” e “salubre” para esse público, mas também um projeto de (re)inserção desses sujeitos na dinâmica da cidade. A moradia popular foi e é compreendida nesses

projetos como um dispositivo capaz de “especializar” indivíduos, ou até grupos, e favorecer tanto o seu controle, quanto o seu maior aproveitamento na estrutura social e econômica da cidade. Também é capaz de propor e/ou impor um modelo comportamental adequado ao modelo idealizado em nossa sociedade.

Diante dessas percepções, dois autores, em especial, apresentam-me um corpo de conceitos e teorias capazes de me auxiliar na leitura e na análise desses dados e informações: Michel Foucault, com as teorias sobre o poder disciplinar e a biopolítica; e Nobeit Elias, com o conceito de civilização e a teoria do processo civilizatório. Como as ideias desses pesquisadores estarão presentes no decorrer desta tese (por vezes, como pano de fundo teórico), optei por apresentar neste tópico um breve resumo de suas teorias e conceitos.

Como deixarei claro, esse trabalho não se resume a aplicação da teoria desses ou de outros pensadores sobre as realidades experimentadas no meu campo de pesquisa. Parto de conclusões originais, proporcionadas pela empiria, permitindo-me o diálogo com os conceitos de Foucault e Elias e, ao mesmo tempo, corporificá-los, dando-lhes vida em outros contextos e realidades tão distintas daquelas pelas quais passaram e escreveram seus autores.

2.1.1 Disciplina, biopolítica e gestão populacional: Michel Foucault

Um dos principais interesses de Foucault, como pesquisador, foi compreender os diferentes tipos de relações de poder entre os homens⁴⁷. Não era seu objetivo investigar como elas surgiram, mas sim suas manifestações em diferentes formatos no decorrer da história e as práticas, discursos e estratégias que possibilitaram difundir, justificar e operacionalizar essas tecnologias de exercício de poder.

Foucault identificou na história da humanidade três grandes formas de exercício de poder (denominadas por ele *economias* ou *tecnologias*): a soberania, o poder disciplinar e a biopolítica. A soberania era a forma predominante entre o século XVI e o século XVII⁴⁸. O

⁴⁷ As conclusões apresentadas nesse texto são uma síntese das leituras das seguintes obras de Foucault: *Em defesa da sociedade* (2005a); *Nascimento da biopolítica* (2008a); *Segurança, território e população* (2008b); *Vigiar e punir* (2008c); *Microfísica do poder* (2012); e *A verdade e as formas jurídicas* (2005b).

⁴⁸ Vale ressaltar; Foucault não defende rompimentos extremos entre essas três economias de poder no decorrer da história. Na verdade, explica que os elementos de um e de outro estão sempre presentes, alterando-se, apenas, a prevalência das técnicas e dispositivos centrais para um desses formatos em detrimento da usada anteriormente. Como esclarece o próprio autor: “você têm uma série de edifícios complexos, nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou, em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlação entre os mecanismos

governo dos homens se dava, sobretudo, pela mortificação do corpo dos infratores e anormais em ritos executados em locais públicos, e sua publicidade cumpria não só a função penal, mas também, de aviso aos possíveis infratores. O soberano, segundo palavras do próprio Foucault, tinha em suas mãos a tarefa de “fazer morrer, deixa viver” (2005a). Era uma prática de governo que não se consolidava apenas pela morte física, como nos rituais ou execuções em locais públicos, evidenciava-se também por meio do isolamento e exclusão dos infratores e anormais (morte social). Assim, segundo Foucault, tratava-se um governo que se fortalecia da morte, e o poder se afirmava na punição de delitos (por exemplo), a qual era uma espécie de vingança do soberano para com o infrator.

A partir do século XVIII, invade a cena um novo tipo de poder: o disciplinar. Nesse novo contexto abandona-se o suplício, a morte e a exclusão como prática de condução dos homens e mulheres. Em vez de mortificar, marcar e matar, o governo dos humanos passa a ter, como tarefa, corrigir, reeducar e curar, utilizando-se de práticas de controle (como a internação, por exemplo). Outros agentes passam a lidar com o infrator e o anormal: sai o carrasco e, em seu lugar, entram profissionais como o médico, o juiz, o policial e o educador.

A análise rasa atribuiria a um processo de humanização essa nova forma de exercício de poder e as suas práticas. De fato, o espetáculo punitivo não saiu de cena só por provocar horror entre as pessoas, ou por passarem a ter respeito pela humanidade dos condenados. Na verdade, Foucault demonstra que tivemos – entre o final do século XVII e o início do século XVIII – um aumento significativo dos chamados “crimes de sangue”, dos delitos e até da organização das práticas criminosas. O sistema de justiça do poder soberano (baseado na prática do “fazer morrer”) não era mais suficiente para responder às demandas por ordem e paz. Percebeu-se a necessidade da produção de uma vigilância penal mais eficiente – agindo de forma contínua e generalizada. Antes de uma humanização das punições, surgia uma nova estruturação do poder político, ajustando suas práticas punitivas, tornando-as mais exitosas e menos custosas, adaptando-se a um novo cenário⁴⁹. A realidade desse contexto produziu uma razão que justificou o poder disciplinar a partir da produção de novas verdades e saberes, especialmente os científicos (como foi o caso da medicina, que recebe grande ênfase na construção de projetos disciplinares).

jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança. Em outras palavras, vocês vão ter uma história que vai ser uma história das técnicas propriamente ditas” (2008b, p. 11-12).

⁴⁹ Segundo a análise de Temple (2011), “é preciso compreender que as práticas econômicas, jurídicas e políticas, são correlatas das estratégias de poder disciplinares. Tais estratégias correspondem, segundo Foucault, a três critérios, a saber: tornar o exercício do poder o menos custoso possível; alcançar com êxito todo o corpo social; ajustar o crescimento desta economia do poder aos aparelhos que exercem o poder (entre estes os pedagógicos, os militares, os industriais, os médicos)” (p. 26).

Com o poder disciplinar, surgiram as “tecnologias positivas de poder”, denominadas assim por Foucault, sendo a biopolítica uma delas. A partir desse marco, construíram-se novas relações de poder as quais, ao contrário da soberania (cuja punição central era a morte), promoviam a vida: é o “fazer viver, deixar morrer” (2005a). Nessa forma de poder, em vez da exclusão, do suplício ou da morte, o anormal/infrator é incluído na sociedade, como um doente para ser curado, com a condição de estar sempre observado e vigiado. Assim, nessa nova economia, deixou-se de ter como foco a punição, priorizando-se a prevenção dos crimes e delitos, a partir do problema da potencial periculosidade dos indivíduos. Sobre a questão da periculosidade, o próprio Foucault salientou que “o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 2005b, p. 85).

O “fazer viver” e o governo preventivo dos homens não se concentra somente nas estratégias de controle, pois visam à inclusão densa no corpo social. A prática do poder disciplinar procura maximizar as potencialidades do corpo do trabalhador, tornando-os úteis à sociedade e, nas palavras de Foucault, verdadeiros “corpos dóceis” (2008c), aumentando as forças do corpo em termos econômicos de utilidade para o bom rendimento (e aproveitamento do homem na fábrica, na escola etc), entretanto diminuindo, em termos políticos de resistência, o exercício do poder. Aliás, o corpo tem papel central no poder disciplinar, pois é sobre ele que incidem as práticas de disciplinarização e controle.

Um dos principais objetivos do poder disciplinar para Foucault é a normalização dos sujeitos, ou seja, inseri-los em um perfil desejado e aceito pela sociedade, classificando-os, posteriormente, como “normais”. As práticas disciplinares são formuladas, especialmente, para os tachados como anormais, tendo aplicação também para as demais pessoas. Aderindo às representações presentes no ditado popular “É de pequeno que se torce o rabo”, algumas instituições, como as escolas, por exemplo, já lidariam com técnicas e regras normalizantes desde o ingresso da criança na entidade escolar, vigiando seus comportamentos e criando técnicas de controle e de exame para garantir a adesão ao projeto estipulado. A escola se apresentaria assim como um *panóptico*: instituição que concentra seus intentos (desde o formato arquitetônico, às técnicas de ação e exame) para construir um tipo de controle que permita aos seus “pacientes” um ingresso no sistema de normalidade. O esforço do Estado, nessa condução vigiada desde a infância, visa à prevenção de possíveis desvios, além de permitir uma inserção útil no seio da sociedade. Assim, as escolas, presídios, conventos, hospitais e até fábricas adotariam o modelo *panóptico* em seus projetos, propiciando a

realização, com excelência, dos dois objetivos centrais do poder disciplinar: aumentar a força do corpo para a produtividade e inibi-la para a resistência.

O *panóptico*, como técnica de poder, ainda permite coação posterior ao momento da vigília, estendendo-se com o exercício do controle imaginário, internalizado, mesmo quando os mecanismos de controle não estão presentes, pois sua estrutura, por vezes, não nos permite saber se estamos sendo vigiados ou não⁵⁰. Esse poder das práticas de controle nos autoriza pensar na constituição desses sujeitos: se o indivíduo, a partir da disciplinarização, pode se sentir vigiado, mesmo fora do alcance dos mecanismos de controle, podemos dizer ser essa prática mais que uma sujeição a esses mecanismos: temos uma subjetivação do ser, adequada ao controle estatal disciplinar. O sujeito se forma, constrói a sua identidade social e corpórea, a partir de uma estrutura, a qual sugere a ele um permanente controle, imputando-lhe um comportamento disciplinado. Tal questão fica bastante clara quando o próprio Foucault sinaliza os efeitos do poder disciplinar em soldados, comparando as formas de subjetivação presentes antes e depois do século XVIII:

Eis como ainda no início do século XVII se descrevia a figura ideal do soldado. O soldado é antes de tudo alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e valentia; e se é verdade que deve aprender aos poucos ofícios das armas – essencialmente lutando – as manobras como a marcha, as atitudes como o porte da cabeça se originam, em boa parte, de uma retórica corporal da honra (...). Segunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica, de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisava; corrigiam-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhora dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi “expulso o camponês” e lhe foi dada a fisionomia de soldado. (FOUCAULT, 2008, p. 117).

As relações de poder não são produtivas para a sociedade somente na tecnologia disciplinar, mas na biopolítica também, como mostraremos a seguir.

A tecnologia de poder, chamada por Foucault de biopolítica, ganha força entre o final do século XIX e início do século XX. Também, fruto do seu contexto, esta surge em um momento, no qual já existe a *razão de estado* e o poder deve ser justificado para vingar diante de uma população consciente dos seus desejos. A fim de o Estado legitimar seus poderes, foram produzidas verdades e saberes para sustentarem sua proposta política, destacando seu

⁵⁰O panóptico é uma estrutura arquitetônica circular criada no final do séc. XVIII pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham para ser utilizada, prioritariamente, na construção de presídios, mas também serviria para aumentar a produtividade de escolas e fábricas. A principal função do seu formato é permitir uma observação constante a partir de um ponto central, onde nada escapa à vigilância (ver: FOUCAULT, 2008c).

caráter de proteção à vida. Diferente da soberania e da tecnologia disciplinar, as quais têm os indivíduos como foco da sua ação, a biopolítica operacionaliza suas técnicas e dispositivos, não sobre o homem indivíduo, mas, sobre a espécie humana como um todo, chamando-a de população. Assim como o poder disciplinar, que é uma tecnologia positiva de poder, a biopolítica também se pauta pelo imperativo do “deixar morrer, fazer viver”⁵¹. Talvez por isso, a biopolítica não tenha rejeitado as práticas disciplinares, mas, acoplado a elas algumas de suas possíveis técnicas de controle.

Por que o controle da população passa a ter prioridade sobre o controle do corpo na biopolítica? Segundo Eleadro, comentando a obra de Foucault,

O conhecimento de sujeitos individualizados, tal como o poder disciplinar proporciona, não é suficiente para que as ações políticas possam resolver assuntos como: a escassez de alimentos devido à baixa produção de cereais ou ao aumento exponencial da população, a propagação de doenças por meio do deslocamento de pessoas infectadas ou devido à insalubridade das cidades, etc. Para que estes problemas tenham a devida atenção o poder se desloca do tratamento de corpos específicos tomados como máquinas e avança para a análise de uma “gestão global da vida, posta em funcionamento mediante uma biopolítica da população, na qual o corpo humano é considerado elemento de uma espécie (sofrendo a incidência, basicamente, das práticas de normalização)” (MAIA, 2003: 78). (2010, p. 47).

Para atingir este conhecimento e controle da população, a biopolítica conta com técnicas como a demografia, a estatística, a higiene e a saúde pública, o controle de natalidade e mortalidade, entre outras. Todas essas técnicas produzirão dados e saberes que serão revertidos em práticas e políticas com o intuito de promover o “fazer viver”, entretanto, diferentemente do poder disciplinar, não atingirão somente o indivíduo, mas todo o conjunto da população.

Como podemos observar, das técnicas citadas no último parágrafo, boa parte está ligada às questões de saúde pública. Dessa forma, o Estado assume a função de governar e controlar a saúde pública (também em suas derivações, como a higiene), antes exercida também por outras instituições, como as igrejas. E embora outros agentes ainda continuem a exercer parte desse ofício, o Estado assume a responsabilidade de regular suas ações e de garantir a produção de dados. Temos aqui, mais uma vez, assim como no poder disciplinar, a ênfase do discurso médico, já que a biopolítica passa a se ocupar da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade e dos costumes, tornando-os uma

⁵¹ Foucault, no *Em defesa da sociedade* (2005a), ressalta que – apesar do intuito da biopolítica ser o “fazer viver”, ela também se apodera do direito de matar, assim como o soberano. Essas mortes, porém, precisam ser colocadas em um discurso racional de maximização da vida: podem ser mortos aqueles os quais atrapalham o bem viver da espécie. A essa estratégia de matar alguns com a justificativa da promoção do bem viver, Foucault chamou de *racismo de Estado*.

preocupação de foro político. Mas, o discurso em torno do governo se amplia e passa a englobar outras responsabilidades: preocupa-se com os ciclos da vida (nascimento, infância, juventude velhice, morte), com os recursos naturais, com os produtos de trabalho e a sua circulação. Passa a governar todos os fatores condizentes à vida humana (inclusive à sua manutenção) e o seu melhor aproveitamento (sua utilidade).

Ao conjunto de técnicas e estratégias utilizadas para conduzir a população na biopolítica, Foucault dá o nome de *governamentalidade*. Destacam-se entre eles os dispositivos⁵², e entre os dispositivos, os disciplinares (assim como na tecnologia disciplinar, relacionados à vigilância e à normalização das condutas) e os de segurança. Os dispositivos de segurança são, segundo Foucault, as técnicas mais específicas da biopolítica e estão relacionados ao “fazer viver”: ao governo da população por meio do controle da distribuição de alimentos, da produção da arquitetura dos espaços e a distribuição espacial dos cidadãos, da vigilância constante, entre outros. Por meio dos dispositivos de segurança temos um processo permanente de *gestão de populações*.

Procurando ilustrar como essas diferentes tecnologias de poder lidam com um mesmo problema, vale trazer o exemplo de Foucault sobre a saúde pública presente em *Segurança, território e população* (2008b). Ele compara três diferentes cuidados: o leproso, na soberania; o portador de varíola, no poder disciplinar; e, diante das endemias, a biopolítica. No primeiro caso, o leproso será isolado em um local com outros doentes como ele e lá passará o resto dos seus dias. No poder disciplinar, diante de uma epidemia como a varíola, os contaminados serão separados dos não contaminados e, para o primeiro público, aplica-se técnicas de cuidado e controle para poderem voltar ao convívio social. Já a biopolítica não se preocupa somente com as epidemias, mas, principalmente, com as endemias, mantendo, por meio de dados demográficos, o controle das doenças, por exemplo: a normalidade da sua presença entre os diferentes grupos, nas diferentes regiões da cidade a taxa aceitável de mortes etc. São diferentes estratégias, mas o objetivo final é o mesmo, a garantia da normalidade no corpo social.

Ressalto, como já afirmado na introdução dessa tese: Foucault identifica estratégias de normalização e controle por meio da disciplinarização e da biopolítica, mas não indica que todas elas sejam bem-sucedidas. Na verdade, ao afirmar a inexistência de relações de poder

⁵² Dispositivos são recursos técnicos de exercício do poder, o qual Foucault define como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos” (FOUCAULT 2012, p. 364).

sem resistência⁵³, o autor aponta como os grupos, os quais são alvos preferenciais dessas tecnologias, podem participar ativamente da construção do Estado e de seus projetos desenvolvendo canais de resistência ao que fora estipulado previamente. Essa é uma concepção importante para entender as dinâmicas das habitações populares e as (re)construções de seus cotidianos sociais.

Não por acaso, Foucault se tornou uma referência nesse estudo de sociologia urbana: como o próprio afirmou (2005b, p. 17-29), a produção das cidades, da sua arquitetura física e social, corresponde às economias de poder que as regem. O trabalho registrado nesta tese observa como o projeto arquitetônico e social dos condomínios populares e das demais formas de moradia popular para ex-favelados no Rio de Janeiro corresponde à biopolítica de *gestão de populações*, em especial às populações pobres, com recurso a dispositivos disciplinares e de segurança. No decorrer do texto, voltaremos outras vezes a este debate.

2.1.2 Processo, civilização e sobrevivência: Nobert Elias

Como dito anteriormente, interessa a mim (para a escrita desta tese), na extensa e rica produção acadêmica de Nobert Elias, as suas considerações sobre a civilização e sua teoria sobre o processo civilizador. Porém, para compreender melhor tanto o uso da categoria quanto a teoria, precisamos entender o fio condutor da sociologia elisiana: a questão dos processos e das figurações.

A sociologia processual e a da figuração foi criada por Elias objetivando responder o, considerado por ele, problema na teoria sociológica: a relação entre indivíduo/sociedade e a agência/estrutura. Segundo o autor, a partir da sua leitura dos escritos sociológicos de então⁵⁴, as teorias existentes partiam da cisão entre indivíduo e sociedade, ora afirmando um poder absoluto de pressão da sociedade sobre o indivíduo (como em Durkheim), ora reconhecendo nos indivíduos e suas condutas os elementos necessários para a explicação dos fenômenos sociais (como em Weber). Diante dessas formulações, Elias ainda ressalta:

⁵³ “Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (FOUCAULT, 2012, p. 360).

⁵⁴ Vale ressaltar, Elias recebeu diversas críticas, tanto por causa de sua interpretação da teoria sociológica – ao referir-se à relação indivíduo/sociedade – quanto pela sua própria teoria em relação à temática. Ver: Ribeiro, 2010.

conceitos como indivíduo e sociedade não dizem respeito a dois objetos que existiriam separadamente, mas a aspectos diferentes, embora inseparáveis, dos mesmos seres humanos, e que ambos os aspectos (e os seres humanos em geral) habitualmente participam de uma transformação estrutural (ELIAS, 2011, p. 213).

Ao reconhecer a existência dos processos, Elias apresentava seu primeiro argumento para combater essa problemática da cisão, pois, ao falar deles, referia-se a fases de desenvolvimento de uma determinada sociedade, que se dão de forma contínua por pelo menos três gerações. Por isso, ao querer entender uma determinada sociedade, seu *habitus*⁵⁵ e seu funcionamento, o estudo genealógico do processo seria uma metodologia bastante eficaz. O autor fez assim em seu livro “Os Alemães”, no qual procurou escrever uma “biografia” de seu país e nação para entender, por exemplo, os fatores que levaram a Alemanha e seu povo a permitir/promover a ascensão de um líder como Hitler e a aceitar suas táticas genocidas.

Os processos nos permitiriam entender, a princípio, a importância da sociedade na construção dos indivíduos e de suas relações: eles transmitem um repertório social, permitindo o sentimento de continuidade, apesar das transformações, também inerentes a eles, por seguirem um fluxo regular e serem passíveis de observação. Contudo, os processos também existem pela agência dos indivíduos, e é por meio dela, inclusive, o acontecimento das transformações. Porém, Elias ressalta que esses processos nem sempre são determinados pela ação consciente dos indivíduos, mas, muitas vezes, pelas inconscientes, provocando até consequências imprevisíveis⁵⁶. Apesar de os processos não serem classificados como racionais, porque não são planejados e intencionais (assim explica Elias), ainda assim não constituem uma mera série de mudanças não estruturadas: trata-se de uma ordem social, determinando o curso da mudança histórica (ELIAS, 1993).

Elias defendia ainda que a liberdade do indivíduo diante da sociedade é parcial por causa dos processos e até das figurações nas quais está envolvido. Em “Mozart: a sociologia de um gênio” (1995), o autor procurou explorar essa questão, a partir dos conflitos pessoais do grande compositor. Mesmo sendo um homem à frente do seu tempo e nascendo e vivendo em um período de transição histórica (o séc. XVIII), Mozart ainda esteve submetido aos

⁵⁵Ribeiro, comentando a obra de Elias, explicita o uso do autor da categoria *habitus*: “Faz-se necessário no momento explicar o que o autor entende por *habitus*. Em linhas gerais, podemos entender por *habitus* as características comuns aos membros de uma comunidade ou nação. Essas características não são naturais, mas desenvolvidas em sociedade, por isso são mutáveis e sujeitas a processos de mudança; logo, o *habitus* nacional não é estático” (2010, p. 182). Ao utilizar a categoria *habitus* nesse tópico do texto, estarei me referindo ao uso que Elias faz dela.

⁵⁶ Como exemplo dessas consequências imprevisíveis no processo, Elias aponta a descentralização do poder com o Feudalismo. Segundo o autor, a distribuição de terra foi uma tática adotada pelos reis para recompensarem aliados poderosos e manter a centralização do poder. Essa nova configuração feudal, caracterizada pela descentralização política, não foi planejada pelos indivíduos. Cf. ELIAS, 1993, pp. 23-35.

enredos sociais vigentes na época em que viveu, impossibilitando o reconhecimento da sua genialidade em vida.

A abordagem sociológica processual quer elucidar como grupos de indivíduos formam específicas configurações sociais ao longo da história. Estas configurações só serão compreendidas se reconhecermos os processos como formados por diferentes figurações e que elas resultam da agência dos indivíduos neles inseridos. Na sociologia elisiana, as figurações:

são redes de interdependência humanas moldadas por formas estruturais específicas, porém flexíveis e sujeitas a constantes transformações. Podemos considerar, por exemplo, escolas, exércitos, famílias, nações como figurações sociais específicas. Essas redes de interdependência são constituídas pelos indivíduos que se ligam, voluntária e involuntariamente, por meio de suas inclinações e necessidades (RIBEIRO, 2010, p. 165).

Analisar uma figuração é analisar as cadeias de interdependência que se dão entre os indivíduos e nas quais estão presentes conflitos e tensões. Figurações são cadeias de interdependências porque só existem quando formadas por indivíduos, assim como esses indivíduos só estão nelas inseridos (com a finalidade da sobrevivência ou da satisfação das necessidades) e agem porque elas existem. São as figurações, em constante mudanças por conta das agências dos indivíduos – realizadas na interdependência – as quais permitem a permanente renovação do processo, assim como as análises em torno de suas alterações (como a extinção e o emergir de novas figurações) autorizam o observador descrevê-lo.

As figurações podem ser representadas por atividades esportivas, como chamou a atenção o próprio Elias (1999). Em um jogo de futebol, por exemplo, temos duas equipes adversárias, mas interdependentes. Só poderemos entender as ações desses grupos, reconhecendo essa vinculação entre eles. Dentro de cada equipe, as posições assumidas em campo são interdependentes das outras posições, assim como também são as ações. O jogo contém alianças, tensões e conflitos, elementos essenciais para a formação de uma figuração. A ação interdependente entre os indivíduos e a imprevisibilidade das suas consequências, ambas presentes em uma atividade esportiva, são características centrais da figuração segundo Elias.

Diante desses esclarecimentos, é possível explicar civilização e processo civilizador de acordo com a perspectiva de Elias. Quando o autor usa a categoria civilização, ele procura identificar a consciência do ocidente sobre si mesmo (principalmente a partir do século XVIII), entendendo seu patrimônio cultural e comportamental como superior aos outros

modelos, ou, como o único verdadeiro, referência para as outras formas em questão⁵⁷. O comportamento considerado civilizado se inicia nas cortes: é em torno do Rei e dos seus aristocratas que se iniciou um processo lento de regulação dos instintos e de normatização de costumes, que sofre constantes alterações no decorrer da história.

No entanto, a civilização não é uma realidade dada e estática: ela se transforma com o tempo e, por isso, trata-se de um processo, o qual tem início nas cortes europeias do período pós feudal e absolutista, arrasta-se por séculos e refere-se à adoção dos costumes inicialmente restritos a essas mesmas cortes. A medida que outros grupos sociais (comerciantes, guerreiros, entre outros) precisavam se aproximar do Rei e da sua corte, para participarem ou serem beneficiados pelas decisões de poder, esses costumes – antes utilizados exatamente para marcar a distinção social⁵⁸, passaram a ser adotados nas práticas desses grupos como estratégia de sobrevivência. Outras sociabilidades iam se formando, incluindo em uma mesma figuração, camponeses, guerreiros, comerciantes e nobres. E, nesse contexto, os indivíduos se sentiam compelidos a regular a sua conduta a partir daquela que determinava a vida na corte. Essas adoções não ficavam só no campo das aparências, mas eram transmitidas aos sentimentos e impulsos: diante de um constante esforço de controle, as regras e normas relacionadas ao comportamento eram internalizadas e transformadas em crenças e emoções. Aos poucos, o que estava restrito a um grupo social vai se tornando uma normatividade para a sociedade como um todo⁵⁹.

Sobre o processo civilizador, Elias argumenta que este passou por profundas transformações, resultados das diferentes figurações que foram surgindo. Nos dois volumes de “O processo Civilizador” (2011 e 1993), ao apresentar uma história dos costumes e da

⁵⁷ “Mas se examinamos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais” (ELIAS, 2011, p. 23).

⁵⁸ “Sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções e a disciplinar sua conduta com base numa compreensão mais profunda da sociedade total e da sua posição nela. Por isso seu comportamento é impelido cada vez mais na direção inicialmente limitada aos estratos superiores, aumentando seu poder social em relação ao este último. As camadas superior e inferior tendem a tornar-se uma espécie de estrato superior, e o centro da rede de interdependências estende-se por mais e mais áreas” (ELIAS, 1993, p. 209).

⁵⁹ Elias argumenta, ao falar do padrão civilizado não só se alastrou dos estratos sociais mais elevados para os mais pobres, mas também, do Ocidente para as suas colônias, difundindo o comportamento cortês europeu como a referência a ser adotada (Cf. Elias, 1993).

formação do Estado, o autor dissecou, por exemplo, como determinados comportamentos à mesa mudaram no decorrer dos séculos⁶⁰. Basta ver as práticas de outro contexto histórico, se usadas hoje, feririam profundamente nossas sensibilidades, sendo inclusive classificadas como incivilizadas e anti-higiênicas (como o fato de alguém “escarrar” no chão em meio a uma refeição ou cogitar a possibilidade de usar um urinol como molheira), e já foram consideradas adequadas em ambientes públicos. Dissecou ainda o controle das pulsões, no que ele chamou de “pacificação” dos instintos, algo bastante visível na mudança de comportamento dos guerreiros, os quais passaram a ter de praticar um autocontrole quanto ao uso da violência, que passou a ser monopólio do Estado. Por essas questões, Ribeiro não hesita em afirmar que “Elias concluiu de seu estudo que um processo civilizador corresponde a uma centralização política de poder e, ao mesmo tempo, à padronização de normas sociais que obrigam o convívio sob a égide de uma sociedade” (2010, p. 8).

Como, diante das novas figurações, os indivíduos conseguiam se adaptar à mudança dos costumes, especialmente aqueles grupos que não tinham o comportamento cortês como parte de seu *habitus*? A vergonha e o embaraço tornam-se elementos essenciais nessa tarefa, pois o temor dos constrangimentos sociais levava a um maior controle individual das emoções. E, à medida que esses sentimentos eram inculcados no indivíduo, o seu principal vigilante passou a ser ele mesmo, e as batalhas as quais antes (para o guerreiro) se davam externamente passaram para o âmbito interno. Assim, podemos definir o comportamento civilizado, caracterizando-o por um maior controle dos afetos, dos gestos e dos impulsos, sendo esse controle uma mudança de comportamento, o qual logo se transforma em uma mudança de personalidade.

Apesar da relevância da sociologia processual e da figuração desenvolvida por Elias, essa não é a chave de análise pretendida para a pesquisa materializada nesta tese. Da teoria desse autor, três aspectos nos interessam. O primeiro deles é a postura de controle, por parte do Estado e de outros agentes, os quais exigem a transformação de valores próprios das classes superiores em formas universais de conduta, algo ainda presente até hoje. Há uma profunda relação, por exemplo, melhor explorada no quarto capítulo, entre os manuais de etiqueta modernos e as regras impostas pelo Estado para aqueles que recebem moradias populares. Assim como observou Elias ao analisar o processo civilizatório, há uma pressão –

⁶⁰ Para pesquisar o processo civilizador – e as mudanças dos hábitos e comportamentos que dele fazem parte – Elias se valeu da análise de manuais de boas maneiras e etiqueta escritos entre os séculos XVI e XVIII. Para o autor, apesar de a etiqueta parecer um tema frívolo para o estudo da sociologia, essa é importante, pois corresponde a uma forma dos seres humanos interagirem (Cf. ELIAS, 2011).

que conta com ferramentas como o constrangimento e a punição - para que esses grupos possam transformar regras impostas em “hábitos internalizados” (ELIAS, 2011, p. 103).

O segundo aspecto refere-se à relação entre o desejo de sobrevivência e a adesão aos valores reconhecidos como civilizados. Segundo Elias, os indivíduos, na intenção de garantir a continuidade de seu grupo, enfrentam vários sacrifícios, entre eles, a subordinação a normas e regras sociais, não correspondentes às suas vontades individuais⁶¹. Diante da concepção dos projetos de moradia popular, por parte do Estado, como oportunidade de um resgate moral e social do sujeito, a adaptação a essas regras e normas é assumida pelos indivíduos (vale refletir sobre as formas e até mesmo as subversões presentes) como uma tática de sobrevivência na dinâmica excludente da cidade. Essa reflexão também voltará em capítulos posteriores.

O terceiro, refere-se a uma combinação entre a teoria de Elias e Foucault. A perspectiva analítica desenvolvida nesta tese recorre às análises da evolução dos costumes e da repressão às práticas “incivilizadas”, apresentadas por Elias, para pensar as circunstâncias do discurso da civilidade, muitas vezes presente em outras categorias, como “salubridade” ou “dignidade”, que se coloca como poderoso dispositivo disciplinar para a população de ex-favelados, a qual passa a ocupar os projetos públicos de moradia popular. Para indicar práticas e o processo de acionamento do discurso de civilidade como dispositivo disciplinar, trabalharei com a categoria *disciplinar-civilizatório*.

2.2 Mudando de lugar

Em posse desses conceitos e do olhar analítico que as concepções desses autores sobre as relações de poder e controle nos permitem desenvolver, podemos voltar a nossa atenção para os projetos de moradia popular. Pensar o lugar no qual se mora/vive – seja de maneira voluntária ou involuntariamente – significa refletir sobre outra série de questões relacionadas à interação com a sociedade da qual se pertence. Em primeiro lugar, há uma profunda sintonia

⁶¹ “O processo civilizador prossegue segundo uma longa sequência de arrancos e recuos fortes. Repetidamente, um estrato marginal em ascensão ou uma unidade de sobrevivência em crescimento como um todo, uma tribo ou nação-estado, assume as funções e características de um sistema em relação a outros estratos marginais ou unidades de sobrevivência que, por sua parte, pressionam a partir de baixo, de sua posição de marginais oprimidos, contra o sistema corrente. E mais uma vez, à medida que o grupamento de pessoas que subiu e se firmou é seguido por um grupamento ainda mais amplo e numeroso que tenta emancipar-se da opressão, descobrimos que este último, se bem-sucedido, é forçado a assumir a posição do opressor tradicional” (ELIAS, 1993, p. 210).

entre os lugares da cidade e a representação dos sujeitos que neles moram/vivem. A hierarquia de bairros e tipos de habitações firmadas na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, representa não somente a hierarquização de locais, mas, principalmente, das pessoas que neles habitam. Bourdieu (2008) já apontava para a disposição dos agentes na cidade, revelando um espaço social inscrito e intimamente relacionado com o espaço físico:

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta (BOURDIEU, 2008, p.160).

O local em que se mora na cidade, na maior parte dos casos, pode representar a situação econômica, social, cultural e até moral dos seus moradores, como também o seu espaço na sociedade. As favelas, por exemplo, percebidas por muitos como a base da hierarquia habitacional nas grandes cidades, costumam abrigar, majoritariamente - essa é a representação sobre seus moradores - pessoas que ainda não acessam plenamente os bens de cidadania em nossa sociedade e são vistas preconceituosamente como “inferiores”, como é o caso dos negros, dos pobres e das pessoas com pouco acesso à “educação formal”. Embora a favela seja um espaço heterogêneo, abrigando pessoas de diferentes faixas etárias, origens étnicas, com diversificados níveis de formação escolar e de renda⁶², o *estigma* imposto a esses espaços e a seus moradores ainda identifica esses lugares com os grupos mais marginalizados, pois:

As pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência “normal” produzem um efeito de atração, para baixo, portanto de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita por falta de recursos) para outros lugares (BOURDIEU, 2008, p. 166).

Essa hierarquia de pessoas que reflete-se numa hierarquia de lugares fica evidente quando locais, antes estigmatizados, mudam de condição, se as pessoas residentes ali forem

⁶² Valladares assinala, a partir de dados de pesquisas qualitativas e quantitativas, ser possível questionar “a visão excessivamente homogeneizadora das favelas. Os resultados são evidentes: nem homogeneidade, nem especificidade das favelas, nem unidade entre elas e, no caso das grandes, nem mesmo dentro delas. Estudos que realizamos a partir dos dados de recenseamento de 1991 (Preteceille & Valladares, 1999, 2000) permitiram demonstrar que, ao contrário da visão dominante, as favelas apresentam sinais evidentes de heterogeneidade – em sua realidade física, espacial e social – a tal ponto que se torna impossível alinhá-las em uma categoria única e distinta” (2005, p. 157).

realocadas, e outras pessoas, diferentes das primeiras, por sua posição econômica/cultural/social, passar a ocupá-lo – processo denominado por Bourdieu de *trabalho de transplantação*. Esse trabalho de transplantação, que realiza profundas alterações no uso social de um espaço, acontece quando há “uma mudança das coisas e de um desenraizamento ou de uma deportação de pessoas, as quais suportam transformações sociais extremamente difíceis e custosas” (Ibid., p. 161). Assim, o estigma deixa de marcar o lugar e passa a acompanhar o grupo removido. Cidade Alta, conjunto habitacional em Cordovil, Zona Norte do Rio de Janeiro, construído para realocar moradores de favelas da Zona Sul em processo de extinção na década de 60, é exemplo real do processo relatado: essa área da cidade do Rio de Janeiro abrigou principalmente ex-moradores da extinta Favela da Praia do Pinto, no Leblon, os quais trouxeram para seu novo espaço de moradia o estigma em torno da favela e dos favelados. Onde se localizava a favela da Praia do Pinto foi construído o condomínio Selva de Pedra, abrigando hoje população de classe média alta. O estigma da favela passou a ser, então, uma lembrança que só se fazia presente por meio dos seus vizinhos da Cruzada São Sebastião e pelo apelido de “favelão”, altamente rejeitado pelos mesmos moradores⁶³.

Mudar alguém de lugar, especialmente quando esse novo endereço não fazia parte dos planos dessa população, ou se realizado de forma compulsória, pode representar um projeto além da mudança de espaço. Discutindo o valor do endereço, Mello e Simões (2013) apontam:

Em sua etimologia, endereçar é também *indirectiare*, ou seja, endireitar, alinhar, lançar em linha reta. Portanto, um endereço é um “caminho direto”. Seja para o envio de uma simples carta, seja para a construção imaginária de uma realidade, de um *destino* (MELLO & SIMÕES, 2013, p. 65).

A partir do próximo tópico analisaremos como algumas das principais políticas de realocação de favelados e extinção de favelas, apesar das diferentes estratégias utilizadas e dos diferentes períodos históricos em que aconteceram, tiveram em comum um evidente projeto de “alinhamento”, marcado por uma lógica civilizatória e um projeto disciplinar.

⁶³ “Chamar a Selva de Pedra de ‘favelão’, como algumas pessoas de fora o fazem, lembrando, dessa forma, a caracterização original do lugar é, para os atuais ocupantes uma ofensa. É ter, em última análise, a mesma representação da Selva que seus moradores têm da Cruzada” (MELLO e VOGEL, 1981, p. 120). Ressalto ainda que esse apelido também pode ser fruto de uma identificação desses prédios com os conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, pois o formato de condomínios – o qual praticamente “inaugura” a alocação das classes mais abastadas em prédios – acontece no Rio de Janeiro a partir da década de 1970.

2.3 Do desamparo à realocação: a inserção da moradia popular no projeto governamental

Desde o final do século XIX, as moradias populares na cidade do Rio de Janeiro se tornaram um problema público e, mais que público, um *problema de governo*. Falo de *problema de governo* tendo como referência a *governamentalidade* de Michel Foucault. Como já vimos, ela se sustenta pelo conjunto de dispositivos que se ocupam da ampla condução não só dos indivíduos, mas, principalmente, da população. A condução dos grupos da população que apresentam um certo grau de periculosidade à lógica da *governamentalidade* (aqueles que parecem escapar da sua ação de controle), torna-se um problema de governo por ameaçar um projeto de maximização da vida, que também supõe um tipo de ordem. As favelas no Rio de Janeiro e outras formas de moradia popular existentes, desde o início do século, apresentaram-se como empecilhos a um determinado projeto governamental, como veremos a seguir.

A presença dos cortiços⁶⁴, foi percebida como algo incômodo no final do século XIX e início do século XX – período no qual “a pobreza urbana emergiu como problema maior aos olhos da elite nacional” (VALLADARES, 1991, p. 83) - e marcou o início de uma história de relações tensas entre o Estado e as formas de moradia popular. Nesse primeiro momento, o modo de lidar com essa problemática era a remoção autoritária, deixando os moradores pobres desamparados. Assim aconteceu com os moradores dos cortiços localizados no centro da cidade do Rio de Janeiro. Essa prática de expulsão dos mais vulneráveis resultou na criação de outras formas de habitações populares nos morros cariocas, recebendo depois o nome de favela, por conta daquele que foi identificado como o seu primeiro e mais famoso caso - o morro da Favella, hoje morro da Providência⁶⁵. As favelas se constituíram uma opção

⁶⁴ Os cortiços, no final do séc. XIX incomodavam de tal forma que a sua presença passava a ser vista como um dos grandes empecilhos à modernização do centro da cidade, inspirada nos moldes europeus, e como um risco à saúde da população carioca em geral, pois eram percebidos como espaços propagadores de doenças e epidemias. Os seus moradores eram classificados como “classes perigosas” (VALLADARES, 1991), categoria já utilizada na França e Inglaterra para enquadrar os pobres urbanos que incomodavam o projeto de ordenamento das cidades. Tais classificações (tanto do espaço como dos seus moradores) não deixavam de ser um reflexo dos discursos racistas, de modernização arquitetônica e da medicina higienista, em destaque no Brasil e embebidos por ideias evolucionistas (SCHWARTZ, 1993). Os adeptos destes discursos eram todos contra, cada qual com seus argumentos, a existência dos cortiços e influenciaram as autoridades da época, provocando consequentemente uma progressiva extinção desse modo de habitação nas áreas nobres da cidade. Destruídos os cortiços, muitas pessoas ficaram sem ter onde morar.

⁶⁵ Segundo Valladares, “foi apenas durante a segunda década do século XX que a palavra favela se tornou um substantivo genérico não mais referido, exclusivamente, ao morro da Favella. Surge assim uma categoria nova

de moradia, não só para os pobres urbanos expulsos do glamoroso Centro da cidade (remodelado posteriormente tendo Paris como referência), mas também, acolhiam os muitos migrantes, oriundos do interior do estado e de outras regiões do Brasil, os quais procuravam uma vida melhor na promissora capital federal.

A partir da década de 30, a favela passou a ser o grande problema público e de governo da cidade do Rio de Janeiro⁶⁶. Pensava-se no incomodo de tais habitações, referenciadas como “feias” e “anti-higiênicas” em uma cidade que crescia inspirando-se nas cidades europeias. Apesar disso, os pobres tinham seu papel em uma cidade em (re)construção e em um país em desenvolvimento. Tendo a escravidão como forte referência para a sua formação, a sociedade brasileira adquiriu um *ethos* hierárquico que produziu (e produz) demandas profissionais de mercado, as quais não poderiam ser supridas pelas camadas médias e altas da sociedade. Sendo assim, o pobre tinha um papel essencial nesse processo como mão de obra barata e disponível para os serviços “baixos”⁶⁷. Era preciso não mais deixar essa população “ao Deus dará”. Era necessário realizar uma *gestão* eficiente das classes populares, para os seus membros serem disciplinados e civilizados, a fim de colaborar docilmente com o projeto político e econômico em voga.

Nesse mesmo período, o governo brasileiro, segundo Bonduki, passou a se preocupar com a questão da moradia dos pobres como um problema social. A promulgação da lei do inquilinato em 1942, por Getúlio Vargas (congelando os preços dos aluguéis), foi a primeira iniciativa de regulação estatal de um setor, até então, concentrado nas mãos da iniciativa privada. Como afirma o autor,

se processa nas décadas de 30 a 50 uma intensa problematização do tema da habitação, buscando caracterizá-la como um bem específico, que não pode ser produzido e comercializado como qualquer outra mercadoria. A caracterização da habitação como uma mercadoria específica ou mesmo como uma *não mercadoria*, mas um serviço público, é essencial para se entender como um governo de caráter

para designar um hábitat pobre, de ocupação ilegal e irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre encostas” (2005, p. 26).

⁶⁶ Leeds e Leeds (1977), dissertando sobre os motivos e contextos que levaram as favelas a terem destaque entre os problemas públicos, afirmaram: “Discussões extensas sobre as favelas *per se* como elementos importantes do padrão habitacional do Rio aparecem pela primeira vez em 1930, quando o Rio sofria novamente as dores de importantes projetos de reconstrução urbana, quando crises agrícolas nos Estados vizinhos estimulavam nova e intensa migração para o Rio, quando o acelerado crescimento industrial atraía novas levas de imigrantes e quando a política econômica essencialmente institucionalista de Vargas visava a construção de mercados internos para o Brasil” (p. 191).

⁶⁷ Como destacou Valladares, havia a “necessidade de criação de um contingente de trabalhadores assalariados, imprescindíveis ao processo de industrialização e ao mercado de trabalho livre, recém constituído no país. Quer fossem ex-escravos, quer fossem imigrantes, era preciso dispor de mão-de-obra para atender ao desenvolvimento das atividades fabris, sobretudo no Rio mas também em São Paulo onde, além da indústria nascente, a próspera economia cafeeira necessitava permanentemente de braços” (1991, p. 89).

conservador, que perseguia os comunistas, pôde tomar uma medida de radical suspensão da propriedade privada, como foi a Lei do Inquilinato (BONDUKI, 2011, p.14).

A partir daí, a construção de casas populares e outras iniciativas, como os prédios construídos com recursos dos IAPs (Intitutos de Aposentadorias e Pensões), tornaram-se uma constante nas políticas públicas de moradia. No caso do Rio de Janeiro, a capital com uma grande população pobre a ser regulada, a percepção da habitação como tema de interesse público originou dispositivos disciplinares, que ganharam vida em muitos projetos de moradia popular que se seguiram.

Sendo assim, a questão da moradia teve um papel essencial nesse processo de *gestão* da população pobre da cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente porque todas as propostas governamentais de moradia popular destinadas aos habitantes de favela, especialmente aquelas cujas remoções dos moradores eram o foco, incluíam não só projetos de inserção na nova moradia, mas, principalmente, de disciplinarização, evidenciada por práticas de controle direto, da redistribuição espacial, de uma proposta educativa ou por um conjunto de normas e por um enredo civilizatório, que marcava a passagem do indivíduo da condição de “favelado” para a de “cidadão”.

A *gestão* da população pobre e de seus espaços de moradia possibilitou ainda a realização de outros projetos governamentais, como a gestão das vidas no campo da saúde/higiene (tal processo se tornava possível pelo envio desses moradores para habitações “higienicamente mais propícias”); a gestão quantitativa dessas vidas (um endereço oficial, registrado e reconhecido permitia inserir essas pessoas no cálculo governamental, facilitando o controle individual e coletivo) e a gestão das distâncias entre as diferentes camadas sociais (a Zona Sul da cidade, redescoberta no início do século como objeto de lazer [O'DONNELL, 2013], era separada e inventada como uma área da cidade [CARDOSO, 2009] para abrigar a elite carioca, enquanto as áreas mais distantes, as zonas Norte e Oeste, eram preparadas para acolher os mais pobres).

As estratégias de *gestão* da população pobre na cidade, ressaltando-se à questão da moradia, ocorreram de diversas formas nesse pouco mais de um século de história das habitações populares e de seus conflitos no Rio de Janeiro e no Brasil. Os diferentes projetos governamentais que procuraram dar conta do “problema favela”, caminharam em dois movimentos distintos: os projetos voltados para a adequação do espaço de moradia⁶⁸; e os

⁶⁸ Entre esses projetos, ressalto os mais significativos (em ordem cronológica): *SERFHA* – Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas – na década de 50, administrado pelo governo do Distrito Federal até 1957 e depois retomado na Secretaria de Serviço Social do Estado da Guanabara em 1961 (atuava na

projetos voltados para a realocação dos seus moradores e, conseqüentemente, ao reaproveitamento do espaço à construção de equipamentos públicos para atender à favela ou para exterminá-la e dar lugar a outro empreendimento. Esses movimentos não se deram em um processo de sucessão cronológica, mas aconteceram ora separados, ora juntos, em diferentes momentos da história⁶⁹.

Neste texto tomarei para análise alguns dos principais projetos de remoção e realocação de moradores de favela da história da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando como eles podem ser lidos a partir de uma lógica da disciplinarização presente na *gestão governamental*. Ressalto que os modelos habitacionais escolhidos por mim para essa discussão também são marcados por táticas de disciplinarização – tendo inclusive o discurso civilizatório como um dos seus principais recursos – destacando-se também por um processo de gestão pensado a partir de redistribuição espacial dos ex-favelados e de sua inserção controlada na dinâmica da cidade.

2.4 Mude de casa para mudar de vida: os projetos de realocação e remoção de favelados

Desde os anos 30 do século passado, surgiram, de forma mais efetiva, projetos e ações que visavam à extinção das favelas cariocas. Tal movimentação acompanhava uma demanda presente desde o início do século XX, quando foi registrada uma campanha antifavela, liderada por intelectuais e amplamente divulgada pelos jornais da época. Segundo Valladares (2005), a descrição de Canudos, feita por Euclides da Cunha em “Os sertões”, a obra literária mais comentada nos meios intelectuais nesse período, poderia ser comparada aos relatos sobre as favelas do Rio, devido ao impacto da obra na sociedade e na construção das representações desses espaços populares e de seus moradores. Isso motivou o reforço do *estigma* e dos

urbanização das favelas); *CODESCO* – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – do Governo do Estado da Guanabara, que atuou na urbanização de favelas na década de 60 (em plena ditadura militar); *Projeto Rio*, do governo federal, o qual, em 1978 urbanizou parte da Maré; O Programa *Cada família um lote*, no governo Leonel Brizola (início da década de 80) que tratou, principalmente, das regularizações fundiárias; O *Favela Bairro*, programa municipal da década de 90 com o apoio financeiro do BID, e nos últimos 3 anos, o PAC-Favelas (estado) e o Morar carioca (município) que, com verbas advindas principalmente do PAC, atuam tanto nas melhorias urbanas das favelas, quanto na realocação de parte dos moradores. Esses três primeiros programas – *SERFHA*, *CODESCO* e *Projeto Rio*, atuaram na urbanização de algumas favelas, mas isso não significa que seus governos tinham nessa prática o seu foco de ação, já que o remocionismo ainda era a principal estratégia para lidar com o “problema favela”.

⁶⁹ Segundo Abreu (1994), os projetos de adequação (na fala desse autor, os projetos em favor da permanência das favelas) aconteceram de forma mais enfática em períodos de abertura política, enquanto os projetos de realocação (ou da extinção da favela) em períodos de fechamento político, especialmente durante a ditadura militar.

preconceitos já existentes sobre as favelas e sobre os seus moradores, permitindo ainda a criação de outros. Aliava-se aos discursos higienista e estético, já em voga, um discurso em favor do desenvolvimento econômico e humano da cidade, cujas favelas, devido a suas condições, retardariam. A favela se configurava cada vez mais como um problema público a ser controlado e resolvido (VALLADARES, 2005, p. 44-49).

O fim das favelas, principalmente, daquelas localizadas próximas ao Centro ou à Zona Sul, entrou na pauta dos poderes públicos vigentes a partir de então. O Plano Agache⁷⁰, os parques proletários e as políticas de remoção foram as principais ações e/ou projetos com essa finalidade. Todavia, quais motivos faziam das favelas razão de tanto incômodo nessas áreas da cidade? Seria a localização geográfica na cidade a única justificativa a provocar esse projeto de remoção? Nesse período histórico, as razões que ocasionaram os deslocamentos compulsórios dos moradores de favelas da Zona Sul e do Centro da cidade poderiam ser sintetizados em dois: a especulação imobiliária em torno dessa região; e a *gestão* e controle desse novo sujeito da cidade: o “favelado”. As representações sobre os moradores das favelas eram tão estigmatizadoras quanto foram as dos moradores de cortiços. Entretanto, enquanto os primeiros poderiam ser avistados da janela de casa – embora fossem indesejados – seus sucessores ficavam em uma área isolada, onde poucos se atreviam a ir, e sobre a qual se construiu uma imagem marcada pelo exotismo e pelo medo.

2.4.1 Higienizando os pobres: os parques proletários

Como conseguir controlar, mantendo sob seu comando esses homens e mulheres, considerados “classes perigosas”, e, ao mesmo tempo, torná-los úteis às ambições desenvolvimentistas do governo brasileiro? O projeto dos parques proletários teve, acima de tudo, um caráter disciplinador e civilizador: uma escala de valores pautada por uma ordem moral tradicional da “boa educação” da “higiene” e do “trabalho” era imputada aos seus

⁷⁰ O plano Agache foi um projeto de remodelação urbana (de 1930) da cidade do Rio de Janeiro que não chegou a ser posto em prática, mas que foi o primeiro a pensar um destino para as favelas como problema na configuração urbana da cidade. Consideradas por Agache (idealizador do projeto) como uma lepra que ameaçava a ordem social e sujava os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, as favelas deviam ser exterminadas e seus moradores realocados em vilas operárias nas áreas menos valorizadas da cidade: “A remodelação urbana das áreas mais valorizadas era prioritária e, por isso, seria necessário transferir os favelados para habitações provisórias, o que permitiria a remodelação dos terrenos até então ocupados por favelas, enquanto não estivessem construídas as ‘vilas operárias’ nos subúrbios” (RODRIGUES, 2013, p. 6). Ainda segundo Rodrigues, “o Plano Agache não foi institucionalizado como Plano Diretor, mas teve influência sobre a legislação urbana criada a partir de 1937, para o Distrito Federal” (2013, p. 7). Vale lembrar que temos nesse plano uma referência as habitações provisórias, assim como foram os Parques Proletários.

destinatários, buscando torná-los “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2008c) para um projeto governamental.

Os parques proletários surgiram em resposta às determinações do Código de Obras do Distrito Federal de 1937 (GONÇALVES, 2013), as quais definiram uma política de intolerância às favelas, proibindo a construção de novas casas no lugar das já existentes, assim como o surgimento de outras⁷¹. Em contrapartida, o Código também decretava a construção, concomitantemente, de novos núcleos de habitação para receber os moradores das favelas em processo de extinção. Para por em prática essas determinações, o então prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth (em 1937), delegou à secretaria de saúde o encaminhamento dessas tarefas. Coube ao médico sanitarista e cirurgião Victor Tavares de Moura, a convite do secretário de saúde, a criação de um plano para solucionar a questão das favelas.

A escolha de um médico para solucionar um problema, a princípio, de ordem social/habitacional, fazia sentido, como aponta Carvalho (2003), a partir do imaginário instaurado em torno da atividade médica no Brasil e no mundo, especialmente, em relação à medicina preventiva e higienista. Partindo da perspectiva positivista, crença difundida entre gestores públicos e intelectuais do período, entendia-se o progresso da higiene pública de um país tendo como consequência o aperfeiçoamento moral e material de sua população. Além disso, o saber médico se tornava cada vez mais forte e influente, conferindo a essa ciência um poder cada vez maior de intervenção na vida privada e coletiva dos indivíduos. Foucault já destacava o papel dominante da medicina na regulação da sociedade a partir do século XVIII:

A medicina não deve mais ser apenas o corpus de técnicas da cura e do saber que elas requerem; envolverá, também, um conhecimento do homem saudável, isto é, ao mesmo tempo uma experiência do homem não doente e uma definição do homem modelo. Na gestão da existência humana, toma uma postura normativa que não a autoriza apenas a distribuir conselhos de vida equilibrada, mas a reger as relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade em que vive. Situa-se nesta zona fronteiriça, mas soberana para o homem moderno, em que uma felicidade orgânica, tranqüila, sem paixão e vigorosa, se comunica de pleno direito com a ordem de uma nação, o vigor de seus exércitos, a fecundidade de seu povo e a marcha paciente de seu trabalho (FOUCAULT, 1998, p. 39).

Ajudava a fortalecer esse “poder médico”, o fato de o governo brasileiro, principalmente a partir de 1937, quando Vargas instaura o Estado Novo, estar embebido das crenças positivistas e, por isso, manter apreço pelos cientistas, acreditando que eles teriam um

⁷¹Art. 349 do Código de Obras do Distrito Federal, de 1937: “A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida” (Apud: CARVALHO, 2003, p. 24).

papel fundamental na condução do progresso e do desenvolvimento nacional. O Estado varguista ainda tinha duas outras características que impulsionaram e, ao mesmo tempo, foram úteis à concretização do projeto dos parques proletários: a importância dada à ordenação do mercado de trabalho (incluindo a valorização do trabalhador como sujeito moral)⁷² e um perfil autoritário de ação do governo (permitindo-o concretizar as remoções involuntárias).

Para solucionar o “problema favela”, agora um problema social e médico, além de ser considerado um entrave para o desenvolvimento da nação, o primeiro ato de Victor Tavares de Moura foi a organização de um censo das favelas⁷³, considerado parte essencial para o êxito da campanha saneadora que se buscava promover. Por meio desses dados, seria possível detectar os “maus hábitos e vícios” dessas pessoas e, a partir disso, realizar um “trabalho social sério e capaz de resultados práticos e benéficos em favor do indivíduo e da coletividade” (MOURA, 1943, p. 270). De posse desses dados, Tavares de Moura, em novembro de 1941, escreve um “Esboço do Plano para o Estudo e Solução do Problema das Favelas do Rio de Janeiro”, apresentado ao secretário de saúde e, posteriormente, colocado em ação. Esse plano iniciou a experiência dos Parques Proletários Provisórios, apontada por muitas referências bibliográficas como a primeira política habitacional do governo destinado à população pobre das favelas.

Tavares de Moura salientou que o processo de recuperação higiênica e moral dessas famílias passava pela mudança de moradia: era preciso substituir as favelas existentes por outras formas de habitação, mais salubres e adequadas a práticas de higiene. Porém, na visão do médico responsável pela elaboração do projeto, as condições de saúde, trabalho e de conduta social dessas pessoas exigia uma reeducação para corrigir hábitos pessoais. Em função disso, antes de receberem suas casas, os moradores eram submetidos a um processo

⁷²Segundo Gomes, “a ideologia estadonovista compreende que o trabalhador, visto como um ‘novo homem’, precisa ter noções de moral, trabalho, disciplina e nacionalidade, mas isso não seria viável caso o indivíduo continuasse morando na favela”. (2009, p. 3- 4). Destaco que, assim como a moradia, o trabalho era um outro importante dispositivo disciplinar e moralizador nesse período histórico. Afirmo Valladares que, “contra aqueles que insistiam em desacatar a ordem, só um caminho parecia viável: Inculcar-lhes o hábito e a obrigatoriedade do trabalho, pois essa era a única forma de regenerar a sociedade. A idéia de moralizar os indivíduos pelo trabalho e a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade são centrais no ideário dos legisladores e das elites brasileiras no período republicano” (1991, p. 89).

⁷³Sobre os objetivos desse censo e sua metodologia: “Formada a comissão, realizar-se-ia um rigoroso censo com dois objetivos: conhecer a localização das favelas, discriminando o bairro, logradouro, natureza e propriedade do terreno, estado de conservação do barracão, suas características e áreas cultivadas ou não; e conhecer os moradores através das seguintes informações: nacionalidade, idade, sexo, cor, profissão, instrução, aptidões auxiliares, venda, tipos de salário e modo de pagamento; se proprietário de barracão, quanto lhe custou; se paga impostos; se paga aluguel e quanto paga” (CARVALHO, 2003, p.26-27).

reeducativo nos parques proletários provisórios, chamado por ele de “readaptação fiscalizada”. Nota-se que “a experiência de construção dos parques proletários provisórios é o resultado de uma política que visava muito mais que a habitação, atuando diretamente na questão social, tendo um caráter sanitarista e civilizatório” (CARVALHO, 2003, p. 8). Tratava-se, na verdade, de uma política habitacional configurada em um dispositivo de controle das populações mais pobres, prioritariamente, dos favelados. Assume-se, para isso, a função de controlar e erradicar os considerados “maus hábitos” daqueles classificados como uma espécie de pré-cidadãos. Com a finalização do processo, essas pessoas estariam prontas – “civilizadas” – para habitarem em moradias descritas como dignas e salubres. É importante frisar que esse processo não era voluntário e, em nome do seu “próprio bem”, moradores de algumas favelas foram “internados” nos parques proletários provisórios, pois, nesse contexto, “os habitantes das favelas não eram vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma política civilizatória” (Burgos, 2004, p. 28).

O primeiro dos parques foi inaugurado em 1941, na Gávea. Outros dois foram criados ainda durante o Estado Novo: um no Leblon e outro no Cajú⁷⁴. Abrigaram, aproximadamente, 4.000 pessoas⁷⁵, oriundas de diferentes favelas extintas. Eram blocos de barracões divididos em pequenas casas, construídas em madeira, com cozinhas e banheiros coletivos⁷⁶. Para ser morador de um desses parques, era preciso trabalhar na Zona Sul, ser registrado no posto policial e assinar um termo no qual se comprometia a cumprir com uma série de regras impostas aos futuros moradores daquele espaço (Vide figura 5). Nessas regras, tornava-se explícita a aplicação de uma nova metodologia civilizatória com o intuito de internalizar naquelas pessoas uma pretensa ordem natural da sociedade. O documento era composto por dezoito regras versando sobre o cuidado da casa e o convívio social familiar e coletivo. O não cumprimento delas acarretava, como pena, o despejo imediato.

Muitas dessas regras tratavam de práticas higiênicas, lembrando que a higiene, na concepção de Victor Tavares de Moura, era o mote do processo de “readaptação” desses ex-

⁷⁴Em 1947 foi criado mais um parque proletário provisório, o de número 4, localizado em Manguinhos: o Parque Amorim. No entanto, esse último se diferenciou bastante das primeiras experiências, tanto na estrutura física como nas práticas de controle.

⁷⁵ Segundo Gomes (2009), “a estimativa do governo era de que os Parques Proletários deveriam abrigar mais de 300.000 pessoas, expectativa que ficou muito longe de ser concretizada”. (p. 6)

⁷⁶Ainda Segundo Gomes, outros elementos com impacto nesse processo civilizatório faziam parte da estrutura dos parques: “Os Parques Proletários apresentavam em sua estrutura, escolas primárias, pré-escolares, escolas profissionais, escolas noturnas, centro social, socorro alimentar, clubes de operários, assistência religiosa e policial, possuindo ainda dependências da Caixa Econômica. Tudo isso voltado não só para resolver a problema da habitação popular, mas também para concorrer para a formação do ‘novo homem’” (2009, p. 9).

moradores de favelas. Recomendações sobre o cuidado com o lixo e a periodicidade da limpeza da casa estavam entre elas. A regra número oito, por exemplo, referia-se às cuspidas dentro de casa, estabelecendo o seguinte: “Não cuspir e nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, mantendo escarradeiras em boas condições, com areia sempre renovada” (Apud: CARVALHO, 2003, p.51). Elias (2011) aponta no discurso higienista parte de uma figuração na qual o processo civilizador já lida com justificativas do tipo racional/científica (e não só com a vergonha e o embaraço) para imputar as normas e regras consideradas civilizadas⁷⁷. No exemplo a seguir, analisado por Elias, percebemos como os antigos manuais de boas maneiras condenavam a prática de escarrar, sem fazer menção a justificativas no campo da saúde:

Na Igreja, na casa dos grandes, em todos os lugares onde reina a limpeza, você deve escarrar no lenço. Constitui um hábito imperdoavelmente grosseiro de crianças cuspir no rosto de seus companheiros de folguedos. Não há castigo que seja suficiente para essas maneiras deploráveis, como também para quem cospe na janela, nas paredes e nos móveis.... (João Batista de La Salle, As regras da Conduta e da civilidade cristã, 1774. Apud: ELIAS, 2011, p. 153).

Além das regras e normas, outra forma de manter os moradores sob controle era uma prática (claramente biopolítica) de registros bastante apurada. Segundo Carvalho, a administração de cada parque proletário mantinha uma:

ficha cadastral de todos os moradores com as seguintes observações: fotografia e impressão digital, exame clínico, radiografia, além de informações sobre o poder aquisitivo, antecedentes e situação conjugal, incluindo o número de filhos e a comprovação de vacinação dos mesmos. Somente assim poderiam habitar nas novas moradias (CARVALHO, 2003, p. 35).

O administrador do Parque Proletário da Gávea, aliás, era uma figura chave nessa pedagogia disciplinar-civilizatória. Ao falar do administrador do primeiro Parque, Leeds e Leeds esclarecem o seu papel nesse processo:

O primeiro administrador do parque proletário foi, em sua atitude e modo de organização, um verdadeiro exemplar da ideologia estadonovista. A autoridade da Administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador dava um “chá” (“chá das nove”) quando ele falava num microfone aos moradores sobre os acontecimentos do dia e

⁷⁷ “Grande parte do que chamamos de razões de ‘moralidade’ ou ‘moral’ preenche as mesmas funções que as razões da ‘higiene’ ou ‘higiênicas’: condicionar as crianças a aceitar determinado padrão social. A modelagem por esses meios objetiva a tornar automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar do seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana” (ELIAS, 2011, p. 148).

aproveitava a oportunidade para as lições “morais” que eram necessárias (1978, p. 195-196).

Figura 5 – Conjunto de regras destinadas aos moradores dos parques proletários.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – SERVIÇO SOCIAL
PARQUE PROLETÁRIO PROVISÓRIO Nº

..... que ocupa a casa nº do grupo nº
deste Parque, se compromete a:

- 1º. Pagar adiantadamente até o dia 5 de cada mês o aluguel mensal de Cr e mais o que lhe couber no consumo de luz e rádio.
- 2º. Autorizar se necessário, na casa em que trabalha o desconto em folha de seus salários de importância acima.
- 3º. Zelar pela casa, trazendo-a sempre em perfeitas condições de asseio, lavando o soalho pelo menos uma vez por semana.
- 4º. Comunicar imediatamente quaesquer afrouxamento ou despregamento de tábuas, goteiras e outros defeitos, ajudando no concerto.
- 5º. Juntar o lixo em recipiente que colocará nos lixeiros em hora e local certos, bem como despejar os urinós nas latrinas, transportando-os em caixas apropriadas desde que o façam entre 8 e 19 horas.
- 6º. Não pregar nem consentir pregar nas paredes por meio de grude, goma ou quaesquer outros ingredientes, papeis, retratos, cartazes, figuras, folhinhas, etc...
- 7º. Não usar ferro elétrico nem luz que não seja elétrica mudando as lâmpadas queimadas por conta própria, não podendo alterar os watts das lâmpadas, bem como só cozinhar com carvão.
- 8º. Não cuspir nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, mantendo escarradeiras em boas condições, com areia sempre renovada.
- 9º. Trazer sempre asseados os terrenos em torno e, debaixo da casa, não permitindo nele juntar lixo nem formação de lama.
- 10º. Manter relações cordiais com os de casa e com os vizinhos, não dando motivos para discussões e desavenças, evitando enfim pretextos para a quebra de cordialidade e respeito que deve existir entre pessoas educadas, seja quanto a família, seja quanto a vizinhos, bem como respeitar a lei do silêncio.
- 11º. Fazer com que seus filhos, enteados ou menores sob sua guarda, frequentem a escola, oficinas, esportes, educação física, e demais serviços pertencentes ao Parque, oferecendo prova de frequência caso tais menores as aulas estranhas ao Parque.
- 12º. Legalizar em tempo que combinará e ajudado pela administração a sua situação conjugal perante as leis do país e religião professada, bem como se ajustar perante as leis militares e trabalhistas.
- 13º. Comparecer e fazer com que os de sua família compareçam quando chamados para as comemorações das datas da Pátria, da tradição cristã e para festas do Parque.
- 14º. Submeter-se a todas as exigências da Saúde Pública e da administração do Parque no que diz respeito a profilaxia e defesa contra as doenças.
- 15º. Não permitir a entrada ou uso em sua casa das chamadas bebidas brancas nem se embriagar.
- 16º. Procurar por todos os meios um trabalho que garanta a subsistência decente de sua família.
- 17º. Não permitir residir na casa em que mora, pessoas estranhas ou de sua família que não estejam recenseadas pelo Serviço do Censo, ao ser entregue a casa.
- 18º. Pertencer a cooperativa de consumo que se venha a organizar entre os moradores do Parque e vizinhos, cumprindo rigorosamente seus estatutos e trabalhando pelo seu progresso.
- 19º. Considero que a violação por minha parte de quaesquer dos compromissos acima, como justa causa de despejo imediato, a que me submeterei se for exigido pela administração.

Assinatura

Fonte: Carvalho, 2003

É possível, a partir daí, concluir que o discurso higienista, embora não se percebesse assim, em primeiro lugar, um discurso civilizador, destacou na sua lista de saudáveis, ou higiênicos, os comportamentos mais adequados às práticas do modelo civilizado e como não

saudáveis e/ou anti-higiênicos, hábitos e práticas destoantes do padrão considerado correto e normal pelos grupos dominantes.

Além disso, o administrador respondia pelo cadastro (e o operacionalizava), pela manutenção da ordem e pelo cumprimento das regras impostas. Assumia a função de um “impositor de regras”, figura elencada por Becker (2008, p. 160-167), trazido à tona quando uma cruzada moral é institucionalizada, nela tendo um papel central.

Uma discussão interessante trazida por Carvalho, comparando as favelas e os parques proletários, problematiza as reais diferenças entre essas formas de moradia. Em primeiro lugar, os parques proletários eram formados por blocos de casas de madeira, assim como as favelas. As condições de higiene oferecidas também não apresentavam grandes diferenças, já que as casas não tinham cozinha e nem encanamento de água e os banheiros eram coletivos, não havendo rede de esgoto. A higiene e a salubridade, anunciadas como as “meninas dos olhos” desse projeto, perdiam espaço, mas em compensação, o projeto disciplinador se concretizava. Diante dessas constatações, a pesquisadora tem razão ao afirmar:

O projeto de construção dos parques proletários atuava mais como uma política de controle social, com ênfase na proposta de reeducação, do que como uma política habitacional, na medida em que os problemas que foram apontados com relação à falta de condições higiênicas nas favelas, não foram resolvidos pelo Parque (CARVALHO, 2003, p. 39).

Tavares de Moura esteve à frente do projeto até 1947, quando então os parques proletários mudaram de gestão. Planejados para serem provisórios – seu idealizador acreditava que de 10 a 15 anos seria tempo suficiente para reeducar os “faveleiros” e preparar moradias “dignas”. Os parques se tornaram habitações permanentes, existindo até a década de 70, embora, desde o meado da década de 50, a Prefeitura tenha abandonado a sua administração. Com a incorporação de um número cada vez maior de pessoas, suas estruturas ficaram saturadas e, no Censo de 1950 do IBGE, já estavam classificados como favelas⁷⁸.

Diante do insucesso dessa experiência – digo isso na perspectiva do projeto governamental – os parques proletários da Gávea e do Leblon foram destruídos e seus antigos moradores realocados em vilas operárias em áreas distantes da cidade. Apesar do visível

⁷⁸“Um dado curioso é constatar a presença, na lista de favelas do recenseamento de 1950, do Parque Proletário da Gávea. Concebido como solução provisória para o realojamento dos favelados, oito anos mais tarde essa solução já era considerada um fracasso. O que poderia ter sido uma alternativa tornou-se um equivalente à favela” (VALLADARES, 2005, p. 69).

fracasso, é preciso ressaltar que as propostas governamentais para o “problema favela” nas décadas seguintes se inspiraram nas propostas delineadas no programa dos parques proletários provisórios, quando não repetiram muitas delas.

2.4.2 Cristãos e civilizados: a cruzada são Sebastião

Em 1955, acontecia no Rio de Janeiro um dos eventos religiosos mais significativos para a história desta cidade: O XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Esse encontro fora organizado pelo então bispo auxiliar do Rio de Janeiro Dom Hélder Câmara. Segundo seus biógrafos, um episódio particular ocorrido durante o evento teria marcado definitivamente a sua história de vida e opção pastoral: a observação do Cardeal Gerlier⁷⁹ (Arcebispo de Lyon) sobre as favelas cariocas, definindo-as, diante das belezas naturais dessa cidade, como um “insulto ao criador” (SIMÕES, 2008, p. 129). A partir de então, Dom Hélder resolveu dedicar sua vida em favor dos mais pobres e, naquele momento histórico, iniciou, junto com outros colaboradores, uma ação política junto às favelas do Rio de Janeiro com o objetivo de urbanizá-las (todas) em um período de doze anos: a Cruzada São Sebastião. O projeto iniciou-se com a formação do bairro São Sebastião, no Leblon, hoje com o nome de Cruzada São Sebastião – ou só Cruzada, como muitos chamam – por ter sido a mais significativa obra realizada por essa associação religiosa⁸⁰.

O trabalho realizado pela Cruzada São Sebastião, assim como as representações que alimentavam seus pilares simbólicos, não podia ser entendido fora de um novo contexto social, histórico e teológico vivido pela Igreja Católica desde o final do século XIX. A partir da publicação da *Rerum Novarum*, encíclica do Papa Leão XIII, de 1891, o catolicismo voltou-se para a pobreza operária. Neste documento papal, denunciando as condições precárias dos trabalhadores urbanos, o catolicismo inaugurava uma nova postura sobre os

⁷⁹ Ainda conforme seus biógrafos, Dom Hélder teria dito ao Cardeal Gerlier: “Este é um momento de virada na minha vida. O senhor poderá ver minha consagração aos pobres. Não estou convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o Senhor me confiou colocarei ao serviço dos pobres” (PILETTI e PRAXEDES, 1997, p. 233).

⁸⁰ Além da urbanização de favelas, “o plano original da Cruzada São Sebastião, conforme definido durante o Congresso, seria executado com o apoio de outras três frentes: a) criação, nas unidades federadas mais atingidas pelo êxodo rural, de núcleos coloniais que atuem como centro de atração e fixação dos migrantes nacionais; b) criação, ao longo de vias naturais de acesso, como Rio São Francisco e a Estrada Rio-Bahia, de núcleos que procurem conter os migrantes nacionais; e c) criação, na barreira do Distrito Federal, de hospedarias de imigrantes que, além de assegurarem assistência espiritual e social aos migrantes nacionais, tentem, uma última vez, encaminhá-los para a Baixada Fluminense ou para a zona rural do Distrito Federal”. (SIMÕES, 2008, p. 130).

pobres e o trabalho. O pobre não devia ser mais o eterno objeto de caridade, elemento para a salvação alheia. Era preciso lutar para a superação das mazelas da pobreza, pois sua condição deteriorada era resultado de um contexto histórico e social, e não da vontade divina. O trabalho passou a ser valorizado. Seguindo o exemplo do protestantismo, o catolicismo reconheceu no trabalho uma forma de exercício das virtudes cristãs, rompendo definitivamente com a postura medieval entendia o trabalho como fruto do pecado e castigo divino.

Desde então, clamores por mudança na estrutura medieval católica pulsavam por todo o mundo, já que a Igreja ainda se pautava pelas definições do Concílio de Trento (1545 - 1563). Grupos de intelectuais e líderes católicos cobravam da Igreja, e ao mesmo tempo protagonizavam, posturas renovadas em relação à liturgia, à doutrina, à moral, ao serviço pastoral e à doutrina social. Nas décadas de 40 e 50, surgiu uma série de movimentos católicos, os quais defendiam uma postura mais ativa junto aos problemas de ordem social. Entre eles, destacaram-se a JOC (Juventude Operária Católica) e a Ação Católica. Os dois movimentos tiveram grande entrada no Brasil, formando uma geração de intelectuais e militantes políticos para as décadas seguintes. Esses clamores por mudanças culminaram no Concílio Vaticano II (1961-1965), no qual o catolicismo revisou e mudou alguns dos seus princípios teológicos e pastorais. Entre eles, repensaram a forma de ação no mundo diante da pobreza e demais mazelas que atingiam a humanidade.

Uma das principais lideranças desses novos movimentos católicos, o economista e frade dominicano francês Lebret, esteve várias vezes no Brasil. O fundador do movimento *Économie et Humanisme* defendia que o desenvolvimento econômico em voga carecia de um projeto de desenvolvimento do cidadão. Para alcançar esse objetivo junto às populações pobres do mundo, seria necessário conhecer bem essas realidades, de forma profunda. Lebret apontava que somente por meio da pesquisa empírica isso seria possível. No Brasil, formou e capacitou uma equipe de pesquisadores para desenvolver este tipo de trabalho⁸¹ e, com os resultados, apresentar propostas concretas de mudança e ação. As favelas ganharam destaque nas práticas de pesquisa desenvolvidas por Lebret e seu grupo, primeiramente, por serem os grandes bolsões da pobreza urbana no Rio de Janeiro, depois, por acompanharem a crença

⁸¹ Esses pesquisadores depois passaram a compor a SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), instituição fundada por Lebret, em São Paulo, em 1947. O SAGMACS desenvolveu o *Aspectos Humanos das Favelas Cariocas*, o estudo mais detalhado e completo feito sobre as favelas até então, pesquisa essa encomendada pelo Jornal O Estado de São Paulo e publicada em 1960, em dois suplementos especiais. Os resultados publicados pelo jornal constituíam-se com os dados colhidos em dois anos de árduo trabalho de campo em algumas favelas cariocas. Para maiores informações: RIOS (2012), MACHADO DA SILVA (2012) e VALLADARES (2012).

racionalista-positivista em voga, a qual aliava desenvolvimento e qualidade de vida com urbanização e saneamento.

No Rio de Janeiro, o trabalho da Igreja Católica em favor dos mais pobres, em especial os favelados, se dava por meio dos trabalhos da Fundação Leão XIII⁸². Desde 1946, essa entidade já realizava seu serviço social. Sua ação junto aos mais pobres era marcada pelo registro minucioso e pelo controle das condutas. Essa instituição mantinha um posto na Praia do Pinto e esse detalhe talvez tenha contribuído para a escolha do Leblon como marco inicial do trabalho de urbanização da Cruzada São Sebastião. O trabalho da Leão XIII, liderado por religiosos e assistentes sociais, estruturava-se por meio de visitas constantes às famílias, prática necessária para o preenchimento das fichas minuciosamente detalhadas e mantidas sobre cada uma delas. A fundação ainda tinha outras incumbências, como autorizar possíveis reformas nos barracos e acompanhar o tratamento de saúde das crianças. Por conta desse acompanhamento metódico e rigoroso da rotina dos favelados,

a Fundação Leão XIII constituiu-se na primeira grande instituição governamental direcionada para “assistência”, atingindo a população pobre de diferentes espaços, visando assim um efetivo controle dessas populações e nos reportando as relações entre os territórios e poder na concepção de Foucault (1979), “... poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (FOUCAULT, 1979, p. 71) (PEREIRA, 2007, p. 39).

A Leão XIII era um exemplo claro do uso de dispositivos disciplinares na prática da própria Igreja Católica. Mas, apesar de ser uma associação paraestatal, a Fundação não deixava de primar por uma lógica de controle dos pobres, já firmada pelo Estado, aplicando dispositivos de disciplinarização e normalização. O Estado, de certa forma, conseguia intervir nessas localidades por meio da Igreja Católica.

A Fundação também investia no controle dessas populações por meio da formação e valorização do trabalhador. As crianças eram matriculadas em escolas e eram ensinadas não só do conteúdo escolar, mas também desenvolviam atividades artesanais para serem socializadas nesse conjunto de valores. Para os técnicos e religiosos da Fundação, a falta de

⁸²Sobre a fundação Leão XIII: “Criada pela Igreja Católica em 22 de janeiro de 1946, a partir do Decreto Federal nº 22.498, a Fundação Leão XIII propunha-se a trabalhar a partir da perspectiva de medidas em médio prazo, que promovessem moralmente os favelados. Sua criação ocorreu em uma perspectiva interventiva, a partir da articulação entre a Prefeitura do Distrito Federal, Ação Social Arquidiocesana e a Fundação Cristo Redentor, tendo a seguinte finalidade ‘prestar assistência moral, material e religiosa aos habitantes dos morros e favelas do Rio de Janeiro’. Cabe ressaltar que a criação da FLXIII ocorreu em um contexto no qual o temor comunista assolava os setores conservadores da cidade” (PEREIRA, 2007, p.38). Em 1962 a entidade foi transformada em órgão estatal pelo governo Lacerda, ainda que operada pela Igreja por mais alguns anos.

habilitação profissional dos homens conduzia a uma condição miserável, esta seria a origem de todos os males, vícios e, conseqüentemente, das degradantes posições morais ali encontradas.

A Cruzada iniciou seu projeto aproveitando o arquivo de trabalho mantido pela Fundação Leão XIII. Uma agência social provisória desta Fundação, atuante em um posto na favela da Praia do Pinto, realizou esse tipo de catalogação dos moradores por mais de 20 anos e passou a também acompanhar sistematicamente as famílias realocadas para os edifícios do bairro São Sebastião. A Cruzada fazia o seu trabalho apoiada não só nos registros da Fundação Leão XIII, mas também em seu sistema disciplinar e de representação dos favelados.

Apesar de ser uma atividade liderada por um bispo católico, a Cruzada teve apoio moral e financeiro por parte do governo brasileiro. O presidente Café Filho disponibilizou Cr\$ 50 milhões e um terreno no Leblon para construção dos apartamentos. Juscelino Kubitschek disponibilizou um grande terreno na região da Penha, onde se instalou o mercado São Sebastião, o qual, a partir de sua arrecadação, sustentava financeiramente parte dos trabalhos sociais da Cruzada. Esse apoio de grande porte do poder público evidenciava cada vez mais que, apesar do agente realizador ser a Igreja Católica, a ação não deixava de ser inserida em um projeto maior de *gestão governamental*.

A proposta de Dom Hélder e de seus colaboradores se destacava, nesse momento histórico, por não defender o remocionismo, a principal forma de ação dos poderes públicos junto às favelas até então. Queria beneficiar os moradores, mantendo-os próximos aos seus trabalhos e aos locais de moradia e lazer. Tal proposta, segundo Simões,

Era não somente dispendiosa, mas ousada, pois fazia face a política preponderante de erradicação de favelas que durante quase todo o século XX forçou uma extraordinária diáspora de centenas de milhares de habitantes da cidade do Rio de Janeiro em direção às periferias distantes, mal-servidas em transportes e infraestrutura (2008, p. 1).

Dom Hélder defendia ainda a manutenção de trabalhadores perto de seus patrões, vivendo em harmonia, era uma forma de provar que a luta de classes não era necessária, como defendia o comunismo, que tinha forte presença nas favelas cariocas daquele período⁸³.

No caso do bairro São Sebastião, o trabalho da Cruzada consistiu em transferir as

⁸³Na década de 50, “o comunismo era, de fato, uma alternativa política considerável nas favelas, conforme mostrou a pesquisa realizada pelo IPEME, em 1958: 26,5% dos eleitores nas favelas do Distrito Federal disseram ser comunistas, enquanto 27% se consideravam governistas” (SIMÕES, 2008, p.165).

famílias moradoras de duas favelas do Leblon – a Praia do Pinto e a Ilha das Dragas – para 10 prédios construídos em terreno muito próximo. Os primeiros prédios ficaram prontos em 1957, quando começaram as mudanças. Os prédios tinham capacidade para receber aproximadamente 916 famílias.

Estando os moradores próximos de sua antiga casa, o deslocamento territorial não era o principal destaque, neste caso, havia ainda todo um sistema disciplinar de caráter civilizatório, desenvolvido para acolher os moradores dessas favelas. A disciplinarização e controle já se iniciavam na seleção daqueles que ocupariam os apartamentos da Cruzada São Sebastião. Para morar na cruzada, o candidato deveria:

1. Residir a família na favela pelo menos há quatro anos; 2. Ser realmente pobre, isto é, impossibilitada de alugar ou adquirir morada fora da favela; 3. Estar legalmente constituída, ou, pelo menos, enquadrada na moral natural e com alguma prole; 4 - Não possuir membros marginais. (Ibid., p.176).

Tratava-se de critérios de fundo social e moral, pautados na ordem dos valores civilizatórios e cristãos. Um exemplo disso: somente as famílias em que os homens e mulheres fossem casados no civil e no religioso, poderiam postular um apartamento no Bairro São Sebastião; exigência essa a qual provocou uma série de casamentos coletivos celebrados por Dom Hélder. Até a permanência no apartamento, do qual os moradores só seriam proprietários depois de 15 anos, era condicionada a uma postura moral correta. Moças grávidas e solteiras, por exemplo, eram obrigadas a deixar o apartamento com sua família e voltar para a favela. Na favela, essas famílias eram observadas pelo serviço de assistência social para um possível retorno ao apartamento. Essa rigorosa seleção permitiria a Dom Hélder anunciar às famílias do Leblon que “malandro não morará no bairro” (Ibid., p. 175) e assim não era preciso maiores preocupações com a vizinhança. Esse novo bairro “seria a síntese de um projeto que implicava incorporação pelos moradores de valores constitutivos da família ‘burguesa’ e católica em contraposição à ideia de promiscuidade implícita nas ocupações pobres”. (OLIVEIRA, 2012, p.1-2).

O trabalho de formação humana dos ex-favelados (agora já no bairro São Sebastião) era, para Dom Hélder, uma das mais importantes marcas do trabalho de urbanização liderado pela Cruzada. Tal formação tinha um objetivo disciplinar-civilizatório pautado na moral cristã. Aliás, segundo Elias, há uma relação íntima entre civilização e cristianismo, especialmente, quando se trata da sua difusão entre as camadas populares:

O controle das emoções e a formação disciplinada do comportamento como um

todo, que sob o nome de cidade se desenvolveram na classe alta como fenômeno apenas secular e social, como consequência de certas formas de vida social, apresentam afinidades com tendências particulares no comportamento eclesiástico tradicional. A civilidade ganha um novo alicerce religioso e cristão. A Igreja revela-se, como tantas vezes ocorreu, um dos mais importantes órgãos da difusão de estilos de comportamento pelos estratos mais baixos (ELIAS, 2011, p. 107).

Os valores cristãos eram compreendidos por Dom Hélder e por seus colaboradores como a melhor forma de civilizar e disciplinar os ex-favelados. A ideia era fazer dessas habitações verdadeiras comunidades católicas, marcadas pelos valores subjacentes a essa religião.

Uma das estratégias para a difusão e controle desses valores foram os decálogos: conjuntos de regras, espécie de códigos de honra, direcionados aos homens, mulheres e crianças. Segundo Simões (2008), foram definidos em reuniões conjuntas entre Dom Hélder e os primeiros moradores. Para cada decálogo, um nome era dado ao grupo responsável por cumprí-las. A formação desses grupos incentivava não só o cumprimento, mas também a promoção dessas normas. Com esses códigos estariam promovendo a “família cristã” entre esses moradores e, ao mesmo tempo, socializando as crianças em um novo conjunto de regras e valores.

Aos homens, membros da *Ordem de São Sebastião*, cabia cumprir e promover os seguintes ditos:

1) Palavra de homem é uma só; 2) Ajude seu vizinho; 3) Bater em mulher é covardia; 4) Sem exemplo não se educa; 5) Homem que é homem não bebe até perder a cabeça; 6) Jogo, só futebol; 7) Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente; 8) Comunismo não resolve; 9) Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação; 10) Sem Deus não somos nada. (SLOB, 2002, p. 96).

O código das mulheres, as *legionárias de São Jorge*, ditava as seguintes normas:

1) Questão fechada: casa limpa, arrumada e bonita; 2) Quando um não quer, dois não brigam; 3) Anjo da paz e não demônio de intriga; 4) Não vire a cabeça porque o marido não tem juízo; 5) Se o marido faltar, seja mãe e seja pai; 6) Educar de verdade, sem palavrão, sem grito e sem pancada; 7) Seja liga com os educadores de seu filho; 8) Não seja do contra: com jeito se vai à lua; 9) Nada mais triste do que mulher que degenera; 10) Mulher sem religião é pior que homem ateu (Ibid., p. 96).

As crianças, que formavam os *Pequeninos de São Cosme e Damião*, também tinham seu decálogo, este discutido e elaborado pelos seus pais:

1) Nem covarde, nem comprador de briga; 2) Desgosto aos pais, jamais; 3) Antes só do que mal acompanhado; 4) O que suja mão é pegar no alheio; 5) Menino de bem não diz palavrão; 6) Homem não bate em mulher; é triste mulher que se mete a homem; 7) Não minta nem que o mundo se acabe; 8) Delicadeza cabe em qualquer lugar; 9) Quem não aproveita a escola se arrepende o resto da vida; 10) Quem não reza é bicho (Ibid., p. 101).

Para o controle das condutas naquele local, havia uma equipe de assistentes sociais e religiosos sempre atentos. Uma figura especial se ressaltou nesse momento: a Irmã Eny, responsável pelo serviço social na Cruzada e figura sempre lembrada pelos moradores mais antigos. Irmã Eny morava em um apartamento da Cruzada e monitorava os comportamentos e o uso do tempo. Era assistente social e freira, identidades que a habilitavam para intervir tanto nos problemas de conduta moral e religiosa, quanto nas questões de ordem social. Sobre a sua atuação, aponta Simões:

Todas as noites, às 22:00 horas, ela percorria o conjunto e, com uma corneta, dava o toque de recolher. Naquela hora, todos deveriam entrar em suas casas e a rua permanecia durante a noite e até a manhã seguinte no mais absoluto silêncio. O rigor era lembrado com ternura, e até mesmo um certo saudosismo, pois que a firmeza de Irmã Eny e os hábitos que impunha no exercício do seu ofício representavam, segundo Fátima e Inês, que naquele tempo “se tinha ordem” (2008, p. 62)

Irmã Eny, assim como o administrador do Parque Proletário da Gávea, personificava, naquele espaço, o papel de “impositora de regras” (BECKER, 2008), trabalho realizado não só por ela, mas por toda uma equipe cuja ocupação era a de disciplinar pequenos detalhes, como aponta Angelina, informante de Slob:

Conheci muito Irmã Enny [a chefe do serviço social]. Ela era uma das irmãs, assim como Irmã Clarice. Elas atuavam muito, eram severas, tomavam conta dos apartamentos, da Cruzada em si, e não apenas do serviço social. Visitavam sempre. Ensinavam como colocar os móveis, sempre participaram muito. Eles falavam mais com meus pais, o que era necessário, como um colégio para as crianças, por exemplo (SLOB, 2002, p. 108).

Apesar do rigor das regras, Simões aponta que alguns moradores, ainda hoje, relembram esse período inicial como um momento no qual havia uma “ordem” e seria exatamente essa ordem que faria do local um conjunto habitacional e não mais uma favela, marcando o novo status dessas pessoas na hierarquia habitacional da cidade. Se alguma coisa acontecia com o morador, o serviço social, sob responsabilidade da irmã, deveria logo tomar consciência.

Todo esse serviço social, com tons quase inquisitórios, apesar dos objetivos humanitários que o regiam, justificava-se por uma visão inferiorizada do pobre como

necessitado da ajuda de pessoas em uma condição “superior” os quais, neste caso, eram os técnicos (representando uma tecnologia disciplinar de poder construída a partir do saber) e os religiosos (representando uma tecnologia disciplinar de poder amparada na moral e nos valores cristãos). Sem esse controle, não poderiam adaptar-se à nova rotina, entendida como a conduta correta e natural dos seres humanos. Os novos moradores da cidade formal assumiam uma escala de práticas e valores cuja aplicação os aproximavam mais da classe média do que da realidade das favelas ainda no seu entorno, para onde muitos davam “escapadinhas”, a fim de experimentar uma sociabilidade com menos regulações.

De um total de 130 favelas existentes na cidade durante o início dos trabalhos da Cruzada São Sebastião, somente doze delas foram atendidas por essa associação. O trabalho não atingiu suas ousadas metas e, aos poucos, foi se tornando um tímido trabalho dentro da arquidiocese do Rio de Janeiro. Sua principal obra, o bairro São Sebastião, aparece nos noticiários e nos projetos públicos como uma favela – a “Cruzada”, agora segregada no bairro do Leblon (com o qual Dom Hélder postulou uma integração): “somos o câncer do Leblon”, disse um informante de Simões (2008, p.49). A favelização e a segregação marcam o cotidiano da Cruzada e mostram o fracasso dessa obra quando interpretada a partir dos ideais de seu fundador.

2.4.3 Disciplinados pela boa forma urbana: os conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM

As décadas de 1940 e 1950, anteriores ao período de remoção das favelas para os conjuntos habitacionais, formaram os “anos dourados” do crescimento e da expansão imobiliária na Zona Sul do Rio de Janeiro. Liberar terrenos dessa área para o mercado de imóveis, visando atender a uma demanda crescente, e ainda fazer a *gestão* da distância entre as classes sociais, passou a pautar os interesses dos principais agentes econômicos e políticos da cidade. Nesse contexto, chegamos à década de 60, período da história carioca marcado por uma intensa ação política em favor da remoção de favelas. Carlos Lacerda, eleito governador em 1960, tornou tensa sua relação com as favelas por abraçar esse “projeto bem claro e delineado de ação: as políticas de remoção de favelas e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais construídos pelo Estado”. (BARBOSA e SILVA, 2005, p. 42)⁸⁴.

⁸⁴ A adoção dessa postura política provavelmente ocasionou a derrota do candidato de Carlos Lacerda nas urnas, em 1965. Seu rival nas eleições, Negrão de Lima, teria sido eleito por sua política de urbanização de favelas,

Porém, ressalto que o projeto planejado inicialmente para todas as favelas da cidade, continuou concentrando, no governo Lacerda e no posterior (Negrão de Lima), suas ações na remoção das favelas da Zona Sul, reafirmando que, além do objetivo de livrar a cidade das favelas por sua condição histórica e social, o mercado imobiliário ainda influenciava diretamente nessas decisões. Um exemplo claro dos rumos da especulação imobiliária na Zona Sul e suas consequentes transformações na geografia e no cotidiano da cidade, foi o caso do Selva Pedra, condomínio de classe média alta construído no espaço onde estava a Praia do Pinto, no Leblon, até 1969. Este era um conjunto de 42 prédios com 2.251 apartamentos, vendidos para pessoas seduzidas pela seguinte propaganda: “V. vai morar com um requinte sem igual. No Leblon, bairro nobre. Numa área restritamente residencial: Os terrenos da antiga Praia do Pinto. Onde só haverá prédios com apartamentos de 3 e 4 quartos. Nunca menos” (Apud: MELLO, 2001, p. 220).

As políticas públicas cediam cada vez mais aos interesses dos grupos de elite, em vez de promover, junto aos mais pobres, a integração social. Mas, além do mercado imobiliário, um dos principais fatores que influenciaram essa política de remoção, outras duas questões – relacionadas à dinâmica de *gestão da população* - também tiveram grande importância na condução do processo remocionista, servindo, inclusive, como justificativa para as suas ações. A primeira, já suficientemente explorada nos tópicos anteriores, seria o *estigma* remetido à favela e aos seus moradores, impedindo-os de serem inseridos no novo projeto de (re)construção da cidade. Em função disso, era preciso tirar os favelados do campo de visão das áreas nobres da cidade, além de afastá-los das classes mais favorecidas. Tal *estigma* reafirmava a leitura do favelado como um pré-cidadão, necessitado da intervenção estatal, e essa visão incitava boa parte da população, especialmente entre as classes média e alta, a apoiar o remocionismo autoritário praticado pelos governos estadual e federal nas décadas de 60 e 70⁸⁵. Os preconceitos decorrentes desse *estigma*, desde o início do século, só fizeram crescer na sociedade carioca, assim como as próprias favelas⁸⁶. Afirmava-se a ideia de que “a

realizada durante o período que foi prefeito da cidade (1956 e 57), por meio do SERPHA (Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas). Cf. BURGOS, 2004, p. 31-34.

⁸⁵ Em um editorial do Jornal do Brasil, logo após as fortes chuvas de 1966, vemos como esse veículo de imprensa manifestava, assim como muitos moradores da cidade, uma opinião favorável à remoção de favelas: “As pesquisas revelaram que menos da metade da população residente em favelas vive do trabalho organizado. A maior parte se entrega as tarefas avulsas (...) Ao reverso deste argumento, é exatamente por que moram em bairros residências que essas parcelas sem trabalho permanente existem. Daí porque nas favelas se abrigam também os marginais que encontram a um palmo do seu campo de ação criminosa os meandros de um aglomerado difícil de escalar e fácil de abrigá-los da perseguição policial” (Apud: BRUM, 2012, p.69).

família favelada necessitaria de uma reabilitação social, moral, econômica e sanitária; sendo necessária a integração dos moradores à comunidade, não somente no modo de habitar, mas também no modo de pensar e viver” (VALLA, 1984, p. 17). Nos órgãos públicos, a representação dos moradores de favela não era muito diferente. Além dos argumentos estigmatizantes já apresentados, era, também, enfatizada uma condição de não-cidadão, marcada pelo fato de não pagarem contas, impostos e nem serem proprietários da casa onde moravam. Por isso, não participariam da vida da sociedade nem receberiam os benefícios dos serviços públicos (BURGOS, 2004, p. 34-35). Diante de todo esse contexto, a formação de um imaginário social, que justificasse o extermínio das favelas e uma remoção arbitrária de seus moradores se consolidava.

A segunda é a desarticulação da identidade do favelado e de sua consequente força política. A categoria “favelado” ganhava uma importância política a partir da década de 50. Tal condição de destaque advinha da capacidade de organização dos moradores das favelas aliada ao seu grande potencial quantitativo de eleitores. Em 1960, já formavam 10,2% dos eleitores do Estado da Guanabara. Muitos políticos de vários partidos, com o objetivo de angariar votos, atribuíam a si mesmos o título de “defensores da favela”. Os favelados, por conseguinte, aproveitavam-se dos interesses desses políticos para conseguirem proteção contra as forças hostis à favela. Quanto à organização, nas lutas contra as remoções e outras ações arbitrárias contra as favelas, foram fundados sindicatos e associações que empregavam o nome “favelado” como algo afirmativo à identidade politicamente construída, e não como termo pejorativo (é o caso da “Coligação de Trabalhadores Favelados do Distrito Federal”, fundada em 1957). Assim, “a presença desse novo interlocutor indica que a categoria favelado, originalmente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar ações civilizatórias arbitrárias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada” (Burgos, 2004, p.30).

O golpe militar e o consequente fim das eleições diretas para presidente e governador fizeram as favelas perderem seu potencial eleitoral e assim ficarem sem protetores. Durante o período da ditadura, as lideranças foram violentamente perseguidas e os principais organismos de resistência, as federações e associações, foram, aos poucos, se adaptando à política vigente e passaram a atender aos interesses dos poderes públicos, representando mais

⁸⁶ Um exemplo interessante da transformação e intensificação desse preconceito é o da Fundação Leão XIII, que até os anos 50 via os “favelados” como “irmãos cristãos” e, depois desse período, começou a pautar suas ações pelo entendimento de que as favelas seriam lugares propícios ao vício, a promiscuidade e ao refúgio de criminosos. Diante desse quadro de representações, entendiam que a melhor solução seria exterminá-las ou transformá-las por um tipo de “catequização” civilizadora (cf. BURGOS, 2004, p.34).

os governos do que os moradores (VALLADARES, 1980, p. 26-29; BURGOS, 2004, p. 31-39).

Para dar fim a essa incômoda situação não bastava o uso da violência: o Estado precisava desarticular a força política e a capacidade de organização conquistadas pelos favelados. Era necessária não só a redistribuição espacial nesse exercício de *gestão*, mas também discipliná-los dentro do novo projeto de cidade. Acabar com as favelas e promover as remoções, além de ser considerada uma estratégia para livrar a cidade de habitações classificadas como “não-higiênicas”, “não-estéticas” e desordenadas, também passava a se configurar como uma tática capaz de desarticular o favelado em sua identidade política e social. Destruir a favela e inserir essa população no cruel anonimato da cidade através dos conjuntos habitacionais dispersos pelas Zona Norte e Oeste da cidade seria uma forma de efetivar esse processo.

Criado todo o arsenal de um imaginário e um contexto político favorável a tal ação, era preciso criar os elementos necessários para colocar em prática esse projeto de extermínio das favelas. No início da década de 60, mais precisamente em 1962, o governador Lacerda criava a Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara (COHAB-GB), uma instituição que administrava os recursos advindos do “acordo do Fundo do Trigo”⁸⁷ para realizar um trabalho de erradicação das favelas (BRUM, 2012, p. 60). Este órgão teve grande atuação nos períodos entre 1962 e 1964, quando absorveu ao seu trabalho algumas instituições que já lidavam com a realocação dos favelados, como a Fundação Leão XIII - com a ação social - e o Instituto de Previdência da Guanabara (IPEG) - com o aporte financeiro, e promoveu as primeiras grandes remoções, conduzindo os moradores para os primeiros conjuntos habitacionais, muitos deles ainda chamados de Vilas⁸⁸. Depois desse período, as ações perderam força e os trabalhos de remoção e realocação continuaram acontecendo, mas de forma espaçada e pontual. Após o fim do Governo de Lacerda, Negrão de Lima manteve, de forma moderada, as ações da COHAB, e diferentemente do seu

⁸⁷ Sobre o acordo do Fundo do Trigo, Leeds e Leeds explicam referir-se a um “acordo entre Lacerda e a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (...) especificavam que, sob o título 1 da lei 480 da República dos Estados Unidos, da América, um Bilhão de Cruzeiros (US\$ 2.857.000), obtidos pela venda de produtos agrícolas ao Brasil seriam usados para a urbanização parcial de algumas favelas, para a urbanização completa de uma grande favela, para a construção de 2.250 casas de baixo custo, para a ‘reacomodação’ dos moradores das favelas, e para a construção de um grande posto de saúde em uma distante região do Estado (1978, p. 217).

⁸⁸ “Datam desse período, os conjuntos habitacionais de Vila Aliança e Vila Kennedy, primeira e segunda gleba, Cidade de Deus (primeira gleba) e Vila Esperança, Lar do Empregado Doméstico e o Conjunto de Álvaro Ramos, mais de 6000 unidades, situadas em regiões afastadas do centro urbano. Somavam-se a esses outros 885 apartamentos em conjuntos menores, destinados à classe média, e o parque proletário de Nova Holanda, com 667 casas de madeira” (GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA, 1969, p. 20).

antecessor, não concentrou só na remoção o seu trabalho junto às favelas. Em 1968, criou a CODESCO – Companhia de Desenvolvimento de Comunidades – cuja atuação baseava-se na urbanização de algumas favelas.

Em 1968, também surgia a Coordenação da Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM). A sua criação marcou um novo período na relação entre governos e favela, de centralização e uniformização das ações em favor da extinção das favelas e da remoção de seus moradores. A criação da CHISAM foi uma intervenção do governo federal para ditar uma política única para o estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro. Era um órgão do Ministério do Interior, ligado diretamente ao Banco Nacional de Habitação (BNH), que contava com o apoio financeiro dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tendo condições para realizar um trabalho com um gordo orçamento à disposição. A COHAB-GB ficou subordinada à CHISAM, e essas duas instituições foram as grandes responsáveis pelo programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro em proporções até então não vistas⁸⁹.

Com a coordenação da CHISAM, o projeto de remoção e realocação de favelados sofria profundas modificações. Sobre o trabalho da COHAB, no período Lacerda, foram feitas sérias críticas, as quais levaram os gestores, nessa nova etapa, a mudar importantes detalhes no plano de ação. As duas principais mudanças foram: a opção pelas construções verticais (prédios) em vez das casas - “Sua razão foi puramente social: Exigindo os conjuntos de apartamentos menos áreas para construção, seus custos forçosamente seriam inferiores aos das unidades isoladas, as ‘vilas’, fator significativo se considerada a baixa renda familiar dos futuros mutuários” (GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA, 1969, p. 37). E a outra importante mudança foi a opção por constituir “comunidades integradas” (Ibid, 51-54), ou seja, transferir os favelados para locais guarnecidos, não somente com casas, mas também com outros equipamentos públicos, tais como saneamento básico, fornecimento de luz e água, escolas, hospitais, oportunidades de trabalho, etc. Essa última mudança se apresentou, segundo informações do texto *Rio Operação Favela* (de autoria do Governo do Estado da Guanabara -1969-, a fim de divulgar os trabalhos realizados pela COHAB e CHISAM), a partir das críticas feitas por aqueles que não aceitavam a remoção. Somente nessas condições, para seus executores, as remoções poderiam não mais serem rejeitadas.

⁸⁹ “A CHISAM representou uma intervenção do Governo Federal sobre o Governo Estadual, a fim de pôr ordem e concretizar o programa de remoção que a COHAB sozinha não lograra articular, devido a uma forte carência de recursos e força política” (VALLADARES, 1980, p. 36).

A fim de as remoções acontecerem no ritmo esperado, as funções foram distribuídas. A secretaria de Serviços Sociais, que já atuava junto com a COHAB, ficou responsável pelos levantamentos socioeconômicos preparatórios da remoção. À COHAB, cabiam as tarefas de: projetar os conjuntos habitacionais, encomendar sua construção, fiscalizar e comercializar as unidades habitacionais. À CHISAM, coube a coordenação do processo, o planejamento e a execução do programa. Ao BNH, garantir o investimento necessário para a construção dos conjuntos. Por vezes, incomodada com alguns dos serviços de suas parceiras, a CHISAM passava a tomar a frente do trabalho ou exigir alterações (Cf. VALLADARES, 1980, p.36-37).

Valladares (1980) sintetizou as etapas do trabalho da CHISAM e seus parceiros, mostrando como foi pensado o passo a passo de todo o projeto de remoção e realojamento dos moradores das favelas contempladas (p. 48): morador é submetido ao levantamento socioeconômico; recebe a ficha de inscrição; recebe autorização de mudança; é levado para o conjunto habitacional; recebe autorização para ocupar o imóvel; ocupa o imóvel; paga taxa de ocupação; assina promessa de compra e venda; recebe aviso de pagamento das prestações; paga prestações; assina escritura definitiva do imóvel.

Todos esses passos, esquematicamente bem elaborados, não foram eficientes e nem rigorosamente utilizados durante o processo. Percebem-se “erros” no projeto (do ponto de vista da *gestão governamental*) desde os seus primeiros passos, quando o morador, no levantamento socioeconômico, mentia sobre a sua renda e o número de moradores na casa, com o objetivo de conseguir um apartamento maior e melhor localizado, até os últimos trâmites, como foi o caso de moradores, os quais, depois de instalados, não pagaram sequer uma prestação. Porém, o não cumprimento dos passos e acordos estabelecidos não partiu somente dos moradores. Após o grande incêndio de 1969 na favela da Praia do Pinto, diante da urgência de remover aqueles que não tinham mais onde ficar, a CHISAM optou por unir algumas das etapas planejadas e compactar os seus processos.

Diante de tudo o que foi apresentado, fica claro que o projeto desses conjuntos habitacionais configurou-se como uma ação de *gestão governamental*, principalmente quando se efetivou essa separação espacial das diferentes classes sociais. Ainda como uma ação de *gestão*, tal separação foi acompanhada de levantamentos socioeconômicos, os quais permitiam manter os favelados sob os cuidados de diferentes registros. Mas, além disso, podemos identificar também um caráter disciplinador nessa *gestão* pela política de remoção, realocação e administração dos conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GB e a CHISAM. Ressalto, que apesar da violência presente nessas remoções, temos um projeto de

disciplinarização e controle bem mais sutil no interior dos conjuntos habitacionais que aqueles encontrados nos casos trazidos anteriormente (parques proletários e Cruzada São Sebastião), que contaram com a vigilância constante, pelo menos nos primeiros anos, de um administrador/fiscal, designado pelo Estado ou pela Igreja Católica. Também não estava previsto, ou pelo menos não foi divulgado, para os conjuntos habitacionais uma série de regras e normas que fosse explícita e do conhecimento de todos. As formas de disciplinarização estavam presentes nesse processo e foram marcadas principalmente pela expectativa de mudança das consciências e dos comportamentos dos favelados, quando inseridos nos equipamentos do universo urbano que, por sua vez, permitia a adesão aos valores civilizados. Apresentarei, a seguir, algumas práticas disciplinadoras indetificadas por mim nesse processo de mudança e moradia nos conjuntos habitacionais.

A primeira delas, anterior às remoções, é uma campanha governamental em favor da casa própria. Antes, preciso ressaltar: a CHISAM, para viabilizar o trabalho das remoções, procurava cooptar as lideranças das favelas a fim de que essas convencessem, ou pelo menos, conformassem os moradores sobre a realocação. Valladares aponta o sucesso de tal tática, pois, “as lideranças locais foram conquistadas na sua totalidade” (1980, p. 51). Uns aderiram à proposta da CHISAM por falta de alternativa (por imposição de uma violência estatal, como apontam BRUM, 2012 e VALLADARES, 1980), outros, porque foram incentivados a tomar tais decisões com a garantia de uma realocação nos melhores apartamentos. Contudo, paralela à cooptação das lideranças, existia uma outra prática de convencimento dos moradores: a propaganda governamental em favor da casa própria, que atingia todas as classes sociais e não somente aquelas as quais se dirigiam as remoções autoritárias. Tal campanha, bem sucedida, até hoje impacta o imaginário das classes populares, e têm, na aquisição da casa própria, um dos seus principais objetivos. Ao mesmo tempo, e essa mensagem já se dirigia especificamente aos favelados, o Estado reforçava a seguinte ideia: quem morava na favela não era dono da casa e do terreno onde habitava e, portanto, não era proprietário. Essa campanha em favor da propriedade serviria não só para motivar a ida para o conjunto habitacional – onde cada um compraria sua casa em condições facilitadas, mas também, segundo Brum (2012, p. 91-92), para criar um “sentido de propriedade”, essencial para normalizar o uso capitalista do solo urbano em uma cidade em expansão imobiliária e ainda com vários espaços “fora da ordem”.

Uma outra e, talvez, a principal prática disciplinadora, de acordo com a perspectiva de seus operadores, seria o contato com o próprio espaço: a boa forma urbana seria redentora por si mesma, capaz de mudar comportamentos e de transformar o favelado em cidadão. É

importante ressaltar que, se os médicos tiveram um papel de destaque para idealizar a moradia popular, no caso dos parques proletários, por exemplo, os arquitetos e urbanistas se tornam as figuras-chaves a partir da década de 60⁹⁰. No Brasil, como apontam Vogel e Mello (1983), especialmente a partir da década de 50, tendo a construção de Brasília como um marco, formou-se uma geração da arquitetura e do urbanismo brasileiro com grande projeção no cenário nacional e com grande influência dentro de sua área de conhecimento. Influenciados também pelo positivismo, comprometeram-se com a ideia da existência de uma “boa forma urbana” (p.52). Essa ideia parte do princípio de que a técnica, a qual só os iniciados possuem, é capaz de identificar o melhor uso do espaço da cidade. Acreditam que suas técnicas “valem para a humanidade inteira, configurando uma espécie de ‘lei natural’ da sociedade que o intelecto atento e adestrado (e cartesiano) pode revelar e compreender” (p.52). Aqueles que não têm a técnica “precisam da mão paternal e condutora. Como, os necessitados de uma certa tutela benevolente e iluminada, poderiam pensar e construir um modo de vida verdadeiramente racional e progressivo se não fosse por essa orientação esclarecida?” (p.52).

Se a boa forma urbana era capaz de disciplinar a cidade, de inserí-la na ordem natural das coisas, também, era capaz de disciplinar os favelados. Para seus executores – técnicos da arquitetura e do urbanismo e gestores públicos – os conjuntos habitacionais se constituíam no principal elemento de ordenação da vida do favelado, como um dispositivo disciplinador por excelência. As palavras do arquiteto Giuseppe Badolatto, responsável pela criação das plantas dos apartamentos dos conjuntos habitacionais da Cidade Alta e da Cidade de Deus, deixam clara essa crença:

Você entrava num barraco da favela e.... defecavam na rua! Jogavam detrito na rua. Não tinha água, não tinha luz, não tinha esgoto.... Então, você colocar essas famílias em um espaço urbanizado, mesmo sendo uma casinha pequena, um apartamento pequeno, mas com luz, água, esgoto... é meio caminho andado (Apud: BRUM, 2012, p.55).

Interessante observar, nesse discurso, que os hábitos ruins parecem ser mais relacionados aos problemas de desordem urbana do local que a índole dos moradores. É como se estivesse implícito: se não tem esgoto, defecar na rua é uma consequência. Se nos outros processos ressaltava-se uma falta de educação para os hábitos civilizados, parece que nesse

⁹⁰ Nessa nova lógica de ação para pensar os problemas da habitação popular, com destaque dos arquitetos e urbanistas, até os problemas de higiene estariam submetidos aos planejamento urbano, tanto que, ao invés das “habitações salubres”, conceito utilizado por Victor Tavares de Moura para pensar os parques proletários e as futuras habitações populares, temos o projeto das “comunidades integradas” (GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA, 1969, p. 51-54), que se preocupa com a coleta de esgoto, o fornecimento de água e de luz, os equipamentos públicos, a geração de empregos da região, a relação dos moradores, etc.

momento se destaca uma falta de viabilidade para os mesmos, problemática que uma organização da cidade e estruturação de bairros populares poderia resolver.

A crença da redenção pela boa forma urbana também fica clara na fala de Sandra Cavalcante, Secretária de Serviços Sociais no Governo Lacerda – a qual esteve à frente dos processos de remoção para os conjuntos habitacionais – e depois presidente do BNH por um curto período de tempo:

Era preciso tirar as pessoas daquela realidade. É por isso que até hoje eu sou desconfiada em relação aos projetos que pretendem cuidar das favelas mas que, pela vitória esmagadora dessa filosofia que se instalou, acham que as favelas devem continuar a existir e apenas devem ser urbanizadas. Eu achava, e acho ainda, que não é a favela que tem que ser urbanizada. Quem tem que ser urbanizado é o favelado. Uma das condições para um favelado se urbanizar, para se desfavelizar, é sair daquela paisagem e daquele entorno. Exatamente como uma pessoa que, saindo do interior, vem para a cidade grande. Chega ali e encontra uma outra realidade. Se ele sai daquele fim de mundo, sem água, sem luz, sem nada, ele vai querer mudar. Vai querer ser incorporado ao progresso (Apud: FREIRE e OLIVEIRA, 2002, p.88)

A introdução a uma nova forma de habitar configuraria, no caso dos favelados, a adesão a uma nova forma de vida, tão radical como é a opção de trocar a vida do interior pela da cidade grande. Ao usar a expressão “quem tem que ser urbanizado é o favelado”, creio que mais do que falar da inserção no universo citadino, Sandra Cavalcanti ressalta uma adesão disciplinada aos valores urbanos, diferente do que acontecia nas favelas.

Gilberto Coufail, coordenador geral da CHISAM no período analisado, apresenta uma crítica aos projetos de urbanização de favelas exatamente por não serem capazes de provocar essa mudança de vida:

A urbanização das favelas do Escondidinho, Mangueira, Pavão e Pavãozinho (...) com a mudança, teriam seus ocupantes deixado de viver e pensar como favelados? As urbanizações nas favelas anteriormente citadas fizeram com que aquelas favelas deixassem de ser favelas? Ou seus moradores deixassem de ser favelados? (Apud: BRUM, 2012, p. 82).

Para o pensamento dominante no período avaliado, a adesão à boa forma urbana por parte desses moradores removidos seria mais do que simplesmente aderir a um projeto público. Seria uma oportunidade de o sujeito mostrar seus valores, seu caráter, de que ele é realmente capaz de aceitar o convite para adentrar à civilização, a qual lhe fora oferecida por meio da mudança de endereço. Muitos moradores aderiram a esse discurso, usando inclusive a capacidade de adaptação como forma de classificar os seus vizinhos. Tal questão fica explícita nos depoimentos do Sr. Lino (ex-morador da Praia do Pinto, morador da Cidade Alta

e um dos meus principais informantes na pesquisa realizada por mim entre os anos de 2005 e 2008 para a iniciação científica e monografia) que seguem:

Quando a gente mudou pra cá, foi a mesma coisa que vir para o céu! Quando nós chegamos na Cidade Alta, isso aqui tudo com cheirinho de massa fresca, foi a mesma coisa que chegasse no céu! Isso era tudo ajardinado, cada jardim bonito. Nós, vou te dizer, a gente quando veio da favela, realmente foi um sonho. Maravilhoso, excelente. Lugar de gente. Nós saímos da Selva pra vir pra dentro de uma cidade de pedra, lugar de gente (Apud: CONCEIÇÃO, 2008, p.61).

As pessoas quando chegaram aqui, muitos, a maioria, chegou sem nada. Porque queimou tudo. Pouca gente salvou coisa. Tentou salvar a pele. Aí, era o comentário: as mulheres chorando porque perderam tudo. Outras rindo, porque conseguiram salvar as coisas e pegaram um apartamento novinho. As pessoas de bem diziam o seguinte: “até que enfim que agora nós vamos ter banheiro e água”. Coisa que a gente não tinha lá, tinha que carregar. E ainda tinha gente xingando o governo (Apud: Ibid, 2008, p. 35).

A fala desse morador, uma entre tantas opiniões registradas sobre a remoção, apresenta alguém – assim como muitos outros – convencido pelos benefícios do projeto disciplinar-civilizatório em foco nessas novas construções. Ao usar a expressão “lugar de gente” deixa claro como a estrutura presente nas favelas não lhe concedia a oportunidade de ser “gente”, até mesmo porque morava na “selva”, lugar dos animais não domesticados e, portanto, perigosos. Em outra expressão utilizada, “pessoas de bem”, o Sr. Lino demonstra seu juízo de valor negativo sobre aqueles que não aceitaram a remoção e assim negavam a possibilidade oferecida pelo Estado de tornarem-se “gente”. Na adesão desses moradores, esse projeto governamental ganhava capilaridade, pelo menos como proposta ideológica⁹¹.

Uma terceira face desse projeto disciplinador, presente na política dos Conjuntos Habitacionais, é a formação e a condução para o mercado de trabalho. Face essa, que se encontra alinhada com o projeto de *gestão governamental* de inserir essa população pobre como corpos dóceis na campanha desenvolvimentista do Estado, como mão de obra para as funções rejeitadas pelas classes mais favorecidas. Quanto à condução para o mercado de trabalho, o principal objetivo era transformar as proximidades dos conjuntos habitacionais, ainda em fase de ocupação, em áreas preferenciais para sediar fábricas e indústrias e, algumas delas, inclusive, já serviam à essa finalidade. Estas poderiam absorver a mão de obra disponível na região. A oportunidade de emprego na proximidade, não só estimularia o desenvolvimento local e nacional, como reforçaria a operação de distanciar os favelados da

⁹¹ Destaco que muitos outros moradores removidos, especialmente aqueles que resistiram para sair da favela, percebiam a vida no conjunto habitacional por outro ângulo, apontando severas críticas ao projeto. Ressaltavam, por exemplo, a distância do trabalho e do lazer (que permaneciam na Zona Sul), a insuficiência dos equipamentos públicos disponíveis no novo bairro, a separação dos familiares e vizinhos com quem formavam uma rede de sociabilidade (Cf. BRUM, 2012; CONCEIÇÃO, 2008; NASCIMENTO, 2005).

Zona Sul da cidade (não precisam mais trabalhar nessa região da cidade já que encontram oportunidades de emprego nas suas proximidades) e também imputaria a essas pessoas, cada vez mais, a identidade de trabalhador – identidade esta relacionada à valores como honestidade, esforço, obediência – útil para o projeto disciplinar em andamento. Como aponta Brum,

A questão da transferência dos favelados para as zonas industriais envolvia a promoção social do favelado dentro da ordem capitalista, em que a superação do favelado como marginal conjungam: A troca de barraco na favela pelo apartamento no conjunto com a ruptura com os “bicos”, subempregos ou mesmo o desemprego para a inserção desse no mercado formal de trabalho como mão-de-obra minimamente qualificada e disciplinada (2012, p. 105).

Quanto à formação para o mercado de trabalho, vale destacar o papel que a Ação Comunitária do Brasil (ACB) teve junto aos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM. Sobre a ACB, esta instituição

Foi criada em 1966 por grandes empresários sob inspiração da *Action International*, com sede em Nova York, fundada em 1961. (...) Se o papel da ACB num primeiro momento era o da urbanização de favelas através do ensino da autoajuda aos favelados, com atuação em várias favelas, a partir de 1970, sob os auspícios da CHISAM, o papel da instituição passou a ser o de “adequar” os favelados nos conjuntos da COHAB-GB, através de atividades sócio-culturais e qualificação profissional (BRUM, 2012, p. 103).

Essa formação, dita como “qualificação profissional”, ia além de ensinar um ofício. Na verdade, buscava promover uma integração social, inserindo-os na lógica dos valores normativos presentes no mundo do trabalho e no universo urbano. Enquanto uma moradora aprendia a trabalhar com costura industrial, era socializada nos hábitos de higiene tidos como normais, os quais deveria adotar a partir de então, não só no ambiente de trabalho, mas, também, em seu apartamento. Tudo o que a boa forma urbana não conseguiu fazer de imediato pelo ex-favelado, a ACB estava lá para fazer.

Em 1975, a CHISAM encerrou seus trabalhos. Os resultados da política dirigida por esta entidade foram, em um período de sete anos, a destruição de cerca de 60 favelas e a remoção de aproximadamente 100 mil pessoas para 39 conjuntos habitacionais⁹². Desde 1972, a política remocionista se esvaziava aos poucos, já que o BNH passava a usar parte dos seus recursos disponíveis para financiar projetos habitacionais para as classes média e alta, prática

⁹² O número de conjuntos habitacionais inclui também os que foram construídos pela COHAB-GB entre 1962 e 1968 (antes da criação da CHISAM). No período 1968-75, foram construídos 24 deles.

necessária – segundo seus gestores - diante do rombo causado pelos “calotes” dos moradores dos conjuntos habitacionais populares. Outro motivo que colaborou com o encerramento desses trabalhos: a intenção de continuar removendo favelas diminuiria, pois, como apresenta Burgos (2004), o objetivo de dismantelar organizações políticas de favelados já poderia ser dado como “missão cumprida” e a presença de uma nova categoria de excluídos, os moradores dos conjuntos habitacionais, ajudaria a fragmentar a identidade do favelado, dissolvendo-a em concreto armado. O projeto disciplinador parece ter fracassado à medida que esses locais passam a ser identificados como favelas e seus moradores como favelados⁹³.

2.4.4 O espaço, o registro, o controle: o novo homem

Esses três modelos de habitação popular, apresentados nas seções anteriores, afirmam-se claramente como projetos de *gestão governamental* com um forte caráter disciplinar. Mesmo guardadas as suas diferenças, relacionadas ao contexto sócio histórico, ou, até mesmo, às agências promotoras, percebe-se facilmente algumas características nesses processos que mostram certa paridade nessas ações como dispositivos disciplinares e de gestão. Algumas dessas características serão apontadas a seguir.

Primeira característica: todos cultivaram uma prática de registros para garantir maior eficácia na construção do controle. Essa política não colabora só para o controle individual e coletivo, mas também, coleta dados para análises estatísticas que permitem uma *gestão* dos indivíduos como população. As estatísticas têm, segundo Foucault, um papel chave na *governamentalidade*:

Etmologicamente, a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza.... São todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber soberano. Não mais, portanto, corpus de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado (2008b, p. 365).

⁹³Segundo Nascimento (2003, p.81), em 1998, o Programa Pró-Morar da prefeitura do Rio de Janeiro classificou o conjunto habitacional Cidade Alta como “área favelizada”. Os critérios que fizeram com que a Cidade Alta recebesse tal categorização foram: pouca iluminação, presença forte e naturalizada do tráfico e a má conservação dos prédios e apartamentos.

Segunda característica: esses modelos habitacionais, assim como as instituições que os construíram e coordenaram, não reconheciam nas favelas uma forma legítima de habitar a cidade. Esse espaço era sempre reconhecido como propício ao crime, à falta de higiene, à imoralidade, às atitudes incivilizadas e às práticas pagãs.

Terceira característica: a seleção pormenorizada dos futuros moradores era pautada em critérios, os quais permitiam trazer para as novas moradias aqueles “favelados” com maior propensão para aderir ao projeto disciplinar. Nos parques, era necessário ser trabalhador na Zona Sul e ter registro na polícia; na Cruzada, era preciso ter uma moral familiar pautada nos valores cristãos e, nos conjuntos habitacionais, era preciso ter um emprego de carteira assinada e uma determinada renda. De uma certa forma, esses novos moradores já haviam aderido “docilmente” à regulação de dispositivos disciplinares como o emprego, a igreja ou a polícia. Há uma exceção no caso dos conjuntos habitacionais, quando os critérios foram flexibilizados em função da necessidade de receber os favelados sem moradia após o incêndio de 1969 na favela da Praia do Pinto.

Quarta característica: os removidos sempre foram entendidos como “beneficiados”, mas, nunca lhes foi dado o protagonismo para decidir e até definir os rumos, tanto da mudança de localidade, quanto da mudança de vida. Sempre esteve nas mãos de outros agentes – o médico, o arquiteto, o assistente social, o religioso – decidir por suas novas moradias e escolher um novo modelo de conduta.

Quinta característica: todos esses projetos gestaram a ideia um novo homem - o civilizado, o cristão, o urbano. Para isso, imputaram uma escala de valores, explícita nos casos das normas de condutas dos parques proletários e da Cruzada e implícita no caso da “boa forma urbana” dos conjuntos habitacionais. Esse novo homem surgiria com a transformação de regras em “hábitos internalizados” (ELIAS, 2011, p. 103), talvez por isso um esforço em pensar a socialização das gerações futuras, como aconteceu de forma mais evidente no Bairro São Sebastião. Esse favelado hipoteticamente disciplinado tinha um lugar específico no projeto desenvolvimentista da nação como trabalhador e, por mais que se administrasse sua adesão a valores dos grupos dominantes, ainda era tratado de forma subalterna nesse projeto.

Antes de encerrar esse segundo capítulo, gostaria de fazer mais uma observação. No capítulo anterior, falava do *thauma* como uma das possíveis experiências – para além do trauma (bem ressaltado na literatura sobre o assunto) – que o indivíduo pode ter no processo de mudança de endereço a partir de um projeto de moradia popular. Quero justificar porque não considerei essa possível experiência ao falar das mudanças por meio das remoções e realocações realizadas pelos projetos apresentados neste capítulo (Parques proletários,

Cruzada e Conjuntos habitacionais). Destaco primeiro que a percepção das experiências *thaumáticas* junto aos moradores dos condomínios populares é resultado das minhas observações de campo, algo que não pude fazer nos primeiros anos pós-remoção para os projetos citados. Em segundo lugar, a remoção nessas políticas de habitação, em relação às que temos hoje, estava bem mais pautada pelo autoritarismo. Os parques e os conjuntos habitacionais, por exemplo, são aplicados em contextos políticos ditatoriais, pouco abertos ao diálogo e com pouca margem de resistência. E o terceiro ponto remete-se ao fato da grande maioria da literatura sobre a prática dessas políticas de habitação dar ênfase à questão do trauma, acompanhando, talvez, o que mais saltava aos olhos dos seus observadores e pesquisadores devido até a sua relevância. Isso não significa apontar a inexistência de experiências *thaumáticas* entre os moradores removidos e realocados por esses projetos (a fala do Sr. Lino, apresentada há pouco, nos dá margem para pensar essa possibilidade): significa que não possuo elementos suficientes (dados, recursos metodológicos) para aplicar tal categoria a outros contextos – social, cultural, político e histórico – distintos.

Neste capítulo, quis apresentar, além dos pressupostos teóricos que iluminaram a escrita desta tese, como, nesse pouco mais de um século de história dos conflitos em torno das habitações populares no Rio de Janeiro, o Estado desenvolveu, direta (pela sua própria iniciativa) ou indiretamente (pela ação da Igreja Católica e outras organizações), políticas efetivas de gestão por meio de técnicas de controle e disciplinarização das camadas populares – mais especificamente para os favelados. Tal processo se tornou visível especialmente nas formas de (res)socialização dos ex-favelados em novos ambientes de moradia, como os parques proletários, os prédios da Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais construídos pela COHAB-GB/CHISAM. Uma leitura estigmatizada dessas pessoas e suas práticas exigia deles uma normalização das formas de agir (e até de pensar), a qual era totalmente desarticulada das suas práticas sociais e culturais, sempre consideradas incivilizadas, criminosas ou pecaminosas. Interessante ressaltar que essa normalização, mesmo que fosse aceita e até aplicada, não colocava os ex-favelados em iguais condições a dos outros moradores da cidade. Tais iniciativas alimentavam uma posição subalterna, convencendo os pobres da sua condição de mão de obra barata no projeto desenvolvimentista nacional. Os projetos citados – partindo das expectativas dos seus financiadores e executores – fracassaram como prática de disciplinarização e controle dos pobres. Essas formas de moradia foram reconfiguradas pela agência dos seus moradores, aproximando suas práticas de gestão do espaço com aquelas existentes nas favelas, fato que permitiu uma recorrente identificação desses territórios com as favelas, até mesmo por parte do Estado.

3 REMOÇÃO, CONSTRUÇÃO E PACIFICAÇÃO: OS NOVOS RUMOS DA GESTÃO DA POPULAÇÃO FAVELADA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

No capítulo anterior, apresentei algumas políticas habitacionais, em destaque na história carioca, destinadas a favelados: os parques proletários, a Cruzada São Sebastião e os conjuntos habitacionais construídos e administrados pela COHAB-GB/CHISAM. Os objetivos dessas políticas de moradia eram superiores ao da mudança de lugar: elas pretendiam disciplinar o sujeito para reinseri-lo na lógica urbana de forma dócil e útil e não mais como uma virtual ameaça à paz, à civilidade, ou à imagem da cidade. Esses espaços foram estruturados física e socialmente, não só como espaço de moradia, mas também como dispositivos de gestão da população pobre no Rio de Janeiro.

Se, no capítulo anterior, minha intenção era a de situar o projeto de gestão presente nas políticas habitacionais em uma genealogia, neste capítulo, pretendo explorar como esses dispositivos de gestão, possibilitados pela moradia popular, são acionados atualmente. Primeiro discuto como os favelados e as favelas, no atual contexto histórico, são representados no imaginário da cidade e como essas representações trazem reflexos perversos para a relação favelas/restante da cidade. Depois, trago algumas discussões sobre os rumos da cidade a partir dos planos governamentais cuja meta é transformar o Rio de Janeiro em uma *global city*: um local atraente para o turismo e aos eventos internacionais. O lugar periférico dos pobres nesses planos demanda a necessidade de políticas de repressão e disciplinarização, atualizadas em projetos federais, estaduais e municipais como as UPPs, o PAC e o PMCMV, que partem das visões estigmatizadas sobre as favelas e sobre os seus moradores. Os condomínios populares – assim como a pedagogia disciplinar-civilizatória que os acompanha (simbolizada e materializada, por exemplo, nos “encontros de integração”) – são, ao mesmo tempo, frutos desse contexto (e só a partir dele podem ser entendidos como nova forma de vida urbana) e uma atualização da centenária prática de controle dos pobres cariocas e suas habitações.

3.1 Novos rumos na gestão das favelas?

Como citei no capítulo anterior, desde meado da década de 70, o ímpeto remocionista dos poderes públicos reduziu-se a ponto de quase se anular. Colaboraram para esse quadro o vertiginoso aumento do número de favelas na cidade do Rio de Janeiro (mesmo em meio a

uma política que procurava exterminá-las); a falta de recursos para a manutenção dos inúmeros gastos com remoções; o financiamento de construções populares (principalmente depois do fim do “milagre econômico” e com a decorrente crise econômica); e o fato de os anos de forte repressão com a ditadura já desarticularem a favela e seus moradores como força política (BURGOS, 2004).

No Rio de Janeiro, a partir da década de 80, a prática de reurbanização de favelas tornou-se a principal forma de ação dos poderes públicos para a moradia popular. Vale lembrar que, nesse período, vivíamos a fase final do regime militar, o qual, com significativa abertura política, se constituía como um tempo favorável para a permanência das favelas, como argumentou Abreu (1994). O marco de abertura dessa nova forma de ação, que foi o programa “Cada família, um lote”, do governo Leonel Brizola, regularizou milhares de lotes considerados clandestinos e urbanizou essas áreas já regularizadas⁹⁴. Outra ação deste governo demonstrava o interesse em não retirar a população pobre de suas moradias: o apoio à autoconstrução nas favelas por meio de mutirões. A intenção do referido governador era transformar as favelas em bairros populares.

Na década de 90, surgiu o programa *Favela Bairro*, inserido em um projeto maior, do prefeito César Maia, de reconstruir e reestruturar toda a cidade. Com grande apoio financeiro de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tornou-se o mais amplo e eficiente programa de urbanização das favelas cariocas até a década de 2010, quando iniciou o *Morar Carioca*. O *Favela Bairro* urbanizou aproximadamente 150 favelas, em três fases, realizadas entre os mandatos alternados na prefeitura de César Maia (1993-1997; 2001-2005; 2005-2009) e Luiz Paulo Conde (1997-2001). Segundo seus organizadores, o objetivo principal era integrar a favela e seus moradores à cidade por meio de reformas urbanísticas e propostas de finalidade social, sem precisar tirar os favelados dos seus espaços de moradia. As metas de ação do programa se constituíam a partir das seguintes práticas:

complementar ou construir a estrutura urbana principal; oferecer condições ambientais para a leitura da favela como um bairro da cidade; introduzir os valores urbanísticos da cidade formal como signo de sua identificação como bairro: ruas, praças, mobiliário e serviços públicos; consolidar a inserção da favela no processo de planejamento da cidade; implementar ações de caráter social, implantando creches, programas de geração de renda e capacitação profissional e atividades

⁹⁴ “Aquele que deveria ter sido o principal programa da política habitacional do Governo Brizola (1983-1986) – o programa Cada família, um lote – tinha como objetivo distribuir um milhão de títulos de propriedade. Porém, fracassou enormemente, ao ter conseguido entregar apenas 32.817 mil títulos em todo o Estado. Do total previsto, 400 mil títulos deveriam corresponder à regularização de lotes em favelas, que seriam urbanizadas por etapas até se transformarem em bairros populares. Ao final de 1986, somente 13.604 destes títulos foram entregues nas 15 favelas beneficiadas pelo programa, todas na capital” (COMPANS, 2003, p.46)

esportivas, culturais e de lazer; promover a regularização fundiária e urbanística. (DELECAVE & LEITÃO, 2013, p. 269).

As favelas urbanizadas pelo Programa ganharam mudanças significativas em seus cenários, mesmo não recebendo todas as ações planejadas. Muitas delas, por exemplo, foram asfaltadas pela primeira vez e receberam sistema de saneamento básico por causa da presença do *Favela Bairro*. No entanto, o Programa também sofreu sérias críticas. Quatro delas são apontadas por Delecave e Leitão (2013, 268-271): 1 - Não foi eficiente no processo de regularização fundiária; 2 - Tratou as favelas de forma muito homogênea, sem levar em consideração os conflitos e características locais, ao elaborar um plano urbanístico; 3 - Não conseguiu concretizar muitas das ações previstas para o campo social; e 4 - Não promoveu nem incentivou a participação popular no planejamento das reformas urbanísticas.

Se, nas décadas de 70 (a partir da segunda metade), 80 e 90 (na primeira metade), as favelas tiveram uma folga dos ímpetus remocionistas, outros fenômenos passaram a assolá-las, como, por exemplo, o maior distanciamento simbólico em relação à cidade, por causa da presença ostensiva de criminosos nesses espaços. Diante disso, as administrações da cidade e do estado, em um esforço de reconstrução da imagem da “cidade maravilhosa” (planejada para no futuro ser um grande polo empresarial internacional e sede de megaeventos), irão elaborar e aplicar novas formas de gestão e territorialização da pobreza, as quais abordaremos neste capítulo.

3.2 O estigma permanece? Os conflitos favela versus cidade nas duas últimas décadas

A relação entre as favelas e as demais formas de habitação da cidade do Rio de Janeiro sempre foi marcada por conflitos, como vimos no capítulo anterior. A favela era representada como o lugar do perigo, do exotismo, apesar de ser, também, o lugar da boemia e do samba. Os principais problemas da favela ainda eram relacionados à questão de higiene, de incivilidade e da estética urbana, mesmo que sempre estivesse na pauta o controle dos seus moradores. Contudo, entre o final da década de 80 e início da década de 90, percebe-se um fenômeno social de grande força no contexto das favelas cariocas: a presença mais ostensiva de grupos criminosos armados, os quais tinham, como principal atividade, o tráfico de

drogas⁹⁵, e passaram a ter um efeito marcante na sociabilidade dos moradores entre si e com o resto da cidade.

As estruturas atuais do narcotráfico carioca tiveram início, segundo Leeds (2004), na convivência entre presos políticos e assaltantes comuns no presídio de Ilha Grande, durante a década de 70. Porém, passaram a ter maior influência e visibilidade a partir da década de 90, quando essas organizações passaram a ter altos ganhos com a comercialização da cocaína e compraram armamentos sofisticados em grande quantidade.

O tráfico de entorpecentes e os grupos criminosos sempre marcaram presença na história das favelas cariocas, mesmo que timidamente, nos seus becos e vielas. Entretanto, a nova configuração desses grupos, com mais armas e mais recursos,

levou ao “desencapsulamento” do crime violento, que antes se situava em áreas menos acessíveis das favelas e era desinteressado da vida local, e passou a envolver o controle militar aberto e sem disfarce do território e a submissão das organizações de base a suas ordens e seus desígnios, esvaziando-as de base social e legitimidade. (LEITE, 2008, p. 119)

A partir de então, principalmente por causa dos acontecimentos nas favelas – como a presença ostensiva de criminosos armados e as trocas de tiros constantes entre grupos criminosos rivais, ou com as forças policiais – a cidade do Rio de Janeiro passa a ser reconhecida como uma cidade violenta (em oposição à “cidade maravilhosa”), representação gestada a partir de uma série de episódios de violência ocorridos no início da década de 90. O farto armamento dos criminosos e o “domínio”⁹⁶ das favelas tiveram grande importância na construção desse imaginário. Foi reforçada a ideia da “cidade partida” (VENTURA, 1994) entre favela e “asfalto” e seu imaginário foi tomado por uma *metáfora da guerra* (LEITE, 2000), agravando ainda mais o problema da violência na cidade. Segundo Leite,

⁹⁵No estado do Rio de Janeiro (na capital e demais cidades da região metropolitana), grande parte dos traficantes de drogas, especialmente aqueles que atuam nas favelas, estariam agrupados em três redes de apoio formadas e sustentadas a partir dos presídios: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e Amigos Dos Amigos (ADA). Esses grupos são geralmente rivais e disputam entre si a exclusividade de ação nesses territórios. Suas ações vão além da venda de drogas e hoje esses grupos conseguem controlar, por meio do uso da força, boa parte das atividades comerciais (serviços alternativos de internet, tv a cabo e transporte) e da sociabilidade local.

⁹⁶ A categoria “domínio” foi bastante utilizada pela imprensa e acabou se estendendo ao senso comum para indicar que nas favelas os traficantes teriam assumido um controle territorial e sobre as atividades locais, tomando o lugar que seria por direito do Estado, a quem cabe o uso legítimo e exclusivo da força. Para definir essa forma de poder, criou-se outra categoria: “poder paralelo”. No entanto, percebe-se a falácia dessas terminologias ao se constatar que, primeiramente, o Estado nunca esteve ausente das favelas, apesar de oferecer políticas públicas de forma deficitária para essas localidades e seus moradores, e depois, essas fronteiras entre legal e ilegal são bem mais complexas do que se apresentam à percepção geral (Como assinala Telles [2010]), exigindo uma análise mais pormenorizada das relações entre o Estado, a população e esses grupos criminosos.

As novas modalidades de violência presentes no Rio de Janeiro à essa época associavam-se às dinâmicas do tráfico de drogas e armas e aos inúmeros confrontos entre policiais e traficantes e entre quadrilhas rivais de traficantes entrincheiradas nos morros e favelas da cidade. De lá parecia emergir um “mal” a se irradiar para a cidade. A percepção da ineficiência das políticas públicas de segurança e a vivência, por uma parte de seus moradores, de situações características de contextos de guerra (mortes, trocas de tiros, invasões etc.) no espaço urbano propiciaram o desenvolvimento de uma “cultura do medo” que redefiniu as relações dos cariocas com o território urbano e com seus concidadãos, alterando-lhes a sociabilidade. A cidade outrora tida como aberta e hospitaleira encheu-se de portões, guaritas e grades, bem como de seguranças e de vigias. O tema da violência também adquiriu centralidade na pauta da mídia e dos políticos na cidade. (LEITE, 2000, p.74).

Se, na cidade, os moradores de favelas padeciam com a imagem cada vez mais deteriorada do seu espaço de moradia e dos seus moradores, no interior da favela, sofriam-se os efeitos das redes de tráfico de drogas, fundadas em uma *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2004). Por esse conceito, o autor identifica um padrão específico de sociabilidade, pautado na representação da “violência urbana”⁹⁷, presente de forma mais intensa nas favelas e demais territórios da pobreza. Os traficantes de drogas não apenas ocupam os territórios das favelas, como impõe, principalmente pela força, uma relação, cujo pressuposto é a existência de dominantes (os traficantes) e dominados (demais moradores).

Nesse sistema de poder, presente nas favelas, encontramos uma ordem social marcada por condutas de submissão (e não subordinação⁹⁸) dos moradores à coação por parte dos agentes da criminalidade violenta. Os moradores das favelas, com a presença ostensiva de grupos criminosos armados, assumem, na maioria das vezes, essa condição submissa para garantirem uma convivência sem problemas, ou demais consequências, com os que mantêm um tipo de poder sustentado pelo uso da força bélica. Descrevendo esse processo, o autor apresenta o seguinte cenário:

O que permite coordenação entre as condutas, formando um Complexo orgânico de relações sociais (e uma visão de mundo que é compartilhada, porém sem envolver intersubjetividade), é justamente o reconhecimento da resistência material representada pela força de que podem dispor os demais agentes, produzido pela reiteração de demonstrações factuais, e não por acordo, negociação, contrato ou outra referência comum compartilhada. Todos obedecem apenas porque e enquanto sabem, pela demonstração do fato em momentos anteriores, que são mais fracos,

⁹⁷ Sobre *violência urbana*, Machado da Silva a identifica “como uma representação coletiva, categoria do senso comum constitutiva de uma ‘forma de vida’”. (2004, p. 57). Não é, segundo o mesmo autor, sinônimo de violência em geral ou um subtipo de violência, pois indica um rompimento da normalidade e da rotina a partir de um complexo de práticas que são consideradas danosas aos sentimentos de integridade física e garantia patrimonial.

⁹⁸ Para o autor, a subordinação implicaria a formação de condutas autônomas e a possibilidade de crítica, elementos inexistentes em contextos de sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 45). Trata-se realmente de uma submissão motivada pela força dos agentes da criminalidade violenta.

com a insubmissão implicando necessariamente retaliação física quase sempre letal (MACHADO DA SILVA, 2008, p.42).

Voltando à relação entre favelas e demais espaços da cidade, as ressalvas dos demais moradores do Rio de Janeiro aos criminosos do tráfico de drogas são estendidas aos favelados, como um todo. As acusações de cumplicidade com a atividade criminosa, ou de participação direta nela se juntam a uma série de estigmas historicamente remetidos à favela e aos seus moradores. Para os favelados, especialmente os mais pobres e negros, intensifica-se o processo de *sujeição criminal*.

Sujeição criminal é um conceito desenvolvido por Misse (2010), analisando esse processo de identificação entre pobreza e criminalidade. Além de identificar a criminalidade como uma forma diferente de ocupação, a sujeição criminal coloca seu sujeito em uma esfera totalmente distinta daquela do *não-sujeito criminal*, focando questões morais, comportamentais e até existenciais. Esse papel social chamamos hoje de *bandido*⁹⁹, e coloca o sujeito em uma categorização penal e esse processo contamina toda a sua identidade social. Dependendo do seu grau de envolvimento, não consegue ser sujeito de outra maneira senão no crime¹⁰⁰. Somente um processo de conversão ou ressocialização, como os que se dão no mundo religioso ou nos projetos sociais (TEIXEIRA, 2011; ROCHA, 2015), permitem o desvencilhamento dessa identidade. Vale lembrar que o sujeito criminal, especialmente o *bandido*, “é produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais” (MISSE, 2010, p. 17).

A *sujeição criminal* se dá na interação social, de diferentes formas. Ressalto, primeiramente, aquela em que o indivíduo se torna sujeito pela identidade criminosa a qual lhe é imposta, assumindo e incorporando a incriminação. Outra forma de *sujeição criminal se dá* quando o indivíduo é subjetivado sem reconhecer-se *bandido* e sem ser assim reconhecido pelos mais próximos, muitas vezes rejeitando essa mesma identidade, tenha ele cometido crimes ou não. Não são sujeitos criminais, mas participam passivamente do processo de sujeição, sem construir-se como sujeito. Essas pessoas, identificadas assim geralmente por sua condição de classe, cor ou moradia, diversas vezes são incriminadas antes da criminalização e mesmo da criminalização.

⁹⁹ Segundo Misse (1999), diferentes períodos da história carioca tiveram seus *sujeitos criminais*, como o *Malandro* no início do século XX, o *marginal* de meados do século e o *vagabundo* no final de década de 70 e início da década de 80. Hoje, a sujeição criminal direciona-se ao *bandido*, categoria que no contexto do Rio de Janeiro, da década de 80 para cá, refere-se principalmente aos integrantes de quadrilhas do tráfico de drogas ilícitas.

¹⁰⁰ “O rótulo bandido é de tal modo reificado no indivíduo que restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (MISSE, 2010, p. 23).

Mesmo sem que qualquer evento tenha sido “criminado”, isto é, interpretado como crime, temos então que o foco se desloca do evento para o sujeito e do crime para o virtual criminoso. (...) Nele, primeiramente, busca-se o sujeito de um crime que ainda não aconteceu. Se o crime já aconteceu e se esse sujeito já foi incriminado antes, por outro crime, ele se torna um ‘sujeito propenso ao crime’, um suspeito potencial. Se suas características sociais podem ser generalizadas a outros sujeitos como ele, cria-se um “tipo social” estigmatizado. Mas a sujeição criminal é mais que o estigma, pois não se refere apenas aos rótulos, à identidade social desacreditada, à incorporação de papéis e de carreiras pelo criminoso. (...) Ela realiza a fusão plena do evento com seu autor, ainda que esse evento seja apenas potencial e que efetivamente não tenha se realizado (MISSE, 2008a, p. 380).

Existe uma relação estabilizada na identificação entre crime e pobreza, mediada pela *sujeição criminal*. Geralmente, os moradores de favelas, principalmente os homens negros e jovens, cujos comportamentos e características são de acordo com uma cultura urbana das favelas e periferias, respondem a esse “tipo social estigmatizado”, ressaltado por Misse. O sujeito criminal, ou o que é submetido a esse processo sem tornar-se sujeito, é aquele que merece ser exterminado e sua morte passa a ser aceita na sociedade sem maiores problemas, pois “não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito, por assim dizer, ‘especial’, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados” (MISSE, 2010, p. 17).

Essas representações do pobre e do favelado, mediadas pela sujeição criminal, ajudaram a tornar ainda mais tensa a relação entre Estado e favelas, especialmente quando se trata das suas forças policiais. No imaginário policial carioca, o combate ao crime é marcado por uma visão inferiorizada dos grupos marginalizados, identificando boa parte dessas populações como criminosos (*bandidos*) ou como simpatizantes deles. Ao identificar, por meio dessa sujeição criminal, um real ou potencial inimigo, um representante do perigo, a violência configura-se como uma possibilidade de ação para as forças policiais, podendo culminar inclusive na morte desses sujeitos.

Nas favelas, a presença da polícia passou a ser cada vez menos bem vista por seus moradores, contexto esse que ajudou a reforçar a tese policial de cumplicidade dos “favelados” com os criminosos. Cunha aponta essa percepção negativa dos moradores das favelas em relação aos policiais, assim como algumas das suas razões:

No caso da cidade do Rio de Janeiro, como exemplo dessa relação, podemos considerar a atuação policial, sobretudo nas favelas e bairros de periferia, geralmente caracterizada pelo autoritarismo e pelo desrespeito aos moradores. A percepção destes sobre a violência vivida em suas ‘comunidades’, embora vinculada de um modo ou de outro à questão do tráfico de drogas, encontra-se diretamente relacionada com a atuação da polícia. (...) Tal fato reforçaria ainda mais a percepção negativa da polícia por parte dos moradores de tais localidades (CUNHA, 2004, p.203-204).

Uma cultura do medo, cunhada em um Rio de Janeiro em clima de guerra e marcado pelo imaginário da *sujeição criminal*, incentiva a população das demais áreas da cidade a aceitar e até desejar essa forma de violência estatal, a qual se torna rotineira nas favelas. A imagem da criminalidade, presente nas favelas, foi de tal modo incorporada a esses espaços e à vida de seus moradores que

se vivia de fato uma guerra que opunha morro e asfalto, favelados e cidadãos, bandidos e policiais, os partidários desta perspectiva aceitavam a violência policial em territórios dos e contra os grupos estigmatizados e assistiam passivos ao envolvimento de policiais militares em várias chacinas (LEITE, 2000, p.75).

Além dos traficantes, outra forma de controle armado aparece no cenário das favelas cariocas para participar da disputa de poder nesses territórios: são as milícias¹⁰¹, geralmente remetida a grupos compostos por policiais (em atividade ou mesmo expulsos) e outros agentes do poder público, os quais passaram a controlar ilegalmente áreas anteriormente ocupadas ostensivamente por traficantes. As milícias, na maior parte dos casos, concentram suas atividades na cobrança de taxa a moradores e comerciantes, justificada por uma suposta proteção, e no controle de outras atividades informais como distribuição de TV a cabo e internet, fornecimento de gás de cozinha e transportes alternativos – motos, vans e kombis – e não mais pelo comércio de drogas ilícitas.

Alguns autores, como Misse (2008) e Alves (2008), remontam a origem das práticas da milícia aos “esquadrões da morte” e “grupos de extermínio”, surgidos na década de 50, período apresentado por Misse (2008) como inicial da acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tais grupos surgem na cidade do Rio de Janeiro e, mais fortemente, na Baixada Fluminense, como “justiceiros”, caçando criminosos e exterminando-os em nome da manutenção da ordem e da paz. Os líderes desses grupos se tornaram populares e suas práticas foram percebidas, por muitos, como heroicas. Tiveram seu auge nas décadas de 70 e 80, de forma mais incisiva na Baixada Fluminense, com patrocínio de políticos e empresários em suas ações de “limpeza” e extermínio. Esses grupos de “justiceiros” eram formados, na sua maioria, por policiais, ex-policiais e bombeiros¹⁰².

¹⁰¹ O termo “polícia mineira” também é utilizado para referenciar tais grupos.

¹⁰² Sobre a definição de “milícia(s)”, vale recorrer ao relatório da CPI instaurada na assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro para investigar tais grupos. No exercício de classificação do fenômeno, o documento traz a seguinte afirmação: “Para o delegado Marcus Neves, da 35ª DP, milícias são grupos armados compostos por agentes do Poder Público e pessoas cooptadas nas comunidades carentes, inclusive ex-traficantes, que usam a força e o terror para dominar uma determinada região e explorar de maneira ilegal as atividades de transporte

A primeira década do século 21 presenciou a entrada de grupos, com perfil semelhante ao dos grupos de extermínio da Baixada Fluminense, em diversas favelas e bairros populares do Rio de Janeiro, de forma mais concentrada na Zona Oeste da cidade. Em 2006, essa presença se proliferou por um número ainda maior de localidades, tornando-se, então, um fenômeno amplamente visível. Com a atenção da mídia, esses grupos ampliaram sua visibilidade e passaram a ser conhecidos como “milícias”. Nesse mesmo ano, as “milícias” são apresentadas, pela mídia e por alguns políticos, como práticas louváveis de autodefesa comunitária.

A avaliação positiva da qual as “milícias” gozavam em 2006, permitindo a eleição de vários representantes desses grupos, passou a declinar a partir do meado do ano seguinte, principalmente, por causa das denúncias de abusos e torturas contra moradores e da prisão de alguns dos seus principais líderes. Em maio de 2008, veio o golpe final contra a boa imagem da “milícia”, com ampla repercussão na opinião pública: a tortura contra jornalistas do jornal “O Dia”, os quais realizavam uma investigação na favela do Batan, em Realengo.

Mesmo com a presença das “milícias”, justificando a sua existência em oposição aos efeitos da presença de traficantes nas favelas, os moradores das localidades marcadas pela presença desses grupos continuam experimentando os efeitos da *sociabilidade violenta*, assim como uma relação tensa com as demais áreas da cidade.

Em função da presença ostensiva desses grupos criminosos e dos demais problemas ocasionados pela violência urbana, o “asfalto” tornou-se ainda menos receptivo aos favelados, confinando-os junto aos criminosos, dentro das favelas. Outros conflitos, além do problema da violência, marcaram o debate público sobre a legitimidade da favela na cidade, como, por exemplo, o discurso remocionista, que voltou com intensidade nos últimos quinze anos, a fim de preparar a cidade para os megaeventos – questão debatida com aprofundamento um pouco mais à frente.

3.3 Por que um novo projeto de gestão da população pobre? A (re)estruturação política da cidade

alternativo, gás e tevê a cabo. Seu mote é a questão financeira, o lucro farto e fácil. Já os estudiosos Jaqueline Muniz e Domício Proença consideram o termo milícia inadequado, pois, para eles, trata-se de gangues formadas por policiais e ex-policiais que vendem segurança contra eles próprios. Para Domício, o conceito de milícia é: arranjo de gente armada querendo prover segurança fora da lei. Todo e qualquer grupo que age de forma ilegal” (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 35).

Estava nos planos do prefeito César Maia, desde 1993, quando assumiu pela primeira vez a Prefeitura do Rio de Janeiro, reconstruir a imagem da cidade, tarefa também defendida por Eduardo Paes, seu sucessor. Para isso, baseou-se no discurso da “crise”, declarando guerra a uma aparente situação caótica na capital carioca. Esse discurso foi mais um elemento retórico do que uma realidade constatada – apesar dos inúmeros problemas existentes naquele período. Porém, era um discurso necessário para abrir aos seus gestores precedentes, que os permitisse colocar em ação um novo planejamento urbano, uma reestruturação da cidade.

Fazia parte desse projeto de reestruturação a transformação do Rio de Janeiro em uma *cidade global* e também em uma *cidade de negócios*. A cidade deveria ser capaz de sediar grandes eventos, atrair multinacionais, entre outras funcionalidades. Os pobres tinham um lugar periférico nesse projeto ainda em curso. Eram responsáveis por boa parte dessa crise urbana: a violência e a pobreza existentes nas favelas configuravam entraves para a implementação desse novo planejamento urbano. Para dar conta disso, uma série de táticas de *gestão* e disciplinarização entram em cena para controlar aqueles que não foram convidados para compor o novo Rio de Janeiro em gestação.

Veremos agora o Rio de Janeiro como objeto de uma política de transformação que impacta, e, ao mesmo tempo, reforça o projeto de *gestão* dos seus territórios e das suas populações pobres.

3.3.1 Os caminhos internacionais da cidade: o Rio como uma “cidade global” e uma “cidade mercadoria”

Em 1994, o então prefeito César Maia apresentou o Plano Estratégico para a Cidade do Rio de Janeiro, batizado de *Rio sempre Rio*, base para o trabalho de reestruturação do município. O plano, elaborado por uma empresa de consultoria catalã e outros consultores, teve apoio dos principais setores empresariais da cidade, marcando uma parceria sem precedentes entre governo e setor privado na capital carioca. Assim, o Rio de Janeiro, em sintonia com Barcelona¹⁰³ e outras tantas importantes metrópoles mundiais (servindo de modelo), passava a galgar o status de uma *global city*.

¹⁰³ A importância estratégica dos catalães nesse momento se deve ao fato de Barcelona ter sediado as Olimpíadas de 1992, evento cuja visibilidade no cenário mundial permitiu-a se tornar importante internacionalmente. Segundo Leite (2012), com César Maia o “Rio de Janeiro comenzó a integrar el CIDEU/Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano (una red de sesenta y ocho ciudades, fundada en 1993, en Barcelona, luego de la realización de las olimpiadas de 1992) para compartir las experiencias derivadas de la aplicación de los procesos de Planificación Estratégica Urbana, en vistas del desarrollo sustentable” (p. 22).

A expressão *global cities* foi cunhada por Saskia Sassen, em 1991, para designar os pontos nodais dos fluxos financeiros a partir dos quais se produz um controle global dos mercados financeiros secundários e sítios de produção dispersos, na medida em que o investimento estrangeiro direto ocorre hoje preferencialmente pelo mercado de ações e de títulos. O lugar central ocupado pelas cidades de Nova York, Londres e Tóquio nesta rede de fluxos econômicos global é atribuída à concentração de importantes recursos e infra-estruturas “muito menos móveis do que se imagina”. Entre estes, ela destaca a capacidade de comunicação/transmissão de dados mundializada que depende de uma sofisticada infra-estrutura de telecomunicações e de transportes de alta velocidade, cujos custo de construção e uso são bastante elevados, sem contar as despesas de atualizações permanentes das novas tecnologias, o que cria um obstáculo à entrada de outras cidades a esta restrita rede (COMPANS, 1999, p.98).

Essas grandes metrópoles passavam a fazer parte de uma rede, juntamente com suas cidades pares, tornando suas ligações com o global mais fortes que as firmadas com o regional e o nacional, intensificando, portanto, o isolamento das áreas periféricas. Essas cidades são “principalmente praças financeiras e lugares de produção de serviços especializados que dão capacidade de controle mundializado” (COMPANS, 1999, p. 94)¹⁰⁴.

As cidades globais são pensadas e geridas como *cidades de negócios* (LEITE, 2012). Com o objetivo de atrair grandes multinacionais, turistas e investimentos, passam a pautar seus planejamentos, não em torno dos interesses reais da população, mas em favor da criação de uma cidade competitiva diante das outras metrópoles globais. Torna-se uma *cidade-empresa*, a qual, assim como as verdadeiras empresas, passa a ter como foco a satisfação dos clientes, que, nesse caso, não são seus cidadãos.

Em favor da competitividade, essas cidades precisam oferecer capacidade tecnológica para as transações globais (as telecomunicações têm um papel dominante nesta rede de fluxos), capacidade de locomoção (bons aeroportos, rodovias de alta velocidade) e atrativos de qualidade de vida para os novos investidores da cidade em áreas como habitação, lazer, cultura e turismo. Qualidade, criatividade e inovação devem ser acopladas a esse projeto para valorizar o “produto-cidade” em relação aos concorrentes. Procura-se fazer um verdadeiro *marketing urbano* (COMPANS, 1999, p. 109).

Essa estratégia de “vender a cidade” não passa só pelos setores comercial e empresarial, mas, também é amplamente assumida como projeto de governo, entrando na

¹⁰⁴ “A cidade global não é Nova York, Londres ou Tóquio, ainda que sejam os centros direcionais mais importantes do sistema. A cidade global é uma rede de nós urbanos de distinto nível e com distintas funções que se estende por todo o planeta e que funciona como centro nervoso da nova economia, em um sistema interativo de geometria variável ao qual devem constantemente adaptar-se de forma flexível empresas e cidades. O sistema urbano global é uma rede, não uma pirâmide. E a relação mutante concernente a esta rede determina, em boa medida, a sorte de cidades e cidadãos” (BORJA & CASTELLS, 1998, p.43 In: COMPANS, 1999, p. 102-103).

pauta dos poderes públicos como uma das prioridades: “vender a cidade, converteu-se, portanto, em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada” (BORJA & FORN, 1996, p.33). Para isso, as grandes cidades passam a adotar os modelos de administração empresarial, mudando inclusive o perfil de seus gestores públicos, trocando políticos e técnicos de áreas como educação, saúde, urbanismo, por exemplo, por empresários experientes¹⁰⁵. Mas os consultores catalães foram mais ousados: propuseram a não participação de partidos nas administrações municipais, que a cidade fosse conduzida por uma “liderança individualizada, carismática, liberta de partidos e controles políticos, portadora individual do projeto empresarial da pátria urbana. Um empreendedor político que seja, também, um empreendedor econômico” (VAINER, 2011, p. 5). Esse projeto de “instauração da cidade-empresa constitui, em tudo e por tudo, uma negação radical da cidade enquanto espaço político – enquanto polis” (Ibid., p. 5), o que explica em parte a não inserção dos movimentos sociais e setores populares na constituição desse novo planejamento da cidade ao mesmo tempo em que os setores empresariais passam a ter um papel de grande importância.

Faz parte da política de governo das cidades globais a regulação da economia, uma nova forma de keynesianismo de influência neoliberal, regulando a economia a favor do mercado: “ele pretende ser indutor de um processo de desenvolvimento econômico, ao invés de ser determinado por ele, como no modelo anterior” (COMPANS, 1999, p. 109). Essa regulação é perceptível inclusive no direcionamento dos investimentos públicos, voltados para atender as demandas das grandes empresas e dos megaeventos em detrimento das necessidades reais da população.

O urbanismo será um retrato desse marketing urbano. Ele “vai afirmar a primazia do mercado e operar a reconfiguração do modelo, definindo o negócio e a oportunidade de negócio, como fundamentos essenciais da nova cidade e do novo planejamento” (VAINER, 2011, p.4). Esse modelo de planejamento urbano, adotado pelo Rio de Janeiro, põe

No lugar do planejamento moderno, compreensivo, fortemente marcado por uma ação diretiva do estado, expressa, entre outros elementos, nos zoneamentos e nos planos diretores, um planejamento competitivo, que se pretende flexível, amigável ao mercado (market friendly) e orientado pelo e para o mercado (market oriented). (Ibid., p. 2).

¹⁰⁵ Tal processo ficou visível no Rio de Janeiro, por exemplo, quando o prefeito César Maia (nas suas duas últimas gestões), entregou a Secretaria de Saúde ao administrador de empresas Ronaldo César Coelho, apontado como alguém capacitado pela sua formação e história profissional para administrar um setor em crise, mesmo não tendo qualquer conhecimento ou experiência anterior na área.

Tal modelo se baseia nos planejamentos das outras cidades globais, as quais são, na maioria das vezes, pouco condizentes com a nossa realidade social e cultural. Sendo o desenvolvimento econômico sua finalidade, acaba ferindo uma série de direitos, principalmente junto aos mais pobres da cidade. Os bairros populares, quando não podem ser inseridos nos objetivos econômicos desse planejamento, são “abandonados” pelo Estado, no sentido de receberem políticas públicas de forma ineficiente e insuficiente, pois “o que estaria em foco não seria a cidade como um todo, mas os lugares, as áreas da cidade capazes de oferecer melhores retornos econômicos” (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2013, p. 27).

3.3.2 Rio: uma cidade para sediar megaeventos

Os megaeventos têm um papel importante na constituição de uma *Global City*, pois as realizações de grandes eventos internacionais “podem também converter-se num poderoso mecanismo de captação de recursos e investimentos que permitam impulsionar um processo de transformação urbana e de dinamização econômica” (COMPANS, 1999, p. 109). E diante desse projeto global, o Rio precisava se candidatar para sediar eventos mundiais de grande porte, disputados pelas grandes metrópoles. Em 1996, o Rio de Janeiro, com o apoio dos governos federal e estadual, inicia o projeto de concorrência ao se candidatar para ser a sede das Olimpíadas de 2004. Apesar de ter perdido a disputa para a cidade de Atenas, na Grécia, a candidatura desencadeou um processo, com resultados obtidos alguns anos depois:

A política urbana passa a centralizar-se na atração de médios e megaeventos e na realização de investimentos de renovação de áreas urbanas degradadas, prioridades que permitem legitimar tais elites e construir as alianças com os interesses do Complexo internacional empreendedorista. (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2013, p. 37).

Como resultado desses investimentos, iniciaram-se os eventos internacionais na cidade: o Rio de Janeiro foi sede dos “Jogos Panamericanos” em 2007, da “Rio + 20” em 2012, da “Jornada Mundial da Juventude Católica com o Papa” e da “Copa das Confederações” em 2013, dos jogos da “Copa do Mundo de Futebol” em 2014 (incluindo a partida da grande final do torneio) e sediando os “Jogos da XXXI Olimpíada” em 2016 (conhecida como “Rio 2016”) – evento que continua toda a atenção possível, incluindo a farta aplicação de recursos financeiros, apesar da forte crise econômica e política pela qual o país passou no ano de 2015 e que permanece em 2016.

Os megaeventos na metrópole carioca têm sua importância acentuada porque seria possível um retorno econômico no turismo e nos investimentos e por apelar para valores simbólicos ligados à religião e ao amor pelos esportes – tais elementos justificariam os altos gastos e as impactantes transformações urbanas da cidade. Partindo daí, a gestão pública criou um ambiente propício aos investimentos vinculados “aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações” (RIBEIRO & SANTOS JUNIOR, 2013, p. 37). Se a construção do Rio como cidade global possibilita trazer os grandes eventos, concomitantemente, eles proporcionam à cidade investimentos em setores não prioritários às necessidades da sua população, mas que possibilitam sua caracterização como *global city*.

Os megaeventos, segundo Vainer (2011), permitem a realização plena e intensa do “estado de exceção”, apresentado por Agamben, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Vainer, “este ‘estado de emergência permanente’, mesmo que não declarado, fundamenta e autoriza o recurso permanente a medidas excepcionais, deslocando o que antes era ‘uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo’” (p. 7). A guerra é utilizada como metáfora para citar a luta contra as crises econômicas e de imagem pelas quais a cidade passa, é em situações de guerra que o “estado de exceção” se torna aceitável.

O “estado de exceção” concede ao seu líder, mandatário do poder executivo, uma ampliação de poderes para conduzir a cidade em crise e, em nome do bem comum, decidir os rumos da urbis. Vainer aponta que “os teóricos catalães atribuem à crise urbana como requisito do sucesso do modelo proposto. Sem crise, asseguram, é impossível construir a unidade da pátria urbana em torno de um líder carismático” (Ibid., p. 9). A crise e a guerra contra ela permitem ao líder por em prática uma nova forma de poder na cidade, por vezes incluindo ações caracterizadas como absurdas no estado democrático e de direito, porém, autorizadas com intuito de defender os interesses do marketing urbano, dos setores empresariais envolvidos e das elites locais. Podemos observar isso em duas exceções da história recente: a primeira delas é o fato de a FIFA e seus parceiros (as empresas com quem mantêm contrato) ficarem isentos de impostos nas atividades realizadas no Brasil, e o mesmo privilégio será concedido ao Comitê Olímpico Internacional e seus parceiros. As leis fiscais brasileiras são flexibilizadas sem grandes complicações para atender aos interesses dos grupos realizadores dos megaeventos. A segunda exceção foi a violência estatal, por meio das forças policiais, aplicada contra manifestantes envolvidos em protestos próximos aos estádios, durante os jogos da “Copa das Confederações” e da “Copa do Mundo de Futebol”. Tal violência não só tentou cercear o direito da liberdade de expressão, como também violou uma

série de outros direitos civis e humanos, com ataques marcados pelo farto uso da força, de bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. O “estado de exceção”, no contexto de uma cidade global, parece se tornar estado de regra e o mesmo tratamento dispensado a manifestantes pela polícia na porta dos estádios passa a ser aplicado contra professores em greve, poucos meses depois.

E as classes populares? Como já citei, são obstáculos ao projeto da cidade global. Para dar conta desses obstáculos, é preciso disciplinar os pobres, colocá-los a favor (como mão de obra), longe, ou controlados. Segundo Leite (2012, p.23), a cidade do Rio de Janeiro, em função da sua nova condição de cidade global e sede de megaeventos, desenvolveu um novo modelo de gestão estatal dos territórios e populações, utilizando-se da higienização da cidade como uma das principais linhas de ação, processo esse caracterizado por práticas como: a remoção de favelas; o policiamento das existentes (para combater o crime e controlar seus moradores); o estímulo à “remoção branca” (com a regularização de serviços públicos cobrando preços que os favelados não podem pagar); a captura de seus habitantes por projetos sociais e de empreendedorismo (os quais partem de uma lógica disciplinadora); a repressão à população de rua; e a repressão ao comércio informal.

Alguns casos de impacto na cidade demonstram a concretização desses processos: o esforço da prefeitura em remover os moradores da Vila Autódromo – em Jacarepaguá – para construir equipamentos olímpicos na região, apesar da reação de diversos setores da sociedade e de muitos dos próprios moradores contra esse projeto, e a remoção de 200 famílias no histórico Morro da Providência, representando quase metade da sua população, em favor da construção de novos equipamentos como o teleférico, mais útil aos interesses do turismo do que à própria locomoção da população local.

Esses projetos de controle dos pobres, estejam eles dentro ou fora das favelas, tornam-se uma prioridade da gestão governamental, a qual se funde com os princípios da cidade global. Veremos, mais à frente, as práticas de intento disciplinar-civilizatório em jogo nessa nova etapa da história dos conflitos urbanos.

3.3.3 Rio: uma cidade PACificada?

Em meio a esse contexto de gestação do Rio como uma cidade global e sede para grandes eventos, a presença da violência, protagonizada por grupos de criminosos nas favelas, aparece como um dos principais elementos dissonantes para esse novo projeto. Ao disputar e

ser anunciada como sede das Olimpíadas e principal palco da Copa do Mundo, a imprensa internacional se perguntou como o Rio, com suas crises constantes no campo da segurança, poderia sediar esses eventos garantindo a integridade física dos atletas e turistas. Ao mesmo tempo existia um forte clamor das elites, com medo das favelas e de seus “perigosos” moradores, exigindo dos poderes públicos soluções para diminuir os efeitos da proximidade espacial, principalmente, na Zona Sul da cidade.

Com o objetivo de controlar e disciplinar os moradores das favelas, três novos projetos são iniciados no cenário da gestão das populações pobres: as UPPs, no âmbito da política de segurança, o PAC e o PMCMV, como políticas de urbanização e habitação.

3.3.3.1 As unidades de Polícia Pacificadora – UPPs

Em função do quadro de violência existente nas favelas da cidade, a Secretaria Estadual de Segurança lança o programa das UPPs, iniciado em dezembro de 2008, com a inauguração da unidade do Morro Santa Marta, em Botafogo. Atualmente (2016), são mais de 38 UPPs instaladas por toda a cidade, estando 22 delas presentes nas proximidades das sedes dos grandes eventos ou das áreas mais propícias ao turismo – Centro, Zona Sul e Grande Tijuca. A instalação da primeira em um bairro da Zona Sul, (hoje são nove no total nessa região) apresenta uma característica do projeto, não divulgada, mas, implícita pelos caminhos tomados: tal política de segurança está voltada para a reconstrução da imagem da cidade, marcando presença especialmente nos locais onde moram os membros da elite carioca e onde a visibilidade é maior para os que são de fora¹⁰⁶.

As UPPs, que atuam exclusivamente nas favelas cariocas, são “uma forma de ocupação por um determinado contingente policial com a finalidade de garantir a segurança local e, sobretudo, o cessamento da criminalidade violenta ligada ao tráfico de drogas nesses espaços” (CUNHA e MELLO, 2011, p. 371). Diferentemente da ação policial, a qual tinha até então no combate aos traficantes de drogas o seu principal objetivo nas favelas, as UPPs,

¹⁰⁶ Machado da Silva, discutindo as escolhas espaciais para as instalações das UPPs, ressalta o peso da representação externa (principalmente dos turistas) sobre elas: “talvez não sejam mesmo necessárias tantas UPPs. É bom lembrar que não estamos lidando apenas com os fatos relacionados ao crime, mas também com sua percepção coletiva e os sentimentos que ela provoca. Há um importante elemento de visibilidade envolvido (o qual, por sinal, explica em boa parte a escolha dos locais onde têm sido implantadas as UPPs: as favelas da zona sul, próximas da região turística e por onde circulam os ‘formadores de opinião’, ou a Cidade de Deus, que se tornou internacionalmente famosa)” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 3).

segundo o Secretário de Segurança Pública, José Beltrame, visam livrar a favela do controle ostensivo de criminosos – e “retomá-las para o Estado” – por meio de

“um novo modelo de segurança pública e de policiamento”, que busca promover a interação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas favelas. Orientam-se, segundo seus formuladores, pelos princípios da polícia comunitária (ou polícia de proximidade), que tem como conceito e estratégia a parceria da população com as instituições da área de segurança. De acordo com o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, a “missão” das Unidades de Polícia Pacificadora é a de “recuperar territórios empobrecidos dominados há décadas por traficantes e pelas milícias armadas” e “levar a paz às comunidades” (Ibid., p. 372-373).

Machado da Silva (2010) argumenta serem as UPPs apresentadas como uma política de segurança específica para um perfil de território existente na cidade, as favelas:

As UPPs, idealmente, devem se generalizar, mas não se propõe universalizá-las para toda a cidade. Evidentemente, só é preciso uma “polícia pacificadora” nas áreas onde não há paz. Embora os critérios para defini-las não sejam divulgados, é mais ou menos consensual que se trata dos territórios da pobreza (p. 2).

O autor também ressalta o quanto o projeto de “pacificação” possui no nome a percepção dos moradores das favelas como um perigo para a cidade, e é exatamente essa percepção a justificativa de sua existência: “a simples idéia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública” (Ibid, p. 4).

Vale lembrar que a UPP não foi a primeira experiência de policiamento comunitário em áreas pobres no Rio de Janeiro. Cunha e Mello apontam tentativas anteriores de estabelecer outro padrão de relação com os moradores, como o Posto de Policiamento Comunitário (PPC), ou o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), os quais “não foram capazes de reverter esse modelo de atuação. Tais práticas reforçaram, durante muito tempo, a percepção negativa da polícia nas favelas” (2011, p. 374). Talvez pela inconsistência desses projetos, Carvalho (2013) registre no seu campo uma falta de confiança dos moradores do Borel na continuidade da política de segurança atual.

A diferença central no discurso das UPPs, em relação aos projetos anteriores, reside na proposta de maior integração entre a favela e a cidade, sendo a política de segurança a porta de entrada para as outras políticas públicas, discurso este que ganha sentido a partir da representação do “Estado ausente”. Para dar conta desta face do projeto, focada

principalmente na implantação de outros serviços públicos, surgiu em 2010 a UPP Social¹⁰⁷, com seus trabalhos inicialmente coordenados pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). A partir de 2011, a UPP Social passou a ser conduzida pela esfera municipal, sendo o Instituto Pereira Passos (IPP) o órgão executor de tal política¹⁰⁸. Tal programa tem como objetivo “promover o desenvolvimento social, incentivar o exercício da cidadania, derrubar fronteiras simbólicas e realizar a integração plena da cidade” (CUNHA e MELLO, 2011, p. 375). A UPP Social pretende promover uma integração “não apenas espacial das favelas ao tecido urbano, mas, sobretudo, social e econômica de modo mais amplo” (Ibid. p. 376).

Uma das bandeiras levantadas pela UPP é a formação de um padrão normativo, procurando eliminar as informalidades, as quais, durante anos, marcaram o modo de viver na favela. Um exemplo desse processo é a regulação de alguns serviços, como o fornecimento de energia e o de TV a cabo, nos quais, até então prevaleciam os chamados “gatos”. A presença dos policiais não serve somente para inibir os “criminosos” que fazem os “gatos” como assegura a entrada das empresas fornecedoras desses serviços, regulando o uso feito pelos moradores. No caso do serviço de energia, a Light¹⁰⁹, concessionária responsável pelo fornecimento desse serviço na cidade do Rio de Janeiro, instalou nas favelas pacificadas um projeto de nome “Comunidade Eficiente”¹¹⁰, buscando “conscientizar” seus clientes em relação ao uso adequado da energia elétrica.

A normatização e disciplinarização dos moradores não acontecem somente em relação à regularização dos hábitos de consumo. Como apontam Cunha e Mello, “a reordenação do espaço urbano e da vida cotidiana da favela deflagrada pela implementação da UPP e pelo início da regularização urbanística objetiva instituir uma nova visão de mundo, à qual correspondam as novas práticas sociais exigidas de seus moradores. Trata-se portanto, de transformar normas em valores” (2011, p. 392).

¹⁰⁷ A partir de 2015, o programa mudou de nome, passando a se chamar “Rio + Social”.

¹⁰⁸ A UPP Social tem um perfil bastante diferenciado da UPP, apesar de usar o mesmo nome. As equipes são formadas por civis, na sua maioria profissionais (com nível superior) de diferentes áreas das ciências humanas. O tipo de trabalho empreendido por essa instituição tem passado por constantes mudanças, especialmente nos últimos dois anos, por causa da saída do seu idealizador, o economista Ricardo Henriques.

¹⁰⁹ Segundo Mello e Cunha, referindo-se ao Morro Santa Marta, em Botafogo, “o primeiro serviço a ser regularizado foi o fornecimento de energia elétrica, em meados de 2009. A partir de então, a Light ampliou o fornecimento tributado de energia na favela, referida pela concessionária como ‘comunidade modelo’ de suas ações. Segundo a empresa, 90% dos quase 2 mil domicílios não tinham fornecimento legal de energia” (2011, p. 385). Ainda segundo esses pesquisadores, os moradores afirmam a existência de uma constante fiscalização, impedindo as ligações clandestinas.

¹¹⁰ Sobre o programa Comunidade Eficiente ver: LORETTI, 2013.

Exemplifica esse processo o papel assumido pelos policiais, o de mantenedores e condutores da ordem moral e disciplinar no local. Carvalho (2013) descreve casos de policiais controlando os horários de festas particulares dos moradores do Borel em suas próprias casas, pedindo para desligar o som, ou até intimando os convidados a irem embora. Presenciei um caso com o uso da mesma lógica: em março de 2012, estando na entrada da Grota (uma das principais favelas do Complexo do Alemão), acompanhei a abordagem de um policial a um morador com seu cachorro e este explicar-lhe, com um tom de voz autoritário, a forma correta de se segurar uma coleira, afirmando que o morador não estava sabendo fazê-la.

Esses casos relatados não constituem exceções, mas na verdade, explicitam um problema constante no cotidiano das favelas pacificadas: a condução, pela polícia, de uma suposta ordem natural das coisas (a partir, é claro, da representação de “ordem” inscrita em seu *ethos* profissional). E “tendo em vista as representações que se tem sobre os territórios populares do Rio de Janeiro, essa ideia de manutenção da ordem vem junto com uma série de violações dos direitos civis” (CARVALHO, 2013, p. 302), pois todos os moradores passam a ser penalizados e tratados como potenciais criminosos em uma área onde a polícia centraliza as ações. Essa forma de controlar o crime nas regiões com UPPs seria um “instrumento de infantilização e domesticação de seus habitantes, de modo que o combate ao crime não passaria de mais um pretexto para a exclusão social e à submissão cultural e política das camadas populares” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 7).

Mesmo diante das privações de liberdade e da violação dos direitos civis apontados pela literatura, a UPP contava com boa aprovação dos moradores das favelas pacificadas. Carvalho (2013) atribui a percepções generalizadas referentes à diminuição da violência, especialmente quanto ao fim das ameaças de invasões, incursões policiais e tiroteios, elementos causadores de insegurança e medo na população, e que certamente contribuíram para essa avaliação positiva. Ao mesmo tempo, os moradores percebiam outras formas de insegurança, inexistentes até então, por conta da supressão da regulação, antes realizada pelos traficantes ou milicianos, das práticas criminosas e/ou violentas: “desaparecimento de pertences, tais como, roupas no varal, vassouras, plantas, entre outras coisas, que ficam geralmente do lado de fora das residências, agressões entre vizinhos, violência doméstica e ainda alguns casos de estupros” (2013, p.299).

Interessante ressaltar que, a partir de 2013 - marco do aniversário de meia década da referida política de segurança – intensificaram-se os tiroteios e ataques de grupos criminosos contra policiais, causando nova sensação de insegurança, a qual se intensificou e perdura até a atualidade. Casos de violência contra moradores, como o desaparecimento do pedreiro

Amarildo em 2013, amplamente noticiado, ajudaram a aumentar a insegurança. Como estariam os moradores, diante desse novo quadro, avaliando a presença das UPPs? Até o momento, desconheço pesquisas apontando uma resposta para tal pergunta.

Outros questionamentos e críticas são direcionados às UPPs, tanto por moradores, como por analistas de políticas públicas e pesquisadores. Entre eles, estariam:

- A diminuição do papel da associação de moradores, pois, a UPP passa a centralizar as atividades – inclusive muitas que não seriam da alçada da polícia – e o comandante se torna uma espécie de “governador” interno, abrindo pouco espaço para soluções democráticas e participativas dos problemas locais (MACHADO DA SILVA, 2010; CARVALHO, 2013);
- A “remoção branca”, por conta regularização dos serviços e a cobrança de preços acima das condições financeiras dos moradores, além da valorização imobiliária do local aumentando os preços dos imóveis disponíveis para venda e aluguel (CUNHA e MELLO, 2011; LEITE, 2012);
- O deslocamento de criminosos, os quais atuavam nas favelas pacificadas, para outras áreas da cidade e do estado com políticas de segurança ineficientes, causando uma transformação no mapa da violência no Rio de Janeiro (MACHADO DA SILVA, 2010);
- A presença de criminosos traficantes de drogas observando e reprimindo as relações entre moradores e policiais, causando medo e apreensão (CARVALHO, 2013);
- A falta de adequação dos oficiais dessas unidades ao perfil esperado para uma polícia comunitária, pois, suas ações ainda aparecem marcadas pelo autoritarismo e pela truculência (CARVALHO, 2013; FLEURY, 2012).
- A centralização e o autoritarismo policial anulando, ou dificultando, os trabalhos da UPP Social, prejudicando a face do projeto mais preocupada com a promoção da cidadania e dos direitos (FLEURY, 2012).

Diante desse quadro, o projeto das UPPs parece servir especialmente a três finalidades: a recuperação da imagem de algumas regiões da cidade por meio de uma invisibilização do crime nas favelas; a exploração da favela e dos seus moradores como potencial mercado consumidor por parte de várias empresas que passam a “subir o morro” (FLEURY e OST, 2013); e o controle dos moradores e a disciplinarização dos seus hábitos. Agora, os favelados precisam ser bons consumidores, ter práticas de lazer moderadas e enquadrar seus cotidianos a partir da noção de “ordem” imposta pela polícia, que enquadra desde as relações entre vizinhos até o modo de se segurar a coleira de um cachorro.

3.3.3.2 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – As transformações dos espaços populares e a habitação social na gestão da cidade.

3.3.3.2.1 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Marcam ainda esse cenário de transformações físicas e sociais no Rio de Janeiro as mudanças na fisionomia da cidade protagonizadas pelo PAC e pelo MCMV. Vale entender, mesmo brevemente, a representação desses programas a nível nacional e a forma de trabalhar e desdobrar suas orientações na cidade do Rio de Janeiro, pelo governo do estado e pela prefeitura.

O PAC iniciou suas atividades no primeiro semestre do ano de 2007, tendo como principal articuladora a então ministra chefe da Casa Civil Dilma Rousseff (por isso também conhecida como a “mãe do PAC”¹¹¹), e, posteriormente (como presidenta), deu início à segunda fase desse projeto, o PAC 2. A principal proposta do programa era retomar o investimento público em um cenário com indicadores econômicos positivos a fim de fortalecer ainda mais, e de forma sustentável, a economia nacional. Segundo seus idealizadores, o primeiro mandato do Governo Lula (2003-2007) “estabilizou a economia e estabeleceu as bases para o crescimento econômico com distribuição de renda, fundamentos para lançar o Programa de Aceleração do Crescimento” (TRINDADE, 2012, p. 79).

Os eixos fundamentais da ação desse programa são: investimento em infraestrutura; estímulo ao crédito e ao financiamento; melhora do ambiente de investimento; desoneração e administração tributária; medidas fiscais de longo prazo; e consistência fiscal. O investimento em infraestrutura tornou-se o eixo mais significativo, pois além de sua visibilidade, converteu-se na ação norteadora e dinamizadora das medidas econômicas (TRINDADE, 2012).

A área de investimento em infraestrutura se subdividiu em três linhas: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis); social e urbano (saneamento, habitação, transporte urbano, *Luz para Todos* e recursos hídricos). Na área do PAC Social e

¹¹¹ Título esse que circulou insistentemente na imprensa, especialmente no período de sua campanha eleitoral para presidenta, com fins elogiosos ou críticos. Em 2010, uma matéria da Folha de São Paulo explanava em seu título: “Dilma se destacou no governo Lula como a ‘mãe do PAC’” (In: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/817529-dilma-se-destacou-no-governo-lula-como-a-mae-do-pac.shtml>).

Urbano, “o saneamento e urbanização de favelas ganhou destaque em várias regiões do país. No Rio de Janeiro, em específico, as três maiores obras noticiadas foram as do Complexo do Alemão, Complexo de Mangueiras e Favela da Rocinha” (Ibid, p. 81).

No Rio de Janeiro, recursos do Tesouro Público da União foram cedidos aos governos do estado e do município com a finalidade de serem investidos na urbanização de favelas, pelo PAC Social e Urbano (no PAC 1), com valores cuja soma, a princípio, ultrapassava mais de 1,3 bilhão de reais, do qual o estado administrou aproximadamente 900 milhões e o município em torno de 380 milhões. Não necessariamente essas esferas (estadual e municipal) atuaram em locais diferentes: nas intervenções no Complexo de Mangueiras e no Complexo do Alemão, ambas estiveram presentes, embora dividindo as áreas de atuação dentro desses locais (Ibid., p.83).

A Casa Civil da Presidência da República respondeu pela coordenação geral do PAC, todavia, coube ao Ministério das Cidades planejar, normalizar e cuidar da gestão dos recursos do PAC Social e Urbano e, também, aprovar os projetos, acompanhá-los e fiscalizá-los, tendo a Caixa Econômica Federal como unidade gestora desse processo. Quanto aos tipos de intervenções urbanísticas e sociais a serem realizadas, cabia aos entes federados (estados e municípios) apresentarem um plano de trabalho respondendo aos objetivos do PAC e adequado à regulação estabelecida, a qual previa a participação intensa dos beneficiários finais – no caso abordado, os moradores das favelas – nos processos de decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços. Esta participação, segundo Trindade (2012), deu-se de forma superficial e pouco democrática. As intervenções nas favelas com os recursos do PAC têm incidido em diferentes frentes: da estruturação ou reestruturação do saneamento básico à construção de novas escolas e bibliotecas; da destruição de casas à abertura de ruas e praças; da elevação de prédios à instalação de grandes “monumentos” – como o teleférico do Alemão e a nova passarela de acesso à Rocinha.

No concernente às moradias populares, nas favelas que receberam as intervenções do PAC, uma grande quantidade de casas foi destruída, pois, nesses locais funcionariam novos equipamentos ou vias públicas, e/ou eram áreas consideradas em condições inabitáveis por conta da insalubridade ou do risco iminente de desabamento. Para os fins de realocação dos moradores dessas áreas, uma equipe seria responsável por conduzir esse processo: a equipe de trabalho técnico social. Seguindo as orientações do COTS (Caderno de Orientação Técnico Social, da Caixa Econômica Federal), tinham presença ativa nessas áreas desde o momento enquadrado como “pré-obra” e permaneciam até seis meses ou um ano depois do término das obras. Exerciam seus trabalhos a partir do “canteiro social da obra”, espécie de base onde a

equipe técnica social planejava e executava suas ações. Essa equipe poderia ser formada tanto por servidores do ente federado em questão, como por empresas licitadas, desde que supervisionadas pela instituição contratante.

O amplo trabalho da equipe técnico social no Rio de Janeiro acontecia basicamente em cinco etapas, conforme apontam Freire e Souza (2010)¹¹²:

1 – A divulgação das intervenções urbanísticas recorrendo a diversos meios de comunicação, tanto para a localidade interessada, como para os demais membros da sociedade;

2 – A realização de um censo residencial e comercial junto aos habitantes das áreas destinadas para as intervenções, chamado de *diagnóstico social*. O objetivo desse censo era conhecer esses habitantes e seus imóveis, ressaltando suas principais características e seus principais problemas. Tal censo fornecia material para as demais etapas do trabalho social.

3 – As famílias que perderiam suas casas eram contatadas pela Empresa de Obras Públicas (EMOP), oferecendo-lhes três possibilidades de medida compensatória para ressarcir esta perda: *Indenização* - A casa é avaliada e se estipula um valor, a ser pago à família em caso de aceite; *Compra assistida* - A família localiza uma casa no estado do Rio de Janeiro dentro do valor estipulado e, estando essa dentro das condições exigidas, o governo a adquire em nome dos futuros moradores; *Reassentamento*¹¹³- O governo instala a família em uma unidade habitacional especialmente construída ou adquirida para receber esses removidos e, entre a remoção e a entrega da unidade, a família recebe o aluguel social para aguardarem a finalização das obras em outra residência¹¹⁴.

A terceira medida, o reassentamento, foi a que teve maior adesão, até mesmo porque os baixos valores estipulados para a indenização, ou compra assistida, muitas vezes não davam outra opção para as famílias em processo de remoção. Muitos moradores reagiram às mudanças, denunciando a política remocionista por violar direitos e invocando os vínculos históricos e afetivos com o lugar para justificar sua permanência, processo esse que teve poucas adesões em algumas favelas, todavia, protagonizando importantes arenas públicas em outras.

¹¹² As autoras se referem a um caso específico que é o da atuação do PAC em Manguinhos, mas o processo, segundo informações obtidas de técnicos da EMOP, aconteceu de forma semelhante em outras favelas da cidade, como no Complexo do Alemão e na Rocinha.

¹¹³ Vale dizer que “reassentamento” é a categoria utilizada pelos agentes públicos do PAC e, até por isso, reproduzida pelas pesquisadoras em seu relatório.

¹¹⁴ Ressalto que nem todos os moradores em processo de reassentamento receberam o aluguel social, conforme estipulado no conjunto de tarefas do PAC.

4 – Os imóveis eram lacrados e marcados com o verbo “demolir” após serem desocupados pelas famílias. Em alguns casos, como em Manguinhos, as casas foram demolidas e os terrenos deram lugar a novos condomínios, nos quais os antigos moradores foram realocados; em outros, como já visualizei em favelas do Complexo do Paz, as casas permaneceram vazias e abandonadas por mais de três anos, ou foram ocupadas por novas famílias.

No Rio de Janeiro, a maioria dos favelados removidos pelo PAC foram reassentados em conjuntos habitacionais formados por apartamentos, no formato condomínio. A maioria das remoções realizadas pelo estado do Rio de Janeiro, por meio do *PAC favelas*¹¹⁵, realocou os moradores em unidades habitacionais próximas às suas localidades de origem, seguindo uma orientação do COTS, em consonância com o “Estatuto das Cidades”: “A área de reassentamento deverá estar situada o mais próximo possível da antiga área ocupada, para possibilitar a manutenção das relações de vizinhança e emprego estabelecidas, bem como a proximidade com os equipamentos públicos já utilizados” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013, p. 11). Assim, por exemplo, aconteceu no Complexo da Paz mas também em Manguinhos, no Complexo do Alemão, no Morro do Cantagalo, entre outros, onde os impactos para as relações de sociabilidades firmadas e a rotina estabelecida foram bem menores quando comparados à situação dos moradores de áreas urbanizadas pela Prefeitura, os quais são geralmente removidos para unidades habitacionais localizadas em áreas periféricas de bairros da Zona Oeste, como Santa Cruz e Campo Grande. Este é o caso, por exemplo, das transformações realizadas pelo *Morar Carioca*¹¹⁶ no Morro da Providência, no

¹¹⁵*PAC Favelas* é o nome dado as iniciativas do PAC Social e Urbano direcionadas especificamente para serviços de urbanização e infraestrutura nas favelas. O estado do Rio de Janeiro utiliza a marca *PAC Favelas* para classificar as intervenções que realiza nas favelas com as verbas destinadas pelo referido Programa. No estado do Rio de Janeiro, as atividades referentes ao eixo Social e Urbano do PAC – inclusive o PAC Favelas – foram coordenadas pela Secretaria da Casa Civil, sendo geridas pela Subsecretaria Adjunta de Gerenciamento de Projetos (EGP-Rio) em parceria com a EMOP, da Secretaria de Obras. A partir de 2013 o PAC Favelas passou a ser coordenado e gerido somente pela EMOP.

¹¹⁶ Segundo Delacave & Leitão, “o Programa Morar Carioca, lançado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2010, pretende constituir, nesse sentido, um novo estágio de abordagem das intervenções urbanísticas em assentamentos precários informais, propondo, de acordo com as diretrizes apresentadas pela Secretaria Municipal de Habitação, a incorporação dos conceitos de sustentabilidade ambiental, moradia saudável, bem como a ampliação das condições de acessibilidade (...) Até 2012, de acordo com a prefeitura carioca, seriam investidos dois bilhões de um total de oito bilhões de reais destinados ao Programa, que integra o plano de metas da cidade para a realização das Olimpíadas de 2016. Para viabilizar esse ambicioso programa de ação, a prefeitura firmou uma parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), promovendo um concurso de metodologias de urbanização de favelas, no qual se inscreveram 86 escritórios com equipes multidisciplinares, obrigatoriamente lideradas por arquitetos urbanistas” (2013, p. 272). O programa conta com recursos do município, do governo federal (inclusive do PAC) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem disponível a maior verba dispensada na história da cidade do Rio de Janeiro para serviços de urbanização de favelas. Apesar de não contar somente com os recursos do PAC, participa da lógica da *PACificação*, fenômeno descrito por Cavalcanti (2013).

Centro da capital, onde pretende remover grande parte da sua população e deslocá-la para espaços dos bairros da Zona Oeste da cidade, cerca de 40km de distância, impedindo a manutenção das relações de sociabilidades estabelecidas.

Para a aquisição das unidades habitacionais, os responsáveis pela execução do PAC poderiam encomendar a construção das novas moradias no projeto, ou adquirir conjuntos de apartamentos já construídos (ou em fase de construção) pelo PMCMV. Neste caso, procuram-se geralmente os empreendimentos voltados para a faixa 1¹¹⁷. A partir de 2014, principalmente no Rio de Janeiro, a segunda opção tornou-se a regra. Como afirma Amore (2015),

o Minha Casa Minha Vida, na Fase 2, acabou tornando-se o meio para a produção de habitações novas nos contextos das urbanizações de favelas executadas com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), justificada em função de sua maior agilidade na elaboração de projetos e realização das licitações de obras (p. 21).

Essa colaboração entre os dois programas permitia a divulgação dos mesmos dados: diminuição do déficit de moradias e investimento em infraestrutura, entre os resultados dessas duas políticas. O estado do Rio de Janeiro, por meio do *PAC Favelas*, utilizou-se dos dois recursos, sendo os casos do Felicidade e do Esperança exemplos evidentes de compra dos empreendimentos do MCMV. O *Morar Carioca* também faz uso dessa tática de usar empreendimentos do MCMV para reassentar os moradores das favelas em urbanização¹¹⁸, conforme anuncia na sua página na internet: “as famílias que habitam áreas inadequadas ao uso residencial serão cadastradas e reassentadas em unidades habitacionais construídas pelo PMCMV”¹¹⁹.

¹¹⁷ O caso dos condomínios Felicidade e Esperança, como já falamos, foi uma exceção: foram construídos para venda junto a faixa 2 e foram comprados pelo governo do estado (via PAC) para atender os casos emergenciais – as famílias desabrigadas pelas fortes chuvas de 2010.

¹¹⁸“Uma questão que marca fortemente a atuação da Prefeitura do Rio de Janeiro é que o objetivo central dessas suas ações em apoio ao MCMV estava voltado essencialmente para o reassentamento (...) Segundo uma representante da Caixa, apesar do limite máximo de 50% para unidades habitacionais destinadas a situações em que a escolha das famílias foi dispensada de sorteio, o município do Rio de Janeiro já teria utilizado “quase 90%” em termos de unidades para situações de reassentamento, com a perspectiva de apenas em algum momento no futuro adequar tais percentuais à norma atribuída” (CARDOSO, MELLO e JAENISCH, 2015, p. 76-77).

¹¹⁹ In: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smh/exibeconteudo?article-id=1451251>

3.3.3.2.2 O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Outra importante política pública que tem contribuído para a transformação da arquitetura física e social na cidade do Rio de Janeiro, e também na sua região metropolitana, é o MCMV. Seja conjugado com outros programas – Como o *Morar Carioca* e o PAC – ou funcionando solitariamente, a partir da solicitação das prefeituras e estados, sua presença tem muita visibilidade em grande parte dessas cidades. Na cidade do Rio de Janeiro, suas edificações se concentram especialmente nos chamados “bairros do subúrbio”¹²⁰.

Tal programa se inspira em uma série de outros projetos de habitação popular existentes pela América Latina. Dessa mesma fonte de inspiração temos, desde 2003, em Córdoba (Argentina), um programa habitacional da província chamado “Mi casa, mi vida”¹²¹, que também tinha entre suas principais funções o reassentamento de moradores de “villas” em via de erradicação pela política de urbanismo local. No Brasil, o programa foi lançado em 2009, com grande projeção no cenário político e econômico.

Para pensar o papel do PMCMV nesse cenário das transformações urbanas, é preciso entender também a sua representação como política pública, e para isto vale conhecer algumas das formas como o Programa foi apresentado/definido e avaliado. Das definições sobre o que é o Programa, cito primeiramente aquela divulgada pelo próprio governo federal, até mesmo para compreender como os executores do projeto o representam. Na página planalto.gov.br, o MCMV é apresentado a partir dos seus principais objetivos e condições para participação:

¹²⁰ Como aponta Davies (2014), os subúrbios são bairros geralmente afastados da região central da cidade (nas Zona Norte e Oeste da cidade), mas também tem em comum o fato de que, no decorrer do século XX - por conta da expansão ferroviária na antiga capital federal - se constituíram em torno da linha férrea ou construíram a partir delas um referencial importante de suas identidades. Esses bairros geralmente tem uma posição inferiorizada na geografia da cidade, especialmente quando comparados ao centro (e adjacências) e aos bairros nobres da cidade. Em função disso, o título de “suburbano” compõe uma das categorias de acusação presentes na sociabilidade carioca.

¹²¹ Sobre tal programa, segue a descrição de Vega (2010): “El ‘Programa Nuevos Barrios: Mi Casa, Mi Vida’ (a partir de ahora PMCMV) implementado en la ciudad de Córdoba a partir del año 2003, representa una de estas políticas habitacionales que, impulsada desde el Estado de la Provincia de Córdoba, se propuso como objetivo la ‘erradicación’ de asentamientos territoriales en ‘zonas inundables’. En el marco del ‘Programa de Apoyo a la Modernización del Estado de la Provincia de Córdoba’ promovido y avalado por el Banco Interamericano de Desarrollo, esta política consistió en la construcción de 12.000 unidades habitacionales, agrupadas en 14 ‘barrios-ciudades’, con el objetivo de ‘relocalizar’ a un número importante de la población que se encontraba radicada en zonas con alto riesgo de inundación y altamente vulnerables a fenómenos climático. Si bien inicialmente esta política tendió a responder a la situación específica de los asentamientos en zonas inundables, luego se extendió hacia otros sectores de la población radicados en diferentes sectores de la ciudad” (p. 73).

O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) se propõe a subsidiar a aquisição da casa própria para famílias com renda até R\$ 1.600,00 e facilitar as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até R\$ 5 mil (...) Para participar do Minha Casa, Minha Vida, as famílias deverão estar enquadradas nas faixas de renda previstas. A seleção dos beneficiários é de responsabilidade das prefeituras. Portanto, os interessados devem se cadastrar na sede administrativa do município (In: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/noticias-de-governo/saiba-como-funciona-e-como-participar-do-programa-minha-casa-minha-vida>).

A principal intenção parece ser apresentar o MCMV como uma política de redução do déficit habitacional brasileiro¹²² e de ser um programa federal que teria sua gestão compartilhada com os municípios (a princípio, responsáveis pelas políticas de habitação social¹²³) para descentralizar o processo e facilitar o acesso. Um pequeno parêntese: em um primeiro momento, só os municípios atuavam na ponta do MCMV, porém, a partir de janeiro de 2014, com a publicação da portaria 21 do Ministério das Cidades¹²⁴, os estados e o Distrito Federal também puderam assumir essa função como entes executores.

Já os analistas e críticos do programa, ao tentarem identificá-lo, ressaltam que os objetivos do MCMV aparecem mais relacionados a questões econômicas do que propriamente ao problema habitacional brasileiro:

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 em contexto marcado por um conjunto de medidas de política econômica que deveriam mitigar os efeitos da crise internacional em curso desde 2008 e amenizar instabilidades que pudessem ameaçar as bases de sustentação do Governo Lula, então em seu segundo mandato. Em um primeiro momento, a implementação do PMCMV fez parte de um grande pacote de medidas anticíclicas que pretendiam impulsionar a economia, neste caso, a partir do “aquecimento” dos inúmeros setores envolvidos na cadeia produtiva da construção civil. Tal iniciativa visava garantir também a geração de empregos em

¹²² Sobre o esse déficit habitacional, aponta Amore (2015), que “as apresentações oficiais que acompanharam o lançamento do programa se apoiavam nos dados quantitativos do déficit habitacional – àquela altura calculado em 7,2 milhões de moradias, 90% delas concentradas nas faixas de renda inferiores a três salários mínimos, 70% nas regiões Sudeste e Nordeste, quase 30% nas regiões Metropolitanas – para afirmar que o Programa o reduziria em 14%” (p. 17).

¹²³ Como afirmam Cardoso e Lago (2015), “com o lançamento do PMCMV, no entanto, o município deixa de ser o principal agente de promoção da política de habitação de interesse social local e passa a ator coadjuvante, basicamente como responsável pela elaboração dos cadastros de beneficiários e como ente (indiretamente) regulador, enquanto responsável pela legislação urbanística e, portanto, pela aprovação dos projetos. Já o setor privado passa a ser o elemento central, como agente promotor, definindo a localização e o projeto dos futuros empreendimentos” (p.27).

¹²⁴ No referido documento, no capítulo 3 (Empreendimentos firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida com recursos com Fundo de Arrendamento Residencial – MCMV/FAR para municípios com população acima de 50.000 habitantes), lê-se no artigo 3: “Administração pública do Distrito Federal, dos estados ou municípios, ou respectivos órgãos das administrações direta e indireta – Ente Público: a) encaminhar à Instituição Financeira o Projeto de Trabalho Social - Preliminar (PTS – P), o Projeto de Trabalho Social (PTS) e Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST), de acordo com este Manual; b) assinar convênio com a Instituição Financeira para execução do Trabalho Social; c) definir a forma de execução, direta ou mista, do Trabalho Social; d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução do Trabalho Social”.

diferentes níveis de qualificação e a manutenção dos níveis de renda e consumo (CARDOSO, MELLO e JAENISCH, 2015, p. 73).

Os mesmos analistas destacam ainda a importância dos agentes econômicos do setor da construção civil¹²⁵ na elaboração do projeto (e depois na sua execução), ressaltando haver no discurso do déficit habitacional – justificativa central do programa – outros objetivos escondidos, não revelados em público:

O Programa foi gestado no “núcleo duro” da Presidência da República – em negociações entre a Casa Civil e o Ministério da Fazenda – a partir de proposta enviada por um grupo de empresários ligados ao setor da construção civil interessados em criar mecanismos e programas de subsídio direto para facilitar a construção e venda de imóveis para famílias de baixa e média renda. O Programa utilizou, ou reestruturou, fundos já existentes que haviam sido criados para outras finalidades – a exemplo do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – tendo a Caixa Econômica Federal (Caixa) como sua gestora e operadora (...). O setor privado passa, então, a ser o principal agente promotor da política, cabendo às empresas construtoras e incorporadoras a iniciativa de produzir, assim como o direito de tomar decisões referentes à escolha dos terrenos, tipologia do empreendimento, tecnologias construtivas, número de unidades, qualidade dos materiais, ou mesmo a faixa de renda à qual o empreendimento seria destinado (Ibid. p. 74).

Em função dessa pluralidade de agentes e fundos envolvidos na realização do MCMV, Amore apresenta outra definição do mesmo. Levando em conta suas características centrais, o autor defende que

O “Minha Casa Minha Vida” é, antes de tudo, uma “marca”, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto “casa própria” – esta sim uma característica que unifica as diferentes experiências (2015, p. 15).

É interessante ressaltar que, apesar das críticas existentes, não se pode deixar de reconhecer o efeito relevante do MCMV na produção da moradia popular. Como destaca

¹²⁵ Na descrição das etapas e processos do programa, Cardoso e Lago (2015) detalham o papel que foi dado as construtoras na execução do projeto: “A Faixa 1, que conta com subsídio integral, tem como instrumento de centralização de recursos o Fundo de Arrendamento Residencial – FAR e a forma de acesso ao Programa pelos beneficiários potenciais se dá através da indicação das Prefeituras a partir de cadastros elaborados com base em critérios de elegibilidade e de priorização. Cabe às empresas a iniciativa da montagem do empreendimento, definindo terreno, quantidade de unidades, qual a modalidade a ser atendida e projeto, dentro das normas gerais do Programa que estabelecem as especificações básicas e os tetos de valores financiáveis. Os projetos são encaminhados, atualmente, às Gerências de Habitação (GIHABs) regionais da Caixa, que avaliam a sua pertinência aos critérios do Programa e também se as estimativas de custos são compatíveis com a situação de mercado” (p.56).

ainda Amore (2015), em apenas cinco anos de sua existência, a produção habitacional ganhou escala industrial, chegando a atingir 80% da produção, enquanto o BNH – um dos mais expressivos programas habitacionais populares até então – demorou 22 anos pra atingir. Foram em todo Brasil, segundo dados divulgados pela Caixa Econômica Federal, mais de dois milhões de unidades habitacionais entregues até agosto de 2015, contemplando 95% dos municípios brasileiros e beneficiando aproximadamente 9 milhões de pessoas. Só no estado do Rio de Janeiro foram entregues mais de 90 mil unidades habitacionais até agosto de 2015¹²⁶, beneficiando aproximadamente 384 mil pessoas. Outra característica importante do programa é o fato de, pelo menos 40% dessa produção, ser destinada para as famílias com renda até três salários mínimos (as quais receberiam aporte do governo para a aquisição da casa própria), mostrando que este programa governamental, pelo menos no seu projeto, priorizava aqueles em maior condição de vulnerabilidade econômica.

Apesar do destaque dado a este público, o MCMV não se destina somente às famílias enquadradas na faixa 1. O programa pode ser acessado por três faixas de renda, estipuladas inicialmente pela quantidade de salários mínimos que compõe a renda familiar: faixa 1 (1-3), faixa 2 (3-6) e faixa 3 (6-10)¹²⁷. Atualmente, a legislação do Programa tem trabalhado com valores fixos (reajustados periodicamente) em vez de quantidades de salários mínimos. Para os potenciais moradores das faixas 2 e 3, a aquisição dos empreendimentos do MCMV pode ocorrer via mercado, por meio da compra direta, ou do financiamento por bancos credenciados, recebendo um aporte financeiro (subsídio governamental) o qual, no início das ações do Programa, poderia chegar a 23 mil reais. Para a faixa 1, os empreendimentos são ofertados a uma demanda cativa (as outras faixas, para uma demanda aberta) determinada a partir dos cadastros das prefeituras, nos quais os candidatos podem ter até 96% da compra da unidade habitacional subsidiada pelo FAR (Fundo a Arrendamento Residencial), ou, uma possibilidade muito utilizada no Rio de Janeiro, são oferecidos, na maioria das vezes, sem custo de compra, como estratégia de reassentamento e medida compensatória para moradores de favela cujas moradias foram perdidas ou destruídas por desastres naturais, insalubridade, ou porque o local daria lugar a um empreendimento público¹²⁸.

¹²⁶ Fonte: <http://maiscasamaisvida.com.br/>. Acessado em 07/01/2016.

¹²⁷ Devido à diferença do público, empreendimentos e até mesmo do perfil dos bairros em que os projetos para a faixa 2 e 3 se inserem, é difícil estabelecer qualquer tipo de relação com os empreendimentos voltados para a faixa 1 além da filiação ao MCMV.

¹²⁸ Existem ainda dentro do MCMV outras modalidades (que não são relevantes para esta pesquisa) : O PMCMV Entidades, que não se baseia por um critério de faixas e é construído coletivamente com os movimentos sociais

É certo que o MCMV permitiu para muitas pessoas das classes populares o acesso à moradia como direito. Porém, seu projeto apresentou várias nuances tornando, por vezes, o exercício do direito incompleto ou pouco viável, especialmente no caso daqueles cujos acessos se deram por pertencerem à faixa 1. Boa parte dessas nuances surgem como consequências do papel central do setor privado nos rumos dessa política. Na intenção de maximizar os lucros (economizando o máximo possível), as construtoras optaram por alternativas repassadas aos beneficiados como problemas de ordem estrutural ou social. São exemplos desse relato as seguintes práticas:

- Periferização – quando os empreendimentos são construídos em periferias já existentes, consolidam a condição segregada dessa região, ou quando são construídas em grandes áreas vazias na cidade, sem infraestrutura, criam outras periferias (ver RUFINO, 2015). A escolha desses espaços se deve, sobretudo, ao seu baixo custo¹²⁹.
- A utilização de materiais construtivos de baixa qualidade¹³⁰ – são várias as denúncias e relatos de moradores assustados com rachaduras e com os outros problemas estruturais em edifícios recentemente inaugurados. Como afirmam Cardoso et all (2013),

A baixa qualidade dos materiais construtivos e da execução também são recorrentes em todos os empreendimentos pesquisados, ocorrendo vazamento de água e acúmulo de detritos nas fendas oriundas do encaixe irregular entre as peças das lajes pré-moldadas que constituem o piso dos imóveis Ipês; a base de sustentação das caixas d'água de alguns edifícios se rompeu devido a má qualidade da madeira utilizada, inundando os apartamentos do último pavimento e prejudicando os demais; em poucos meses de uso, os brinquedos do playground – único local onde as crianças, acostumadas a brincar nas ruas de seus antigos bairros, podem realizar suas atividades de lazer – estão deteriorados; entre outros problemas identificados (p. 153).

- A preferência pela construção de prédios em vez de de casas (estas também previstas no desenho do Programa). Aragão e Cardoso (2013) denotam que a prioridade pela escolha

para inclusão de seus membros; PMCMV Rural, que subsidia a produção de unidades habitacionais aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

¹²⁹ “Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura, que permitirão incluir uma margem de lucro, considerados os valores tetos do programa. Todavia, o fato de trabalhar com as terras mais baratas não reverterá necessariamente no custo final para os adquirentes, já que os agentes tendem a trabalhar sempre com os tetos de financiamento como valores finais, ou seja, a utilização dos terrenos mais baratos reverterá como ampliação das margens de lucro e não como redução do preço final”. (CARDOSO & ARAGÃO, 2013, P. 54).

¹³⁰ Assim como no PMCMV, o uso de materiais de baixa qualidade também foi uma tática utilizada no PAC, especialmente para a construção de moradias. Como apontou Trindade (2012, p. 126-130), em Maguinhos, após poucos meses da inauguração, as primeiras unidades habitacionais sofreram infiltrações com as chuvas. No mesmo período, a rede de esgoto transbordou, problema que se fazia perceptível, na paisagem e no ar.

majoritária da construção de apartamentos no MCMV se dá por estes permitirem condensar mais unidades residenciais em um mesmo espaço e a um custo menor. Talvez, exatamente por isso a mesma lógica esteja orientando os trabalhos do PAC, os quais, inicialmente, também previam o reassentamento em casas.

- Por fim (e esse é dos problemas aquele com maior interesse para essa tese), não bastava a construção de prédios como forma de economia de custos, mas estes seriam construídos em forma de condomínios. Por causa dos equipamentos coletivos e de uma série de normas próprias do campo da construção civil (as quais não domino devido à complexidade técnica das mesmas), a opção por condomínios pode baratear o processo em até 50% – caso as mesmas unidades habitacionais fossem dispostas em prédios isolados¹³¹. Esse modelo traz uma série de consequências, especialmente para o público da faixa 1, os quais, no Rio de Janeiro, na maioria dos casos, recebeu o apartamento como medida compensatória. A primeira grande consequência é o impacto dos custos de manutenção do apartamento e o pagamento das taxas atinentes a eles, especialmente a taxa condominial, inexistente nos orçamentos domésticos até então. A segunda refere-se à governança desses espaços, pois os síndicos precisam conciliar a alta inadimplência (registrada em muitos casos de pesquisa sobre o MCMV) com as muitas e caras contas referentes aos usos coletivos do espaço. Voltarei a discutir esses problemas, com mais ênfase, no próximo capítulo.

Por mais que o MCMV e o PAC tenham suas diferenças, por se tratarem de projetos públicos distintos, há diversas semelhanças se a comparação se sustentar nos parâmetros de moradia para um público oriundo das remoções de favelas. Em ambos os casos, impõe-se, inicialmente por conta da redução de custos, esse modelo condominial. Como apontou Trindade, relatando o caso do PAC em Manguinhos: “as novas unidades habitacionais seriam ‘dispostas em grupos seguindo o conceito de condomínios residenciais tipo vila, incluindo um espaço de uso comum na parte externa (acesso/área de lazer/estacionamento)’” (Trindade 2012, p. 121). Essa estrutura condominial, no caso do Rio de Janeiro, assume outro papel

¹³¹ Sobre a economia de gastos na construção de condomínios, segue um trecho de matéria do Jornal *O Estado de Minas*: “Realmente, uma unidade em condomínio é mais em conta que em prédio único. Segundo Sandro Perin, gestor executivo da MRV – Regional BH, dependendo da área, construir em condomínio pode ficar de 40% a 50% mais barato, economia revertida para o cliente. A construtora, que atua com esse modelo em todo o Brasil, tem feito em Contagem condomínios que variam de 250 a 300 unidades, com apartamentos de dois quartos e 45 metros quadrados (m²). A faixa de preço, na planta, é de R\$ 165 mil a R\$ 170 mil” (Disponível em: http://opopular.lugarcerto.com.br/app/401,62/2013/10/20/interna_noticias,47612/condominios-fechados-ganham-forca-em-contagem-e-passam-a-ser-foco-de-construtoras.shtml . Acessado em 15/11/2014). Vale lembrar que os condomínios também se convertem em economia para o Estado, pois gastos que antes eram de responsabilidade dos poderes públicos – como a iluminação pública e a coleta interna de lixo – passam a ser arcados pelo condomínio e seus moradores.

além da redução de custos: funciona como um dispositivo de controle e civilização dos favelados que ali chegam para morar. Tal afirmação ficou evidente, para mim, a partir das observações e das análises dos encontros de integração, prática presente nos dois programas para a recepção dos moradores favelados, sujeitando-os a uma forma de viver e morar muito distante da realidade desse público.

O PAC e o MCMV, como parte dessas transformações arquitetônicas e sociais em voga na cidade, inserem-se como importantes elementos no projeto disciplinar-civilizador em questão. Trindade (2012), em uma audiência pública, aberta antes das licitações de grande vulto, em atendimento à determinação legal para obras do PAC em Manguinhos, ficou atenta ao termo “pacificação”, presente no edital, o qual não se referia diretamente à atuação da polícia. Pacificação, segundo o edital, era “ter um ambiente de paz, civilizado”. Ficando, portanto, claro que o projeto de pacificação em vigor na cidade do Rio de Janeiro deveria ter um caráter ‘civilizador’” (p. 90). A “Pacificação” a ser implementada pelas UPPs dialoga, assim, com outras estratégias de pacificação presentes nas propostas arquitetônicas e sociais do PAC e do MCMV, configurando-se, nos dois casos, como formas de civilizar favelados¹³².

3.3.4 O processo de PACificação

O projeto de gestão da população pobre encontrado, tanto nas práticas disciplinadoras do PAC e do MCMV (dos espaços e dos indivíduos), como na política de controle por meio das UPPs, se atualiza em um processo maior, denominado por Cavalcanti (2013) de PACificação. A pesquisadora defende que

o acoplamento entre as intervenções em larga escala do PAC e as UPPs articula uma gramática de controle social das favelas, que constitui a política de remodelação urbana prevista pelo projeto do Rio como cidade olímpica: é a gramática da PACificação. Os efeitos dessa combinação de urbanização e militarização – e do novo patamar alcançado por ambos os tipos de intervenção – abre uma série de disputas, oportunidades e desafios para o exercício dos poderes locais (p. 197).

Intervenções urbanísticas de impacto nas favelas não constituem uma novidade. Para a pesquisadora, o específico dessa intervenção seria que “sua justaposição com o programa das

¹³² A intenção de constituir esses territórios como espaços pacificadores-civilizadores fica ainda mais clara quando descobrimos que as intervenções urbanísticas realizadas para conter os problemas de segurança em Medellín, na Colômbia, inspiraram muitas realizações do PAC Favelas, entre elas o teleférico do Complexo do Alemão, talvez a mais chamativa até então. As políticas de segurança em Medellín foram construídas a partir da “teoria das Janelas Quebradas” (WILSON e KELLING, 1982), que defende a disciplinarização do espaço como uma forma de disciplinar os seus usuários.

UPPs no Rio de Janeiro aponta para uma experiência em escala sem precedentes” (Ibid. p. 197). Vale lembrar que o Favela Bairro encontrava, na presença ostensiva de criminosos armados nas favelas, um dos principais empecilhos para realizar suas intervenções. Já no caso do PAC, os três principais conjuntos de favelas contemplados – Alemão, Manguinhos e Rocinha – foram “pacificados” pela polícia, ou pelas forças armadas, durante a realização das obras, permitindo, não só um ambiente livre de criminosos armados (cuja insegurança assustava a todos os envolvidos diretamente no processo: os operários e técnicos), mas também maior capacidade de pressão sobre os grupos resistentes.

Dois grandes efeitos dessa gramática da PACificação são apontados por Cavalcanti. O primeiro deles é a constituição de um regime de “(in)visibilidade das favelas na paisagem urbana, que ressignifica os contrastes sociais e as fronteiras historicamente constituídas como o espetáculo de sua incorporação à cidade dita formal” (Ibid., p. 198). Essa (in)visibilidade se dá por meio de “monumentos espetaculares” e/ou grandiosas obras de infraestrutura que permitem uma visualização de conexões entre a favela e a cidade formal. São eles o teleférico do Alemão, a passarela da Rocinha (assinada por Oscar Niemeyer), a *Plaza* de Manguinhos, entre outros. Eles permitem visualizar a conexão – o símbolo de uma suposta integração favela-cidade e da “retomada do território pelo Estado”, mas ao mesmo tempo invisibilizam a favela de verdade, ainda marcada pela ação deficitária do Estado no seu interior.

Para clarificar como se dá esse processo, trago um exemplo. O turista que visitar a favela da Grota, no Complexo do Alemão, encontrará uma bela entrada na Rua Joaquim de Queiroz, com uma estátua em bronze de um antigo morador, uma vila olímpica, um ponto de moto-táxi (com banheiro, bebedouro, bancos e telhado para os moto-taxistas e seus passageiros) e um asfaltamento digno de grandes rodovias. Todas essas transformações foram realizadas pelas obras do PAC. O cenário, esteticamente satisfatório para a lógica normativa urbana, mantém-se por uns 500 metros, até onde se encontra uma agência do banco Santander. A rua continua, mas daí pra frente, o único sinal de intervenção urbanística é o asfaltamento realizado pelo programa *Favela Bairro* na década de 90 e em péssimo estado de conservação. Excluindo-se essas “interferências” do poder público, não se avistam mais latas de lixo, nem o serviço de coleta acontece regularmente, resultando na apropriação de um pequeno largo (o Largo da Batalha – contíguo a essa mesma rua) como “lixão” pelos moradores. Exemplos como esses não constituem exceções, pois também podem ser observados fartamente na Rocinha, em Manguinhos e no próprio Complexo da Paz.

As próprias sedes das UPPs participam dessa (in)visibilidade, pois são geralmente prédios portentosos e bem iluminados, transmitindo uma mensagem eloquente: “o Estado

chegou” (Ibid., p. 206). Mas, enquanto os letreiros e luzes ostentam a pacificação, as relações firmadas com os moradores ainda alardeiam a existência de situações análogas às existentes em um estado de exceção, típica de contextos de guerra. Os condomínios populares, com cores marcantes e formas padronizadas, também participam desse processo. Diante desse quadro, Cavalcanti conclui “se o maior legado do programa anterior foi a inclusão das favelas nos mapas oficiais da cidade, o do PAC será a inscrição definitiva da favela na paisagem urbana” (Ibid., p.206).

O outro grande efeito identificado pela pesquisadora foi um (re)arranjo das estruturas políticas locais, afetando grupos e práticas de poder já consolidadas nas favelas. Cavalcanti observou que, durante o processo de implantação do PAC no Complexo de Manguinhos, aconteceram muitas trocas de presidentes das diferentes associações de moradores. O interesse de novas lideranças nessas instituições – cuja capacidade de ação estava bastante reduzida, tendo em vista a presença de criminosos armados nas favelas¹³³ – era identificado pela pesquisadora:

Muitos dos aspectos gerenciais que permeiam as obras do PAC – em particular a concatenação das listas de moradores que receberão apartamentos nos conjuntos recém-construídos, o registro daqueles aptos a receber aluguéis sociais ou compensações monetárias, a atribuição de postos de trabalho à mão de obra local, entre outros – recaíram sobre as associações de moradores (Ibid., p. 219).

O presidente da associação de moradores continua a ser o principal mediador das políticas públicas. Esse fato, aliado ao montante de recursos disponibilizados pelo PAC, transforma a liderança local em alguém de importância estratégica, pois a mediação dele se constitui em um capital social, podendo traduzir-se também em capital material e capital político. No meu principal campo de pesquisa, o Esperança, ouvi mais de uma vez que o vice-governador Pezão, também secretário de obras, teria presenteado cada presidente das associações de moradores das favelas do Complexo da Paz (na verdade, os que colaboraram com o serviço social do PAC) com um apartamento em um dos novos condomínios construídos, isentando-os de enfrentar todo o processo burocrático pelo qual passaram os demais moradores. Tal exemplo, sendo verdade ou não, permite perceber, pelo menos no nível das representações, a aquisição de ambos os capitais: o material – representado pelo apartamento; e o político – pelas relações construídas com grandes autoridades. Participavam ainda na briga por esse capital político os criminosos locais e/ou seus representantes.

¹³³ “O cotidiano marcado pela ocorrência sistemática de conflitos violentos e a presença ostensiva do tráfico de drogas deixavam pouco espaço para qualquer efetiva influência política das associações” (Ibid., p. 218).

O capital político é conquistado também dentro da própria favela diante da capacidade que o presidente da associação de moradores passa a ter na “distribuição dos direitos”:

essas reconfigurações criam novas mediações e mediadores para gerenciar o deslocamento de pessoas e a distribuição de chaves para apartamentos em novos conjuntos habitacionais, e também a intermediação de oportunidades de emprego nas obras de construção civil (Ibid., p. 197).

Esse contexto foi capaz de gerar, segundo Cavalcanti, verdadeiros profissionais da representação comunitária. Em certos momentos, a pesquisadora se via confrontada no campo por líderes locais sobre o valor e procedência dos seus informantes, por vezes apontados como “falsas lideranças”, experiência essa que deixava claro um processo intenso e dinâmico em favor da legitimação do poder. Outro ponto observado pela pesquisadora foi o fato de alguns representantes de associação se apresentarem como “presidente da comunidade” e não “presidente da associação”. Mais do que uma simples troca de palavras, Cavalcanti identifica um sentido simbólico que expressa o quanto se tornou personalizado o poder político e o controle territorial (Ibid., p. 220).

Essas novas lideranças comunitárias protagonizariam outro processo de crise da representação: se antes o problema era a subjugação do tráfico de drogas, hoje são as relações escusas firmadas com a política partidária (Ibid., p. 220). Algumas das associações identificadas por Cavalcanti pareciam defender mais os interesses do governo e dos demais grupos envolvidos nas obras do que os da população prejudicada pelos processos de remoção e pela falta de voz nas decisões sobre os rumos do PAC.

Pacificação, (in)visibilidade, crise na representação comunitária, cooptação das lideranças: elementos que juntos provocam um poderoso efeito de controle sobre a população pobre da cidade, em especial aquela que vive nas favelas. Mas, participam ainda desses efeitos da PACificação os condomínios populares, novos empreendimentos habitacionais, os quais recebem os favelados removidos por conta das obras do PAC Favelas ou do *Morar Carioca*.

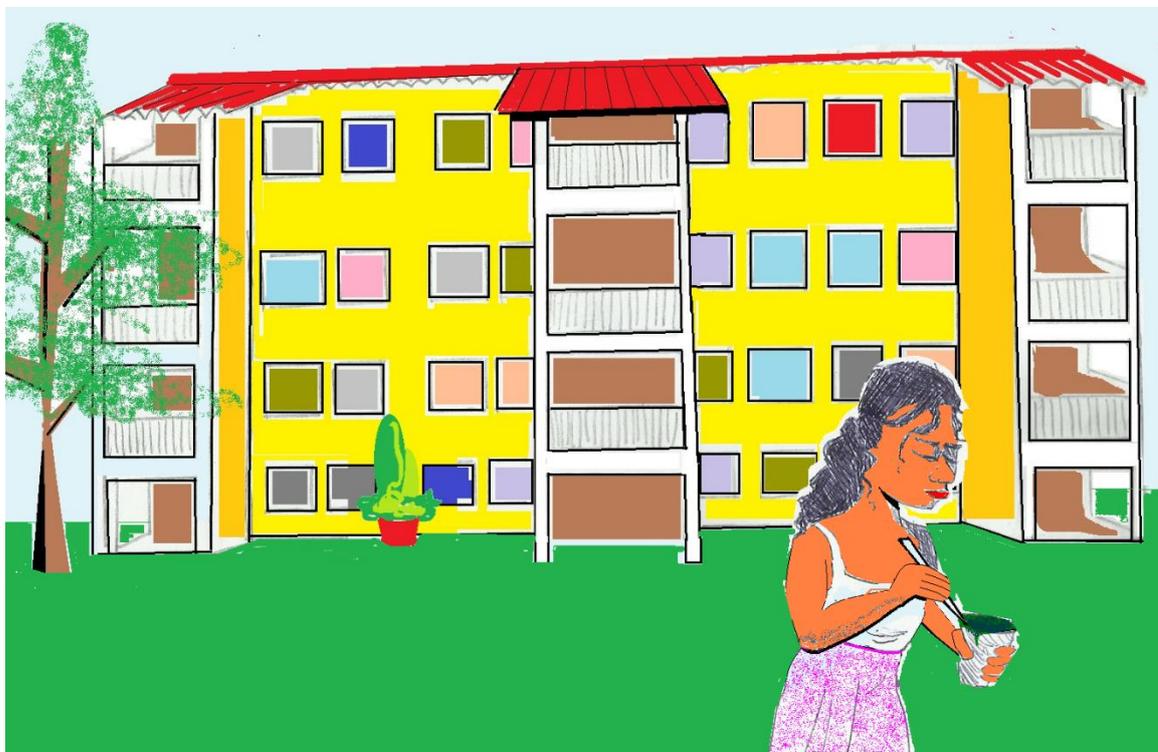
Resumindo as intenções deste capítulo, procurei mostrar o contexto social e político do Rio de Janeiro – voltado para a sua transformação em uma cidade global e de negócios – aliado às representações existentes sobre às favelas e seus moradores, intensificando, na perspectiva dos gestores públicos, a necessidade de um projeto de *gestão* (com uma ênfase disciplinar-civilizatória) sobre a pobreza. As UPPs, o PAC e o MCMV são políticas que juntas realizam uma campanha de controle dos pobres urbanos (chamada por Cavalcanti de “PACificação”): quer eles permaneçam nas favelas, ou se mudem para os condomínios

populares, serão expostos a técnicas disciplinares e biopolíticas – presentes nas práticas de policiamento, nos projetos arquitetônicos, nas remoções e realocações de favelados – controlando sua imagem, permanência e circulação pela cidade. Compreender esse cenário é de grande importância para entender tanto as práticas de gestão populacional presentes nos condomínios populares do Rio de Janeiro, como as práticas de diálogo e resistência a esse projeto empreendidas pelos seus moradores.

No próximo capítulo, apresentarei uma discussão sobre os condomínios e suas peculiaridades como formato de moradia, suas representações na sociedade brasileira e os usos sociais e políticos dos condomínios populares por parte do Estado, com destaque para os encontros de integração.

4 CONDOMÍNIOS E CONDOMÍNIOS POPULARES: SOBRE SEUS USOS E REPRESENTAÇÕES POR PARTE DO ESTADO

Figura 6 – Visão frontal de um dos edifícios do condomínio Esperança (desenho).



Autor: André Luiz Bezerra

No capítulo anterior, apresentei as minhas considerações sobre o cenário atual do Rio de Janeiro: uma cidade cuja ambição é alcançar um posicionamento de destaque na economia mundial, como cidade global e de negócios. Para alcançar esse fim, desenvolve uma série de tecnologias disciplinares-civilizatórias e de gestão voltadas para o controle da pobreza – especialmente a pobreza favelada – com quem vive um conflito quase centenário.

O principal projeto de controle em voga para os favelados cariocas é aquele o qual Cavalcanti (2013) chamou de *PACificação*: uma conjunção de práticas de policiamento (especialmente aquelas realizadas pelas UPPs) com as intervenções urbanísticas realizadas por programas como o PAC, o MCMV e o *Morar Carioca*.

É importante salientar, o Estado não é o único agente presente nessa trama social e política. As populações das favelas – a quem são endereçadas essas políticas públicas de moradia – partem de suas experiências *thaumáticas* para reconstruírem não só seus cotidianos nas novas habitações, mas também as representações firmadas sobre elas na cidade. Em

função disso, não assumem uma postura passiva, subvertem e inventam seus usos sociais da moradia popular, como tantas vezes pude comprovar no campo.

Em meio a esse cenário, surgem os condomínios populares, resultantes dos trabalhos do PAC e/ou MCMV, e é sobre eles que nos deteremos nesse capítulo. Em primeiro lugar, pretendo esclarecer o uso dessa categoria analítica na minha pesquisa. Depois, apresento uma socioantropologia dos condomínios, dialogando com alguns autores das Ciências Sociais que se ocuparam em compreender as tramas e dramas inerentes a essa forma de habitação. Por fim, procuro desenvolver como considero que, no caso do Rio de Janeiro, os condomínios – com suas regras, normas e estruturas – são utilizados como uma forma de disciplinarização da pobreza, apresentando minhas experiências e ponderações sobre os encontros de integração.

4.1 Por que condomínios populares? A construção da categoria analítica

O trabalho de campo traz ao pesquisador uma série de desafios. Um deles é colocar-se diante dos fenômenos e encontrar formas de traduzir, para os seus interlocutores, as relações, o cotidiano e, principalmente, aquelas realidades que foram os principais objetos do seu estranhamento na qualidade de “estrangeiro”. Esse exercício de tradução deve ser construído com cuidado artesanal, devido à grandeza e à responsabilidade dessa tarefa junto à comunidade científica. Como apontou Geertz, “Os etnógrafos precisam convencer-nos (...) não apenas que eles ‘estiveram lá’, mas ainda (como também fazem, se bem que de modo menos óbvio) de que, se houvéssemos estado lá, teríamos visto o que viram, sentindo o que sentiram e concluído o que concluíram (2005, p. 29)

Por vezes, para confeccionar essa tradução, o pesquisador precisa criar suas ferramentas como mapas, organogramas, genealogias e categorias analíticas. Ao falar de condomínios populares estou utilizando uma categoria desenvolvida por mim no campo para, primeiramente, entender com o que estava lidando e, posteriormente, tornar menos árdua a tarefa da tradução. Ela surgiu no meu primeiro dia de campo, da inevitável observação daquela estrutura – marcada por blocos, guaritas, síndico, avisos e espaços comum de uso privado-coletivo – não correspondia à morfologia dos conjuntos habitacionais populares os quais conheci como morador e pesquisador. Alguns analistas (até mesmo na academia) arriscavam chamá-los de conjuntos habitacionais – sim, eles o são no *stricto sensu* – mas os moradores eram rápidos em corrigir o “equivoco”: “aqui é um condomínio”, ouvi isso na minha primeira visita ao Esperança.

Diante da realidade que saltava aos meus olhos e das próprias classificações dos moradores sobre seu espaço de moradia, não podia insistir no erro. Depois, ao entender a dinâmica das habitações construídas e administradas com recursos do PAC e do MCMV, descobri que realmente tratava-se de um condomínio, além da minha percepção ou da classificação dos moradores: essa era a sua condição jurídica. Entretanto, concomitantemente, observei não se tratar de um condomínio “clássico”, como aqueles de classe média e alta existentes no Rio de Janeiro desde a década de 60¹³⁴. As principais diferenças estavam especialmente em quatro aspectos enumerados a seguir. Primeiro, a relação do Estado com esses moradores como condôminos. As constantes entradas da polícia nesse tipo de moradia coletiva, porém, privada¹³⁵, sem qualquer mandado judicial de busca ou solicitação de morador, e com a mesma falta de sensibilidade aplicada às favelas, deixava claro: esses moradores não seriam tratados (apesar da semelhante condição jurídica) como os condôminos habitantes da Tijuca e Botafogo. A leitura desses indivíduos como “pré-cidadãos” (BURGOS, 2004) por parte do Estado permanecia, apesar da mudança de endereço.

O segundo aspecto tem profunda relação com o primeiro, pois também se refere à postura do Estado com os ex-favelados. Assim como em algumas das políticas habitacionais apresentadas no capítulo 2 (os Parques Proletários e a Cruzada São Sebastião), existe um claro projeto disciplinar-civilizatório nos condomínios populares cariocas. Na cidade do Rio de Janeiro, boa parte dos empreendimentos, tanto do PAC, quanto do MCMV, só receberam ex-favelados se esses passassem por uma sala de aula onde, nos cursos de integração, aprenderiam a serem bons moradores do condomínio, ou seja, pessoas diferentes daquelas que eram nas favelas. Além disso, regimentos, normas, contratos e promessas de fiscalização formavam um conjunto de técnicas de controle os quais cercavam os moradores por todos os lados.

O terceiro aspecto refere-se às sociabilidades construídas por esses moradores com os de fora e os de dentro do condomínio. Para aqueles de fora dos muros, o condomínio servia

¹³⁴ Recordo que, no capítulo anterior, apresentamos a escolha pelo formato condomínio para as habitações populares como uma decisão principalmente das construtoras para diminuir custos e maximizar lucros.

¹³⁵ Em um site especializado em direito condominial, temos a seguinte observação sobre a entrada da polícia em condomínios: “A presença de policiais no acesso ao condomínio também costuma causar dúvidas. Conforme o consultor José Elias de Godoy, o condomínio é uma área privativa. ‘Portanto, os policiais somente terão acesso livre quando houver situações de flagrância, catástrofes, emergenciais, com mandado judicial ou quando acionado por algum morador ou mesmo funcionário, conforme o caso’, diz. A advogada Evelyn Gasparetto completa que policiais civis e militares somente podem entrar com mandado ou em casos de emergência. Ela reforça que se um morador solicitou presença policial em seu apartamento, deve comunicar o fato à portaria. ‘Informando a atitude tomada, todos trabalharão em benefício do condomínio’” (Fonte: <http://direcionalcondominios.com.br/sindicos/materias/item/1506-seguranca-quem-pode-e-quem-nao-pode-entrar.html> . Acesso em 09/01/2016).

como um instrumento de *limpeza moral*. Com aqueles que se tornaram seus vizinhos, um sistema de mútua vigilância constante procurava manter vivo os elementos justificadores dessa *limpeza moral*: o fato de o lugar não ser uma favela. Chamar o vizinho de “favelado”, usando o termo como categoria de acusação, era uma das formas de exercer esse tipo de controle. Sei que o morador de um condomínio do Leblon, provavelmente, chama o seu vizinho de “favelado” quando ele fere uma normatividade consensual, mas existe nesse caso uma diferença essencial: se no Leblon o morador acusa seu vizinho usando a categoria como um comparativo para alertar ou criticar a superação dos limites estabelecidos; o morador de um condomínio faixa 1 do MCMV e ex-morador da favela é criticado por seu retorno a um estado do qual já deveria ter saído, especialmente depois de ter passado pelos encontros de integração: “tá vendo? Essa gente não conseguiu evoluir. Continuam favelados!”, declarava Luciene diante da cena de um vizinho (no Esperança) queimando lixo no pátio.

E o quarto refere-se aos conflitos surgidos no cruzamento da condição jurídica dos condomínios com as necessidades sociais e financeiras dos ex-favelados que passam a habitar esses empreendimentos. A regularização dos serviços públicos (luz, água, gás) e a existência de uma taxa extra – a do condomínio – aumenta muito o custo de vida dessas famílias, as quais nem sempre conseguem arcar com esse aumento substancial e não planejado. Além do alto gasto, muitos se sentem incomodados com o tamanho do apartamento (pequeno para os seus padrões) e as muitas regras existentes, não permitindo, por exemplo, ampliar a unidade habitacional ou construir um comércio para auxiliar na renda familiar. Vale ressaltar que os regimentos adotados por esses condomínios, muitas vezes, são meras adaptações dos regimentos utilizados nos condomínios de classe média e alta (essas normas são consideradas “naturais” diante da condição jurídica do espaço).

Diante dessas realidades sociais distintas entendi que só a categoria condomínio não dava conta de explicar as relações e as demais peculiaridades socioantropológicas do meu campo de pesquisa. Por isso adotei a categoria *condomínios populares*¹³⁶, pois se a forma arquitetônica e jurídica fazia daquele lugar um condomínio, as relações ali firmadas e os conflitos pungentes estavam relacionados à condição popular de seus ocupantes (nesse caso, os ex-favelados).

¹³⁶Após adotar tal categoria, descobri que não fui o primeiro a trabalhar com ela. A arquiteta Maíra Machado-Martins (2011, 2014, 2015) já a utilizava, desde sua pesquisa de doutorado, para nomear galpões abandonados da Avenida Brasil (no Rio de Janeiro) ocupados por ex-favelados e transformados – por meio da organização e da homogeneização do espaço – em condomínios. Depois, descobri também que não era mais o único a chamar essas moradias do PAC e do PMCMV de condomínios populares, outros agentes na cidade também passaram a fazer o mesmo. Os canais de jornalismo e outros pesquisadores acadêmicos já utilizavam a categoria para apontar a realidade *sui generis* desses empreendimentos.

4.2 O que é um condomínio?

Porém, se afirmo que a categoria condomínio não contempla todas as tensões ali existentes, sendo insuficiente para explicar o meu objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, destaco o quanto o formato condomínio impacta no cotidiano e nas sociabilidades desses ex-favelados, não podemos prosseguir neste texto sem uma reflexão sobre o conceito de condomínio. Mais do que uma mera definição dicionaresca, busco as suas especificidades socioantropológicas no contexto brasileiro e faço isso principalmente pelo diálogo com outras pesquisas e obras das Ciências Sociais que tomaram os condomínios como um tema central em suas pesquisas.

4.2.1 Ferreira dos Santos e os condomínios exclusivos

Ferreira dos Santos (1981), arquiteto e antropólogo, desenvolveu uma rica reflexão sobre uma forma de moradia nas grandes cidades a qual chamou de “condomínios exclusivos”. É interessante ressaltar a natureza desse trabalho: não se trata de uma pesquisa de campo ou de uma análise de dados, mas das ponderações de um arquiteto e antropólogo - que a partir dos conceitos e princípios presentes nessas duas ciências procurou entender o fenômeno dos “condomínios exclusivos”¹³⁷ nas grandes capitais brasileiras.

Segundo esse autor, trata-se de um modelo de habitar que traz elementos de duas correntes científicas do urbanismo: o *Racionalismo Progressista* e o *Organicismo Culturalista*. Ambos são modelos de desenvolvimento urbano com grande influência na formação das cidades brasileiras a partir da década de 50. No urbanismo de orientação racionalista, a cidade é pensada como um “corpo” e o traço urbano é definido pormenorizando a localização de cada “órgão”, ou, dispensando a metáfora, cada função, seguindo necessidades de ordem prática ou entendidas como tal. Separam-se as áreas: umas são industriais, outras centrais para negócios, outras direcionadas ao lazer. As áreas habitacionais também são divididas de forma funcional, sendo os mais pobres aproximados das regiões industriais e as elites das áreas as quais abrigam os bens mais raros¹³⁸.

¹³⁷ A partir das considerações do autor, observo que, ao denominar “condomínios exclusivos”, designa aquilo o qual chamamos corriqueiramente de “condomínios fechados”.

O modelo culturalista, próprios dos *suburbs* americanos, dispensaria a cidade funcional e teria seu foco nos indivíduos. Define-se como mais preocupado com as realidades locais (por isso organicista: ligado ao orgânico), criticando a construção de práticas universalizantes. Copia o modelo rural, dividindo a cidade em pequenas comunidades e valorizando mais as relações humanas, defendendo que a cidade não deve se sobrepor ao indivíduo. É um modelo reconhecido como meio nostálgico, pois enquanto o racionalismo busca o futuro “irrecusável”, o culturalismo defende uma utópica essência humana, ainda experimentada nas regiões rurais. Cada comunidade é uma espécie de mundo particular, com menor dependência do resto da cidade, como prevê o modelo racionalista¹³⁹.

Entender esses modelos ajuda a decifrar as considerações de Ferreira dos Santos sobre a organização social de um condomínio. Os condomínios exclusivos se firmaram como forma de habitar a cidade do Rio na década de 70, sendo contemporâneos dos conjuntos habitacionais da era COHAB/CHISAM – outra grande obra do racionalismo. A lógica regente da distribuição desses modelos de moradia na cidade era a mesma: criar formas de distinção na metrópole amparadas pela tese da funcionalidade racionalista.

Se nesse momento o Estado oferecia moradia para os pobres nos conjuntos habitacionais, o mercado fazia o mesmo para as classes mais abastadas¹⁴⁰: o público-alvo dos condomínios exclusivos era a nova classe média, “as camadas da população desejosas de marcar o seus status por novos níveis de consumo e consequentes estilos de vida, já capazes de pagar por isto” (Ibid., 1981, p. 13). Os locais os quais passaram a abrigar esses empreendimentos se expandiam para as regiões mais caras da cidade.

Além da funcionalidade, os conjuntos habitacionais e os condomínios são racionalistas, segundo Ferreira dos Santos, por defenderem soluções universalizantes, pois partem de totalizações homogêneas de seus usuários. Enquanto as pessoas destinadas aos conjuntos habitacionais são entendidas como *cidadãos*¹⁴¹, aquelas que se dirigem aos

¹³⁸“A proposição de classificar e separar espaços e funções para melhor controlá-los é típica da postura racionalista. O objetivo é a eficiência” (FERREIRA DOS SANTOS, 1981, p. 25).

¹³⁹ Outros autores, como Moura (2012), Caldeira (2000) e Machado-Martins (2011) também ressaltam a influência do modelo dos *suburbs* americanos na constituição e administração de condomínios no Brasil.

¹⁴⁰ O mercado ofereceu a moradia aos novos ricos, mas o Estado não se ausentou desse projeto. Colaborou primeiramente quando promoveu as remoções e os reassentamentos, tentando eliminar as favelas nas novas áreas nobres da cidade. Depois, quando colocou o dinheiro do BNH (resultante em parte das poupanças populares) à disposição das grandes empreiteiras e abandonou os objetivos sociais promovidos pelo Banco até então.

¹⁴¹ O autor não parte do princípio de que essas pessoas são tratadas plenamente como cidadãos, como a representação geral evocaria. Ele reconhece a manipulação da categoria em favor de um amplo projeto público. Talvez caiba aqui a ideia de um tipo de cidadania privada de direitos, presente nas favelas cariocas e em outras formas de habitação popular (BURGOS, 2005).

condomínios são percebidas como *compradores*. Segundo esse autor, essa distinção “pode ser feita sem preconceitos morais, porque, no capitalismo a desigualdade e a identidade baseiam-se em simbolismos econômicos” (Ibid, p. 21).

Para Ferreira dos Santos, “o morador do condomínio é *homogeneizado* antes mesmo de existir” (Ibid. p. 22). Apesar de querer ostentar sua diferença em relação às outras camadas sociais, também está incluído em um projeto disciplinador inscrito na boa forma urbana, mesmo que voluntariamente: “os especialistas projetam seu gosto e preveem as suas atividades. Junto com o espaço, é vendida uma fórmula de vida urbana” (Ibid., p. 22). Além da localização na cidade e dos equipamentos comuns e padronizados¹⁴² que destacam um condomínio – apartamentos ou casas, piscinas, elevadores, praças internas, salão de festas, entre outros – seu morador também é diferenciado dos demais habitantes da cidade por uma forma própria de ser homogeneizado, passando pela regulação de condutas, a qual ditaria as relações entre os indivíduos e deles com o espaço comum. São regras que, basicamente, protegem a individualidade e a privacidade, e primam pela ordem percebida como natural, muitas vezes identificada como “civildade”. Essa regulação está explícita em contratos, regimentos internos, convenções e em outros instrumentos coletivos, como as assembleias, os quais preveem procedimentos punitivos aos infratores, como advertências e multas.

Os condomínios expressam seu aspecto organicista e culturalista, segundo Ferreira dos Santos, quando se transformam em um tipo de *guetificação dos ricos* (Ibid. p. 28). Por mais que não possam prescindir do resto do tecido urbano, os condomínios procuram viver como se fossem um mundo fechado. Algumas estratégias são pensadas para garantir esse isolamento e distância do resto da cidade:

A população é cuidadosamente prevista, impossível de ultrapassar, já que as construções obedecem às regras pré-fixadas. O número de moradias condiciona a oferta de infra-estrutura e dimensiona os equipamentos. Completando tudo, há o muro, e cerca com entradas vigiadas. Em alguns casos há senhas: cartões de entrada; identificação eletrônica, circuito interno. Em outros há toque de recolher, como nas pequenas cidades medievais auto contidas (Ibid., p. 22).

O grupo cujo desejo é a distinção observa uma vantagem nessa guetificação, pois as fronteiras físicas também se convertem em fronteiras simbólicas, demarcando a diferenciação

¹⁴² Ferreira dos Santos não faz essa distinção, mas autores como Caldeira (2000) e Moura (2012) apresentam a informação de que condomínios horizontais voltados para os mais ricos não possuem essa característica da padronização das habitações. Os espaços comuns são administrados coletivamente (por meio das normas e do regimento), mas a construção da casa e a definição do seu aspecto e dimensões fica por conta do futuro morador.

esperada. Na verdade, fazem de tudo para não cruzar essas fronteiras¹⁴³. Esse isolamento, segundo Ferreira dos Santos

tem uma função latente, bem mais difícil de perceber, apesar de ser tão importante quanto a que é óbvia: a barreira física, que envolve o conjunto, diz aos que o constituem quem eles mesmos são. Impede que se diluam na multidão dos habitantes do aglomerado metropolitano e que se sintam confundidos com eles, se *barbarizem*.(...) A cidade, que fica além fronteiras, é acusada de anti-humana. Será, portanto, uma anticidade onde se proliferam todo o socialmente indesejável: a insegurança; a violência; a mistura; a insalubridade.... os habitantes do Condomínio encontram-se como que imunizados. Tendo passado pelo pior, pois são egressos do mundo em desordem, passam a viver em um ambiente asseptizado que os previne de contaminações. Curiosa inversão metonímica em que uma parte renega o todo, imaginando-se capaz de regenerá-lo (Ibid., p.24).

Essa homogeneidade cultivada nos condomínios exclusivos afeta profundamente, para Ferreira dos Santos, “a diversidade, condição indispensável para a produção urbana tanto a nível material, como simbólico, é cuidadosamente deixada *extra-muros*”. (Ibid., p.24).

4.2.2 Teresa Caldeira e os enclaves fortificados

Ainda nos estudos de cientistas sociais sobre condomínios, não há como não referenciar o trabalho da antropóloga Teresa Caldeira (2000), registrado, principalmente, em seu conhecido livro “Cidades de Muros”. Na verdade, a autora não tem os condomínios como foco da sua pesquisa, mas os denominados *enclaves fortificados* de São Paulo – realidade na qual os condomínios fechados da cidade, segundo a autora, se configuram como uma de suas expressões. Caldeira produz as suas considerações principalmente a partir da análise de anúncios imobiliários e entrevistas abertas com moradores, empreendedores e representantes do setor de segurança. O período de realização da sua pesquisa se deu entre o final da década de 80 e início da década de 90.

A autora inicia a construção do seu argumento demonstrando a segregação – tanto a social, quanto a espacial – como uma característica importante das grandes cidades, sempre presente, mas, na cidade de São Paulo, ela teve diferentes expressões no decorrer do século passado. Até a década de 40, os pobres e ricos habitavam a região central, diferenciando-se

¹⁴³ Dialogando com as concepções do autor, trago o exemplo do Novo Leblon, um condomínio fechado da Barra de Tijuca. Assim como outros existentes, possui uma estrutura que permite ao morador se deslocar para a “cidade” em pouquíssimas ocasiões: tem restaurante, mercado, academia, bares, creches, igrejas, a filial de uma das melhores escolas da Zona Sul e diferentes ambientes de lazer. Para aqueles que não têm carro, oferece linhas de ônibus especiais, deslocando-se diretamente para os principais shoppings do bairro, exigindo interação mínima com o seu entorno.

pelos tipos de moradia. De 40 a 80, a criação das periferias distanciou espacialmente os pobres, enquanto os mais privilegiados economicamente se mantiveram próximos ao centro. Apesar desse segundo padrão de segregação social/espacial não ter desaparecido totalmente, a autora identifica um novo padrão, passando a vigorar em São Paulo a partir dos anos 80. Ela o chamou de *enclaves fortificados*. Estes realizam as práticas de segregação não mais – necessariamente – pela distância física¹⁴⁴, mas sim pela mediação de muros e tecnologias de segurança. Enclaves fortificados, segundo a autora, são

Espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Como já afirmado, o medo do crime é a justificativa mais apresentada para a procura por moradia nos *enclaves fortificados*. Na verdade, o medo do crime veio mudando progressivamente a arquitetura da cidade de São Paulo e de seus bairros, a qual nos últimos 50 anos, ficou marcada pela presença de muros, grades e outros equipamentos componentes de um código chamado por Caldeira de “estética da segurança”. Essa estética atingiu não só os condomínios, como também as casas, inclusive aquelas nos bairros pobres da cidade. Em função disso, São Paulo tornou-se progressivamente uma “cidade de muros”.

Os condomínios fechados em São Paulo, na condição de *enclaves fortificados*, tornaram-se símbolos de *status*, e a segurança é certamente sua característica mais acentuada. Essa segurança não se refere somente ao medo do crime violento, mas ainda a um desejo de isolamento, já que os sistemas de segurança não só evitam o crime, como também controlam acessos e, por consequência, os encontros. Analisando um anúncio de condomínio, Caldeira destaca que “eles asseguram ‘o direito de não ser incomodado’, provavelmente uma alusão à vida na cidade e aos encontros nas ruas com pessoas de outros grupos sociais” (Ibid., p. 267). Outros equipamentos se juntaram aos de segurança, fazendo desses condomínios verdadeiros “clubes” e tornando o contato externo cada vez menos necessário.

Apesar de quererem se proteger da diferença, fora dos muros, isso não significa os moradores se perceberem ou se tratarem como iguais. Segundo a autora, é muito difícil para esses indivíduos estabelecerem uma vida pública. Muitos deles parecem tratar todo o

¹⁴⁴ Em relação aos enclaves que servem de moradia, a autora identifica que na São Paulo Moderna os ricos abandonaram as regiões centrais para habitar as mais distantes, onde poderiam inclusive dividir as redondezas com favelas ou demais tipos de bairros populares. Um exemplo clássico é o bairro do Morumbi, que mesmo sendo vizinho de Paraisópolis, passou a abrigar condomínios fechados de alto padrão a partir da década de 1970. Serão os enclaves fortificados os dispositivos garantidores da continuidade de segregação por meio dos seus muros e seus sistemas de segurança.

complexo como “casas particulares onde podem fazer o que lhes der na cabeça. Eles interpretam liberdade como uma ausência de responsabilidades em relação aos vizinhos” (p. 275). A autora aponta aí uma incoerência de caráter técnico: os modelos de planejamento nos quais os condomínios brasileiros se inspiraram – os *suburbs* e as *gated communities* americanas – valorizam a vida comunitária. Essa característica parece ter sido abandonada no Brasil, e esses empreendimentos revelam a dificuldade de construção de uma vida pública, tanto dentro, quanto fora do condomínio. Em função disso, a autora não hesita em afirmar que “os moradores brasileiros parecem desprezar bastante essa ideia de comunidade” (p. 262)¹⁴⁵.

A autora ressalta ainda como a privatização de segurança e a reclusão de alguns grupos sociais em enclaves fortificados estão criando novas configurações na sociabilidade e na vida pública de São Paulo. As noções de público e de espaço público, as quais, até bem recentemente, predominavam em sociedades ocidentais ganham novos relevos. Nesse contexto,

O espaço público é cada vez mais abandonado pelas camadas mais altas. Na medida em que os espaços para onde vão os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado àqueles que não podem pagar para entrar. Como os mundos privatizados das camadas mais altas são organizados com base nos princípios da homogeneidade e exclusão de outros, eles são por princípio o oposto do espaço público moderno. No entanto, os espaços públicos restantes, os territórios do medo, também não podem expirar aos ideais modernos (Ibid., p. 313).

Por fim, ressalto outra causa da segregação entre muros apontada por Caldeira: as conquistas democráticas das classes populares e demais grupos marginalizados (resultado, em boa parte, da luta dos movimentos sociais) “embolaram” as dimensões hierárquicas muito bem delimitadas no Brasil – principalmente antes da Constituição de 1988 – entre negros e brancos, homens e mulheres, pobres e ricos. Ao fugir do espaço público, “os moradores recriam hierarquias, privilégios, espaços exclusivos e rituais de segregação onde eles acabaram de ser removidos da esfera política. Uma cidade de muros não é um espaço democrático. Na verdade, ela se opõe às possibilidades democráticas” (Ibid., p. 328).

¹⁴⁵ Vale ressaltar a seguinte afirmação da autora: “Só nos anúncios para a classe baixa e para os estratos mais baixos da classe média a é que encontrei referências positivas à sociabilidade dentro do condomínio. Isso é o mais próximo que os anúncios chegaram a ideia de comunidade – totalmente difundida no contexto americano. Em São Paulo, essa ideia é manipulada pelos incorporadores imobiliários como um valor dos ‘outros’, não da elite” (CALDEIRA, 2000, p.291).

4.2.3 Cristina Patriota Moura e os condomínios horizontais

Outro trabalho das Ciências Sociais relevante sobre condomínios é o da antropóloga Cristina Patriota Moura (2012). Diferentemente dos outros trabalhos apresentados, as suas conclusões foram construídas a partir de experiências etnográficas, fazendo a pesquisadora comprar uma casa em um dos condomínios nos quais ela pesquisou para realizar, de forma mais efetiva, a sua entrada em um campo bastante hostil aos “de fora”. O estudo de Patriota não é sobre um condomínio “comum”, mas sobre um tipo especial: os condomínios horizontais, direcionados para as classes mais abastadas de Goiânia. O fato de ser horizontal merece destaque, pois esse elemento era apresentado por seus empreendedores – e depois pelos próprios moradores – como elemento de distinção.

O campo da autora se concentrou em dois condomínios horizontais: o primeiro, onde fazia trabalho de campo sem ser moradora, enfrentando dificuldades para permanecer no local. No segundo, um condomínio vizinho e recém-inaugurado, Moura conseguiu comprar uma casa e assim realizar sua pesquisa de campo em um processo de profunda imersão. O elemento mais presente na observação da pesquisadora sobre os condomínios horizontais e seus moradores era o desejo de distinção, perceptível desde o primeiro momento de ingresso nesse espaço, quando na portaria – que tinha a função de fronteira física e simbólica – descobriu a necessidade de se identificar a partir de uma das três seguintes classificações: morador, visitante ou prestador de serviços. Esses rótulos, como ressaltou a autora, “supostamente atribuídos a todos que entravam no espaço intramuros, correspondiam a direitos, constrangimentos e tratamentos diferenciados” (MOURA, 2002, p. 78). Como bem apresenta a autora no texto, essa classificação servia como uma espécie de estratégia de controle das “impurezas” (no sentido usado por Mary Douglas), já que o mundo extramuros parecia personificar a existência de tudo de ruim e perigoso: a violência, a incivilidade, o caos¹⁴⁶. Não à toa esses empreendimentos eram muitas vezes definidos como um “paraíso”.

Inspirada em Bauman, Moura define os condomínios horizontais pesquisados como *guetos voluntários*. Mas, como a autora ressalta, a principal intenção dessa guetificação era servir à causa de liberdade, por vezes exemplificada pela circulação de crianças nas ruas do condomínio, algo a que – segundo seus informantes – não tinham acesso em outras habitações

¹⁴⁶ “Todos esses outros vistos como potencialmente perigosos, só poderiam passar para o lado de dentro dos muros uma vez devidamente purificados, através do ritual de classificação vivido na portaria, que incluía identificação, consulta ao morador, revista de veículo no caso de ‘prestadores de serviço’ e atribuição de uma identidade interna ao condomínio dentro das duas categorias reservadas ao que não moravam no condomínio” (MOURA, 2012, p. 144).

ou por falta de espaço ou por receio da violência. Aliás, falando em violência, outro valor dado pelos moradores como inerente ao condomínio horizontal era a ideia de segurança. Alguns moradores, apesar de nunca terem sofrido qualquer tipo de violência em suas antigas residências, exprimiam a importância da segurança oferecida pelo local e seria esse um dos pontos mais atraentes do condomínio. A autora, atenta a essas representações, observou que a violência, um dos maiores símbolos da insegurança, “aparecia mais como uma possibilidade a ser evitada do que uma realidade a ser combatida” (Ibid., p. 132).

No condomínio onde morou, a autora percebeu uma série de conflitos diante de problemas que surgiam, especialmente, com os vizinhos que pareciam “destoar” do perfil de morador imaginado. Observou a existência de um dilema: diante da recente criação do condomínio, pairava uma possibilidade de – perdendo seus aspectos distintivos – serem reconhecidos (e estigmatizados) como moradores de um conjunto habitacional. O ato de apontar e/ou punir desviantes e fortalecer o cumprimento das regras servia à manutenção da boa imagem do condomínio. Com base nos casos analisados, trataremos um deles no capítulo seguinte, a autora defende que, mais do que querer a exclusão do vizinho ou a distinção dos outros moradores da cidade (esses não são fins em si mesmos), o que tinha maior importância era a manutenção dessa imagem, necessária, portanto, para manter o *status* social para o qual procuraram ascender ao comprarem uma casa em um condomínio horizontal. Como afirmou a própria autora:

A ênfase na ordem, no fechamento de muros, na classificação das pessoas que atravessam a guarita do condomínio, portanto, estava menos ligada ao medo de uma invasão de suas casas do que, utilizando as palavras de diversos moradores, ao medo de que o condomínio fosse “descaracterizado”. A *descaracterização*, por sua vez, acarretaria uma *desclassificação* daqueles que haviam adquirido o novo *status* de moradores de um condomínio horizontal (Ibid., p. 181-182).

4.2.4 Maíra Machado-Martins e os “condomínios populares” da Avenida Brasil

O último trabalho que gostaria de apresentar nesse diálogo é o da arquiteta Maíra Machado-Martins (2011, 2014, 2015), cuja pesquisa de doutorado empreendida (de caráter etnográfico) foi realizada junto a usinas abandonadas no entorno da Avenida Brasil, ocupadas por ex-favelados e classificadas por eles como condomínios¹⁴⁷. O nome não era a única coisa

¹⁴⁷ Em pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2009, Machado-Martins teceu as suas considerações sobre três desses empreendimentos, sendo que somente em um deles, o “condomínio Monte Castelo”, realizou uma pesquisa de campo de perfil etnográfico.

adotada dos condomínios naquele tipo de moradia coletiva: procurava repetir também, em certa medida, suas estruturas físicas (com a homogeneização das unidades habitacionais¹⁴⁸) e sociais (como as regras e normas). Em função disso e das outras características presentes nesses espaços – relacionadas especialmente às experiências sociais e culturais nas favelas – a autora resolveu chamá-los de *condomínios populares*.

Vale ressaltar que não se trata de um projeto estatal (como no meu estudo de caso), mas da iniciativa de algumas pessoas insatisfeitas com as condições sociais e materiais existentes na favela¹⁴⁹, e que passaram a enxergar nesses galpões a possibilidade de construir outra realidade. A autora defende que, em primeiro lugar, esses condomínios se caracterizam como estratégias de garantir o acesso digno à moradia diante das insuficientes respostas dos poderes públicos a essa demanda. Mas como essas habitações surgem da livre associação dos moradores e não têm o apoio do Estado, “se caracterizam muitas vezes pela irregularidade jurídica, utilização clandestina dos terrenos ou até pela ausência de um ordenamento espacial” (MACHADO-MARTINS, 2015, p. 57). Segundo seus informantes, duas razões foram centrais na escolha pelos galpões abandonados: a violência e o armamento ostensivo do tráfico de drogas (impactantes especialmente na criação dos filhos) e o acesso à casa própria, pois a maioria dessas famílias residia em casas alugadas.

Sobre as semelhanças entre os condomínios populares e os demais condomínios da cidade, a pesquisadora observou a presença de um síndico, a cobrança de uma taxa condominial, a homogeneização das unidades habitacionais, e em pelo menos um deles, a existência de regras pré-estabelecidas, como aquelas as quais exigiam o respeito à lei do silêncio depois das 22h. Nos aspectos mais relacionados à estrutura física, o “Monte Castelo” apresentava equipamentos próprios dos chamados “condomínios clubes” como uma piscina coletiva e uma praça. Em todos eles, muros e portões de acesso haviam sido instalados, tendo até porteiros controlando os fluxos de entrada e saída. A categorização e a organização do espaço como condomínio permitia aos moradores, de certa forma, sentirem-se inseridos na cidade formal.

¹⁴⁸ Representa bem essa afirmação o ocorrido no condomínio “Areia Branca”, como relata a autora: “No momento da ocupação do prédio principal os moradores chamaram um engenheiro para reforçar a estrutura física da construção e que realizou também um projeto de reconversão do espaço da fábrica em apartamento. O resultado foi a construção de unidades de habitação tipo, com a mesma área e a mesma planta interna, composta de dois ou três quartos. A síndica do prédio principal determinou que as fachadas dos apartamentos fossem pintadas da mesma cor, e com portas e janelas do mesmo material. Observamos uma homogeneidade das construções nos corredores” (MACHADO-MARTINS, 2015, p. 64-65).

¹⁴⁹ “A população moradora, sobretudo os primeiros ocupantes, se origina em grande parte de favelas, muitas delas próximas ao local como aquelas que compõem o bairro Maré, situado do outro lado da Avenida Brasil” (Ibid, p. 59)

No entanto, embora o reconhecimento da formalidade da sua habitação fosse uma ambição desses moradores e a adoção do formato condomínio indicava isso, o espaço ainda apresentava características muito próximas da favela; muitas delas ligadas ao uso informal dos serviços, como apresenta a própria autora:

Le “gato”, pratiqué par les habitants de l’immeuble principal de l’invasion, met en question la véritable valeur de la légalisation des services e de l’habitat pour cette population (...) quelques habitants et spécialement les syndics, parlent de leur envie de légaliser les infrastructures, et la propriété. Mais, les pratiques telles que les l’installation de plusieurs appareils de climatisation allumés constamment pendant l’été et le remplissage d’eau de la piscine tous les *week-ends* montrent que les habitants sont finalement habitués à des modes de consommation qu’ils ne pourraient pas assumer s’ils se trouvaient dans un cadre légal (MACHADO-MARTINS, 2011, p. 357).

Machado-Martins aponta que o discurso de regularização, antes de qualquer coisa, responde a uma demanda de integração na cidade por parte desses moradores que experimentaram a marginalidade e a exclusão social enquanto estiveram na favela. Porque reconhecem os condomínios como uma forma hierarquicamente superior de moradia em relação às favelas, entendem que ligar sua imagem a essa forma de habitação e – consequentemente – à da vida formal, permitiria a esses ex-favelados aspirarem a uma inserção na cidade em condições mais dignas e marcadas pelo respeito aos direitos.

A coexistência e os conflitos decorrentes do encontro das características das duas formas de habitação – os condomínios (formais) e as favelas (informais) – e seus impactos na sociabilidade local permitem a Machado-Martins definir esses *condomínios populares* como uma forma híbrida de moradia popular.

Diante das conclusões desses autores, é possível, apesar dos diferentes perfis de pesquisa e de realidades observadas, apresentar algumas semelhanças entre os trabalhos, os quais acabam por revelar os usos e as representações do condomínio, como espaço de moradia, na realidade brasileira. Elenco tais semelhanças a seguir.

Os condomínios são um formato de habitação com cujas representações firmadas a seu respeito permitem marcar um *status* diferenciado na cidade, principalmente, para as classes mais abastadas, como apontam Caldeira, Ferreira dos Santos e Moura.

Os condomínios são uma forma de *autoguetificação*, justificada tanto pelo desejo de distinção social, quanto por um medo do mundo existente extramuros, considerado perigoso e/ou violento. Podemos ver essas afirmações de forma mais clara nos trabalhos de Caldeira, Ferreira dos Santos e Moura.

Ainda sobre a questão da violência e a opção pelo condomínio, vale ressaltar que ele aparece como garantia de segurança diante da violência, seja ela potencial, real, ou *simbólica* (como a que os moradores da favela experimentam ao tentar acessar direitos na cidade). Os quatro trabalhos apresentam considerações sobre a questão.

No caso das populações mais pobres e residentes de habitações coletivas marcadas pela irregularidade, a classificação do espaço de moradia como condomínio possibilita escapar de representações estigmatizadas (como as de morador de invasão, ou favelado), permitindo aspirar a uma inserção plena de direitos na vida formal da cidade. Retratam esse aspecto os trabalhos de Moura e Machado-Martins.

A opção pelo condomínio como moradia representa o desejo de uma experiência *thaumática*, marcada por meio de uma mudança de vida. Essa alteração pode estar estabelecida tanto na demonstração de um novo enquadramento socioeconômico (como apresentou Moura), ou na inclusão em um perfil de moradia mais próximo da formalidade (Machado-Martins).

Essas características presentes nos trabalhos apresentados ajudaram-me a perceber a dimensão sociológica dos condomínios, aguçando minha percepção para a leitura das informações e dados encontrados em campo. Permitiram-me ainda perceber o condomínio como, além de uma realidade habitacional distinta e determinada, uma categorização que pode abarcar distintas formas urbanas. Identifico o condomínio como uma estratégia de ocupação de habitações, podendo relacionar-se com distintos *projetos*. Nos autores com quem dialogamos, essa estratégia está relacionada, principalmente, na aquisição de um *status* ou na desfiliação de um *estigma*.

Pretendo agora apresentar como alguns desses elementos se concretizam nas rotinas sociais dos condomínios populares as quais acompanhei como pesquisador.

4.3 Os condomínios populares do PAC/MCMV: suas representações e seus usos por parte do Estado

Assim como nos casos apresentados por esses autores, os condomínios populares nos quais empreendi a minha pesquisa também demonstravam como o formato condomínio encerrava uma série de concepções, representações e usos, ultrapassando a dimensão arquitetônica. Nos trabalhos de Machado-Martins, Ferreira dos Santos, Moura e Caldeira, os atores de destaque são os moradores, pois suas novas casas são compradas junto à iniciativa

privada ou construídas a partir de uma organização coletiva. No meu estudo de caso, temos outro ator importante: o Estado, o qual produz a necessidade dos reassentamentos e oferece os apartamentos em condomínios como forma de medida compensatória.

Conforme minhas percepções no campo e estudos na construção dessa tese, o principal uso do Estado desse formato de moradia, neste caso, agindo por meio do município e do estado do Rio de Janeiro, é transformá-lo em um novo dispositivo disciplinar-civilizatório da pobreza, sendo parte importante do processo de *PACificação* descrito por Cavalcanti (2013). Tal utilização fica bastante clara quando analisamos os chamados “encontros de integração”, atividade cuja descrição farei a seguir. Em relação aos moradores, sua principal utilização está em um jogo de defesa diante do *estigma* da favela no qual o condomínio se apresenta como principal elemento purificador. Esse processo de *limpeza moral* (LEITE e MACHADO DA SILVA, 2008) detalharemos no próximo capítulo.

4.3.1 Os encontros de integração: para transformar regras em valores

No primeiro dia de pesquisa no Esperança para iniciar o meu trabalho de campo, já ouvia falar dos “encontros de integração”. Confesso não ter entendido o que eram e sequer atentei o quão significativos pudessem ser para a sociabilidade local. Mas as referências a essa atividade, conforme eu me inseria no campo, apareceram diversas vezes, principalmente nas conversas com os moradores. Na minha primeira entrevista com o síndico, o Sr. Antônio, atentei se tratar de algo com grande importância simbólica para as práticas de ordenação e regulação daquele espaço. Antônio constantemente lamentava práticas existentes no condomínio, dizendo que tais comportamentos não se justificavam diante do aprendido nos encontros (os quais ele e os demais moradores chamam de “curso”). Percebi a necessidade de investigar essa prática mais a fundo, pois nela se encontraria uma clara posição institucional sobre os objetivos do projeto governamental.

Esses encontros foram realizados pelo PAC-Favelas, pelo Morar Carioca e pelo próprio MCMV no Rio de Janeiro para atender algumas recomendações do COTS (Caderno de Orientação Técnico Social), documento orientador dos trabalhos sociais a serem promovidos pelo PAC e pelo MCMV (quando este último atende a reassentados). Em primeiro lugar, tal orientação exige dos entes realizadores

Viabilizar o exercício da participação cidadã mediante trabalho informativo e educativo, que favoreça a organização da população, a gestão comunitária, a educação sanitária, ambiental e patrimonial, visando à melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas e sua permanência nos imóveis, bem como contribuir para a sustentabilidade dos empreendimentos (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013, p. 20).

Esse trabalho “informativo e educativo” deve ter um caráter particular quando famílias forem reassentadas em prédios. É preciso nesses casos, ainda segundo orientação do COTS, “disseminar noções de educação patrimonial, educação ambiental, relações de vizinhança; gerar compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis” (Ibid., p. 21). Os responsáveis¹⁵⁰ pelos condomínios para realocados de favelas deverão “assessorar a implantação da gestão condominial; incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento; preparar os beneficiários para administrar o condomínio” (Ibid., p.21).

O trabalho técnico social do PAC tem cinco áreas de abrangência, devendo-se articular durante todo o período da obra e pós-obra. Essas áreas são: organização comunitária; educação ambiental; educação patrimonial; planejamento e gestão do orçamento familiar; e geração de trabalho e renda. No Rio de Janeiro, vários dos objetivos presentes em cada uma dessas áreas se concretizam por meio dos encontros de integração, conforme pode observar tanto no campo, quanto nos roteiros de encontros aos quais tive acesso¹⁵¹.

Vale um pequeno adendo sobre o COTS. Suas orientações se apresentam, por vezes, contraditórias: ao mesmo tempo em que insistem na construção de um processo com plena participação do beneficiário, dando a ele um papel importante no projeto, apresentam uma leitura estereotipada dele, partindo do princípio da necessidade de ser educado em regras básicas de higiene, de cuidado com o patrimônio e até de controle do orçamento familiar. De certa forma subestimam a ordem social à qual esses sujeitos pertencem e se propõem a

¹⁵⁰Geralmente, quando os condomínios foram construídos pelo próprio PAC (a partir de uma empreiteira licitada), a equipe responsável pelo trabalho técnico social cuidou de promover as atividades de integração. Naqueles levantados a partir do MCMV, as construtoras ou o programa público responsável pela compra foram as responsáveis por oferecer tal assessoria, geralmente contratando empresas especializadas para realizar tal trabalho. O COTS também prevê a possibilidade dos entes federados terceirizarem, por meio de licitação, o trabalho técnico social. A equipe responsável por aplicar as diferentes etapas, sendo terceirizada, deve ser supervisionada por um servidor público ligado ao ente federado realizador, seja sociólogo ou assistente social.

¹⁵¹ Da organização comunitária, trabalham o “estímulo à participação dos beneficiários na pactuação das normas de convivência e do uso de espaços comuns” (Ibid. p. 27) e a “coordenação da constituição do condomínio e os procedimentos para sua legalização (eleição de síndico, conselho fiscal, elaboração do regimento interno, dentre outros)” (p.27). Da Educação Ambiental, a “difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade” (p. 28) e “informações sobre o uso racional dos recursos naturais, preservação e conservação ambiental e o manejo de resíduos sólidos” (p. 28). Da Educação Patrimonial, o “estímulo à correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum” (p. 28) e “informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia, equipamentos coletivos, sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos” (p. 28). Do Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar, “informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia” (p. 28).

discipliná-los, até nos aspectos mais privados da vida, como higiene e gastos. As experiências de aplicabilidade das orientações do COTS se dão de diferentes formas pelo Brasil, até mesmo porque, no caso dos condomínios, nem sempre são construídos para reassentar moradores de favelas. Em uma pesquisa na internet verifiquei outros estados aplicando atividades educativas mais voltadas para a geração de renda e/ou educação ambiental, enquanto no Rio de Janeiro a educação patrimonial, particularmente a organização condominial, assumiu um lugar prioritário. Essas atividades, no geral, são todas destinadas para moradores de localidades pobres, mas nem sempre favelas e inclusive não tão estigmatizadas.

Os encontros de integração são, no caso dos condomínios populares do Rio de Janeiro, o modelo proposto¹⁵² para aplicar algumas das muitas orientações do COTS e do PAC, em especial aquelas que suscitam atividades educativas/formativas. Verifiquei a necessidade de entender, portanto, essa forma específica de ação e explorar como ela se relaciona com todo o projeto disciplinar em andamento na cidade do Rio de Janeiro, percebido na construção da cidade global, na realização dos grandes eventos, nas UPPs e nas intervenções do PAC.

Geralmente, os encontros de integração acontecem em duas fases, tratando das mesmas questões, embora de formas distintas. Na primeira fase, a participação é compulsória: é preciso ter pelo menos 75% de presença nas atividades para ter acesso às chaves do apartamento no prazo estabelecido. Nesse momento, enfatiza-se muito a questão da mudança de habitação, a qual deve ser acompanhada da mudança de comportamento. Nesses cinco primeiros encontros, chama-se a atenção para o cuidado com o espaço comum, a conservação dos imóveis, as taxas a serem pagas, entre outros. Faz-se ainda uma introdução ao regimento interno e, por fim, a eleição do síndico (ou síndicos, nos casos em que se organizam por blocos e não por condomínio) e do seu conselho.

A segunda fase, com mais cinco encontros, se foca mais na organização do condomínio, por isso recebe também o nome de *oficinas de gestão condominial*. A participação não é compulsória, até por ser realizada após os moradores se instalarem no local, impossibilitando utilizar o mesmo elemento de coerção da fase anterior, diminuindo bastante o número de participantes. Nela se retomam algumas questões já vistas na primeira fase, como por exemplo, o regimento interno, o qual é lido, discutido e votado para receber (ou não) mudanças. Para isso, geralmente parte-se de um modelo indicado para todos os casos do PAC o qual, segundo a fala de uma facilitadora, é um modelo comum para condomínios

¹⁵² Vale ressaltar que tal modelo vigorou durante o tempo da realização da pesquisa e, certamente, está passível de sofrer alterações por conta do cenário econômico vigente em 2016.

em geral, com adaptações, levando em conta as características físicas desses condomínios e sociais dos seus moradores. Discutem-se ainda os planejamentos futuros e a gestão orçamentária (incluindo a definição do valor da taxa condominial). Paralelamente a essa segunda fase, o síndico e o conselho gestor são instruídos em princípios de administração de condomínios.

4.3.2 A primeira fase dos encontros de integração

A única literatura (disponível antes de iniciar essa pesquisa) que se debruçou sobre os encontros de integração foi uma etnografia realizada por Freire e Souza (2010), presente em um relatório da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sobre os impactos do PAC em Manguinhos. Essas pesquisadoras apresentam uma definição desses encontros a partir da fala de um gestor do trabalho técnico social do PAC. Segundo tal gestor, o objetivo dessa formação era:

oferecer oportunidades de crescimento e transformação individual e coletiva para as famílias realocadas, visando melhorar a organização, conservação e limpeza nos ambientes e alcance de níveis satisfatórios de saúde e sustentabilidade, assim como reconhecimento da moradia como uma possibilidade de inserção na vida formal em sociedade (FREIRE e SOUZA, 2010, p. 42).

A fala em questão aponta a grande afinidade com as orientações do COTS, especialmente na leitura preconceituosa e reducionista de seus beneficiários. Traz ainda elementos com profundo caráter simbólico, demonstrando a adaptação dessas orientações às representações das favelas, presentes no imaginário da cidade. Em tal fala se apresenta uma “visão estereotipada do favelado como alguém que precisa ser socialmente educado” (Ibid., p. 50), e por isso o processo educativo/formativo se converte em instrumento de transformação. A crença da favela como uma realidade distinta da cidade, onde os seus moradores não estão inseridos na “vida formal”, se sobressai nessa breve fala. Aventuro-me a dizer que o formal não representa só a inserção no sistema legal reconhecido pelo Estado, mas também a questão de formar (colocar em uma forma) no comportamento reconhecido como normativo. As propostas desses encontros solicitam mudanças reais de comportamento, mudanças essas não apenas externas: elas precisam atingir o *ethos* dessas pessoas. Por isso, a partir da observação dos encontros de integração em Manguinhos, Freire e Souza concluíram a respeito dessa atividade: a mesma “reforçava a idéia de que a mudança da favela para o apartamento

implicava não apenas uma adaptação a um novo tipo de moradia, mas a um novo estilo de vida” (2010, p. 50).

Nessas atividades, a favela é a referência negativa, o modelo a ser rejeitado. Tal concepção fica clara no argumento de uma das facilitadoras dos encontros em Manguinhos, registrado por Freire e Souza:

eles teriam que “aprender a viver no coletivo” e se organizar para mostrar algo diferente da idéia corrente de que “para pobre, tudo pode”. Caso contrário, o conjunto habitacional tornar-se-ia nada menos do que “um favelão”. Sua função, dizia uma das facilitadoras, era apenas a de “abrir uma luz na cabeça dos moradores”, a fim de evitar que o conjunto tivesse esse destino (Ibid., p. 48).

Essa fala também é rica de elementos simbólicos. A favela aparece como um destino a ser evitado, sendo sempre iminente se as mudanças sugeridas não forem internalizadas, e os conjuntos habitacionais da era COHAB-GB/CHISAM seriam uma prova concreta disso. Ao dizer que os beneficiários deveriam desconstruir a representação de pobre como aquele que pode tudo, apresenta-se um projeto de controle: o que os pobres podem ou não fazer? Certamente, as atividades formativas servem para indicar esse caminho. Isso ficou claro para mim quando, estando em campo no Esperança, uma senhora, ao tentar falar dos encontros de integração e não lembrar o nome, chamou-os de “curso do que pode e o que não pode fazer no condomínio”.

É importante ressaltar, os encontros não são uniformes. A equipe responsável pelo trabalho técnico social tem autonomia para pensar as atividades a serem realizadas e seus conteúdos. O roteiro dos encontros aplicados no Esperança e no Moradia 6 (do qual falarei em algumas páginas) – orientados pela mesma equipe de facilitadores – é bastante distinto daquele identificado em Manguinhos por Freire e Souza (2010). Apesar dos diferentes temas e dinâmicas, ambos estão afinados nas ideias que pretendem transmitir, seguindo orientações do COTS. Os roteiros são aprovados, segundo informações recebidas de uma técnica da EMOP, tanto pelo supervisor do ente federado, como pela Caixa Econômica Federal, garantindo de certa forma essa sintonia.

Os encontros de integração – dentro da lógica disciplinadora – se fazem ainda mais necessários para os moradores realocados de favelas pelo PAC, pois como aponta Freire e Souza (2010), não houve uma seleção moral das famílias a serem reassentadas, como aconteceu nos parques proletários, na Cruzada São Sebastião e nos conjuntos habitacionais. Se os critérios nesses outros programas foram a condição familiar, a manutenção de um emprego e/ou possuir uma determinada renda, o critério agora era ser habitante de uma área a

ser desapropriada pelo PAC e ter optado pela reassentamento como forma de medida compensatória. Como afirmei no final do segundo capítulo, o perfil dos selecionados para esses três outros programas era geralmente formado de pessoas percebidas pelo projeto estatal como facilmente disciplináveis, até mesmo porque já estariam submetidas a outras formas de regulação e controle, seja no trabalho, na igreja ou no acompanhamento do serviço de assistência social. Se não existia mais essa seleção, fazia-se mais necessária ainda a disciplinarização/civilização desses beneficiários.

As reações dos beneficiários a esses encontros eram variadas, especialmente na primeira fase, na qual a participação é obrigatória. Segundo as observações de Freire e Souza (2010) uns questionavam a necessidade dos encontros, outros valorizavam tais atividades e ainda concordavam com as normas de conduta anunciadas pelas facilitadoras. Alguns questionavam somente algumas regras, como a proibição de animais de estimação e de se instalarem atividades comerciais nos apartamentos. Uns poucos criticavam todo o estabelecido, defendendo como sua vida ali seria mais complicada do que na favela.

4.3.3 Uma “etnografia da ausência”: a experiência junto ao MCMV de Serra Serena

O trabalho de Freire e Souza cumpre a função de descrever essa primeira fase dos encontros de integração. A participação do conjunto de reuniões que compõe a primeira etapa desses encontros foi um dos meus maiores objetivos durante a pesquisa, contudo, não consegui realizar. Tal participação, na minha leitura, seria uma peça importante para compreender um quebra-cabeça formado pelos relatos e entrevistas sobre essa atividade e suas reverberações na sociabilidade e no cotidiano desses moradores. Entre meados de 2013 e início de 2014, não existia uma agenda disponível dessas atividades por conta das poucas inaugurações, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro¹⁵³. Cheguei, por causa disso, a acompanhar o movimento de inauguração (em agosto de 2013) de um condomínio do MCMV em Serra Serena¹⁵⁴, cidade do interior do Rio de Janeiro, onde também estavam previstos os encontros de integração. Embora a realidade fosse distinta, a equipe promotora dos encontros

¹⁵³ Após o segundo bimestre de 2014, não existia mais possibilidade de frequentar os encontros de integração. As instituições responsáveis fecharam-se aos pesquisadores e jornalistas devido aos sucessivos escândalos em condomínios populares do MCMV no Rio de Janeiro, envolvendo principalmente o controle armado de milicianos e traficantes. Sua repercussão na imprensa fragilizou o Programa e assim, seus entes realizadores, optaram por restringir cada vez mais o acesso a informações.

¹⁵⁴ O nome da cidade é fictício. Fica a aproximadamente 130 quilômetros da capital do estado, na região serrana. Tem uma população de, em média, 200 mil habitantes.

deveria seguir a mesma linha de proposta do estado do Rio de Janeiro para a consolidação dos outros condomínios. Achei que valeria fazer a observação.

Essas unidades habitacionais, apesar de repetirem o mesmo modelo arquitetônico dos condomínios populares no Rio de Janeiro, não eram direcionadas para ex-moradores de favelas, mas para outros tipos de pessoas, as quais perderam suas casas por causa das fortes chuvas e deslizamentos em dezembro de 2011, uma tragédia de grande repercussão. Em função dessa mesma tragédia, o governo do estado encomendou – via MCMV – a construção dessas habitações, usando para isso um fundo emergencial liberado pelo Governo Federal. Eram grupos de pessoas, algumas pobres e outras de classe média baixa, compostos na sua grande maioria por homens e mulheres brancas, muitos deles de cabelos loiros e olhos com cores claras (trata-se de uma região colonizada por suíços e alemães no início do século XIX). Muitos deles eram agricultores e trabalhadores manuais, habitantes de regiões rurais, onde a violência urbana, por exemplo, não era um problema relevante.

Para chegar a esse empreendimento, fiz contato com a construtora responsável pela obra e tive a resposta de Paola, uma das assistentes sociais atuantes na obra de Serra Serena. Ao especificar meus interesses, fui convidado a visitar o empreendimento e a explicar melhor as minhas intenções, as quais expliquei na semana seguinte. Fui em uma quarta-feira e, além do frio do dia, tive de enfrentar outra dificuldade: a distância dos condomínios em relação ao centro da cidade, construídos em uma antiga área rural de plantio, comprada pelo governo do estado. Só uma linha de ônibus passava perto do condomínio, com intervalos de uma hora. Ficava claro ali um processo de “periferização”, conforme identificado por Rufino (2015).

Chegando lá, além de Paola, quem também me recebeu foi Ruan, o engenheiro chefe da obra que, entre outras coisas, coordenava a equipe de trabalho social. Eu e Ruan tivemos uma conversa breve, tempo suficiente para explicar as minhas intenções e ele autorizar minha participação nos futuros encontros de integração. Conversando comigo, dizia que essa atividade era necessária no caso do Rio de Janeiro, pois esses pobres, após suas experiências da favela, precisavam ser “aculturados” para conseguirem se adaptar à realidade de um condomínio. Em 2015, ao ler uma entrevista do empresário e engenheiro Carlos Carvalho (responsável por uma série de novos empreendimentos voltados para o projeto da Cidade Olímpica), não tive como não me lembrar da conversa com Ruan. Carvalho dizia: "Você não pode pensar em tirar um favelado de onde ele vive, do habitat dele, para que ele venha a pagar aluguel e condomínio. Se ele não for preparado e se não houver um apoio correto para ensiná-

lo sobre o seu novo habitat, o plano realmente não vai poder dar certo"¹⁵⁵. Na fala de ambos, ficava claro que esses pobres, referente à forma de vida urbana, eram verdadeiras tábulas rasas. Se não fossem ensinados ou aculturados – se não passassem por esse ritual – não poderiam ingressar nos condomínios.

Passei a manhã lá, com Paola me mostrando os prédios em construção e as maquetes. Descobri, por exemplo, que a opção por concreto (algo comum nos condomínios populares do Rio de Janeiro) era outro recurso usado para baratear a obra e acelerar sua construção: o concreto era derramado em espécies de formas as quais montavam a estrutura de um andar. Depois de seco, passava-se para o andar seguinte a partir da base do anterior. Segundo outro engenheiro que estava na obra, um prédio daqueles leva, em média, quarenta dias para ficar pronto. Foi interessante ter acesso à história do concreto, pois, no meu campo, os moradores diziam que os prédios de concretos construídos próximos ao Complexo da Paz (não era o caso do Felicidade e do Esperança) eram assim por causa da violência local: por isso foram feitos à prova de balas. Sempre desconfiei da história, mas em Serra Serena concluí que já surgiam – no meu campo - pequenos mitos locais os quais se amparavam na representação do espaço e de seus moradores e de suas relações com o Estado¹⁵⁶.

Voltei para casa e disse que ficaria esperando os encontros de integração acontecerem. Estava em constante contato com Paola, a qual, ciente da minha pesquisa e dos meus objetivos, sempre me deixava a par de todos os acontecimentos com e-mails semanais. Em um deles, avisou-me que os encontros de integração, por um problema de agenda (precisavam inaugurar logo), não aconteceriam antes da mudança das famílias, conforme estava previsto no projeto. Eles fizeram somente, em um momento improvisado, a eleição do síndico e seu conselho. Deixaram os encontros, primeira e segunda fase, para depois da inauguração e das mudanças. Estranhei a informação, pois a presença dos moradores nessa atividade tinha o controle da entrega das chaves como uma forma de garantir a participação dos indivíduos. Fiquei pensando em quais seriam os outros elementos usados para conseguir coagi-los (ou convencê-los). Continuamos o contato até Paola me avisar que os encontros de integração não mais aconteceriam, haviam sido cancelados por problemas sucessivos da agenda de

¹⁵⁵ Tirado de : http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp?SThisFB . Acesso em 28/01/2016.

¹⁵⁶ Refiro-me ao “mito” para expressar uma história a qual não corresponde necessariamente aos acontecimentos, mas que surge e se reproduz nas representações dos sujeitos sobre o fato, constituindo um rico material para a análise sociológica. Valladares (2005) já apontava isso ao estudar o mito de origem da favela. Também empreendi esse tipo de análise (CONCEIÇÃO, 2008) ao destacar o valor simbólico que os discursos sobre o incêndio tinham na formação e nas sociabilidades na Cidade Alta.

inauguração dos outros condomínios os quais ficariam no mesmo terreno (era um complexo de seis condomínios, inaugurados em datas diferentes).

É normal nesses tipos de empreendimentos públicos – com várias etapas de ação – que algumas atividades sejam “atropeladas” em função do bom andamento do processo. Aconteceu assim na inauguração dos conjuntos habitacionais da CHISAM, como apresentei no segundo capítulo. Esses atropelos nem sempre representam escolhas planejadas ou racionalizadas, mas sempre estão marcados pela representação do que pode ser dispensado e do que é essencial. No caso do Esperança, por exemplo, os moradores até hoje (cinco anos após a sua inauguração) não possuem a cópia do contrato do imóvel, cujos representantes da CEF prometeram trazer em outro momento. Em Serra Serena, os moradores já saíam com suas cópias do contrato no dia da inauguração. Diante disso, a ausência dos encontros se revelou para mim como um importante dado: eles eram dispensáveis, pois não se dirigiam aos favelados. Não pesavam sobre esses sujeitos as representações estigmatizadas que recaíam sobre seus pares da capital, na maioria das vezes negros, pobres e moradores de favelas. Eles não poderiam ser representados como pessoas “perigosas”. A ausência dos encontros me revelava informações tão importantes, tornando-se, por si só, tão frutífera quanto uma possível etnografia dos mesmos.

Antes de encerrar as considerações sobre Serra Serena, gostaria de relatar mais um episódio bastante significativo para eu entender as representações sobre a pobreza presentes no imaginário dos técnicos contratados para trabalhar nessas construções e/ou em suas ações sociais. Após a inauguração solene do condomínio, contando, inclusive, com a presença do então vice-governador Pezão, as famílias futuras ocupantes das unidades habitacionais se dirigiram a um refeitório provisório (de madeira, utilizado pelos operários da construtora para as suas refeições). Lá, vinte mesas eram utilizadas para a assinatura dos contratos. Em cada uma delas havia pelo menos duas pessoas: um funcionário da secretaria de Obras (responsável direto por parte do governo estadual) ou da CEF, respondendo pelas assinaturas do contrato de cessão do imóvel¹⁵⁷, e um funcionário da construtora, o qual entregava o “manual do proprietário” e as chaves do imóvel, após a assinatura de um comprovante de recebimento. A equipe presente era a mesma que, segundo Paola, atuava na assinatura dos contratos nos condomínios populares do Rio de Janeiro.

¹⁵⁷ Nesse caso, os imóveis eram cedidos aos moradores por um período de 10 anos, nos quais teriam direito a usufruto do mesmo, mas sem poder alterá-lo, vendê-lo ou alugá-lo. Só depois da primeira década os moradores tornar-se-iam proprietários com todos os direitos.

Fiquei em uma das mesas, graças à intervenção de Paola, acompanhando o processo de assinatura do contrato e o recebimento de chaves. Pelo menos umas quatro vezes fui abordado. Nas primeiras três fui convidado a ajudar em outra mesa, sendo confundido como funcionário da secretaria de obras, pois os da construtora estavam uniformizados. Na última, fui interpelado a explicar o motivo de eu estar ali, problema logo resolvido pela mediação de Paola, a qual estava por perto. Na mesa em que fiquei, mais ou menos oito pessoas passaram para concluir o processo de aquisição do apartamento. Dois fatos chamaram muito a minha atenção. O primeiro foi o esforço contínuo em descomplicar a burocracia, se ela se mostrasse um impeditivo. Diante de erros de dados ou documentos desatualizados (acompanhei o caso de uma mulher separada há pouco tempo que já não tinha mais o mesmo nome do contrato), uma outra equipe procurava soluções criando documentos auxiliares para manter a legalidade da situação e a agilidade do processo.

O segundo fato era de teor quase anedótico. Ao firmarem os contratos, os futuros moradores precisavam assinar por extenso algumas páginas e colocar as suas rubricas em todas as outras (eram três cópias de um contrato de seis páginas). A primeira pessoa atendida - uma senhora negra, de aproximadamente 60 anos - foi abordada por Pablo, um funcionário da secretaria de obras de aproximadamente 27 anos. Simpático e solícito, o rapaz começou explicando os locais onde, após a leitura do contrato, ela deveria assinar ou deixar a sua rubrica. Logo após, puxou uma folha de papel em branco e disse “vou te ensinar a fazer uma rubrica”. Antes de terminar, foi interrompido pela senhora que, com cara de “poucos amigos”, disse saber o que era uma rubrica. Aquele episódio constrangedor não foi o suficiente, pois o mesmo procedimento se repetiu por sete vezes com pessoas de perfis diferentes: Pablo querendo ensinar as pessoas atendidas e elas avisando já saber o que fazer.

Fiquei incomodado e pensando o quanto o constrangimento poderia ser evitado a partir de perguntas como “você sabe o que é uma rubrica?” ou “você já tem sua rubrica?”. Pensei ainda que, em seu lugar, no segundo episódio não repetiria a mesma atitude, embora fosse protocolar. Lembrei-me da fala de Paola sobre as experiências desses técnicos nas inaugurações dos condomínios populares, dirigidos aos favelados e concluí que as representações de Pablo sobre os pobres urbanos - pelo menos naquele momento - estendiam-se quase automaticamente àquelas pessoas de Serra Serena, apesar do seu perfil extremamente diferente.

O estigma do favelado, o qual, entre outras coisas, considera essa população ignorante, inferior, necessitada de ensinamentos (apesar da variedade de formações escolares e acadêmicas existente entre eles), não era passível de ser relativizado por Pablo. Esse fato

indica o quanto essas novas políticas públicas de moradia reproduzem atitudes preconceituosas presentes nas antigas: a construção de estereótipos e a subestimação dos pobres. É a partir desse tipo de representações, que os encontros de integração são planejados e executados.

4.3.4 “Bom pobre”, “mau pobre”: o Estado e a classificação dual da pobreza

Antes de prosseguir nas considerações sobre os encontros de integração, quero explorar essa dimensão das diferentes representações em torno dos pobres e da pobreza. Como já falamos no primeiro capítulo, existem distintas políticas públicas para diferentes perfis da pobreza, como apontou Feltran (2014). São essas políticas parte de estratégias governamentais produtoras de valorações seletivas e desiguais dos diferentes tipos de pobres aos quais elas se destinam. Olhar para os pobres, classificá-los e, a partir daí, pensar estratégias públicas não é algo recente: segundo Procacci (1993), uma autora afinada com a teoria foucaultiana, é possível observar essa prática na França desde o século XVIII.

As representações da pobreza identificadas pela autora entre os séculos XVI e XVIII, guardados os contextos diferenciados, parecem contribuir para o entendimento das práticas de gestão governamental ainda existentes. Na França antes do antigo regime, segundo a autora, tínhamos uma sociedade repleta de “mendigos”, “vagabundos” e outros tipos de miseráveis. A pobreza se expressava, sobretudo, na figura dos pedintes e a forma de lidar com ela ocorria por meio da caridade. Os pobres funcionavam como uma espécie de elo entre deus e os ricos, os quais seriam “premiados” em favor de seu trabalho junto aos pobres. Diante do progressivo aumento do fenômeno da pobreza e dos números de pobres esses não puderam mais ser remediados pela caridade privada: o Estado precisou – a partir de então – assumir esse problema.

Nesse novo quadro social, o farrapo não era mais visto objeto da pena, mas como um sinal de que aquela pessoa era um contrapeso para a sociedade a caminho de progresso. Começava assim um projeto de controle sobre os pobres, partindo-se de uma visão estigmatizada e, com a entrada do novo regime, iniciou-se um processo mais sistemático de gestão da pobreza. Os pobres tiveram um papel importante durante a Revolução Francesa, inclusive destruindo hospitais, lugares onde o exercício da caridade se fundia com atividades de repressão. Como o governo do Novo Regime conhecia o seu potencial de mobilização e de resistência, era necessário mantê-los sempre sob controle.

Os ingleses, desde o séc. XVII, descobriram nessa pobreza um valor econômico e optaram por “recuperar” os pobres urbanos por meio do trabalho. Já no Estado francês,

s’impose une interprétation sociale de la misère que inspire une intervention moins directement subordonnée aux impératifs de l’ordre productif. L’attention portée aux pauvres dans cette première moitié du XIX siècle passe avant tout par la promotion de techniques sociales visant à remplir les blancs de l’ordre du travail, et ne concernant d’ailleurs pas exclusivement les pauvres. Les techniques adressées aux pauvres sont surtout dirigées contre les comportements dits a-sociaux par lesquels les classes populaires, et pas seulement les pauvres, résistent aux transformations sociales. Ainsi, l’analyse sociale de la misère a été à l’origine d’un effort de formation dirigé vers un autre sujet que le sujet productif formé par le travail: un sujet socialisé, conscient de ses devoirs civiques, le sujet de la “société civile” (1993, p. 18).

Nesse momento histórico, quem eram os pobres dignos de serem reconhecidos como sujeitos da “sociedade civilizada”? Para estabelecer essa classificação, o Estado francês do Novo Regime chamou médicos para empreenderem uma pesquisa, atividade realizada a partir dos conceitos da medicina higienista e da estatística. Os métodos foram aqueles largamente utilizados pela prática médica: visita, interrogatório, questionário, observação e reconstrução de uma história dos sintomas. Os resultados dessas pesquisas concluíram que a miséria, apesar de ser um problema moral, era patológica e epidêmica, com fortes efeitos negativos, os quais freavam o desenvolvimento da civilização.

Os médicos apontaram a “fraca moral” dessa população como o principal transmissor dessa patologia. Entre as possíveis soluções para o problema destacaram-se: elencar as condutas morais a serem eliminadas ou até – diante do perigo que representavam – extirpar os sujeitos que se mantivessem na condição de portadores da doença. O mais peculiar nesse diagnóstico era a informação de que, diferente das outras epidemias, os miseráveis eram tratados como “portadores culpados”, pois a sua não adesão a uma moral normativa era responsável pela manutenção da doença. Seriam vítimas da epidemia, mas com certo grau de culpabilidade.

A partir desse diagnóstico, o Estado francês classificou seus pobres a partir de uma distinção entre pobreza (*pauvreté*) e pauperismo (*paupérisme*), e os indivíduos que a estas aderiam eram, respectivamente, o “bom pobre” e o “mau pobre”, representando sujeitos morais diferentes.

Ao se referirem à pobreza, entenderam que ela ocupava um lugar natural na ordem social, como revés da riqueza. Era percebida como natural, pois tinha – ao lado da riqueza – um lugar seguro e reconhecido dentro do sistema socioeconômico. Não se poderia evitar essa desigualdade, mesmo ela não sendo natural, já que seria necessária à sobrevivência do sistema

econômico. Sendo assim, possuir menos não era um problema, pois se poderia ser um “bom pobre”, um “pobre honesto”, uma figura exemplar, respeitosa e resignada, comportando-se conforme a sua situação. O “pobre honesto” não se identificaria com a pobreza, ao contrário, ele sonharia em deixar sua má condição pelo esforço diário e pela poupança, renunciando à sua pobreza e a todas as possíveis vantagens subjacentes a ela. Esses indivíduos agiriam de acordo com as regras da riqueza. O “pobre honesto” seria, portanto, uma vítima inocente da fragilidade da condição humana.

Já o pauperismo foi definido como um degrau de privação inferior àquele o qual atingia os pobres. Caracterizaria-se por um conjunto de comportamentos imorais, irreduzíveis e inúteis ao projeto social, revelando um caráter antinatural. Aqui se encontrariam os “portadores culpados”, os homens de moral fraca que não poderiam assumir o papel de vítima, de um destino individual marcado pelo infortúnio. O “mau pobre” não se oporia só à riqueza ao recusar suas regras, mas à sociedade como um todo (seriam resistentes a qualquer possibilidade de subordinação), desfigurando a pobreza e dando-lhe um caráter de revanche. Representariam, sobretudo, uma pobreza transformada em perigo social. Essa população “perigosa” residiria principalmente nas *villes*, nos aglomerados industriais etc. A característica antinatural do pauperismo exigiria, segundo o diagnóstico, a sua eliminação. Seria preciso adequar esses “maus pobres” ao projeto social em voga, com boas doses de repressão. O “mau pobre” era o símbolo do pauperismo e o inimigo número um dessa sociedade, opondo-se às aspirações sociais de ordem e segurança.

Valladares (1991), em um estudo sobre a pobreza urbana no Brasil, aponta que no início do século XX, era possível encontrar semelhantes formas de classificação da pobreza. O termo “classes perigosas”, de uso corrente na França e na Inglaterra para definir os “maus pobres”, tornou-se popular no Brasil, inclusive entre juristas e políticos. Como apresenta a própria autora,

as classes dominantes como que dicotomizavam o mundo: de um lado o mundo do trabalho, da moral, da ordem; de outro, um mundo às avessas – amoral, vadio, caótico – que deveria ser reprimido e controlado para não comprometer a ordem. A cada um destes mundos correspondia um espaço: ao primeiro, a fábrica; ao segundo, o cortiço e a rua. Nesse sentido, a expressão “classes perigosas” se referia àqueles fora do universo fabril, mais especificamente àqueles que eram criminosos, delinquentes ou simplesmente vagabundos e desordeiros que viviam entre o cortiço e a rua, tentando impor a desordem (p. 87)

Ainda segundo Valladares, existiram no decorrer do século outras formas de classificação dual da pobreza (trabalhador x vadio, trabalhador x bandidos), mas mesmo

sendo diferentes, ainda mantinham a música no mesmo tom: uma divisão entre “bons pobres” e “maus pobres”. No caso brasileiro, o “bom pobre” está sempre ligado a condição de trabalhador. Apontar um pobre como *trabalhador* não é oferecer uma informação ocasional, mas qualificar a sua presença na sociedade, baseado em um determinado universo de valores que hoje encontra-se capilarizado, inclusive, entre as classes populares¹⁵⁸. A utilização da frase “eu sou *trabalhador*”, de uso corrente entre os pobres urbanos, quando são abordados pela polícia, quer expressar essa superioridade moral referida por essa identidade. Mas além de ressaltar essa condição de superioridade moral, ser *trabalhador* (em especial trabalhador formal) aponta para uma dimensão do registro (forma de controle biopolítico sempre ressaltada por Foucault), para o fato de já ser controlado e observado por uma instituição disciplinar¹⁵⁹.

Mas, pelo menos no caso do Rio de Janeiro, para alguns pobres urbanos, a condição de trabalhador não é suficiente para superar as representações negativas: não são poucos os casos de moradores de favelas ao quais, mesmo sendo trabalhadores com emprego fixo, são parados, agredidos e até mortos pela polícia após serem rotulados como bandidos. As favelas, formadas como verdadeiros “caldeirões” de grupos estigmatizados (pobres, negros, adeptos das religiões de matriz africana, “biscateiros”, desempregados, famílias que fogem ao padrão normativo, entre outros), são representadas como o espaço do pauperismo, dos “maus pobres” cujo controle é imprescindível. É a partir dessas representações que se legitima, por exemplo, a fala do secretário de segurança Beltrame, de que “um tiro em Copacabana é uma coisa, um tiro na favela da Coréia é outra coisa”¹⁶⁰.

Nas favelas, independentemente da trajetória individual do sujeito, este será inserido em um sistema de acusações, fazendo dele, continuamente, o “mau pobre”, ou, na melhor das hipóteses, a exceção que deu certo, só reforçando o argumento anterior para o resto da coletividade. Eles nunca serão reconhecidos como *cidadãos de primeira*

¹⁵⁸Sarti (1996) apontou como o trabalho, no universo moral dos pobres, representa bem mais do que trazer dinheiro o para o sustento da família, “o trabalho, conferindo dignidade ao pobre por ser o fundamento de sua autonomia moral, legitima a sua reivindicação de respeito (...) A dignidade do esforço implícito no trabalho possibilita inverter o rito da autoridade de que fala DaMatta (1979) e, do legítimo lugar do trabalhador, que reconhece a honra de sua condição e reivindica a contrapartida do reconhecimento desta honra, o pobre pode virar o jogo e dizer o seu “Você sabe com quem está falando?”. (SARTI, 1996, p.69-70).

¹⁵⁹No Brasil, até a Constituição de 1988, a polícia poderia deter e prender uma pessoa pela contravenção “vadiagem” (com a alegação de prevenir o crime) e, durante alguns períodos de nossa história, a ausência de um emprego formal já era elemento suficiente para caracterizá-la. A carteira de trabalho, como registro desta condição, era o documento capaz de provar a boa conduta.

¹⁶⁰O local citado trata-se de uma favela localizada no bairro de Senador Camará, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Confira a fala em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html> . Acesso em 26/01/2016.

*categoria*¹⁶¹(FREIRE, 2015). Em função disso, é preciso pensar atividades que exterminem sua periculosidade, inserindo-os na cidade, não como sujeitos de direito, os quais reivindicuem, mas como corpos dóceis, como aqueles que compreendem que um bom pobre jamais deve rejeitar os valores dos mais abastados. A pesquisa de Rocha (2015) com jovens de projetos sociais aponta bem isso: tais projetos possuem geralmente uma proposta cujo entendimento sobre eles, independentemente da história de vida dos indivíduos, compreendem-nos como em “situação de risco” e, por isso, desenvolvem uma série de práticas educativas para torná-lo outro sujeito, “alguém que porte menos as características do morador de favela (gírias, roupas e marcas físicas)” (ROCHA, 2015, p. 323).

É nesse conjunto de representações que acredito, a partir da minha experiência de campo e das análises de outras informações, que se inserem os encontros de integração.

4.3.5 Encontros de integração: uma análise do material didático

Na busca pela participação nos encontros de integração encontrei Elaine, uma ex-colega de graduação trabalhando como técnica no PAC favelas. Ciente dos desafios inerentes a um pesquisador de campo, procurou ajudar-me nesta tarefa, disponibilizando alguns materiais os quais, segundo a sua avaliação, poderiam ser de interesse para a minha empreitada. Entre eles estava o roteiro dos encontros de integração, um material rico para uma análise em perspectiva socioantropológica¹⁶². Ressalto que não se tratava de material confidencial, mas como ele contém dados os quais poderiam expor pessoas e grupos que atuaram nesse processo, optei por não anexá-los nesta tese.

Esses roteiros eram elaborados por um escritório especializado em oferecer esses cursos de integração, tanto para o MCMV, como para o PAC¹⁶³. Trata-se de roteiros bem

¹⁶¹ A autora utiliza tal categoria para expressar uma concepção presente entre as classes mais abastadas, que acionam o estatuto de contribuinte (e também de adimplente ou inadimplente) para “estabelecer uma gradação cognitiva de cidadanias na cidade do Rio de Janeiro” (FREIRE, 2015, p. 345). *Os cidadãos de primeira categoria* se sentem no direito de reivindicar e exigir direitos mais do que os outros cidadãos. No geral, exigem principalmente segurança, e esta se traduz de forma especial em uma relação de evitação com os territórios da pobreza e seus moradores.

¹⁶² O modelo de encontros de integração que apresento foi elaborado por uma empresa consultora e aprovado pela Secretaria da Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, obedecendo a orientações gerais do PAC, que exige uma educação patrimonial para os futuros moradores.

¹⁶³ Tive a oportunidade de visitar esse escritório e conversa com a coordenadora das atividades, uma jornalista que concluía sua segunda graduação, em Pedagogia. Formavam sua equipe outros profissionais como sociólogos, assistentes sociais e pedagogos.

elaborados e detalhados para cinco encontros¹⁶⁴. Vou empreender uma breve análise sobre o segundo encontro, pois além de ser o que mais me chama a atenção, é o mais explícito quanto às concepções de favela presentes entre os seus idealizadores e operadores.

Esse encontro recebe o título de “Esse espaço é nosso”. Nele, o roteiro propõe aos facilitadores a promoção de um debate baseado no filme motivacional “quem mexeu no meu queijo?”¹⁶⁵. O vídeo apresenta a história de dois duendes e dois ratos que se alimentam do queijo amontoado em um quarto de um labirinto. Com o queijo acabando, algo inesperado para os duendes e ratos, os personagens se veem diante de uma crise. Os ratos resolvem explorar os outros quartos do labirinto, até que encontram uma outra reserva do alimento. Já os duendes resistiam a abandonar o quarto, e no final do vídeo, depois de passarem muita fome, um deles desiste da teimosia de permanecer onde estavam e, como os ratos, vai à procura do alimento nos outros cantos do labirinto e o encontra.

O vídeo (assim como o livro no qual é inspirado) é constantemente utilizado no mundo corporativo para estimular seus membros a abraçarem as mudanças e novidades do mercado e a serem sensíveis aos seus sinais. Porém, como diz a primeira fala do vídeo “esta é uma história sobre a mudança, na qual o ‘queijo’ é aquilo que você quiser, seja no trabalho ou na vida. E o labirinto é onde você irá procurá-lo”. Nos encontros de integração, as histórias e os personagens do filme também são utilizados para indicar a urgência de se abraçar uma mudança, não só comportamental, mas também moral. A orientação da atividade, dirigida ao facilitador, deixa claro a afirmação anterior: “O objetivo da tarefa é mostrar o quanto somos resistentes à mudança. É preciso abrir a mente para o novo, para novas descobertas, relacionando-as sempre com a mudança para o novo condomínio”.

A partir das falas de moradores do Esperança que participaram das atividades e dos facilitadores que as aplicaram (presentes nas entrevistas concedidas a mim e nas conversas informais) confirmei ser a favela o tema central desses encontros, como já ressaltaram Freire e Souza (2010). Na verdade, a favela aparece, como já dissemos, como uma realidade a ser superada, e é desta forma que a mudança é pensada. O condomínio é o “queijo” o qual só pode ser conquistado em plenitude se o sujeito aderir a tal mudança. Vale ressaltar que essa mudança, diferentemente do proposto no filme, deve obedecer a um *script* pré-definido e não

¹⁶⁴ Os temas desses encontros são: 1 – Encontro inaugural; 2 – Esse espaço é nosso; 3 – Estamos juntos; 4 – Trabalhando a convivência e 5 – Ética e cidadania.

¹⁶⁵ O vídeo se baseia no livro motivacional que tem o mesmo título, escrito por Spencer Johnson, que já vendeu milhões de exemplares em todo o mundo. Disponível para visualização em: https://www.youtube.com/watch?v=aJtm1_dHTqE

partir do sujeito, que deve construir sua mudança a partir da leitura do seu entorno. Exemplifica bem essa postura a fala de Luciene (moradora do Esperança) sobre as lembranças dessa atividade:

ah, eles disseram (refere-se aos facilitadores dos encontros) que aqui não podia ser como a favela. Que era preciso ser diferente. Se a gente gostava de arrumar barraco com o vizinho, não podia arrumar mais. Se a gente ficava escutando música bem alto, também não podia. Se a gente fazia puxada ou coisa do tipo, também não.

Ao ler esse material e ouvir os moradores, pensei como deveriam acontecer essas provocações pós-filme. Certamente, uma série de perguntas se colocavam: mas o que fariam diante disso? Seriam acomodados como um dos personagens do filme ou seriam abertos à novidade como os outros personagens, com o final feliz na história? Parece que a ênfase na mudança, mais do que apresentar as especificidades de um condomínio, é pensada como um “convite” a uma adequação da moral e dos comportamentos a um conjunto de regras, que classifica a vida na favela como uma forma errônea e perigosa de vida urbana. A adaptação a uma determinada normatividade urbana se apresenta como imperativo.

4.3.6 A segunda fase dos encontros de integração: regimentos, participação e moralização dos costumes

Elaine, poucas semanas depois, ofereceu-me outro grande presente: convidou-me para participar da segunda fase dos encontros de integração (chamados também de *oficinas de gestão condominial*) em um condomínio popular recém-inaugurado. Graças a ela, consegui a permissão – mesmo que só “de boca” – para participar desses encontros. Estava bem animado, pois poderia ir além das interpretações de terceiros ou da análise do material didático. A experiência poderia ser enriquecedora, pelo menos para pensar as representações do Estado e seus agentes em torno desse tipo de moradia e de seus futuros ocupantes. Os encontros aconteceriam para os moradores de um condomínio do PAC, chamado de Moradia 6¹⁶⁶, dentro do Morro do Gavião, favela que fica na Zona Sul do Rio de Janeiro¹⁶⁷. Os moradores recém-instalados vinham todos do Gavião e, na maioria, receberam o apartamento

¹⁶⁶ Apesar de o nome ser fictício, refere-se a uma numeração existente, a qual revelava a quantidade de empreendimentos do PAC dentro da mesma favela.

¹⁶⁷ Trata-se de uma favela com população de aproximadamente cinco mil habitantes.

como medida compensatória já que suas antigas casas deram lugar a novos equipamentos públicos.

O primeiro encontro, em fevereiro de 2014, aconteceu em uma pequena sala dentro da sede de uma ONG local, ao lado do condomínio. Cheguei pontualmente e fui apresentado por Elaine a Graça, a assistente social responsável pelos encontros. Logo após sentei-me e fiquei esperando os participantes chegarem. Como já disse, as pessoas presentes na segunda fase dos encontros não são obrigadas a estar lá, pois já não há nenhum instrumento efetivo de coerção, apesar de ter observado Graça ligar para os moradores, lembrando-os da reunião. Nesse dia, tivemos em média 11 presentes, representando 5 apartamentos. Vale lembrar que o Moradia 6 é um condomínio relativamente pequeno, tem somente 16 apartamentos em dois blocos (A e B), que foram inaugurados e receberam as mudanças no final de 2013/ início de 2014. Outros oito apartamentos, de um bloco ainda não concluído, estavam incluídos no projeto do condomínio¹⁶⁸.

Esse primeiro encontro tinha a intenção de ser bem protocolar. O objetivo maior era dizer o objetivo dessas oficinas, mostrar os assuntos que seriam tratados em cada uma das reuniões e marcar as datas de realização. Os temas apresentados me fizeram presumir ser esse segundo ciclo de caráter menos didático e mais prático¹⁶⁹. Disse Graça que nesses encontros eles repetiriam muitas instruções oferecidas no primeiro ciclo, mas com uma diferença: agora eles eram moradores, e a discussão hipotética da primeira fase dava lugar às experiências deles no condomínio. Outra atividade que fariam – e coletivamente – era a elaboração do regimento interno do condomínio. Embora tentasse ser objetiva na atividade, alguns assuntos já despontavam, naquele dia, como conflitos por conta da limpeza e uma polêmica em relação ao uso do salão de festas: o síndico (Carlos, um homem negro, baixo, com idade em torno de 65 anos) queria alugá-lo para um pastor evangélico, o qual ofereceu pelo espaço mil reais por mês. Disse que, em compensação, enquanto o salão fosse alugado, os moradores não

¹⁶⁸ Segundo informação de Elaine, o bloco C não foi entregue pela construtora, que preferiu abandonar a obra a dar continuidade no processo. Os moradores do bloco C já tiveram seus apartamentos sorteados, mas esperavam o resultado de uma licitação aberta pelo governo do estado para encontrar uma construtora que queira prosseguir com a obra já adiantada. Até o início de 2015 o referido bloco continuava aguardando as obras.

¹⁶⁹ Os temas estipulados para os encontros eram: 1 – Apresentação e pactuação das oficinas; 2 – Consolidação do regimento interno do condomínio e decisões de regras condominiais específicas; 3- Educação patrimonial – manutenção das áreas particulares e coletivas; 4 – Taxa condominial e procedimentos de cobrança e balancetes; e 5 – Plano estratégico do condomínio – visão de futuro e planilha de previsão orçamentária. No fim das contas, por inúmeros problemas de agenda, acabaram acontecendo quatro e não cinco encontros como o previsto. O tema da oficina 2 foi trabalhado no segundo e terceiro encontro. No quarto, trabalhou-se o tema da oficina 5 e – rapidamente – a questão dos balancetes, prevista na oficina 4. Quanto aos outros tópicos da oficina 4, Graça disse que optou por discutir com o síndico e seu conselho.

precisariam pagar a taxa condominial, pois o valor seria superior aos 20 reais que os 16 apartamentos precisariam dar por mês. Disse ainda: o dinheiro seria usado para colocar um portão na entrada do condomínio, algo já pedido pelos moradores¹⁷⁰. Elaine e Graça discordaram, informando a inadequação daquele formato de obtenção de receitas para um condomínio, e foram apoiadas por alguns poucos moradores. Diante da falta de consenso, resolveram fazer uma votação, na qual a maioria optou pelo aluguel do salão.

O segundo e o terceiro encontros aconteceram nas semanas seguintes. Vou apresentá-los de forma mais detalhada, pois foram os momentos mais singulares dessa experiência etnográfica e que expõem claramente os conflitos entre o formato condomínio – proposto pelo Estado – e as realidades social e cultural de seus novos ocupantes. Esses encontros, especificamente, tinham a finalidade de mostrar aos presentes uma proposta de regimento interno do condomínio. Graça trouxe um modelo, segundo ela, padrão para regimentos internos em todos os tipos de condomínios, mas que estava adaptado a algumas especificidades locais. Por exemplo, como o Moradia 6 não possuía espaço para estacionamento, foram retiradas todas as cláusulas que tratavam sobre essa questão. Disse ainda que uma primeira revisão desse modelo fora feita pelo conselho gestor do condomínio, formado pelo síndico, subsíndica e demais conselheiros.

Graça começou uma leitura corrida desse regimento, o qual possuía 18 artigos em sete páginas. Propôs aos presentes, diante de dúvidas ou discordâncias, se manifestarem. Algumas vezes houveram interrupções. Quando estas eram marcadas por dúvidas, Graça era solícita em explicar. Já no caso das discordâncias, por várias vezes, vi Graça alertar da impossibilidade de ser mudado, pois fazia parte da vida em condomínio e justificava a partir da sua experiência de moradora de em um condomínio de Copacabana. Entendi que, apesar da recomendação do COTS, encontrávamos ali mecanismos de participação que se tornavam não participáveis. Como apontou Trindade (2012) em sua pesquisa sobre o PAC de Manguinhos, as reuniões e demais formas de interação projetadas como instrumentos de participação cumpriam o ritual e o protocolo necessários, mas não abriam espaço para uma verdadeira intervenção dos moradores. A percepção desvalorizada dessa participação – e o quanto era dispensável – ficou

¹⁷⁰ Esse condomínio, como muitos construídos diretamente pelo PAC, não possuía um portão de entrada. Na verdade, possuía duas saídas que, segundo seus engenheiros, serviriam aos moradores do Morro do Gavião como atalho para certos trajetos. Os moradores, quando mudaram, defendiam o fechamento de uma das entradas e a instalação de um portão na outra, alegando os perigos potenciais e situações constrangedoras às quais ficariam expostos. Houve resistência por parte do engenheiro, que ficou de analisar o caso. Antes de o engenheiro dar seu parecer, os moradores já haviam instalado o portão.

clara na fala de um agente público sobre os sacrifícios desses mecanismos, registrada por Trindade: “Não se faz um omelete sem quebrar os ovos” (p. 229).

Nesse encontro, um dos temas que gerou mais conflitos estava relacionado à questão do uso de varais externos. Como sequer estavam previstos no projeto original ou nos regimentos, a primeira fala de Graça foi dizer que não era possível. Os moradores reivindicavam o seu uso nas janelas, até porque a pequena parte do apartamento reservada como área de serviço não dava conta da secagem das roupas. Esta queixa eu já conhecia a partir das experiências com os moradores do Esperança. Para resolver essa questão, a facilitadora invocou o artigo 17 do regimento: deveria haver uma padronização na instalação de janelas, grades e toldos. Apesar de não falar de varais, o mesmo princípio foi aplicado. Decidiu-se então, a partir da insistência da facilitadora (a qual lutava em favor da preservação do padrão), que os varais só poderiam ser instalados na janela da cozinha (a qual dava para uma área interna e não para a rua e, assim, “não iriam expor as roupas de vocês e nem agredir as pessoas que passam na rua”), deveriam ser brancos e – de preferência – os moradores deveriam se organizar para comprar do mesmo modelo.

Esse episódio mostrava a total desconexão – pelo menos inicial – entre o formato condomínio e as necessidades cotidianas das classes populares. Levando-se em consideração as observações do IBGE de que nas favelas existem em média quatro moradores por residência, era pouco possível acreditar que em uma área de 2,83 m de comprimento e com 1,20 m de largura – com pouca ventilação – pudessem caber um tanque, uma máquina de lavar e ainda dar conta das demandas de roupas a serem lavadas e secadas por essas famílias.

Nessa segunda oficina, uma personagem ressaltou-se: era Júlia, a subsíndica do condomínio. Tratava-se de uma mulher jovem, em torno de 25 anos, uma postura bastante recatada no vestir, fazendo-me pensar que ela pudesse ser adepta de uma religião evangélica. Era casada e tinha um filho de colo, o qual a acompanhava nas reuniões. Teve destaque nessa atividade, pedindo a palavra várias vezes, geralmente expondo certezas e opiniões acompanhadas por olhares ou gestos de aprovação por parte dos demais moradores, deixando evidente para mim o motivo de ter sido escolhida para a função ocupada por ela. Júlia tinha suas falas aclamadas pela facilitadora dos encontros, pois, de certa forma – pelo menos no discurso – aderiu a todas as normatizações e ainda convencia outros a fazerem o mesmo. Nessa reunião, diversas vezes, demonstrou a sua preocupação com o cumprimento das regras conhecidas na primeira fase dos encontros de integração. Perguntou mais de uma vez, inclusive fugindo da discussão do artigo em leitura, pelos possíveis mecanismos punitivos para os condôminos “infratores”.

As regras estabelecidas para a vida condominial, apresentadas nos encontros de integrações e legitimadas no regimento interno, não eram questionadas por Júlia e sim promovidas. Essa jovem demonstrava – a princípio – concordar com a tese da existência de uma forma “correta” de morar, marcada por uma ordem inexistente na favela ou não oferecida lá. Essa ordem seria caracterizada não só por outro comportamento moral, simbolizado nas suas falas de reprovação ao menino que picha o muro da vizinha e não aceita correções, mas também pelos hábitos de higiene, conforme expressou na fala a seguir (ao discutirem a questão da coleta do lixo) proferida na mesma reunião: “É importante a gente cuidar da limpeza. Já vi que tem gente deixando lixo jogado lá nos corredores. Lá, na favela, lá que era sujo. Quem diz que morava na favela e que lá era limpo tá mentindo. Não dá pra continuar fazendo essas coisas aqui”.

Júlia apontava uma distância da favela, apesar da notória proximidade física. Na verdade, entendo haver na sua fala o intuito – em seu *projeto de limpeza moral* – de marcar distinções: existe uma diferença social entre moradores de condomínios e moradores de favela, permitindo a ela referir-se a seu espaço anterior de moradia como se estivesse a quilômetros de distância dali.

Júlia não só queria cumprir as normas, mas também incorporava o papel de uma “empreendedora moral”, categoria sugerida por Howard Becker em seu livro *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Os empreendedores morais, segundo Becker (2008), podem ser de dois tipos: criadores de regras e impositores de regras. Sobre o criador de regras, esse (podendo ser uma pessoa ou um grupo) não se encontra satisfeito com as regras estabelecidas, encontrando nestas um mal que o perturba. Por isso, tenta reformar as regras e age querendo impor sua moral particular para os outros do seu convívio, acreditando estar permitindo aos outros aderirem àquilo que é o melhor/correto/normal. Quando uma cruzada de um criador de regras é bem sucedida, cria-se um novo conjunto de normas e, com elas, um novo conjunto de agências de imposição, com destaque para os impositores de regras. A força policial é, para Becker, o principal exemplo desse tipo de empreendedor moral. Ela é responsável não só por aplicar a regra vigente, mas também por estabelecer aqueles que cometem desvios – os *outsiders*. É importante ressaltar que alguns cometem desvios e não são feitos *outsiders*. No Brasil, por exemplo, é pouco comum chamar de “bandido” os “criminosos do colarinho branco”. Bandido é uma classificação endereçada aos *sujeitos criminais* (MISSE, 2010), identidade essa remetida geralmente a homens e mulheres pobres.

Júlia, como subsíndica e como alguém que assumia a lógica condominial em nome de um *projeto* particular, encarnou o papel de impositora de regras no seu condomínio. Ela era a

força policial, pois policiava as atitudes dos vizinhos e, diante do cargo a ela confiado, procurava encontrar formas efetivas de punição para os desviantes. Ainda, como policiadora local, vinha atuando com destaque na tarefa de definir os *outsiders* locais. Na reunião seguinte, por exemplo, comentava outras situações presenciadas que definia como “insuportáveis”, como a vizinha a qual escutava música com volume alto durante o dia e a outra que ficava com a porta do apartamento aberta e falava tão alto a ponto de incomodar a ela e a sua família. Esses eram, na sua perspectiva, os *outsiders* – não só por descumprirem regras, mas também por apresentarem um comportamento reprovável diante dos novos valores requeridos pela lógica condominial.

Falando da terceira oficina, continuamos com a leitura do regimento, e tive a oportunidade de conhecer outra personagem de destaque: Jurema, uma mulher negra, bastante obesa, cabelos curtos, aparentando ter, aproximadamente, 35 anos. Entrou no auditório onde o encontro acontecia de forma quase triunfal, poucos minutos após o início da atividade, chamando a atenção pelos passos largos e barulhentos e por seu sonoro, alto e grave “boa tarde”. Trazia ainda, a “tiracolo”, duas de suas filhas. Jurema era funcionária de uma ONG local e morava na sede, em uma pequena acomodação, onde ficou com os seus seis filhos (não estava casada no momento) até mudar-se para o apartamento destinado a ela. Sua entrada no local provocou trocas de olhares e certa indisposição com a sua presença, por parte de alguns, que durou a reunião toda.

Depois do término do encontro, soube um pouco da história de vida dessa personagem por meio dos comentários de Graça e Elaine, enquanto descíamos o morro do Gavião. Quando perguntei sobre Jurema, querendo conhecê-la melhor, Elaine disse: “é a favelada típica, não?”. E foram me contando um pouco de sua história. Assim como os outros, perdeu sua casa por conta das obras e recebeu o aluguel social, enquanto seu apartamento não ficava pronto. Mas em vez de alugar uma casa, foi morar em uma pequena acomodação de uma ONG na qual trabalhava (a mesma onde aconteciam os encontros), preparada para receber famílias em condições de “vulnerabilidade social”. Como era funcionária dessa ONG, parece ter a diretora a convidado para ficar lá, desde que todo mês entregasse em sua mão o valor do aluguel social. A dona da ONG dizia depositar o valor em uma poupança, pois acreditava que ela gastaria com “besteiras”, e por isso, achou melhor cuidar do dinheiro até a mudança, para Jurema poder comprar móveis novos ou outras coisas de maior valor.

Disseram ainda que Jurema, segundo a fala dos outros moradores mais íntimos dela, tinha o costume de lavar panelas no chuveiro e, por isso, teria enchido de gordura o encanamento da sua última casa, criando um transtorno para as casas vizinhas com

entupimentos ou outras coisas do tipo. Contaram também que os seus futuros vizinhos no Moradia 6 estavam receosos com a sua mudança. Jurema ainda não tinha se mudado, pois, como contou na reunião, passava o período de férias do trabalho, correspondente às férias escolares dos filhos, na casa de seus familiares na Zona Norte da cidade. Havia retornado naquela semana e, no sábado seguinte, pretendia se mudar.

Jurema, durante o encontro, assim como Júlia, foi um dos destaques, uma das pessoas mais falantes. Enquanto Júlia mantinha seu discurso de defesa da ordem estabelecida, Jurema soltava pequenas brincadeiras e, em outros momentos, apresentava certa divergência com o artigo lido no regimento interno. Para exemplificar, trago cada uma das duas situações. Ao ouvir um dos artigos do regimento informando a proibição de soltar fogos nas dependências do condomínio, disse em tom irônico: “Que pena. Queria soltar uma caixa de fogos quando eu me mudasse”. Provocou a risada de alguns e um sorriso amarelo por parte da facilitadora dos encontros, a qual parecia sem saber o que dizer. Em outro momento, quando se lia a parte do regimento que decretava o horário entre 22h e 8 h como reservado para o silêncio, Jurema perguntou, dirigindo-se a facilitadora, se fora dessa delimitação seria permitido escutar música alta. Júlia tomou a frente para responder negativamente. Jurema retrucou, fazendo uma expressão entristecida, dizendo adorar música alta e que seria chato viver sem. Júlia respondeu dizendo que ela não estava proibida de escutar sua música, bastava ter “bom senso” na hora de usar o volume do rádio.

Mas o episódio mais curioso envolvendo Jurema aconteceu, enquanto Graça lia a parte do regimento que expressava a proibição de animais andarem sem coleira pelas partes comuns do condomínio. Estava assim escrito no artigo 5º, parágrafo 25: “É proibido permitir a presença de animais domésticos soltos circulando pelas áreas comuns do condomínio. Os animais devem ser conduzidos por um responsável, mantendo a área limpa e devidamente higienizada”. Diante dessa afirmativa, Jurema retrucou: “Meu gato é educado. Só faz cocô em casa, mas gosta de sair pra dar as voltas dele. Eu não vou botar coleira em gato. Quem põe coleira em gato é ‘madame’”. Diante disso, outra moradora, a qual havia ficado em silêncio por toda a reunião, dirigiu-se a Jurema e falou com ênfase: “Mas agora você é madame”. Jurema escutou, pareceu ter absorvido o conselho e não mais retrucou.

Fiquei pensando nas representações por trás da frase formulada e dita por essa senhora – “Você agora é madame”. No capítulo seguinte, faço maiores considerações sobre o que denominei de um *projeto de limpeza moral*, mas adianto, que para mim, é nessa perspectiva que a frase deve ser interpretada. Não se trata aqui, necessariamente, de “bons pobres” contra “maus pobres”, apesar de o Estado manter essa visão dual (a qual ficava muito clara nas

maneiras como Elaine e Graça tratavam as considerações de Jurema e Júlia), mas de alguns que se apropriam dessa oportunidade como forma de se inserir na cidade sem o *estigma* o qual marcou, por anos, sua condição de moradia. Em função desse projeto pessoal, a moradora enfatizava sua nova posição na escala hierárquica habitacional urbana. O título de “madame”, contrastante com a condição de empregada e/ou prestadora de serviço (papel assumido por muitas dessas mulheres profissionalmente), poderia ser a certidão de um processo bem sucedido de *limpeza moral*. Sendo assim, Jurema, ao rechaçar as práticas de “madame”, tornava-se uma ameaça a este projeto. A crítica consistia nela não poder mais rejeitar o universo de valores ironizados e recharçados por ela, mas sim entendê-lo e incorporá-lo à sua prática.

Pude perceber Jurema, antes mesmo de experimentar uma sociabilidade conflituosa com seus vizinhos, já estava classificada como uma *outsider*, uma desviante:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2008, p. 15).

Jurema era percebida como uma “má pobre” (a “típica favelada”) pelos agentes públicos e como uma outsider por alguns de seus vizinhos. Sua presença poderia ser, assim como a dos outros desviantes, desagregadora tanto para o projeto disciplinar-civilizatório, como para o *projeto de limpeza moral* em curso, pois, além de suas práticas pouco civilizadas, agiria como o “eu que não coopera” (SENETT, 2012).

4.3.7 “Ninguém é chique se não for civilizado” (KALIL, 2007, p. 5)

Esses choques (e seus decorrentes conflitos) entre o modelo condominial imposto e a condição social e cultural dos moradores de favelas que passaram a habitar os condomínios populares foram temas de algumas comunicações minhas em congressos e em conversas com outros colegas pesquisadores. Conhecendo os dilemas da minha pesquisa, os antropólogos Felipe Berocan e Neiva Vieira me indicaram a leitura de um manual de etiqueta, pois se eu defendia que o condomínio, como modelo de moradia, filiava-se aos valores das classes mais abastadas, era preciso conhecer como esses valores eram apresentados em suas “pequenas

éticas”. Não me indicaram esse material como mais uma referência bibliográfica, e sim como uma fonte de pesquisa.

Na busca de um livro de etiqueta encontrei o mais popular do mercado: “Alô, Chics”, escrito pela cientista social e jornalista de moda e etiqueta Glória Kalil. O público é um pouco mais amplo do que os consumidores habituais desses manuais, pois se dirige a todos os quais assistiam ao seu quadro em um programa da TV aberta. Apesar disso, a leitura do livro deixa claro – até pelos exemplos e pelas sugestões de alto custo – que as suas dicas estão ambientadas na realidade social e econômica das classes abastadas. Porém, para alcançar o grande público, o livro tem uma linguagem popular e descontraída. Nele, a autora elenca o que é ou não considerado “chique” conforme a ocasião.

A todo tempo a autora relaciona o que considera “chique” com a ideia de civilização. Já começa pela primeira frase apresentada aos leitores: “Ninguém é chique se não for civilizado” (KALIL, 2007, p. 5). E o livro tem um curioso anexo chamado “teste de civilidade”, no qual, após responder as questões e fazer uma certa pontuação, você recebe os parabéns (ou não) pelo seu grau de civilidade. Entre as questões do teste, temos algumas referentes ao vestuário, aos modos na mesa e aos usos do corpo e da voz (“falar baixo”, por exemplo).

Há no livro um breve capítulo sobre o comportamento em condomínios e clubes, instituições encaixadas no conceito de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). Não é à toa que aparecem juntos, pois se tratam de espaços fechados onde, a todo tempo, estamos tratando com os limites entre privacidade e a convivência comum. Sua recomendação sobre os condomínios é basicamente sobre o barulho e o silêncio. Sua máxima é a de que o seu barulho não pode invadir a casa dos vizinhos: por isso recomenda o uso de forros acústicos nos quartos das crianças, fones para escutar as músicas e fitas isolantes para diminuir o ranger da esteira ergométrica. Recomenda, ainda, aos condomínios possuírem salas acústicas para os moradores poderem fazer suas atividades barulhentas, como cantar ou tocar um instrumento. Relacionando essas recomendações com os encontros do Moradia 6, impossível não lembrar das queixas de Júlia dos falatórios em voz altas dos seus vizinhos e do bater de portas que tanto a incomodava.

Outro item do manual que não há como não relacionar com as minhas experiências no Moradia 6 estão inscritas no capítulo VII – “Tendências (de comportamento)” – no qual um dos tópicos intitula-se “Donos de cachorro: uma raça a parte”. Nele, Kalil procura ensinar a forma civilizada de lidar com seus animais de estimação, especialmente nos ambientes

públicos. Assim como o regulamento apresentado no tópico anterior, aponta o quanto seria deselegante a livre circulação de cachorros no espaço público¹⁷¹:

Como grande parte dos paulistanos, moro em um prédio onde animais são admitidos. Concordo completamente com a permissão, desde que alguns cuidados sejam tomados por parte dos donos. O primeiro deles é lembrar que gente tem primazia sobre cães, de modo que, se algum vizinho não gostar de dividir seu elevador com o seu cão, por favor, deixem que ele suba primeiro e esperem que o elevador volte vazio para ter sua vez (p. 200-201).

Já nos espaços populares, podemos encontrar outra representação quanto à presença de animais domésticos no espaço público. Além das minhas experiências como morador da Cidade Alta, pude observar isso algumas vezes no campo, além do caso de Jurema. No Esperança, por exemplo, Rosa disse que, ao preencher uma planilha enviada pelo síndico para todas as casas, precisava identificar o nome dos membros da família e colocar sua relação com o dono do imóvel. Disse ter colocado o marido, os 3 filhos e Pepa, a cachorra, identificada pela designação “filha/mascote”. Pepa, assim como sua filha mais nova, circulava livremente pelos corredores do condomínio. Rosa dizia, em tom de brincadeira: “Pepa sai para cumprimentar os vizinhos e estes a retribuem com afagos”. Em outro condomínio do Complexo da Paz – o Paraíso, onde realizei duas visitas – conheci Andréia (mulher negra, de 40 anos, casada, fica em casa para cuidar dos filhos), que tinha uma relação com os animais bem semelhante. Disse-me que diante das regras expostas no encontro de integração, teria entendido ser proibido ter animais. Reagiu com a frase “eu largo meu marido, mas não largo meu cachorro”. Bidu, seu simpático vira lata, também andava livremente pelos corredores.

Controlar o tom da fala, o volume do barulho, a circulação dos animais, padronizar janelas, não colocar varais na janela da sala, etc. São regras padronizadoras de um comportamento considerado correto, muitas vezes naturalizado entre as classes abastadas (estiveram presentes em sua socialização primária), mas pouco valorizado ou até pouco útil entre as classes populares. Nos encontros dos quais participei, a facilitadora sempre enfatizava a importância das regras serem cumpridas. Esse imperativo muitas vezes, segundo a minha

¹⁷¹ Embora haja essa representação em torno da circulação dos animais (presente inclusive nos regimentos), é claro que essas normas são descumpridas por muitos moradores desses condomínios tradicionais, pois também há entre representantes das elites uma tendência a desenvolver relações de apego com os seus mascotes. Queiroz (2014) apresenta uma pesquisa sobre um condomínio de classe média alta na cidade de Córdoba, na Argentina, e uma das coisas que registra é a presença de cachorros, mesmo que esta seja proibida pelo regimento. Os donos não só desfilam pelos espaços públicos com os seus “pets” como alguns defendem que a mudança para o condomínio foi elaborada também pensando no bem estar do animal, o qual teria espaços por onde circular. Daí advêm conflitos, relacionados ao que já havia apontado Caldeira (2000) – de que ter segurança no *enclave fortificado* é também não ser incomodado – e à medida em que os animais causavam a sensação de incômodo os conflitos se estabeleciam.

observação, estava relacionado à origem favelada desses moradores, pois essa comparação era sempre traçada. Eu estava consciente dos descumprimentos das regras não serem um “privilégio” das classes populares para aquela ênfase ser dada em todo momento. Nos condomínios das outras classes sociais, o descumprimento de regras também é uma realidade¹⁷².

Entretanto, nesse caso, quando burlam essas regras, até por não serem alvos de uma representação estigmatizada, não existe a ação relacionada à sua natureza. Talvez por isso haja a necessidade de focar o descumprimento de regras para os mais pobres como uma espécie de pecado capital. Esse descumprimento, na lógica do Estado, faz do sujeito um “mau pobre”, muitas vezes representado pela categoria “favelado”. É interessante notar também, assim como Procacci identificou na França do séc. XVIII, no contexto do Rio de Janeiro, o “bom pobre” é aquele que adere aos valores das classes mais abastadas, muitas vezes identificados pelo termo “civilização”, bem no sentido utilizado por Nobeit Elias: assim como a civilização compreende uma autoleitura do Ocidente como portador de um patrimônio e de uma cultura que deveria servir de modelo para outras, os membros das camadas superiores se apresentam como os guardiões dos verdadeiros valores. São aqueles capazes de definir, a partir das suas convenções, os verdadeiros costumes e crenças: o conceito de arte, de cultura, a forma correta de comer, de se higienizar, de morar, de agir, entre outras.

Os “bons pobres” são aqueles os quais aderem (ou, pelo menos, reconhecem a superioridade) desses comportamentos e valores, embora isso não garanta, nem pretenda garantir a igualdade. As ideias de civilidade – também relacionadas às questões de etiqueta – surgem como forma de diferenciação entre os cortesãos e os outros grupos sociais, como apontou o próprio Elias, e até hoje, seu poder de distinção é destacado nas interações sociais. Portanto, não se pretende que os pobres adiram plenamente a todos os trâmites dessas regras e valores (eles não podem se igualar), mas somente àquelas as quais os tornem menos incômodos e perigosos na convivência social. E quando aderem aos mesmos valores, parece-me estar escrita aí uma diferença: para os mais ricos, para aqueles com “berço”, aderir a esses valores significa civilidade, ou seja, uma forma de distinção. Já para os pobres é uma forma de impor/aceitar controle, transformando-se em um dispositivo disciplinar, conforme a teoria foucaultiana.

¹⁷² Ao falar sobre os (des) cumprimentos de regras nos condomínios direcionados as classes média e alta de São Paulo, Caldeira ressalta que “os problemas para construir uma vida pública e democrática nos enclaves de São Paulo, referem-se às regras internas e às formas como elas são aplicadas. Todos os condomínios paulistas têm convenções, algumas elaboradas pelas incorporadoras, algumas pelos moradores. Eles são um tema frequente de debates em reunião de condomínio e constantemente estão sendo reescritas. Fazer cumprir as regras escritas nessas convenções é o grande problema” (p. 277).

A inserção de pobres em novas moradias, a partir de instrumentos como os encontros de integração – sugerindo a mudança de seus hábitos e valores – configura-se como excelente possibilidade de discipliná-los e civilizá-los: o ensinar a morar em casa ou apartamento traz consigo a possibilidade de disciplinar também outros campos, como o da higiene, moral, das relações humanas, etc, assim como aconteceu nos parques proletários, na Cruzada São Sebastião e nos conjuntos habitacionais da COHAB/CHISAM. A formação desses novos membros da cidade formal conclama para um exercício útil (na perspectiva da gestão e do controle) e regulado da cidadania, mesmo não sendo repleto de direitos.

4.4 Longe dos objetivos esperados? As avaliações sobre o MCMV no Rio de Janeiro e no Brasil

O MCMV é o programa que mais produz o que chamamos de condomínios populares na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana. Portanto, gostaria de encerrar esse capítulo discutindo uma avaliação sobre ele, que entre outras coisas, envolve críticas à adoção do modelo condominial. No capítulo anterior apresentei o MCMV e destaquei algumas de suas principais características, como o papel chave das construtoras nessa política, o sistema de “perifierização”, a adoção do modelo condomínio, entre outros. Em 2014 e 2015, depois de quase sete anos do início das suas ações, o Programa ganhou destaque na imprensa nacional, não pela sua característica de produção de moradia em alta escala, mas principalmente por causa dos problemas pelos quais passava, muitas vezes relacionados a péssimas condições estruturais (apartamentos inaugurados há menos de 5 anos com rachaduras¹⁷³) ou por conta da presença de narcotraficantes ou milicianos reproduzindo nesses condomínios práticas já existentes nas favelas.

Ainda em 2014, a partir dos dados coletados em uma pesquisa de avaliação do MCMV (encomendada pelo CNPQ e pelo Ministério das Cidades), a Rede Cidade e Moradia¹⁷⁴ lançou

¹⁷³ Veja, por exemplo, esta matéria - “Obras do ‘Minha Casa Minha Vida’ têm infiltrações e rachaduras, no ES”: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/05/obra-do-minha-casa-minha-vida-tem-infiltracoes-e-rachaduras-no-es.html> . (26/05/2015). Acesso em 29/01/2016.

¹⁷⁴ Amore (2015) define o que é a rede Cidade e moradia e especifica alguns detalhes da pesquisa realizada: “Trata-se de uma produção coletiva de equipes autônomas, que analisaram diferentes aspectos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) a partir de projetos de pesquisa aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Ministério das Cidades, em edital lançado em 2012. São equipes articuladas em uma rede, denominada Rede Cidade e Moradia, que partiram de uma perspectiva de análise comum – a questão da inserção urbana dos conjuntos habitacionais – que deu unidade às abordagens. As equipes, entre 2013 e 2014, reuniram-se sistematicamente, compartilharam metodologias, dados, hipóteses e

uma nota pública, divulgada em páginas de internet e redes sociais e publicada no livro “Minha casa... e a cidade?” (REDE CIDADE E MORADIA, 2015), na qual apresentou um quadro do atual estado do programa no Brasil. Mesmo reconhecendo que o Programa teve o grande trunfo de trazer a questão da habitação para o centro da agenda governamental, o documento destaca as fragilidades do projeto, que vão desde o planejamento, até a execução dessa política pública por meio das suas construções, seus trabalhos sociais e seus acompanhamentos (ou a falta deles). Entre elas, vou destacar quatro (visto que as outras, presentes no documento, já foram discutidas em outras partes do texto) e com elas dialogar sobre minhas observações no campo.

A primeira deles refere-se ao expressivo uso do programa para viabilizar remoções forçadas, muitas em condições nas quais esse processo não se justifica, como o caso dos moradores da Vila Autódromo, os quais construíram projetos alternativos para garantir sua permanência no local. Há ainda, em muitos casos, uma dificuldade de adequação das famílias quando são realocadas em condomínios que ficam em regiões distantes dos seus espaços de socialização e emprego.

A segunda seria a “incompatibilidade entre as tipologias habitacionais com seu programa arquitetônico único (sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios) e a diversidade das composições familiares dos beneficiários, além da impossibilidade de readequações da unidade habitacional ao longo do tempo, segundo as necessidades dos moradores” (Ibid., p. 418). Não abre espaço, por exemplo, para práticas como as “puxadas”, forma de adequação ampliação das moradias, readequação dos espaços e criação de comércios, bastante comuns em favelas e em conjuntos habitacionais da cidade¹⁷⁵, que têm servido tanto à adequação da moradia para o número de membros das famílias, como para a complementação de renda por meio de alguma atividade comercial. Nos condomínios por onde passei e visitei, os moradores tinham medo de mexer em seus apartamentos por conta das muitas recomendações recebidas nos encontros de integração, algumas até incluíam (segundo seus relatos) uma advertência de que tais alterações poderiam pôr em risco a estrutura do prédio. Os moradores dos prédios de concreto reclamam ainda de outras imposições cujo modelo de construção trouxe: a dificuldade em decorar e equipar a casa, já que não conseguem por um prego ou parafuso na parede.

achados de pesquisa. São onze equipes que falam sobre a produção em seis estados da federação, das regiões Norte, Nordeste e Sudeste (Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), vinculadas a seis universidades públicas, uma universidade privada e ainda a duas ONGs” (p. 12-13).

¹⁷⁵ Sobre as “puxadas” em conjuntos habitacionais, ver: CONCEIÇÃO, 2015.

A terceira refere-se ao uso do formato condomínio, especialmente para a faixa 1, pois trata-se do grupo com “menor renda, com menor escolaridade, com vínculos de trabalho mais precários, fortemente dependentes de programas sociais e de transferência de renda” (Ibid., p. 418). Sem qualquer apoio de tarifas sociais, esses moradores se veem expostos a novos custos com os quais não conseguem arcar, inclusive o da taxa condominial. Em função disso, muitos não conseguem pagar suas despesas, inclusive, as do condomínio, gerando alta inadimplência. Os resultados são – segundo a própria pesquisa – colapsos de gestão nesses condomínios e síndicos em conflitos com os moradores.

No meu campo pude presenciar algumas expressões do que esses pesquisadores chamaram de colapso. No Esperança, quando cheguei, em março de 2013, para fazer a pesquisa, o condomínio devia cem mil reais à Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). O síndico, Antônio, alegou que a conta vinha em torno de sete mil reais por mês (o Esperança não conta com hidrômetros por unidades, somente um para todo o condomínio) e, diante da alta inadimplência, preferia usar o dinheiro recebido para pagar os funcionários. Disse ter ido várias vezes à CEDAE, tentando encontrar uma forma de resolver o problema da dívida com amortização dos juros e parcelamentos que coubessem no orçamento, mas, segundo ele, a “condição” do condomínio nunca foi levada em conta. Também pediu ajuda para os representantes do PAC Favelas, mas estes não se dispuseram a intermediar. No mês de julho, quando o funcionário da CEDAE apareceu para cortar a água, eu estava lá e pude acompanhar o desfecho: o funcionário colocou um lacre no hidrômetro, interrompendo o fornecimento de água, mas, a partir de uma “recompensa”, ensinou como fazer um “gato”, dando uma solução para o problema. Esse foi, segundo minhas impressões, o primeiro momento no qual o condomínio recorreu à irregularidade para dar conta dos seus problemas de gestão, algo repetido muitas outras vezes depois disso.

A quarta fragilidade refere-se à presença dos grupos de narcotraficantes ou de milicianos os quais, segundo os pesquisadores da Rede Cidade e Moradia, “tomaram a gestão de alguns condomínios estudados pelas equipes” (Ibid., p. 418). Essa talvez seja a fragilidade do Programa mais exposta pela imprensa. Em março de 2015 o Jornal Extra, do Rio de Janeiro, publicou uma série de reportagens (intitulada “Minha casa, minha sina”) sobre o Programa e quase todas elas referiam-se aos problemas gerados pela presença de milicianos e narcotraficantes nesses espaços de moradia. Vale ter acesso às chamadas de capa das matérias, escritas pelos jornalistas Luã Marinatto e Rafael Soares, pois elas abordam as diferentes faces desse problema no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana:

22/03/2015 – Todos os condomínios do “Minha casa, minha vida” no Rio são alvos do crime organizado;
23/03/2015 – PF fará operações no “Minha casa, minha vida”;
24/03/2015 – Tráfico define até a taxa de condomínio;
25/03/2015 – Tráfico manda no sorteio do “Minha casa, minha vida”;
26/03/2015 – Milícia domina 38 conjuntos da Zona Oeste;
27/03/2015 – Tráfico e Milícia dividem conjuntos de Camará;
28/03/2015 – Polícia ocupa 24h condomínio fantasma;
29/03/2015 – “Minha casa, minha vida”: crime além do Rio (referem-se às cidades da região metropolitana).

Após essa série e sua repercussão, na semana seguinte, o mesmo jornal publicou uma entrevista com o então Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso. O título da entrevista era: “Ministro da Justiça aposta na integração para afastar o crime do ‘Minha casa, minha vida’: ‘A presença do estado é essencial’” (publicada em 06/04/2015). Suas declarações mostravam o quanto governo federal estava preocupado com a imagem do programa que tinha sido um dos carros chefes da campanha eleitoral. Nelas, o Ministro disse que a Polícia Federal – em colaboração com as Policiais Civil e Militar - já estava empenhada em investigações, das quais não podia dar maiores detalhes devido ao caráter de sigilo. Prometia ainda estratégias de atendimento àqueles cujas habitações foram tomadas por criminosos. No mesmo ano, a presidenta Dilma também abordou o tema em algumas inaugurações do MCMV, exortando os novos moradores a não entregarem seus imóveis aos criminosos e a chamarem a polícia nessas ocasiões. E ainda diante, desses desafios, o Ministério das Cidades publicou, em setembro de 2015, uma portaria, permitindo ao morador expulso por criminosos de sua residência a ser reincluído no programa – se o incidendo fosse comprovado pela polícia por meio de investigação¹⁷⁶.

No Esperança também era possível observar essa fragilidade. Como disse no primeiro capítulo, o campo mudou muito nesses dois anos, e uma dessas mudanças estava relacionada à presença de traficantes. Na minha primeira temporada no campo, entre março e dezembro de 2013, não era aparente a presença deles no condomínio, o que permitia aos moradores definirem o espaço como “sem tráfico”. Não foi só deles que ouvi isso. Em dezembro de 2013 tive a oportunidade de entrevistar Consuelo, a pedagoga que aplicou os Encontros de

¹⁷⁶Porém, devido ao longo processo de investigação e a burocracia necessária, até 13/01/2016 só houve um caso de reinclusão no PMCMV no estado do Rio de Janeiro. Confira maiores informações sobre o caso em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/beneficiario-do-minha-casa-minha-vida-expulso-de-conjunto-no-rj-o-primeiro-ter-caso-atestado-pelo-governo-18460779.html>. Acesso em 29/01/2016.

Integração para os moradores do Esperança e do Felicidade. Durante a nossa conversa, elogiava a administração de Antônio, dizendo que graças à firmeza da sua gestão o condomínio não tinha traficantes instalados. Depois, Rosa me revelou que, apesar de não ter uma presença armada, era possível comprar drogas dentro do condomínio com muita discrição. Conheci o caso de Gerson, o irmão de uma informante, usuário de cocaína e, até esse momento, segundo sua irmã, voltava à sua favela de origem para comprar e usar a droga, pois sua circulação ali – já que seu vício era público – poderia chamar a atenção.

Voltei em maio de 2014 para começar a segunda fase do trabalho de campo. Neste momento, já era possível ver os narcotraficantes em ação: ficavam embaixo da caixa d'água, há poucos metros da guarita. Gerson já comprava as suas drogas ali mesmo. Nesse momento, iniciou-se uma série de relações marcadas pelos efeitos da *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2004), como aquelas encontradas nas favelas¹⁷⁷. Porém, a presença desses criminosos era tratada como o menor dos problemas, pois eles não “perturbavam” os moradores e nem o síndico.

Em dezembro do mesmo ano, o quadro já era outro: o condomínio realizava um “pagode” semanal, reproduzindo o clima e as práticas dos bailes funks das favelas, como por exemplo, a presença de homens armados e a venda de drogas. Antônio era acusado de estar mancomunado com os “meninos” e essa acusação tomou mais corpo quando alguns desses narcotraficantes visitaram a casa de alguns moradores que pretendiam se candidatar (ou eram apontados) a síndico nas eleições que ocorreriam em fevereiro de 2015. Ana Maria foi surpreendida com uma visita dessas na porta da sua casa. Dizia que não pretendia se candidatar, mas defendia publicamente uma chapa de oposição à de Antônio. Segundo suas palavras, os rapazes em sua porta exibiam as armas e diziam: “Então, a senhora tá sabendo que a gente fecha com o Antônio, né?”. Diante do ocorrido, disse não pretender se candidatar e parou de defender publicamente uma chapa de oposição.

O resultado foi, que em fevereiro de 2015, a eleição foi aberta e nenhuma outra chapa concorreu. Mesmo sendo chapa única, a eleição foi realizada e só três moradores foram votar, sem formar quórum. Ainda assim, Antônio considerou-se reeleito e continuou sua gestão. Em setembro de 2015, houve uma mudança de síndico. Como não estava mais em campo, só soube por Rosa – em uma conversa pela internet – o ocorrido. Antônio passou a ser investigado pela polícia por causa de uma série de denúncias de desvio de dinheiro e em meio a isso abandonou o cargo e saiu do condomínio. Júlio, o morador que assumiu, foi apoiado

¹⁷⁷ Descrevi algumas delas no primeiro capítulo.

por Rosa e, segundo a mesma, estava “salvando” o condomínio. Diante dessa resposta, perguntei: E os “meninos”? Rosa respondeu: “estão aqui, mas não perturbam mais ninguém”.

Diante dessas e de outras fragilidades, os pesquisadores da Rede Cidade e Moradia entendem que essas características limitam o pleno acesso ao direito à moradia por parte dos usuários do programa. Avaliam a necessidade de o programa passar por correções, desenvolvendo um “aperfeiçoamento em direção às reais necessidades habitacionais da população, à construção de moradias e cidades dignas, justas e includentes” (REDE CIDADE E MORADIA, 2015, p. 420). Concordo com o diagnóstico apresentado por essa rede de pesquisadores, mas além dessas dificuldades, há casos de apropriações físicas e simbólicas do espaço por parte de seus moradores, permitindo a alguns deles se sentirem melhor nesses apartamentos do que em suas favelas de origem. Esses e outros pontos trabalharei no próximo capítulo.

5 “SOSSEGA, MOLEQUE, AGORA VOCÊ MORA EM CONDOMÍNIO”: LIMPEZA MORAL, JOGOS IDENTITÁRIOS E A ADAPTAÇÃO PERSONALIZADA ÀS REGRAS COMO FORMAS DE (RE)CONSTRUÇÃO DO COTIDIANO

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe de produtor no poder. (...) Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (FOUCAULT, 2012, p.8).

Como destacaram Das e Poole na introdução do livro *Anthropology in the Margins of the State* (2014), a análise socioantropológica do Estado não precisa partir somente da organização política racionalizada, mas pode ser articulada também a partir das suas margens sociais e territoriais. Partindo dessas margens, podemos compreender, entre outras coisas, “las tecnologías específicas del poder a través de las cuales los estados intentan ‘manejar’ y ‘pacificar’ a estas poblaciones, tanto a través de la fuerza como a través de la pedagogía de la conversión intentando transformar a estos ‘sujetos rebeldes’ en sujetos legales del estado” (DAS e POOLE, 2008, p. 24). No capítulo anterior, a partir, principalmente, da minha e de outras etnografias junto a essas margens sociais – as favelas e condomínios populares – e das falas dos seus moradores, pudemos analisar algumas dessas tecnologias e entender como funcionam.

Mas, podemos ainda, ao analisar esse projeto estatal, encontrar entre esses grupos e seus espaços uma sociedade “donde la creatividad de los márgenes es visible; es aquí donde formas alternativas de acción económica y política son instituidas (Ibid., p. 34). Não é possível sustentar a afirmação de que os pobres urbanos são essencialmente disciplináveis, especialmente se olharmos para as outras experiências as quais também fundiram políticas de moradia com estratégias de disciplinarização e controle. É preciso ter atenção às estratégias as quais os pobres urbanos, a partir dos seus *thaumas*, criam para lidar com esses projetos disciplinares-civilizatórios do Estado. Minha principal tese é a de que meus informantes desenvolveram estratégias de resistência (algumas claramente, outras implícitas) a esse projeto, muitas vezes sem desprezá-lo ou ignorá-lo. Criaram outros usos sociais para o formato condomínio e as práticas de disciplinarização.

Para dialogar com essas afirmações, vale recorrer a um trecho do meu diário de campo. Nas anotações do dia 09/04/2014, escrevi minhas impressões sobre o último dia dos encontros de integração no Moradia 6:

Observava Jurema conversar com uma vizinha sobre seus filhos. Dizia que, no dia anterior, teria dado uma surra em um deles, que insistiu em ficar gritando dentro de casa, tarde da noite. Após a surra, teria dito ao menino: “sossega, moleque, agora você mora em condomínio”. Esse episódio me revelou que até a moradora que se mostrava mais resistente ao projeto reconhecia a necessidade de uma mudança. Porém, mais do que aderir a um projeto disciplinar-civilizatório, uma mudança pautada na lógica do controle pretendido pelo Estado, percebo que Jurema e os muitos outros moradores que encontrei descobriram os usos sociais que poderiam fazer do condomínio enquanto modelo de moradia, seja nas relações entre si, seja nas relações com a cidade.

São esses usos e suas variações que entendo como expressões de resistências ao poder, das quais Foucault falava – e pretendo abordá-los neste capítulo. Quero tratar especialmente do *projeto de limpeza moral*, considerando-o como o maior desses usos sociais e o qual orienta os demais. A partir daí, apresento também as formas de reconstrução do cotidiano, marcadas principalmente pelas múltiplas identidades e usos os quais podem ser dados ao espaço e pela leitura “personalizada” das regras.

5.1 “Aqui é condomínio”: a nova moradia como dispositivo de limpeza moral

Não foram poucas as vezes no decorrer desse texto nas quais falei de *limpeza moral*. Ao usar essa categoria, cunhada por Leite e Machado da Silva (2008), ressalto essas práticas empreendidas pelos moradores de favela que, segundo os autores, serve principalmente para “afastar-se do mundo do crime, reivindicando não serem identificados com os criminosos, enfatizando a natureza pacífica e ordeira e seus padrões de moralidade burguesa” (p. 74).

Como já disse na introdução deste texto, defendo que *limpeza moral* vai além da desfiliação da identidade criminosa, até por não ser o único tipo de comportamento dos favelados e pobres urbanos reprováveis e/ou desvalorizados entre as classes mais abastadas e pelo Estado: também o são muitas das suas práticas culturais e religiosas, formações familiares, arranjos econômicos, preferências políticas, expressões de sociabilidade, entre outros. A quase todos esses comportamentos e práticas são atribuídas responsabilidades de cunho moral aos seus agentes. Frases como “prefere ficar na vagabundagem e por isso recebe o bolsa família”, “não terminam os estudos, pois não dão valor à educação”, presentes no

discurso raivoso proferido diariamente por parte da elite brasileira nas redes sociais, parecem manifestar essa constante culpabilização moral dos pobres.

Mas, a *limpeza moral* não pode ser entendida como rendição aos valores das classes mais abastadas ou a proposta disciplinar do Estado. Na verdade, entendo como um recurso de participação nos jogos de poder, embora nem sempre os indivíduos tenham consciência disso. O estigma recaído sobre o favelado muitas vezes retira dele espaços de participação e até o reconhecimento de suas potencialidades. Para exemplificar essa última afirmação, lembro-me de um caso sobre os comerciantes de uma favela “pacificada”, os quais foram convidados pela UPP local a fazer uma formação do Sebrae, a fim de aprenderem como administrar seus negócios. A formação foi proposta para todos, mesmo para aqueles que por décadas administraram autonomamente seus comércios. Todos os “alunos” tiveram de sentar no banco e aprender o “ABC”, muitas vezes estando cientes do “alfabeto inteiro”. Os que não foram ou não quiseram participar receberam críticas por não aproveitarem as oportunidades oferecidas pelo governo, isto é, fosse qual fosse a posição desses moradores no episódio, seus posicionamentos seriam marcados pelo *estigma*, pois ou foram tratados como “tábula rasa”, ou como “irresponsáveis ingratos” por não terem participado da formação.

O episódio relatado acima representa como o fato de ser favelado dificulta (embora não impossibilite) a participação nos jogos de poder, incluindo a participação política, a conquista de boas oportunidades de trabalho, a reivindicação dos direitos, entre outros. Por isso, não é de hoje, entre outras alternativas, que os favelados criam suas estratégias de *limpeza moral*. Parte delas foi analisada em pesquisas socioantropológicas. Apresentarei algumas dessas pesquisas a seguir.

5.1.1 A limpeza moral nas favelas e em outras formas de habitação popular

As favelas se constituíram no Rio de Janeiro a partir dos anos 30 do século passado e, desde então, seus moradores – os favelados – experimentaram uma relação com os demais grupos da cidade correspondente ao *estigma* sofrido por eles e sobre o seu lugar de moradia. Os moradores das favelas cariocas, no esforço de sempre afirmar seu lugar na cidade, criaram diversas estratégias (individuais e coletivas) para se esquivarem dessas percepções negativas e estereotipadas sobre si. As pesquisas da socióloga Lia de Mattos Rocha (2013, 2015), apresentam e analisam algumas dessas estratégias, especialmente aquelas acontecidas no seio das organizações coletivas. No seu livro “Uma favela diferente das outras?” (2013) a autora, a partir de um estudo de caso na favela do Pereirão (no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio

de Janeiro) entre os anos de 2005 e 2008, apresenta essas estratégias em uma favela cuja autorrepresentação era a de ser “tranquila”. O que permite tal caracterização, segundo o discurso “nativo”, é o fato do lugar não ter tráfico de drogas. Esse discurso ganha mais força quando se ressalta o passado violento da localidade, marcado não só na memória dos moradores, mas também nos arquivos da imprensa. Essa percepção da favela tranquila se ampara principalmente na presença da sede do BOPE¹⁷⁸ nas proximidades.

Essa caracterização como uma favela “tranquila” e sem tráfico de drogas, segundo a autora, é apropriada pelos seus moradores como um *capital simbólico* (BOURDIEU, 2004) nas relações estabelecidas com outros atores da sociedade. Por meio dela podem fazer uma *limpeza moral* de si e da sua imagem, libertando-a de possíveis vínculos de pertença ou convivência com o tráfico de drogas. Porém, em meio ao discurso da favela “diferente”, “tranquila” e “sem tráfico”, a autora recolheu evidências durante a pesquisa as quais apontavam um controle maior pelos traficantes do que o reconhecido pelos moradores¹⁷⁹. Quando sua presença já estava naturalizada entre os locais, ouvia relatos sobre os traficantes de drogas, tanto sobre sua presença no espaço como o potencial risco deles agirem no Pereirão, assim como os outros traficantes nas demais favelas. Tal percepção não se amparava somente nas falas, mas nas atitudes: o receio de conversar sobre certos assuntos com medo de uma possível escuta e o cuidado em não visitar determinadas localidades onde atuava o “comando rival”, mostravam na favela “diferente” práticas de cerceamento das palavras e ações semelhantes àquelas praticadas nas demais favelas. Também estavam submetidos aos efeitos perversos da *sociabilidade violenta* (MACHADO DA SILVA, 2004), mesmo encontrando diferenças na ação dos traficantes da localidade. No Pereirão, a obediência às regras dos traficantes seria motivada pela antecipação da possibilidade da retaliação desses criminosos.

Interessante a percepção da pesquisadora de, mesmo em momentos tensos, como diante de uma troca de tiros ou da presença de um criminoso armado na entrada da favela, o discurso em favor da tranquilidade local não se desvanecia: “os desvios, quando reconhecidos, são apresentados como exceções e como reprováveis moralmente, e que não comprometem a totalidade da comunidade” (ROCHA, 2013, p. 90). Em meio a essas aparentes contradições, como um discurso de “tranquilidade” existia lado a lado com o medo

¹⁷⁸ Batalhão de operações especiais da polícia militar do Rio de Janeiro.

¹⁷⁹ Segundo Rocha, os moradores do Pereirão silenciavam sobre esses assuntos como “forma de autoproteção, pois negando a presença do tráfico de drogas, evitam serem vistos pelos não moradores como ‘coniventes’” (ROCHA, 2013, p. 93).

e o silêncio dos moradores? Se a favela diferente tinha características tão próximas das outras favelas, por que manter esse discurso? A autora defende que os moradores dão importância e reproduzem esse discurso da “paz” e da “tranquilidade” no Pereirão, principalmente, para afastarem de si as acusações de pertença ou convivência com os criminosos. Mas, pagam por isso o alto preço de possuírem uma “paz sem voz”, pois, concomitantemente a não verbalização de queixas ou de denúncias às violências simbólicas e reais impostas pelos traficantes (mesmo agindo de forma sub-reptícia) ao seu cotidiano, “os moradores conseguem evitar sua desqualificação moral por convivência, mas não conseguem denunciar potenciais ameaças à sua segurança” (Ibid., p. 93)

Nesse livro e em outro artigo (“o repertório dos projetos sociais” – 2015), a autora analisa como as ONGs também têm servido, principalmente para os jovens pobres urbanos, como um dispositivo de *limpeza moral*. Mesmo com essas instituições desenvolvendo um projeto de mudança de comportamentos voltados para a disciplinarização e controle (como fazer com que esses jovens, por exemplo, fiquem “menos favelados” [2015, p. 325]), elas permitem a essa juventude, a partir da sua inserção nesses projetos, apresentarem-se diante de agentes do Estado e demais membros da sociedade como “alunos de projeto” – diminuindo os impactos da sociabilidade tensa marcada pelo *estigma*, pois essas instituições ostentam (e assim são representadas) o título simbólico de lugares onde os jovens em situação de “risco social”¹⁸⁰ são educados e preparados para não aderirem à vida do crime.

A pesquisa do historiador Mário Brum¹⁸¹, presente especialmente no seu livro “Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional” (2012), também procura entender essas estratégias de desfiliação do *estigma* por parte de moradores de um conjunto habitacional, representado pela cidade como uma favela¹⁸². Apesar de ser um conjunto habitacional, esse *estigma* está fortemente presente, pois,

Uma construção tão forte quanto a do estigma, por parte do Estado e de setores da sociedade como a grande imprensa e que justificou a remoção imposta aos milhares

¹⁸⁰ “Jovens em situação de risco social” é uma categoria bastante utilizada nos projetos sociais para referir-se ao seu público alvo. Segundo Rocha (2015), faz parte de um repertório utilizado pelos projetos sociais e seus patrocinadores e que está totalmente ajustado a uma gramática da violência urbana.

¹⁸¹ A pesquisa de Brum, mesmo sendo resultado de um trabalho historiográfico, teve diálogo profícuo com a sociologia e a antropologia urbana, utilizando tanto metodologias como referências bibliográficas dessas áreas.

¹⁸² A pesquisa do autor é sobre o conjunto habitacional Cidade Alta e seu entorno, devidamente apresentado no primeiro capítulo dessa tese.

de moradores de favelas, não seria facilmente apagada com a mudança desses para os apartamentos, conforme declaravam as autoridades dos programas de remoção, em que ocorreria a “promoção social do favelado”. Uma vez instalados no conjunto, o estigma de favelado acompanhou os moradores nesse novo lugar (BRUM, 2012, p. 148).

Brum apresenta essa construção histórica e social do *estigma* de favela sobre a Cidade Alta relacionada, segundo seus informantes, principalmente à presença de três características no local: as favelas, as puxadas, a presença do tráfico de drogas e seus criminosos. O primeiro dos elementos, as favelas, surgiram ao seu redor (formadas inicialmente por ex-removidos os quais passaram seus apartamentos) e foram observadas por muitos depoentes de Brum como o motivo do desencadeamento do processo de favelização do bairro. Ao construir habitações irregulares e precarizadas, reproduziram a favela naquela paisagem. Ao fazerem os “gatos” de energia acabaram difundindo essas práticas entre seus colegas de semelhante condição social e econômica, que permaneceram nos apartamentos.

A ampliação dos apartamentos pelas puxadas é, afirma o autor, o principal elemento apontado para justificar a favelização do local. Trata-se de construções anexas aos apartamentos, ocupando espaços do prédio anteriormente públicos (como os jardins), ou até a calçada da rua. Essas construções podem fazer dali um novo cômodo, um espaço de comércio e até um espaço público (escola, igreja). Eles descaracterizaram a forma inicial dos prédios e o traçado do conjunto, aproximando o lugar das favelas, por não corresponderem mais a um tipo de normatividade urbana. É uma prática rejeitada por muitos moradores, porém, pode ser justificada por aquele que a tem, até mesmo como uma proteção da violência existente no local.

O terceiro elemento caracterizador do local como favela – e com maior destaque nesse discurso – é a violência, resultante em boa parte da presença de traficantes de drogas ilícitas no bairro. A existência de criminosos armados em espaço público e a forma como estes usam do poder bélico para controlar o cotidiano do bairro causam fortes efeitos na sociabilidade local.

Contudo, apesar de a Cidade Alta ser caracterizada como uma favela por diversos atores sociais da cidade, inclusive por seus próprios moradores, o autor percebe um esforço dos seus informantes em se esquivar do *estigma*. Entre aqueles os quais passaram pela remoção (chamados pelo autor de “removidos”) e seus herdeiros, uma delas é não se caracterizar como “favelado”, mesmo imputando essa identidade a outros vizinhos. Os “não removidos” (os quais se mudaram posteriormente, chamados por Brum de “inseridos”)

apontavam sua origem distinta e assim se esquivavam do *estigma*. Os mais jovens, sofrem de uma *amnésia social* (desconhecem a história da localidade), auxiliando nessa desvinculação.

“Favelado”, termo utilizado pelos moradores da Cidade Alta quase sempre como categoria de acusação, serve para apontar o responsável pela favelização do bairro e por manter viva esta identidade a qual deveria ter abandonado quando saiu da moradia anterior. Na Cidade Alta, o favelado é sempre o outro¹⁸³: Brum aponta que um morador pode considerar seu vizinho um “favelado”, desde que essa acusação sirva para rebaixar o outro e, ao mesmo tempo, promover-se por meio da desfiliação do *estigma*. Na tentativa de escapar dessa perversa caracterização, os moradores acabam reforçando o *estigma* ao utilizarem-no uns contra os outros. Em meio a isso, a origem dos moradores removidos exerce na sociabilidade local a função de um “pecado original”, pois não deveriam ter voltado a reproduzir ali as práticas anteriormente realizadas nas favelas.

As outras formas encontradas pelos moradores para escapar do estigma, mesmo reconhecendo o local como favela, é tentar livrar seu endereço no bairro de tal caracterização, afirmando a alteridade e estabelecendo fronteiras – “meu condomínio é mais organizado”, “aqui é Vista Mar e não Cidade Alta”¹⁸⁴, “meu prédio é organizadinho”.

5.1.2 Os condomínios populares e a limpeza moral

Se em algumas favelas e periferias consolidadas, como vimos acima, já se desenvolviam estratégias para a construção de uma *limpeza moral*, os condomínios populares, a partir da sua identificação, como um elemento de distinção e como relacionados à cidade formal, são apropriados pelos moradores, a fim de desfiliarem-se do *estigma* e/ou para reinsерirem-se na cidade como cidadãos plenos, com espaço para reivindicar legitimamente seus direitos. Os moradores dos condomínios populares pesquisados têm um *projeto*¹⁸⁵ bastante claro: utilizar esse formato de moradia – entre outras coisas – como uma forma de *limpeza moral* diante da cidade.

¹⁸³ “As acusações trocadas entre moradores derivam de uma tentativa de diferenciação interna, onde uns imputam aos outros o estigma de *favelado*, condenando práticas e costumes como uma forma de se livrar do estigma” (BRUM, 2012, p. 181).

¹⁸⁴ Refere-se aos diferentes conjuntos habitacionais presentes no bairro, suas hierarquias e seus conflitos. Sobre o tema, ver: CONCEIÇÃO, 2015.

¹⁸⁵ Ao falar de *projeto* ou *projetos*, refiro-me ao conceito Schutz, conforme apresentado por Velho (1981; 2013), devidamente discutido na introdução desta tese.

Esse processo de *limpeza moral*, por meio da moradia em condomínios, também aparece, apesar de não utilizarem essa categoria, nos trabalhos de Moura (2012), Machado-Martins (2011, 2014, 2015) e Lobo (2015). Moura, além de seu estudo de caso em Goiânia, realizou pesquisas junto a condomínios de Brasília. Ela observou o uso contínuo do termo condomínio, nesta cidade, para designar loteamentos irregulares, especialmente entre as classes populares. A partir das suas análises, defende que a prática de nomear um loteamento irregular como condomínio é uma forma de o morador fugir dos rótulos de invasor ou favelado, funcionando como um recurso eficaz para distanciar o “estigma da invasão” (p. 228).

Machado-Martins ressaltou que, nos condomínios populares onde empreendeu sua pesquisa, o fato de chamar sua moradia de condomínio permitia ao indivíduo – apesar de manter práticas irregulares como os “gatos” – se sentir em condições de acessar a cidade formal como sujeito pleno de direitos.

Lobo, que fez sua pesquisa com moradores removidos da favela do Mandacuru (Rio de Janeiro) para um condomínio do MCMV em Santa Cruz, também observou semelhante estratégia. Alguns moradores acabaram voltando para as proximidades da favela (por causa, principalmente, das distâncias e dos custos), ocupando um galpão e organizando-o a partir do modelo condominial experimentado no MCMV. Segundo essa pesquisadora, era “o galpão como um espaço intermediário entre a favela e o condomínio, e suas casas, entre o *barraco* e o apartamento” (p. 98), onde as pessoas reconheciam-se em melhores condições do que na favela. Esperavam garantir, nessa forma de organização, o reconhecimento formal dessas habitações por parte da Prefeitura¹⁸⁶.

Esses usos sociais do modelo condominial como estratégia de *limpeza moral* estiveram presentes em quase todas as minhas experiências de campo. A partir da minha observação, identifiquei três formas desses usos se repetindo com certa constância: fusão da identidade do espaço com a biografia; a estética da distinção e o reendereço do estigma.

5.1.2.1 A fusão entre a identidade do espaço e a biografia do sujeito

¹⁸⁶ Assim lhe dizia um dos seus informantes: “Vamos deixar tudo arrumado, se o pessoal da Prefeitura um dia vir, é mais fácil eles aprovarem” (LOBO, 2015, p. 30).

A fusão entre a identificação do espaço e o sujeito nele inserido não é uma novidade¹⁸⁷. Entre os jovens participantes dos circuitos de bailes funks da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é comum o nome do bairro se tornar uma espécie de segundo nome. Nos muros da Cidade Alta é possível encontrar uma série de pichações nas quais o primeiro nome, ou o apelido, é seguido pelo “da Alta”, e assim temos o Marquinhos da Alta, o Pretinho da Alta, entre outros. Nesse caso, o nome do espaço onde mora ajuda a personalizar o sujeito em uma sociedade na qual, como disse DaMatta (1997), aos mais pobres sobra a lei e o anonimato destinados aos indivíduos e às classes abastadas os privilégios resultantes de um personalismo que contrasta com o projeto democrático.

Nos campos de pesquisa por onde passei percebi, mais que a busca por um personalismo, o meus informantes (em especial, os adultos) queriam, ao relacionar o condomínio à sua identidade (seja pela autoapresentação, ou até por meio de outras formas), principalmente, desfiliar-se do *estigma* da favela e suas consequências. Nos parágrafos seguintes apresento algumas dessas experiências, com as quais procurarei dialogar.

Certa vez, ao chegar no Esperança, encontrei Rosa bastante chateada. Estava incomodada com uma multa recebida poucas horas antes. Ao levar seu filho do meio para a escola de motocicleta, como fazia todos os dias (apesar de não possuir habilitação), foi parada por policiais da UPP, perto da entrada de uma das favelas do complexo da Paz. Questionada pelos oficiais, admitiu estar errada, mas pediu para relevarem, pois era agente comunitária de saúde e moradora de um condomínio que ficava ali perto. Os policiais, segundo sua fala, foram pouco educados e não quiseram conversar; mantiveram a multa. A atitude desses agentes públicos, relacionada à sua insensibilidade e rispidez, gerou o comentário indignado por parte de minha informante.

Rosa interagiu com os policiais apresentando duas identidades morais para dizer que, apesar de estar ilegal, não merecia ser tratada como uma “fora da lei”. A primeira, ao se dizer agente de saúde, era a identidade de trabalhadora (da qual falamos no capítulo anterior), com forte representação moral na sociedade, especialmente, entre os pobres e nas relações destes com o Estado. No caso de Rosa, a identidade profissional tinha um outro detalhe: assim como os policiais, também era ela uma servidora pública.

¹⁸⁷ Existem muitos casos em que essa fusão é indesejada, mesmo que só para algumas ocasiões. Isso pode ser percebido, por exemplo, na prática de jovens moradores de favela que colocam endereços de parentes ou amigos no currículo para não apresentar o verdadeiro endereço na seleção de emprego, que pode despertar representações estigmatizadas sobre o lugar e o próprio sujeito.

A segunda identidade era a de moradora de condomínio. Diante da quantidade de condomínios existentes na proximidade do Complexo da Paz, acredito que Rosa não indicava só o seu endereço. E se essa informação sobre o tipo de moradia seria despropositada em muitos lugares da cidade, ali não era. A Avenida da Amizade, onde Rosa foi parada, constitui um espaço com diversas fronteiras simbólicas entre o que é e o que não é favela. Lá encontramos casas – algumas grandes, outras pequenas – aparentando ter mais de meio século, em ruas próximas a entrada de favelas. Existem conjuntos habitacionais construídos na década de 60 e 70 abrigando uma classe média baixa e outros para moradores com um perfil econômico mais semelhante ao daqueles ocupantes dos condomínios populares. Dizer onde você vive nesse espaço de heterogeneidade habitacional é importante, pois apresenta não só seu endereço, mas também as representações em torno do local de moradia e de seus habitantes. Talvez a principal intenção de Rosa, ao dizer-se moradora de condomínio, era deixar claro o fato de não ser da favela e, portanto, não ser digna do de ser tratada como “bandida”.

Em outro episódio, conversando com Rodrigo, um jovem negro de 15 anos, perguntava-lhe onde ele dizia morar quando questionado: no Complexo da Paz ou no Condomínio? Sua resposta foi a primeira opção. Devido à proximidade física dos espaços, ainda se sentia no direito de se dizer morador da favela, identificação essa da qual sentia certo orgulho (fala bastante comum entre os jovens com os quais conversei). Indaguei se os seus pais faziam o mesmo. Rodrigo disse não, e que, inclusive, era corrigido pela mãe quando insistia em dizer-se morador do Complexo. Sua mãe se identificava sempre como moradora do condomínio, e até sua relação com os familiares e amigos havia mudado: aqueles os quais antes se recusavam a visitar sua casa, por ser na favela, passaram a frequentá-la.

Pude observar esse choque geracional em torno da identificação do lugar em outras famílias também. Vale dizer ainda: diferentemente dos pais, muitos desses meninos voltavam constantemente para a favela para brincar com os amigos de lá, ou acessar atividades de lazer (como os bailes, por exemplo). Diziam fazer isso principalmente pelo fato de o condomínio ser muito “parado” e “chato”.

Para entender e analisar essas diferentes perspectivas geracionais, passei a observar melhor suas rotinas. Enquanto os pais trabalhavam e tinham uma circulação mais intensa pela cidade, os jovens passavam a grande parte de seu tempo entre a casa, a vizinhança (nova ou antiga) e a escola. Nesses espaços, basicamente conviviam com outros jovens também favelados ou ex-favelados, antes mesmo de mudarem de casa. Nesses casos, o tipo de moradia não se tornava ainda um elemento forte de distinção. Sua pouca circulação pela cidade, quase

sempre em grupo (para a praia ou para o shopping), não tinha permitido a esses jovens conhecerem os efeitos do estigma de favelado, como aconteceu com seus pais. Esses meninos e meninas como Rodrigo, ainda em idade escolar, não percebiam a necessidade da *limpeza moral* e, por isso, não hesitavam em se identificarem a partir do espaço o qual marcou profundamente suas histórias.

Já seus pais conheciam o alto preço pago por essa identificação e, por isso, inibiam seus filhos quando tinham a oportunidade de se apresentarem a partir de outra condição na cidade. Ser da favela, para muitos deles, fechou portas, diminuiu oportunidades, dificultou seu deslocamento pela cidade, inibiu sua reivindicação de direitos, os fez passar por constrangimentos. Em síntese, como ouvi uma vez de uma informante no campo, “morar na favela tornava tudo sempre mais difícil”. Deixar seus filhos acoplarem a imagem do condomínio às suas trajetórias pessoais seria um grande ganho para o seu futuro na cidade.

Continuando a refletir sobre filhos, representações e construção de identidades, gostaria de contar, também, a história de Cláudia. Em entrevista, foi a única moradora a dizer que resistiu em se mudar para o condomínio. Cheguei nela exatamente por isso: quando perguntava se havia um morador o qual não gostava de viver no condomínio, sempre a apontavam. Antes de conhecê-la, já recebi de alguns moradores a informação dela como uma “porca” – por causa da falta de higiene da casa – e que era meio desleixada no cuidado dos filhos, apesar de ser boa pessoa. Ponderei se nessas falas já não existiria o recurso à *limpeza moral* por meio da desqualificação moral dessa personagem. Era como se dissessem: “se alguém diz que não queria sair da favela, essa pessoa não é como nós”. Depois descobri que o problema dela não era o “morar em condomínio”. Disse-me, em entrevista, ter resistido à mudança (demorou três meses em ocupar o apartamento, mesmo com o marido já estando lá), pois não queria sair de perto da mãe, com quem teve uma convivência intensa nos 35 anos da sua vida. Segundo contou, em meio a risadas, a mudança só aconteceu porque sua mãe jogou suas malas no meio da rua e a teria proibido de voltar.

Todavia, apesar das suas insatisfações com o condomínio, seja pelo pouco espaço do apartamento ou pela distância da mãe que permaneceu na favela, dizia que o Esperança ainda era um lugar melhor pra se viver, principalmente quando pensava na criação dos filhos. Confessou que a principal vantagem de morar ali era o seu filho ficar distante das “más influências” (referia-se ao tráfico de drogas) e, assim, não correr risco de entrar para as fileiras do crime.

Confesso que essa fala despertou em mim uma necessidade de analisá-la mais profundamente. Além das informações que se apresentavam para mim no campo, vinha à

minha mente, para interpretar o discurso dessa informante, os dados apresentados por Marcelo Burgos (2010) no texto *Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”*. Nele, o autor fazia uma comparação das diferentes percepções que três atores sociais distintos tinham a respeito de crianças moradoras da mesma favela. Confrontou, portanto, o olhar dos professores, dos orientadores das ONGs – nas quais as crianças faziam atividades - e de seus pais. Saliento que as crianças estudavam em um colégio público de bairro nobre do Rio de Janeiro e que as ONGs eram formadas por pessoas da mesma favela na qual viviam as crianças.

Enquanto os professores, alheios à realidade fora da escola, consideravam os alunos violentos e fadados à vida do crime, os mobilizadores das ONGs (mesmo aderindo a um repertório inspirado na gramática da violência urbana para escreverem seus projetos) e os pais percebiam os mesmos alunos como crianças normais, no máximo agitadas. O autor ainda aponta, a partir das entrevistas, que os pais, com os quais realizou a pesquisa, não inseriam seus filhos nos projetos das ONGs porque teriam o receio de ingressarem na criminalidade, até porque tinham segurança da moral e dos ensinamentos oferecidos a eles. Seu principal objetivo a mandar os filhos para o ‘projeto’ era combater a ociosidade e o tempo perdido.

Outra questão que podemos levar em consideração para analisar tal discurso: ao contrário da representação presente no senso comum, a quantidade de moradores de favelas envolvidos diretamente em atividades criminosas (arrisco dizer ser de menos de 1% deles) não justificaria a representação esteriotipada a qual classificaria todo jovem de favela como um potencial futuro criminoso.

Diante das informações advindas dessas experiências e dados, que narram o cenário das favelas tão conhecido por Cláudia, recusei-me a acreditar prontamente que ela reconhecesse em seus filhos (o mais velho com 6 anos quando saiu da favela) na condição moral de presas fáceis para o tráfico de drogas. Na verdade, mais do que afastar seus filhos dos traficantes, morar no condomínio afastava-os da condição estigmatizada cuja continuidade poderia torná-los bandidos – via *sujeição criminal* – mesmo eles não aderindo a essa sujeição. Sendo um menino negro e favelado, as chances de ser confundido ou interpretado como um bandido eram grandes. Como apontou Rocha (2015), o *estigma* sobre as favelas tem um peso maior para seus moradores jovens:

A imagem corrente das favelas como lócus da pobreza e violência transfere para seus moradores o estigma de carentes e/ou perigosos. Entre os moradores de favelas, é possível que sejam os jovens aqueles que mais sentem o peso do estigma, por serem considerados a faixa etária mais inclinada a aderir uma carreira criminosa. Assim, atualmente são os jovens moradores de favelas que personificam o

“problema da favela”, por serem os agentes potenciais do tráfico de drogas, e é sobre eles que mais incidem as políticas públicas em execução nos territórios, especialmente as ligadas a “projetos sociais” (p. 319-320).

A condição de morador do condomínio – pelo menos enquanto essa permitisse a *limpeza moral* – tirava parte dessa carga sobre os filhos de Cláudia. O endereço no condomínio afastaria seu filho física e simbolicamente do mundo das atividades criminosas sediadas nas favelas.

5.1.2.2 A estética da distinção

Quando participei dos encontros de integração no Moradia 6 – desde o primeiro dia – os moradores sempre falavam da necessidade da instalação do portão. Como expliquei no capítulo anterior, o condomínio foi projetado para ser aberto e servir como atalho entre diferentes partes do Morro do Gavião. Tal reivindicação não ficou só no campo do discurso: a primeira atitude deles, ao receberem dinheiro com o aluguel do salão para o pastor, foi colocar o tal portão, rebelando-se contra as orientações do engenheiro da obra. Sabia também que isso estava acontecendo em muitos outros empreendimentos do MCMV. Os moradores do Paraíso, no Complexo da Paz, fizeram a mesma coisa. Uma primeira leitura desses fatos fizera-me interpretá-los como expressões da “estética da segurança”, a qual Caldeira (2000) identificou em São Paulo. Porém, não era possível aplicar esse conceito, pois, nos casos observados por mim, faltava um elemento essencial para a construção da categoria: o medo do entorno, do que havia fora dos muros.

O relato de campo completo torna essa afirmação mais clara: quando os condôminos do Moradia 6 pediam a instalação do portão, suas justificativas mais importantes apresentadas para a equipe do PAC não estavam relacionadas à violência, talvez até por serem ex-moradores daquela favela e terem desenvolvido uma espécie de “competência cidadina” (MELLO, KANT DE LIMA, VALLADARES e VEIGA, 2011, p. 513)¹⁸⁸ para lidar com os efeitos da criminalidade violenta.

¹⁸⁸ Essa categoria foi utilizada pelos autores referenciados – em alusão aos trajetos do sociólogo Isaac Joseph pelo Brasil – para descrever uma espécie de competência adquirida diante das características e desafios do meio

O síndico Carlinhos, ao explicar a importância do portão, alegava que nos fins de semana havia um pagode ali perto e as pessoas estavam entrando para beber, usar drogas e ter relações sexuais. A prova disso, segundo ele, era já ter encontrado, algumas vezes – na manhã de domingo – preservativos usados, guimbas de cigarros e latas de cerveja vazias pelo chão da área comum. Eu não duvidava de que quisessem instituir, por meio do portão, uma fronteira simbólica. Porém, parecia-me haver outras coisas em jogo. Essa leitura surgiu diante da próxima prioridade desses moradores, discutida no último dos encontros de integração: a instalação de um interfone. Nas minhas poucas observações de suas práticas cotidianas, constatei que esse equipamento não tinha um caráter tão emergencial para a manutenção de suas rotinas. Os apartamentos tinham – pelo menos – uma de suas janelas virada para as ruas (eram só dezesseis apartamentos em dois prédios) e até os moradores dos andares mais altos já tinham arrumado sua solução para não descer ao portão: após ouvir a chamada pela janela, botavam a chave em uma sacola e, por meio de uma cordinha, faziam-na chegar ao visitante. Isso me fez crer que, mais do que uma necessidade real e/ou emergencial de segurança ou de praticidade, o portão e o interfone eram equipamentos que aproximavam o condomínio popular dos condomínios da classe média e tornavam mais eficiente o processo de distinção e *limpeza moral*.

Reforço minha afirmação com outra observação do campo: No Esperança, antes mesmo dos moradores mudarem, já existia um portão eletrônico para a entrada de automóveis, outro para a entrada de pedestres e uma guarita (lembrando que o empreendimento era – inicialmente – voltado para a faixa 2 do MCMV). Na guarita há sempre um porteiro, nas 24 horas do dia. Porém, nunca vi as entradas de carro e de pedestres fechadas, nem quando saí de lá por volta das 23h, depois de uma festa de aniversário. Também nunca vi os porteiros observarem as entradas. Suas atenções estavam sempre voltadas para a conversa com um morador ou para a TV da guarita. Não identificava ali, como no estudo de caso de Moura (2012), um sistema de classificação das pessoas que acessavam o espaço. Intuí não haver vigilância pois não havia medo, assim como na moradia 6. A própria cerca de concertina ali instalada parecia servir mais de fronteira simbólica com o condomínio vizinho do que como equipamento de segurança, já que os portões sempre estavam totalmente abertos. Todavia, esses elementos – portão eletrônico, guarita, cerca – eram importantes na hora de apresentar o lugar no qual se morava como condomínio, apesar do pouco valor prático

urbano, principalmente a partir das experiências de socialização e sociabilidade. Tal conceito inspira-se sobretudo nas pesquisas e escritos dos sociólogos da Escola de Chicago como Robert Ezra Park, Louis Wirth, entre outros.

como equipamentos de segurança. Posso concluir, a partir desses dois casos e de tantos outros não relatados aqui, que mais do que relacionada a uma *estética da segurança*, a presença desses equipamentos está ligada a uma “estética da distinção” e, essa distinção, a qual aproxima os condomínios populares mais dos outros condomínios que dos conjuntos habitacionais, é utilizada também como um instrumento de limpeza moral.

Exemplos de uma “estética da distinção” podem ser encontrados nas histórias de outros modelos de moradia popular pela cidade. O relato de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, presente no seu livro “Movimentos sociais urbanos” (1981b), é um deles. Para ambientar o relato: trata-se da citação de um diário de campo, do ano de 1971, a qual o autor reproduziu no seu livro, escrito a partir da sua dissertação de mestrado em antropologia. Na época, era um dos arquitetos sócios da *Quadra*, grupo responsável pelo projeto de reurbanização da favela de Brás de Pina com recursos e sob coordenação da CODESCO. Uma das principais preocupações desse grupo era ouvir os moradores para pensar a construção das novas casas, sem impor um modelo como fizeram tantas outras políticas públicas. A partir das impressões desse processo, o autor construiu as considerações a seguir:

Feitas as mudanças e abertas as possibilidades de financiamento, os moradores começaram a pedir plantas para as suas casas. A quadra sugeriu que eles desenhassem suas próprias plantas, de acordo com seus desejos e necessidades. Assim, em um mês, recebemos umas 300 plantas de todos os tipos, desde as muito elaboradas, projetadas por engenheiros ou arquitetos, até as absolutamente não convencionais. Estas plantas foram traduzidas em um estudo tipológico (incidência de soluções por grupos de áreas) com 13 modelos distintos. Foi montada na Casa Branca uma espécie de *stand* imobiliário. O favorito passou a ser um chamado 2B (com mais ou menos 40% das escolhas). Era uma casa de 47 metros quadrados com sala, dois quartos, banheiro, cozinha, varanda e área de serviço. Em segundo lugar, os moradores continuavam a preferir seus próprios “projetos” (mais ou menos 35% das escolhas), o que foi considerado positivo. Eles queriam soluções que dessem *status* a moradia, como, por exemplo, varandas. Tais varandas são um caso curioso: suas dimensões são tão reduzidas que não podem ter um uso prático: pareciam ter, no entanto, um alto valor simbólico. O corredor também era muito popular. Menos para distribuir a circulação do que por uma tendência a imitar os apartamentos cujas plantas saem nos anúncios imobiliários de jornais. Os favelados estavam muito familiarizados com esse tipo de moradia das classes média e alta no Rio. Convém lembrar que grande parte dos homens e das mulheres trabalhavam neles: os homens construindo-os e as mulheres como empregadas domésticas (1981, p. 67).

Acredito que seja necessário apontar duas considerações ao falar dessas estratégias de distinção. A primeira, deixar claro que não duvido haver, por trás dessa estratégia, um interesse desses grupos, os quais pesquisei, em buscar *status*. A busca por elementos que possam – pelo menos simbolicamente – oferecer *status* dentro do grupo social ao qual se pertence pode ser encontrada em inumeráveis sociedades e culturas. Lembro-me, por exemplo, das histórias de Marshall Sahlins (1992) sobre os nativos havaianos das Ilhas

Sandwich que incluíram a aquisição de bens estrangeiros no seu sistema de classificações hierárquicas ou dos Kwakiults, os quais compravam e distribuíam mantas *Hudson Bay* para o seu *potlacht* local, totalmente relacionado às estratégias nativas de poder e distinção. Portanto, os pobres urbanos não estão isentos (nem precisam ficar) de acessarem a esses usos distintivos para buscar *status*. A segunda, não identifiquei o recurso a esses símbolos, por parte dos moradores dos condomínios populares, como uma espécie de adesão aos valores burgueses a partir da mudança de moradia. Os favelados já aderem a símbolos distintivos expostos para toda coletividade e, muitos deles acessam, inclusive, quando moram na favela. O condomínio e suas peculiaridades são transformados em novos símbolos de distinção, a partir das representações sobre essa forma de moradia, presentes em toda a sociedade.

Porém, observo no campo que, para além da aquisição de *status*, os elementos que permitem uma estética da distinção se convertem em prova material do processo de *limpeza moral*. Eles servem para diferenciar o condomínio das favelas, dos conjuntos habitacionais da COHAB/CHISAM, dos loteamentos irregulares e de outras áreas da cidade que carregam o *estigma* da favela. Em conversa com João, marido de Rosa, percebi a crença dele na possibilidade de os demais cidadãos, após alguns anos, esquecerem que os moradores vieram da favela e perceberem aquele espaço como condomínio. Assim poderiam vender aquele apartamento por um bom preço, já que era relativamente perto de dois shoppings e do metrô, e com o valor da venda, comprar uma casa em outro bairro. Na percepção de João, em um futuro breve, os elementos distintivos presentes naquele espaço seriam mais fortes do que o *estigma* que acompanhou os moradores na mudança para esse local.

5.1.2.3 O reendereço do estigma

Como falamos anteriormente, os moradores dos condomínios populares, tanto os pesquisados por mim, quanto os por Machado-Martins (2011, 2014, 2015) têm um *projeto* bastante claro: utilizar esse formato de moradia – entre outras coisas – como forma de *limpeza moral* diante da cidade. Já no caso de Moura (2012), estudando condomínios relacionados a um público tão diferenciado dos trabalhos citados, um dos principais *projetos* dos seus ocupantes é a construção de uma distinção social – de um determinado *status* – com o resto da cidade. Em ambos os casos, para manter a imagem moral limpa ou para manter os efeitos da distinção, é necessário construir estratégias de manutenção da “ordem” instituída, e a principal delas relaciona-se a criar formas de mostrar que os problemas os quais assolam o

lugar não podem ser vistos como normais, mas como exceções não enquadradas na regra. Os sujeitos reconhecidos publicamente como aqueles que não se encaixam no *projeto*, tornam-se “bodes expiatórios” do problema local e sobre eles é direcionada a culpa de todos os problemas coletivos. A esses sujeitos (ou grupos) especificamente são endereçadas todas as acusações que são ou podem ser remetidas à coletividade, como uma estratégia de purificação da imagem. Chamo essa prática de reendereçamento do estigma. Esta se revelou no meu campo como a prática que tornava mais visível o uso do condomínio como um dispositivo de *limpeza moral*.

Antes de falar dos casos acompanhados por mim, os quais demonstram esse esforço em apontar os *outsiders* do *projeto*, imputando-lhes a culpa pelo que não deu certo, gostaria de citar um relato de campo de Moura (2012) o qual me ajudou a interpretar situações com as quais lidei no meu campo. A autora apresenta, a partir da página 150, o caso do menino Damião: uma criança bastante agitada moradora do Condomínio Campo Alegre (era vizinho da pesquisadora) e, junto com outros pequenos moradores, perturbava a “paz” local. Em certo momento, as atitudes do pequeno Damião foram se tornando mais insuportáveis para os moradores, a ponto de se tornar tema das reuniões do condomínio. As críticas não giravam só em torno do menino, mas, principalmente, direcionavam-se à sua mãe, interpretada como incapaz de impor limites.

A pesquisadora, tentando estranhar os comportamentos, procurou entender o motivo da severidade usada com Damião não ser a mesma aplicada aos seus pequenos parceiros e aos respectivos pais. A conclusão foi a de Damião ser mais do que uma criança levada; o perfil de sua família atentava contra a boa imagem do local. Era filho de mãe solteira, a qual morava com o irmão em uma das casas – não correspondia, desse modo, ao modelo tradicional de família valorizado pelos condôminos. A mãe de Damião não possuía carro, destoando do nível social esperado para os moradores daquele condomínio. E, por não ter carro, sempre pegava carona com os prestadores de serviço, quebrando uma das regras mais básicas do condomínio horizontal goiano: misturar as classificações sociais e econômicas dos diferentes sujeitos circulantes no condomínio, tornando o ambiente “impuro”¹⁸⁹. Tal contexto ajudava a autora a entender porque Damião, apesar de nunca agir sozinho, era considerado o “foco” dos problemas. As pressões extremas em relação à mãe e ao menino surtiram efeito, pois,

¹⁸⁹ Como destacou a própria autora, “a noção de segurança estava diretamente ligada à capacidade de se manter um status compatível com o auto-estereótipo de um morador de condomínio horizontal que, por sua vez, repousava na eficácia de um sistema classificatório instituído. A presença daquela senhora com seu filho colocava em risco essa segurança por diversos ângulos” (MOURA, 2012, p. 157). A pesquisadora também ressaltou, conforme apresentamos, o medo de os moradores em terem suas moradias confundidas com conjuntos habitacionais. Esses casos destoantes ajudavam na construção dessa “descaracterização” do espaço.

inicialmente, ela comprou um carro (tentando se adaptar minimamente) e, depois, mudou-se da casa do irmão.

Nos condomínios populares onde fiz a minha pesquisa – o Esperança e o Moradia 6¹⁹⁰ – encontrei histórias que me levaram a reconhecer alguns “Damiões” locais, fossem eles pessoas ou grupos, dos quais apresentarei dois casos a seguir. Ressalto, ainda, a partir do meu estudo de caso, que certas atitudes e concepções dos agentes podem parecer cruéis inicialmente, mas percebi nelas, primordialmente, a intenção ou a necessidade da manutenção da imagem “limpa” e a sua conseqüente desfiliação do *estigma*¹⁹¹, mas não o intuito de colocar o outro sujeito em situação desconfortável, desagradável. Para isso, era preciso confrontar os sujeitos radicalmente destoantes das concepções de civilização apresentadas pelo Estado (e as interpretações desse “destoar” podem ser muito subjetivas), elemento-chave que permitiria a esses espaços não se converterem em favelas.

O primeiro caso trata-se de narrativa não vivenciada por mim no campo, mas é uma das mais interessantes histórias que ouvi durante toda a pesquisa. Foi em uma entrevista com Paula, moradora do Esperança. Em 27/05/2013, após alguns contatos com ela, marcamos uma entrevista, realizada na sala da sua casa. Conversávamos sobre as famílias que saíram do condomínio e ela se esforçava em produzir uma análise sobre os motivos os quais teriam levado as pessoas a tomarem essa decisão. A fala, literalmente transcrita, segue:

Paula: Nesse bloco treze aqui, no primeiro andar, moravam dezoito pessoas, dentro de um apartamento. Sendo que, entre essas dezoito pessoas, tinha lésbica, travesti e criança deficiente. A GH, que foi a empresa que estava assessorando os moradores daqui durante o primeiro mês, que foi uma empresa contratada pela Caixa pra poder dar essa assessoria aí pros moradores, na época, parece que autorizou essa família a vender o apartamento. Essa família vendeu e voltou para o morro. O menino era especial, tinha uma síndrome de Down muito avançada. Ele era bem menininho, se chamava Gabriel. Ele andava pelos blocos só de frauda, todo cagado. Ele tirava a frauda e arrastava nas paredes. Ia pro ar condicionado da minha filha, nesses vãos que tem entre os blocos, e ficava dando porrada. Às vezes, às sete horas da manhã, tinha que sair, ir por trás, pegar ele pelo braço e levar ele lá na porta dele. Era uma coisa assim, todos os moradores reclamavam dessa família que morava aqui no bloco 13. A mulher era casada com uma outra mulher. Se beijavam na boca na escada, no condomínio. E aí aquilo começou a incomodar, porque você não gostaria de ver uma coisa dessas. E até o seu filho, a sua filha, deixar ver uma coisa dessa e perguntar: “Pai, a mulher beija na boca da outra mulher? Por que?”. Sei que a coisa está liberal, mas não é tão liberal como a gente pensa que deveria ser. Então existia

¹⁹⁰ No caso do Moradia 6, é interessante lembrar os conflitos em torno da moradora Jurema, apresentado no capítulo anterior.

¹⁹¹ Brum já havia apontado práticas desse tipo no seu estudo sobre a Cidade Alta: “As acusações trocadas entre moradores derivam de uma tentativa de diferenciação interna, onde uns imputam aos outros o estigma de *favelado*, condenando práticas e costumes como uma forma de se livrar do estigma” (BRUM, 2012, p. 181).

assim, sabe... No início era uma guerra e hoje esse condomínio está uma maravilha, em vista do que ele foi, logo assim quando a gente veio morar.

Eu: Mas, por que mudou? O que você considera que mudou?

Paula: Acho que a mudança veio por conta até das cobranças. As pessoas foram automaticamente obrigadas a mudar. Ou muda, ou sai, entendeu? Ou se enquadra naquele perfil, ou não vai se manter ali.

Eu: E quem você acha que fez essa pressão?

Paula: Eu acho que o próprio morador. Por exemplo, eu, como moradora, me sinto incomodada. Então, eu vou isolar essa pessoa. Se essa pessoa me incomoda, automaticamente eu isolo. Não vai ser uma pessoa de convivência, não vou convidar ela pra nada, não chamo pra frequentar minhas festas, não vai frequentar a minha casa. E aí, se a grande maioria faz isso, essa pessoa se sente excluída. E aí, o que que ela faz? “Ah, isso aqui não é lugar pra eu morar não. Não gostei de morar aqui não”. Porque na comunidade era mais aberto, entende? Isso aqui é um espaço fechado. Então, querendo ou não, tá ali na minha frente e eu vou ver duas mulheres se beijando na boca. Na comunidade, não tenho que necessariamente passar na porta delas. Eu posso passar por trás, ir no outro lado da rua, ou não passar. Então, a partir do momento que colocaram as pessoas aqui dentro, o pessoal automaticamente teve que viver isso, que vivenciar isso. E aí, essa pessoa foi sendo excluída. São duzentos e noventa e um moradores e duzentos e noventa eram contra. Só ela que estava ali. Então, ela mesma foi se sentindo incomodada. Tipo: “isso aqui não é minha praia”. E não foi de uma forma preconceituosa não, sabe? Foi numa forma de aceitação. Porque eu acho que eu posso concordar, porém, não necessariamente eu preciso aceitar. Não é? Eu respeito na boa o homossexual, entendeu? Numa boa. Mas daí eu ter que ficar todo dia abrindo minha porta e estar vendo duas mulheres se beijando na boca, aí já é um pouco demais. Então, existia essa... no início foi chamada, conversaram com ela. Porque eram várias reclamações. Então o síndico chamou e: “Pô Marcia, sabe como é que é? O pessoal quer subir a escada”. Porque era no primeiro andar que ela morava, e o primeiro andar ali era uma catimba. Além das 18 pessoas dentro do apartamento, tinha cachorro, tinha coelho... Tinha um coelhinho que fugia para a lixeira. Era uma coisa assim, porque eles vieram lá do Morro da Mucura¹⁹², então lá a vida deles era diferente, era mais aberta. Tinha espaço, tinha mato, tinha... podia ter bicho, cachorro, papagaio, o que quisesse ter. Diferente daqui. Quando eu vim morar aqui, eu tinha dois pinchers, porque na casa que eu morava de aluguel, eu tinha um terraço imenso, então eu podia ter cão. Eu adoro cão, sabe? E digo: eu sou feliz morando aqui, mas eu vejo a necessidade de comprar uma casa futuramente por conta de gostar de bicho. Eu gosto, então me vejo na necessidade de comprar. Mas, assim era demais. Era muito, muito bicho. E assim, cães de raça, que eu nem sei quem dava, onde arrumava, sabe? Tinha um dia que as crianças estavam todas com um bichinho no colo e eu: “ah, que bonitinho”. Bonitinho, cachorrinho tipo daquele da Xuxa? E aí começavam as reclamações, porque a escada era uma nojeira, e você ia subir pro segundo, pro terceiro, quarto andar e pisava em merda. Aqueles ferros, aquelas grades ali indo pro segundo andar, eles colocavam os lençóis, que fediam a mijó, pois as crianças mijavam na cama. Era uma nojeira, era de dar agonia. E aí foi indo, foi indo... A dona do apartamento, a Márcia, era uma mulher muito educada, só que ela era o homem da casa, apesar de ser mulher: ela se vestia como homem, ela tentava falar, ela coçava o saco sem ter [risos]. E ela falava: “Pô, dona Paula, eu vou embora daqui, que não está dando certo”. Ai eu dizia: “poxa Márcia, mas também é complicado, vocês... é muita gente dentro do apartamento, é bicho, é tudo, então é complicado, apartamento não pode ter isso Márcia!”. Então, ela entendia. Ela aceitava, sabe? “É dona Paula, eu vou voltar lá pra comunidade, porque lá minha casa era grandona”. E realmente era. Só que a casa que ela chamava de casa era um barraco, um cercado de madeira. Porque, na comunidade, o pessoal é assim: tem um cômodo, daqui a pouco já pega umas

¹⁹² Trata-se de uma das favelas do Complexo da Paz, e entre elas é uma das mais carentes de infraestrutura e de serviços públicos. O nome também é fictício.

portas de guarda-roupa e já faz um outro cômodo, entendeu? E aí vai vivendo. E aí cabe trinta

Eu: Só ela que saiu daqui, ou teve outras pessoas?

Paula: Não. Saiu bastante gente. No início, quando a gente veio morar aqui, eu ficava espantada porque toda hora tinha polícia. Toda hora tinha polícia. “O que é que está acontecendo? Por que toda hora polícia?” Quando não era marido espancando mulher, era mulher espancando filho, era mulher com mulher, homem com homem, era briga. Porque na comunidade quando você brigava, o que você fazia? Acontecia algum problema pra onde ia? Desenrolava na boca. E em muitas comunidades é assim até hoje: o juiz é o chefe lá do morro que, ou vai dar um pau nos dois, ou vai pegar um pra cristo e vai matar. Aqui não. Se eu tenho um problema com você aqui, eu ligo pro um-nove-zero e aí, a polícia vai vir. E aí, vai levar eu e você para a delegacia, você vai prestar queixa contra mim e eu vou prestar contra você. E o que que acontece? Volta você pra casa e eu também e a gente tem que se engolir. Só que, diferente da comunidade, aqui o pessoal tem que olhar, passar, mesmo se odiando. E muita gente não consegue ser assim, carrega o ritmo lá do morro. E aí, quando vê, quer quebrar, quer bater, que fazer acontecer. Então, era toda hora polícia. Deu uma diminuída assim muito grande. Eu não sei se precisar quantas pessoas já venderam apartamento aí, mas eu digo pra você que já venderam muitos.

Esse rico e longo relato, feito por Paula, apresenta boas provocações para analisarmos essas estratégias de expulsão, ou de isolamento, junto aos moradores destoantes do *projeto*. A primeira delas é o caso da família a qual, segundo nossa narradora, foi incentivada pelos próprios gestores do projeto residencial a “passar” seu apartamento por apresentar indivíduos discrepantes do que ainda é considerado padrão em muitos segmentos da sociedade: o homem travestido de mulher; a mulher, com aparência masculina, e envolvida afetivamente com outra pessoa do mesmo sexo; a criança com deficiência e sem controle; a falta de higiene no cuidado com as crianças e com os animais; o grande número de pessoas residindo em um apartamento, projetado para acolher uma família tipo “comercial de margarina” (pai, mãe e dois filhos).

Nas representações de Paula, voltadas para o seu *projeto* pessoal de *limpeza moral* e, amparadas na ideia difusa de civilização, esses vizinhos são classificados como anormais. Para pensar a importância dessa categoria (anormal¹⁹³) e o seu papel nas formas socialização e sociabilidade, vale refletir primeiramente sobre o significado da norma.

¹⁹³As práticas de classificação entre normal e anormal geralmente se inserem nos discursos e dispositivos disciplinares presentes nas nossas sociedades. E essas classificações estariam inscritas, segundo Foucault, em um jogo de poder entre campo jurídico e campo médico o qual chamou de “poder de normalização”. Esse poder não exclui ou mata, mas mantém os indivíduos sobre controle por meio das tecnologias positivas de poder, um poder que não age por exclusão, mas por inclusão densa. “Trata-se de um exame perpétuo de um campo de regularidade, no interior do qual vai se avaliar sem cessar cada indivíduo, para saber se está conforme à regra, à norma de saúde que é definida” (2011. p. 40). Esse poder de normalização é inaugurado quando a psiquiatria introduz o critério da norma, entendida como regra de conduta e como regularidade funcional. Como regra de conduta, ela é a “a norma a que se opõem a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância. É isso que ela introduz pela exploração do campo sintomatológico”. (Ibid., p. 138). Como regularidade funcional é a que se opõe ao “patológico e ao mórbido”. (Ibid., p. 139).

Segundo Foucault, a norma não é absoluta nem está escrita na natureza das coisas: a norma é portadora de uma pretensão de poder. Ela “não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado” (2011, p.43). Portanto, comportamentos sexuais, regras de higiene, cuidados com animais, ao contrário da percepção de Paula, estão inscritos em um jogo de poder que ganhou capilaridade na sociedade onde vivemos. Aqueles que não caminham conforme o jogo de poder instituído são categorizados como anormais.

Vale ressaltar, Paula não tinha um “perfil de família” segundo as classificações civilizatórias presentes em nossa sociedade (baseada em valores cristãos), a fim de ser considerada por outras pessoas como “normal”: tinha três filhos e cada um era de um pai diferente. Era casada com um homem doze anos mais jovem, sua filha mais velha (mesmo sendo menor de idade) “largou” os estudos por um ano e o irmão de Paula, Gerson (do qual falei no capítulo anterior) era usuário de cocaína.

Todavia, a família de Paula possuía três características distintivas, que a faziam se diferenciar moralmente da família de Márcia: 1º: Seus “pecados” eram menos aparentes (só fiquei ciente de alguns deles por causa das entrevistas ou por frequentar sua casa) e até menos impactantes no universo de valores socialmente partilhados; 2º: Paula e sua família aderiram ao *projeto de limpeza moral*, embora de forma personalizada; 3º: Paula aprendeu, conscientemente ou não, algumas regras desse jogo do poder normativo e as utilizava dentro desse *projeto*. Esses elementos permitiram a Paula reconhecer-se no direito de reendereçar o estigma de favelada (e tantos outros), por vezes atribuídos a ela, para outros vizinhos, assim como fez com Márcia.

Os vizinhos de Paula, concebidos por ela como anormais, apresentavam perigo à imagem do condomínio, pois, apesar de terem passado por um processo disciplinar, os “encontros de integração”, não aderiram – mesmo que de forma personalizada – às normas estabelecidas, tanto pela sociedade “civilizada”, como pela lógica condominial. Para Paula, a qual se entende como cumpridora das regras a ponto de transformá-las em valores, esses vizinhos são praticamente seus adversários; em razão de se apresentarem como um perigo ao seu objetivo de sair da favela de “corpo” e “alma”. Talvez, por isso, o isolamento era a forma de mostrar a sua insatisfação e de, ao mesmo tempo, pressionar a saída daqueles cuja presença ameaça todo um *projeto* em curso.

Uma prova cabal de que muitos dos seus vizinhos eram merecedores das acusações a eles direcionadas, precisando, portanto, mudarem-se do local, era o destaque, conferido por Paula sobre o acesso aos repertórios de justiça. Em sua análise, declara que enquanto na

favela a “boca” era a instância acionada para resolução de boa parte dos conflitos locais, nos condomínios esse papel pode e deve ser exercido pela polícia¹⁹⁴. Vale ressaltar, como aponta Feltran (2010), que nas periferias

a existência desse repertório de instâncias garantidoras de justiça, ao contrário do que se poderia supor, não é lida por esses sujeitos como uma negação da relevância do Estado de direito, ou da legalidade oficial. Os moradores das periferias são talvez o grupo social mais interessado em utilizar a lei oficial para fazer garantir seus direitos formais, sempre ameaçados. A busca repertoriada da justiça, nesse contexto, é muito mais uma decisão instrumental, amparada na experiência cotidiana, do que um princípio normativo idealizado. Como é muito difícil – por vezes impossível – obter usufruto concreto da totalidade dos direitos pelo recurso às instâncias legais e à justiça do Estado, apela-se a outras instâncias ordenadoras que passam a ser percebidas, então, como complementares àquelas estatais que funcionam (p. 60).

A percepção de Feltran sobre o uso de diferentes instâncias de justiça nas periferias de São Paulo encontra eco em algumas análises dos problemas das favelas cariocas. Leite e Machado da Silva (2008), a partir de pesquisas com coletivos de confiança, concluíram que “os moradores não rejeitam a polícia como instituição e nem recusam (pois sequer tematizam) a necessidade de controle do crime e manutenção da ordem pública. As queixas incidem sobre sua atuação segundo um padrão de conduta indiscriminado e belicoso que excede em muito a atribuição legal do emprego de ‘força comedida’” (p. 63).

Por questões práticas e instrumentais – como a dificuldade de acesso a alguns setores da justiça formal e, tendo em vista as atitudes truculentas da polícia junto aos moradores de favela, de uma forma geral – grupos criminosos de presença ostensiva nas favelas e nas periferias do Rio e de São Paulo se configuraram como um repertório legitimado (embora extralegal) de acesso à justiça e às resoluções de conflitos. Mas o que afirma Paula é que agora a polícia exerceria esse papel entre eles. No condomínio, a polícia viria, como destacou a moradora. Agora, ela e seus vizinhos podem acessar a um bem de cidadania ao qual não tinham acesso anteriormente. Porém, não ajustar o repertório de justiça – de “bandidos” para polícia *ou* do “anormal” para o “normal” – significa permanecer favelado. A forma de acessar a justiça é mais um elemento o qual, na leitura da nossa personagem, ajuda a distinguir os moradores que superaram sua antiga condição, daqueles que devem voltar para o “lugar de onde não deveriam ter saído”.

Ao rejeitar esses comportamentos destoantes do padrão estabelecido, normatizado – conforme faz o próprio Estado -, Paula reconhece a existência de um lugar onde eles podem

¹⁹⁴ Vale ressaltar que nesse período, ainda na primeira fase do campo, existia uma venda discreta de drogas, mas não a organização com a estrutura do comércio a varejo encontrada regularmente nas favelas, as chamadas “bocas de fumo”. Elas apareceram somente na segunda fase do campo.

ser acolhidos: a favela. Para essa informante, na favela essas pessoas têm o seu espaço garantido e, por isso, preferem voltar pra lá onde estarão, na sua concepção, livres das regras do condomínio e livres das leis do Estado, podendo, inclusive, dispor do auxílio dos criminosos para intermediar novamente seus conflitos. Por isso, Paula, mais de uma vez, afirmou com convicção: “tem gente aqui que saiu da favela, mas a favela não saiu dele”, ou seja, nunca assumiu a nova identidade oferecida – a de condômino – e ainda colocou em risco o *projeto* de limpeza moral assumido por outros moradores.

O outro exemplo pude observar na minha experiência de campo no condomínio. Como disse, para conseguir permanecer frequentando o Esperança, usufruir do contato com os moradores e observar seu cotidiano, desde junho de 2013 tornei-me voluntário em um trabalho de reforço escolar, o qual Rosa começou com o apoio do síndico, o sr. Antônio, em uma pequena sala, na entrada do condomínio e, até aquele momento, sem utilização.

Rosa e Antônio mobiliaram o espaço com os equipamentos de uma sala de aula (quase todos adquiridos por doações) e deram à sala o nome de “Centro Cultural do Condomínio Esperança”. As atividades de reforço escolar aconteciam nesse local desde junho de 2013, todas as terças e quintas (manhãs e tardes), dias que dedicava ao trabalho de campo. Rosa conduzia as tarefas desenvolvidas, porém, em outubro, após passar em um concurso público para agente comunitária de saúde, precisou parar. Continuou sendo a responsável pelo projeto, mas para dar continuidade às atividades de reforço, conseguiu a ajuda de Luciene, também moradora do Esperança. Luciene aparentava ter uns quarenta anos, é morena, separada e mãe de um filho adolescente. Tem formação em pedagogia e trabalha como “explicadora”¹⁹⁵ em sua própria casa. Ela e Rosa, em agosto, fizeram um acordo: Luciene ajudaria Rosa nas atividades de reforço e, em compensação, poderia utilizar os horários livres da sala para atender os seus alunos particulares.

Entretanto, diante da aprovação de Rosa no concurso público e de sua rápida convocação, Luciene assumiu as turmas, impondo algumas mudanças: atenderia somente cinco crianças pela manhã e cinco à tarde, dois dias por semana, uma hora por dia para cada turma. Logo depois, atenderia às suas turmas particulares. Rosa, desolada com a difícil escolha, selecionou cinco crianças de cada turno para permanecerem no projeto, prometendo abrir, em 2014, nova turma aos sábados, a fim de atender aos demais.

¹⁹⁵ Categoria nativa para designar um tipo de ofício muito comum nas favelas e demais bairros populares do Rio de Janeiro. As explicadoras geralmente são mulheres, que se dedicam a reforçar os conteúdos escolares com as crianças em dificuldades na escola e que cobram uma pequena taxa para isso. Não é a formação escolar que geralmente gabarita uma pessoa para tal ofício, mas sim uma suposta facilidade em compreender os conteúdos escolares e ensiná-los para as crianças as quais não conseguem aprender os mesmos na escola. Sobre as explicadoras, ver o trabalho de Mattos (2007).

Como este etnógrafo poderia se inserir nessas atividades? Não quis assumir o papel do “explicador”. Dizia a Rosa e a Luciene que, apesar de ser professor, não tinha jeito para ensinar crianças. Sendo assim, sobravam-me os trabalhos “menores”, como arrumar as fichas, receber inscrições, organizar os livros doados na biblioteca improvisada em caixotes de feira e tomar conta das crianças, enquanto Rosa ou Luciene iam a casa buscar algo ou iam ao banheiro. Essa circunstância me era privilegiada, pois tais tarefas me permitiam manter a atenção nas ocorrências, sem precisar intervir muito no desenrolar dos acontecimentos. Foi em uma dessas observações que apareceu o episódio singular cuja narrativa faço a partir de então.

No dia 24 de outubro de 2013, por volta das 8h40min, Luciene estava terminando a aula com a primeira turma, o grupo de crianças atendidas gratuitamente. Cumprimentei-a, conversamos uns poucos minutos e, logo depois, entrou outra turma de mais ou menos cinco crianças, aquelas cujos pais pagam à Luciene pelo serviço de explicadora. Na verdade, o público é o mesmo: alguns moram no próprio Esperança e outros nos condomínios vizinhos, os quais também são obras do PAC. Seus pais preferem pagar pelo atendimento, pois as crianças pagantes têm aulas todos os dias e não só duas vezes por semana. Mas, geralmente, as aulas de Luciene eram semelhantes para os dois grupos, agindo de forma metódica e dedicada a ambos.

Logo após o início da aula, disse-lhe que iria tentar cortar o cabelo e já voltava. O jovem cabelereiro atendia no próprio apartamento, no bloco em frente à sala onde aconteciam as atividades e, na última vez em que me atendeu, tivemos uma interessante conversa sobre a realidade de morar naquele local. Com o cabelo grande, tinha uma nova oportunidade de diálogo. Chegando ao apartamento do cabelereiro, bati à porta e ninguém atendeu. Sendo assim, retornei para a sala do reforço. Ao descer a escada do prédio – estava no terceiro andar – vi Luciene encostando a porta da sala de aula e saindo de lá com todas as crianças. Ela me fez sinal, avisando que a porta estava aberta e que voltaria em breve. Entrei na sala e fiquei aguardando por uns 5 minutos.

Luciene e as crianças voltaram bastante eufóricas. Tinham ido ao condomínio Felicidade, o “irmão gêmeo” e vizinho do Esperança, levando para casa uma das meninas em estado febril e, como eu não estava no momento para olhá-las, Luciene preferiu levar as outras quatro crianças, em vez de deixá-las sozinhas. Tamanha euforia se deu pelo que viram e por suas percepções, desenvolvidas no trajeto.

Diziam ter se espantado com as coisas “inacreditáveis” encontradas lá. Falavam de um acentuado estado de degradação, narrando os fatos com características de um filme de terror

hollywoodiano. Inicialmente, estranhei tais percepções, pois olhando da rua não se percebia grandes diferenças entre os dois condomínios. Mas isso não tinha grande relevância: o importante, pra mim, era identificar e entender as representações ativadas naquela visita. Por isso, sem questionar, dispus-me a ouvir com atenção os narradores sedentos por falar.

Foi Luciene quem começou a ressaltar um avançado estado de deteriorização. Ela dizia os moradores de lá “não conseguiram evoluir”, que as mulheres são barraqueiras e falam “gritando”, como na favela; e que não suportaria morar lá nem um mês. Um dos meninos destacou a cena de um carro sem capô, dizendo parecer “coisa de filme de terror”. Ressaltavam ainda como o lugar era estranho e parecia abandonado. Iasmin, uma das meninas, soltou a frase mais marcante: “Eu jamais moraria lá. Preferia morar embaixo da ponte”.

As críticas de Luciene e das crianças, em relação ao condomínio vizinho, juntavam-se a tantas outras já ouvidas nos primeiros seis meses de campo. Essa percepção de o Felicidade ser um lugar degradado e perigoso motivou o síndico do Esperança, Sr. Antônio, a instalar cercas de concertina: “quando a polícia ia no Felicidade, tinha vagabundo que pulava o muro e aí os policiais entravam aqui caçando os caras. Era muito transtorno. Depois que botei a cerca isso acabou”.

Esse episódio pôde ser melhor avaliado posteriormente, em dezembro de 2014, quando entrei pela primeira vez no Felicidade, acompanhando Rosa. Ela queria desenvolver lá dentro outro projeto social e foi fazer a divulgação junto ao síndico e aos moradores. Nesse momento, Rosa já estava insatisfeita com a administração de Antônio e boa parte de suas conversas com os vizinhos do Esperança referiam-se a críticas dessa gestão. Ao andar pelas ruas do Felicidade, encontrou vários moradores os quais conheceu na época em que trabalhava como agente de impacto social do PAC.

Em quase todas essas conversas, Rosa se juntava aos moradores daquele local para criticar o condomínio onde morava. As críticas dos moradores do Felicidade diziam que o Esperança era perigoso, parecia uma favela etc. Reclamavam, prioritariamente, do pagode dos predinhos (atividade da qual falarei mais à frente). Em síntese, as acusações dos moradores do Esperança ao condomínio vizinho e aos seus ocupantes eram redirecionadas pelos moradores do Felicidade ao falar dos residentes do Esperança, seus fronteriços. Não havia, necessariamente, condições objetivas que permitissem classificar um ou outro condomínio como melhor, mas essas acusações podiam ser identificadas como peças de um jogo de representações, constituindo-se em um processo cruzado de reendereço do *estigma*: um

direciona as acusações relacionadas à favela (bem como o *estigma* a ela vinculado) para o vizinho e vice-versa.

A declaração de uma moradora do Felicidade (durante a visita relacionada no parágrafo anterior) me soou como um ótimo exemplo desse processo. Tratava-se de Rebeca, mulher negra de aproximadamente 30 anos. Tinha um filho adolescente de 12 anos que perdeu sua bicicleta no pátio do condomínio - acreditava que foi roubada - poucos meses antes da nossa conversa. Disse-me que sua primeira reação foi ir ao condomínio vizinho, por acreditar que algum garoto de lá pudesse ter realizado o roubo. Ao chegar à guarita, achou por bem avisar que daria uma volta no condomínio e explicou sua motivação. Brenda, a mulher de Antônio, a qual cuidava da guarita nesse momento, teria dito: “pode procurar, mas quem costuma roubar é o povo do seu lado”. E, a partir daí, as duas começaram a discutir trocando uma série de acusações sobre os condomínios e seus moradores.

A comparação do Esperança com o Felicidade feita por Luciene e pelas crianças e o processo inverso relatado por parte de Rebeca no Felicidade deixavam claro para mim algo que aos poucos se desenhava no meu entendimento sobre esses espaços: as representações negativas dos moradores de um desses condomínios para com o espaço e os habitantes do outro condomínio tinham uma função na construção da autoimagem (pessoal e coletiva), a fim de torná-la limpa moralmente.

Dessa forma, enquanto os dois condomínios apresentam elementos e práticas – além da origem dos moradores – permitindo a comparação com a favela, era necessário acusar o outro de abrigar os que “não conseguiram evoluir”. Daí as leituras subjetivas de comportamentos, como falar em voz alta, ou ainda, de elementos como o carro sem capô e o pagode. Diante das incriminações de esses espaços serem favelas ou de estar se tornando, essa prática de apontar para o outro condomínio trata-se de uma forma de reendereçar o estigma, e, dessa vez, não só para os sujeitos, mas também para o espaço no qual vivem: “o condomínio do lado virou favela, mas o nosso não”.

5.2 Favela, comunidade ou condomínio? Sobre um lugar e suas possíveis identidades

Embora os moradores usassem o formato de condomínio como um dispositivo de *limpeza moral*, isso não significava ser esse o único uso ou que condomínio seria a única identidade atribuída ao novo espaço. Por vezes, os moradores se apropriam das diferentes representações envolvidas no seu espaço de moradia e a utilizam em favor de outros *projetos*

que, não necessariamente, envolvem a limpeza da imagem do *estigma* de favelado. Em alguns casos, inclusive, dialogam com essa representação estigmatizada, se ela puder facilitar suas interações com outras instituições ou agentes da cidade. Em 2008 registrei como esse fenômeno se dava na Cidade Alta, onde os moradores dialogam todo o tempo com as possíveis identidades do espaço: a de um conjunto habitacional, a de um bairro e a de uma favela.

Em algumas ocasiões, o morador se identifica como favelado. Neste caso, tal identificação, na maioria das vezes, significa ser pobre. Esse tipo de identificação é utilizada principalmente para ativar possíveis ganhos com a benevolência de um patrão, com uma ajuda governamental ou com um respeito imposto pelo medo. Por ser considerada área favelizada, os moradores do Conjunto Cidade Alta não pagam IPTU, mesmo que uma grande parte deles tenha condições de pagar. Um dia de tiroteio pode ser motivo para uma falta justificada no trabalho. Por vezes se usam as frases “moro na favela” ou “sou favelado” com o objetivo de gerar um respeito que vem do medo de todo um imaginário que se cria em torno desse espaço (ligado principalmente à criminalidade). Nesses momentos, o favelado também sou “eu”, e não só o “outro” (CONCEIÇÃO, 2008, p. 40).

Inclusive nas favelas, propriamente ditas, também é possível observar essa prática. Birman (2008) identificou alguns “jogos identitários” na cena pública das favelas como forma de resistência dessas populações às medidas segregadoras direcionadas a elas pelo Estado ou por outros agentes da cidade. Uma das estratégias presentes nesses jogos é uso da categoria “comunidade”. Como bem ressaltou a autora,

A noção de *comunidade* ganha relevo, posto que é acionada, em muitas circunstâncias, inclusive pelos agentes do Estado. Mas o seu maior interesse deve-se, em parte, ao fato de que é através dela que se acionam formas de auto-identificação dos moradores desses territórios em oposição a identificações vindas “de fora”. Um dos usos mais generalizados do termo *comunidade* tem sido, pois, aquele de um contradiscurso que argumenta a favor dos habitantes das favelas, destacando as boas qualidades morais que estes teriam, passíveis de serem comprovadas pelos seus modos de vida e pela cultura que possuem (BIRMAN, 2008, p. 103).

A categoria comunidade pode não ser necessária em locais e/ou momentos em que a denominação favela não tenha uma representação negativa. Diversas letras de música, como “meu nome é favela” (de Arlindo Cruz), mostram o uso da origem favelada como motivo de orgulho, por ser um jeito de viver baseado em valores como simplicidade, bom humor e cordialidade (“Eu encanto e canto uma história feliz, de humildade verdadeira, Gente simples, de primeira” – diz a letra da música). Por meio dessas mesmas representações, nos últimos anos, a condição de favelado recebeu destaque positivo em alguns ambientes, como em programas de televisão (o “Esquenta” da Rede Globo), e em atividades culturais presentes na

cidade do Rio de Janeiro. Apesar de essa forma de identificação positivar - em parte - as interações entre o favelado e aqueles pautados por essas representações, também encontramos nela uma limitação: os problemas sociais e políticos perdem atenção e se encaminha para uma outra forma de estereotipização, que ativa outros preconceitos, mesmo que construídos em uma sociabilidade cordial.

Nos condomínios populares essas três identidades – favela, condomínio e comunidade - são ativadas por seus moradores em distintos momentos ou ocasiões. O que Valladares (1980) observou há mais de 30 anos nos conjuntos habitacionais da COHAB/CHISAM, parecem também valer para a dinâmica identitária presente nos condomínios populares. Segundo essa autora, a casa popular “passou a ser, com efeito, um meio, isto é, algo manipulável e de que se dispõe para as mais diversas finalidades, de acordo com a trajetória de vida do mutuário” (p. 127)

Defendo, assim como Birman, que essas três identidades (condomínio, comunidade e favela) e seus usos configuram-se como estratégias de resistência diante da segregação sofrida ou como alternativas de se inserirem em um mercado de produção de bens e serviços. Desenvolverei essas afirmações com mais profundidade nos tópicos a seguir.

5.2.1 “Aqui não é favela, mesmo que pareça”: sobre os símbolos de um processo de favelização

A atribuição da identidade “favela” nos espaços do Esperança e do Moradia 6 era ativada quase sempre como uma categoria de acusação. Essa acusação poderia vir de dentro, quando indignado com alguma atitude de um vizinho, os moradores diziam frases do tipo: “isso aqui virou uma favela”, isso “aqui está virando uma favela”. Entre os moradores, só os jovens, cuja perspectiva a respeito da favela era mais positivada, atribuíam essa categoria ao condomínio, mas sem o teor de acusação. Uma dessas jovens, Josi, de 17 anos, chegou a dizer não chamar o condomínio de favela, pois a favela era um lugar muito melhor de se viver.

Entretanto, a classificação acusatória também era ativada por agentes externos, como o motorista do ônibus o qual citei no primeiro capítulo. Em alguns casos, até moradores de outras favelas usavam essa categorização em forma de acusação. Certa vez a antropóloga Eugênia Motta me disse, em uma conversa, que em suas pesquisas no Complexo do Alemão

teria ouvido de seus informantes afirmações de que os condomínios populares da região não passavam de novas favelas.

Para os agentes externos, essas classificações estão baseadas, muitas vezes, no *estigma* da favela e das suas conseqüentes representações. Mas para os seus moradores, a classificação do espaço como favela - como forma de acusação - se dará principalmente a partir da observação de três elementos: a “desordem”; o tráfico de drogas e o baile funk. No entanto, a presença de um desses elementos nem sempre significa a desqualificação moral do seu morador ou a necessidade de acusá-lo como favelado: a sua representação pode ser reconfigurada a partir da agência dos sujeitos, de forma que a sua presença não desqualifique o espaço, nem a si e nem o *projeto de limpeza moral*.

5.2.2.1 A “desordem”

Utilizo, assim, o termo “desordem” entre aspas por reconhecer o caráter subjetivo dessa classificação. Ferreira dos Santos, em 1982, publicava um artigo intitulado “A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta”, no qual chamava a atenção para as favelas como uma forma legítima de organização urbana e como detentoras de uma ordem, apesar de ela ser reconhecida como desordem pelos demais setores da cidade. As concepções em torno do conceito de ordem no meu campo estavam afinadas com essa representação denunciada por Ferreira dos Santos.

Entre os moradores do Esperança e do Moradia 6 encontrei perspectivas de ordenação e desordenação, assemelhadas às encontradas na Cidade Alta como pesquisador, as quais, muitas vezes, eram expressas pelo termo “organização”. Sobre essa concepção, fiz o seguinte registro:

Por “mais organizados”, segundo os informantes consultados para essa pesquisa, podem ser identificados aqueles prédios e espaços do bairro que menos receberam alterações em relação ao projeto original. Essa representação coincide com a da “boa forma urbana”, que segundo Vogel e Mello (1983) e Vogel, Mello e Santos (1981) parte de uma lógica racionalista modernista (de cunho positivista), praticada por muitos arquitetos e urbanistas, que conduz a ordenação dos espaços segundo ditames que muitas vezes não dialogam (e até desconsideram) com as práticas sociais relacionadas ao uso da moradia por parte dos grupos populares. Os edifícios dos conjuntos habitacionais da Cidade Alta, assim como muitos outros construídos pela cidade na década de 1960 e 1970, obedeceram essa lógica da “boa forma urbana” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 82).

Assim como na Cidade Alta, boa parte dos moradores com quem convivi no Esperança também rejeitavam transformações físicas no espaço que pudessem destoar daquelas inscritas no projeto original. Em outubro de 2014, em uma conversa com Ana Maria e Luciene na rua principal do condomínio, acompanhava a primeira tentativa de mudança substancial no espaço público condominial: um morador do primeiro andar de um dos blocos havia aterrado um pedaço de jardim em frente à sua janela. Curioso, perguntei às minhas interlocutoras do que se tratava: as duas me explicaram que, segundo informações, aquele morador pretendia instalar ali um *trailer* para venda de bebidas e petiscos.

Vale ressaltar que, até então, não existia um espaço especificamente destinado ou construído para comercialização de qualquer produto ou serviço. Alguns moradores vendiam produtos de alimentação ou de limpeza em seus apartamentos e outros ofereciam serviços (como manicure e cabelereiro). Os comércios geralmente utilizavam as janelas para exporem os produtos (permitindo a sua identificação – veja figura 7) e os serviços eram anunciados em cartazes pequenos e discretos. Os produtos/serviços eram realizados em meio à sala do apartamento, ocupando – no máximo – a frente imediata da casa com cadeiras para o morador-cliente se sentar para, por exemplo, consumir ali mesmo a bebida comprada. Pelo contrato de cessão dos apartamentos, as atividades comerciais nesse espaço eram proibidas e o medo de uma futura fiscalização, talvez, inibisse o avanço dessas práticas.

Figura 7 - Foto de Janela de morador que vende produtos de limpeza¹⁹⁶.

¹⁹⁶Sem descaracterizar o imóvel, o morador usa a janela de seu apartamento como “mostruário” dos desinfetantes comercializados. O registro da imagem aconteceu em dezembro de 2014.



Autor: Wellington da Silva Conceição

Voltando ao futuro *trailer*, Luciene e Ana Maria condenavam veementemente a prática. Viam aquilo como um sinal de o lugar estar se transformando em uma favela. Parece não terem sido as únicas: no mês seguinte, o espaço continuava aterrado, sem nenhum *trailer* em cima. Rosa me falou que o síndico teria conversado com o morador e proibido a instalação. Quando voltei lá em dezembro, havia uma mesa de sinuca no local e uma lona aberta em cima dela para protegê-la da chuva e de sol. O morador vendia as fichas e também bebidas da sua janela para os jogadores.

Essa rejeição não se endereçava somente aos abusos contra uma ordem constituída no espaço, mas para muitos direcionava-se também aos ataques e às desobediências à ordem convencional na lógica condominial. A “perversão” desses dois elementos poderia ajudar na classificação do espaço como favela e assim por em risco o *projeto de limpeza moral*. Portanto, era preciso preservá-los.

Para explicar melhor como se dá – a princípio - essa preservação da ordem a partir das regras do condomínio, volto a trazer um exemplo de Júlia, a subsíndica do Moradia 6. Como já falamos, ela não admitia músicas altas e outros tipos de barulho nem o uso do espaço público de forma a caracterizar o local como uma favela (como no episódio do lixo) e tinha

sua opinião validada por muitos dos moradores presentes. Outro tema ressaltado por ela no segundo dos encontros de integração foi a utilização dos pequenos muros, que ficavam na entrada dos prédios, para secagem de roupas. Dizia ter observado alguns moradores colocando as roupas para secar naquele espaço e como isso feria as regras do regimento de deixar objetos pessoais no espaço de uso público. Falou de uma vizinha do seu prédio, sem citar nomes, a qual deixou suas peças íntimas secando no muro por quase dois dias, e ela era sempre obrigada a olhar para aquela “exposição” quando saía de casa. A rejeição às roupas íntimas expostas poderiam ser entendidas como parte do processo civilizador: como apontou Elias (2011), as coisas relacionadas ao corpo e a sexualidade foram cada vez mais confinadas ao campo do privado¹⁹⁷, sendo a sua exibição gratuita um ato de incivilidade. Mas a presença de roupas e utensílios da casa em geral nos espaços de uso comum também incomodavam Júlia: o problema estava, principalmente, no uso dos muros por parte dos seus vizinhos.

Apesar dessa rejeição dos moradores à perversão da ordem inscrita no espaço e nas regras, uma das coisas pude observar constantemente foi o descumprimento dessas regras e manutenção dessas práticas condenadas, inclusive, pelos moradores cuja rejeição se mostrava mais veemente. Entendi esse processo como uma forma de adaptação personalizada à ordem, na qual os moradores encontravam justificativas “plausíveis” para seus deslizes não serem contabilizados entre as práticas que “favelizariam” o condomínio. Vejamos alguns exemplos.

Trago, primeiramente, o que considero um exemplo da adaptação personalizada à ordem inscrita nas normas e regras do condomínio. Na mesma reunião citada, ainda sobre a secagem de roupas, Júlia afirmou que os muros poderiam até ser utilizados para a secagem se as pessoas tivessem “consciência”. Vale reproduzir a sua fala, conforme anotada em diário de campo:

A gente podia usar os muros para secar essas coisas pesadas, como cobertor e edredom. Mas tem que botar, esperar secar e tirar logo. Eu outro dia coloquei meu edredom e tirei logo que secou, não deixei ele ficar a noite inteira. Mas aí, depois, vi a vizinha colocar as roupas dela no muro. Colocou bermuda, calcinha, cueca.... Encheu o muro todo de roupa e deixou lá uns dois dias. Aí não dá, se usa sem

¹⁹⁷“A tendência do processo civilizador a tornar mais íntimas todas as funções corporais, a encerrá-las em enclaves particulares, a colocá-las ‘atrás de portas fechadas’, produz diversas consequências. Uma das mais importantes, já observada em conexão com várias outras formas de impulsos, notamos com especial clareza no desenvolvimento de limitações civilizadoras à sexualidade. É a peculiar divisão dentro do homem, que se acentua na mesma medida em que os aspectos da vida humana que podem ser exibidos na vida social são separados dos que não podem, e que devem permanecer ‘privados’ ou ‘secretos’. A sexualidade, tal como todas as demais funções humanas naturais, é fenômeno de todos conhecido e é parte de toda vida humana. Vimos como todas essas funções são, aos poucos, carregadas com vergonha e embaraço sociogênicos, de modo que a simples menção delas em sociedade passa cada vez mais a estar sujeita a grande número de controles e proibições” (ELIAS, 2011, p. 181).

consciência bagunça o negócio. Depois disso, até parei de usar o muro para estender meu edredom.

Segundo a jovem moradora, “usar com consciência” é dispor do muro para secagem segundo os critérios estabelecidos por ela como normais/corretos/de bom senso. Embora o regulamento interno proibisse o uso de áreas comuns para fins particulares, o uso com “consciência” – algo, o qual, segundo as percepções e crenças dela, deveria ser claro para todos – não atribuiria ao infrator o dano de ser considerado um desviante e nem de ser tratado como um *outsider*. O que Júlia fazia era reproduzir uma prática comum nas favelas e demais formas de habitação populares: utilizar outros espaços (dentro ou fora da casa) – além da área de serviço – para a secagem das roupas. Ao definir sua prática infratora como uma prática de uma pessoa “consciente”, Júlia se sente no direito de escapar das acusações dirigidas aos favelados e manter o intacto o seu *projeto de limpeza moral*.

Sobre a adaptação personalizada à ordem escrita no espaço, trago como exemplo a mudança realizada na casa de Rosa. Quando voltei em maio de 2014 para realizar a segunda fase da pesquisa de campo no Esperança, a minha maior surpresa com o espaço foi perceber que o acesso para a casa de Rosa não se dava mais diretamente pela porta, pois agora tinha um portão. O portão era de ferro, em forma de grade, e estava instalado dos dois lados que davam acesso à sua porta. Não modificava a estrutura do apartamento ou do prédio, mas privatizava um espaço antes era destinado às pessoas passarem. Com essa mudança, o vão da escada, imediatamente em frente à sua porta, passou a ser um espaço de uso pessoal dela e da família, como espécie de extensão de seu apartamento. Lá já estavam guardados os brinquedos de sua filha mais nova, na época com 3 anos, a qual dormia no mesmo quarto dela e do marido. Minha principal informante não era a única a ter feito isso: outros portões se espalhavam pelos blocos, mudando, consideravelmente, o formato homogêneo das habitações.

Sabendo da rejeição de Rosa a qualquer atitude no condomínio que a pudesse remeter à favelização, perguntei o motivo de ter colocado o portão. Ela falou que o fez por conta da sua filha pequena, para ela ficar ali na frente brincando e mesmo assim ficar segura. O portão, entretanto, não ficava trancado e sua filha o abria constantemente para ir ao apartamento da avó, mãe de Rosa (ao lado do seu) ou para procurar onde seu irmão estava brincando. Nesse caso, segundo a minha observação, nem poderia caracterizar o portão de Rosa como um tipo de estética da distinção e muito menos de *estética da segurança*. O portão era, portanto, uma alternativa para ampliar o pequeno espaço do seu apartamento, o qual era ocupado por cinco pessoas e um cachorro. Rosa não deixou de criticar outras iniciativas desse tipo: considerava um motivo plausível e que procurou fazer de um jeito “legal” pra não ficar feio.

Mais uma vez lembrei das minhas experiências de campo na Cidade Alta. Nesse conjunto habitacional, assim como nas favelas da cidade, os moradores constroem “puxadas”¹⁹⁸ como recurso para ampliar o seu apartamento. Geralmente, nas favelas, as casas são construídas horizontalmente e aumentadas verticalmente, tendo a laje como base da nova construção. A laje pode dar espaço a um novo cômodo, a uma nova casa, a um espaço de lazer da família e até a um novo local público (igreja, escola, comércio, etc., com as casas deslocadas para o andar de cima). Esse esquema de crescimento pela laje é aceito socialmente nas favelas e praticado pela maioria dos seus moradores. No Conjunto Cidade Alta, essa prática também faz parte do cotidiano, mas, como a Cidade Alta é um conjunto habitacional de edifícios, já é vertical. Sendo assim, seu crescimento se dá de forma horizontal, e o papel da laje nas favelas é ocupado pela parede que dá para rua, ou pela sua ausência, quando a mesma é derrubada. A casa se estende no espaço da rua, com o novo cômodo ocupando o que antigamente era uma área comum do prédio ou um pedaço da calçada. Mas a aceitação das puxadas na cidade Alta parece ser diferente, quando comparada as outras favelas e demais espaços populares da cidade. Como registrei em outro momento,

meus dados etnográficos apontam (tanto pelos relatos como pela observação dos cotidianos), que tal prática não é aceita por vários moradores, apesar de muitos deles realizarem esse tipo de construção: classificam-nas como uma das principais culpadas pela “favelização” e “desorganização” do conjunto. Elas são rejeitadas por moradores e ex-moradores, novos e antigos, mas isso não significa que os mesmos que as rejeitam não cogitem a possibilidade de construir uma: “Vê a minha puxada, é coisa de bacana. Não é igual a essas ‘coisas’ que você vê por aí!” – justificou um informante certa vez no campo para justificar a sua rejeição a prática e o uso que fez dela (CONCEIÇÃO, 2015, p. 90-91).

Rosa e outros moradores do condomínio, assim como os moradores da Cidade Alta, conseguiam desenvolver critérios de hierarquização (seja no campo da estética ou no da necessidade) entre as transformações que impuseram ao espaço. Esses critérios, altamente subjetivos (e, portanto, personalizados), diminuem, para si e para os outros com quem compartilham esse discurso, o peso da infração e do *estigma* remetido à favelização. Assim como no caso anterior, tal estratégia tornava possível infringir regras sem abandonar o *projeto de limpeza moral*.

¹⁹⁸ “O termo *puxada* (ou *puxadinho*) é uma categoria nativa que se refere às construções feitas para aumentar a casa ou apartamento por populações de baixa renda, criando um ou mais cômodos em favor de uma necessidade ou do conforto de seus moradores. São geralmente construções projetadas pela família e colocadas em prática por pedreiros, sem qualquer supervisão ou coordenação de profissionais de arquitetura ou engenharia” (CONCEIÇÃO, 2015, p. 90).

5.2.1.2 O tráfico de drogas

A presença de traficantes armados e sua influência na construção da sociabilidade nas favelas é um dos elementos centrais no *estigma* do favelado. Basta lembrarmos que no campo de Rocha (2013) era a suposta ausência de criminosos que permitia ao Pereirão intitular-se “favela diferente”, e na Cidade Alta de Brum (2013), a presença do tráfico, era um dos principais elementos que tornava aquele espaço de moradia em uma “área favelizada”. Tal centralidade, certamente, deveu-se ao fato de a representação estereotipada dirigida aos criminosos - a caracterização moral como “bandido” a partir da *sujeição criminal* (MISSE, 2010) - muitas vezes, estender-se aos demais moradores da favela, principalmente, aos homens negros. Em função – principalmente - da presença dos traficantes, a partir da década de 1980, como afirma Leite, “as favelas passaram então a ser representadas, sobretudo, como o *território da violência*, tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros, e seus moradores passaram a ser identificados como ‘classes perigosas’” (2015, p. 582).

Conforme mencionado, nesse texto, em outros momentos, a distância física dos traficantes de drogas, ou da sua presença ostensiva, era apresentada pelos moradores do Esperança – na primeira fase do campo - como uma das vantagens da mudança para o condomínio, pois essa distância física também significaria o afastamento (de si e de seus filhos) das representações acionadas em torno da presença desses criminosos. Quando voltei para a segunda fase do campo, a presença dos “bandidos” já podia ser notada. Encontrei, por isso, grande frustração nos moradores, especialmente naqueles cujo *projeto de limpeza moral* estava bem definido. Ana Maria, que antes demonstrava alegria e orgulho de ser moradora do condomínio, começou a desejar – mesmo a longo prazo, por falta de recursos – em se mudar do local, o qual dizia “caminhar para se tornar uma favela”.

O Esperança não era o único nem o primeiro caso de um condomínio popular com a presença ostensiva de agentes criminosos. Como falamos no capítulo anterior, o conjunto de reportagens do Jornal Extra, intitulado “Minha casa, minha sina” denunciou uma série de condomínios populares no estado do Rio de Janeiro “dominados” por traficantes e milicianos. Segundo as reportagens, eles cobravam taxas, tomavam apartamentos e coagiram os moradores no seu cotidiano, assim como fazem nas favelas.

Porém, diferentemente do alegado pelo jornal, a presença dos criminosos nos condomínios não fazia, necessariamente, desses espaços novas favelas. Em alguns casos, os

próprios “bandidos” criavam estratégias de coerção sem abandonar ou desconsiderar a lógica condominial, como, por exemplo, quando no Esperança resolveram “desestimular” os possíveis candidatos a síndico que concorreriam com Antônio. Consideravam importante a figura de um síndico, embora ele precisasse seguir suas orientações. Em outros casos, os próprios criminosos foram solicitados para mediar problemas, isso por serem o *repertório de justiça* (FELTRAN, 2010) mais próximo e disponível, como o caso apresentado na matéria “Tráfico convocou até reunião para confirmar o valor da taxa de manutenção”, dos jornalistas Lua Marinatto e Rafael Soares:

Nos residenciais Zé Kéti e Ismael Silva, no Estácio — inaugurados pela presidente Dilma Rousseff em junho de 2014 — a primeira reunião de condomínio foi convocada por traficantes do Morro de São Carlos, onde há uma UPP desde maio de 2011. Insatisfeitos com a cobrança da taxa de manutenção no valor de R\$ 66 e com o consumo de drogas no condomínio, moradores oriundos da comunidade, localizada atrás dos prédios, subiram a favela para reclamar. Não com a PM, mas com o gerente de uma boca de fumo.

No domingo seguinte, às 10h, mais de 60 condôminos se reuniram no salão de festas do Zé Kéti para ouvir o discurso de um grupo de cinco traficantes, alguns armados com pistolas. Com um microfone na mão, o chefe do grupo — um negro alto, desarmado, vestindo chinelo, bermuda e camiseta — informou aos presentes que a cobrança era justa e que o dinheiro seria investido na “manutenção do condomínio”. Ao fim da reunião, também ficou acordado que não seria tolerado o uso de drogas dentro do conjunto (Jornal Extra, 24 de Março de 2015, p. 12).

Ressalto que essas atitudes dos traficantes não são pautadas por respeito às regras do condomínio ou pela crença nesse formato de moradia como o ideal. Agem nessas circunstâncias, assim como fazem nas favelas, tomando tais decisões por *razões instrumentais*, como afirmou Machado da Silva (2004). Se ao oferecer uma suposta proteção e uma instância de justiça às favelas, os traficantes desestimulam o acionamento de alguns agentes estatais os quais possam atrapalhar seus negócios, o mesmo acontece nos condomínios populares onde se encontram.

Talvez o fato de os criminosos – pelo menos no caso do Esperança e de outros – não passarem por cima do formato condominial para exercerem suas atividades torne sua permanência menos incômoda no condomínio do que nas favelas. Mas, mesmo assim, era possível observar, entre os moradores, estratégias para se livrarem das acusações relacionadas a presença de traficantes no local. Verifiquei o uso constante de subterfúgios constantemente utilizados. O primeiro deles, bastante comum nas favelas da cidade, comentado no primeiro capítulo: distinguem-se dos criminosos usando categorias distintas para representá-los. Acontecia entre eles da mesma forma como identificaram Leite e Machado da Silva na fala de moradores de outras favelas:

Os moradores não só reconhecem que as quadrilhas de traficantes fizeram das favelas um local de violência, como deles fazem questão de se separar, como indica o uso frequente das categorias ‘nós’ versus ‘eles’ (ou “o cara”, “vagabundo”, “marginal”, etc.) e “lá” [na “boca de fumo”] versus “aqui” [na “comunidade”]. E ressaltam a mudança do estatuto da violência nas favelas devida ao tráfico de drogas, demarcando suas temporalidades e modos diversos de conduta dos criminosos (2007, p. 548).

O segundo dos subterfúgios foi a responsabilização do síndico pela presença do tráfico no local, acusando-o, sobretudo, de participar do planejamento e dos lucros da atividade criminosa no condomínio. A mais grave das acusações ouvi de um morador do qual eu não soube o nome, quando ele conversava com Rosa em sua porta, mas que dizia desconfiar que Antônio armazenava as drogas dos traficantes na guarita do condomínio. Para Rosa, Antônio disse só continuar como síndico porque os criminosos não queriam outra pessoa e já se sentia cansado do trabalho. Nem a sua ouvinte lhe deu o benefício da dúvida, acreditando que Antônio tentava enganá-la com mentiras. Sem defender ou condená-lo, percebo o mais importante nessa acusação: mostrar – até como uma forma de *limpeza moral* - a transitoriedade e a fragilidade do vínculo do condomínio com a criminalidade: o dia no qual Antônio não estivesse mais ali, a história poderia ser diferente.

5.2.1.3 O baile funk ou o “pagode dos predinhos”

No dia 08/11/2014, um sábado, pela manhã, eu chegava ao Esperança para fazer a minha primeira entrevista com Ana Maria. Apesar de já conhecê-la, aquele dia foi a primeira oportunidade de conversarmos de forma mais profunda. Eram 09h30min e Ana não parava de bocejar. Pedia desculpas pelo cansaço: disse não ter dormido na noite anterior, pois o pagode havia se estendido, em um volume perturbador, até às 06h. Tal pedido de desculpas também manifestava sua insatisfação com esse pagode. Disse que essa atividade estava fazendo o lugar se tornar um “morro”. A conversa com Ana não foi a primeira nem a única vez a qual eu ouvia falar dessa festividade. Além das críticas de outros moradores, ela foi tema das conversas (e das reclamações) de Rosa com os moradores do Felicidade, quando realizamos a visita já narrada.

O “pagode dos predinhos”, nome dessa atividade, acontecia, inicialmente, às sextas pela noite e depois passou para os sábados. De pagode, segundo Ana Maria, “só tinha o nome. Eles tocam um pagode e depois dez funks. Não é pagode, é baile funk”. O nome não deixava

de ser estratégico. Como identificaram Siqueira, Gomes, Carvalho, Mendonça, Rodrigues e Lajtman (2012), em algumas favelas pacificadas a adoção de outros nomes para os bailes funks – como pago-funk ou forró – eram formas de conseguir a liberação dos policiais para a realização da atividade. Esses nomes seriam mais aceitos, pois a “mistura” parecia afastar dos eventos as conexões entre o funk e o tráfico. Certamente, ao pensar a atividade para o condomínio, também escolheram um nome o qual chamasse menos atenção da polícia.

O pagode era organizado pelo cunhado do síndico, que segundo os moradores com quem conversava, era seu “testa de ferro”. Divulgados em faixas e em carros de som, os bailes ficavam sempre cheios, com muitas pessoas de fora do condomínio. O “pagode dos predinhos” começou a acontecer em agosto de 2014, quando o tráfico de drogas já tinha uma presença mais ativa no local. Os moradores entendiam os dois processos como estritamente relacionados: por mais que nessa atividade vendessem também bebidas e comidas, reconheciam como objetivo maior da sua realização a venda de drogas¹⁹⁹.

Sobre o “pagode dos predinhos”, os moradores adultos ativavam as mesmas representações existentes sobre os bailes funks das favelas. Como afirmou Vianna (2006), sobre a juventude frequentadora dos bailes funks, principalmente a partir dos episódios conhecidos como “arrastões” nas praias da Zona Sul (em 1992), fixou-se uma imagem relacionada ao crime e a violência, provocando a ida dos bailes funks - que antes aconteciam, prioritariamente, nos clubes do “asfalto” – para as favelas. A venda de droga a varejo existente nas favelas encontrou nos bailes um espaço de comercialização, acrescentando aos estereótipos já fixados todas as representações negativas sobre as drogas e os seus usuários.

As representações sobre os bailes funk das favelas e as atividades a eles ligadas estão estritamente conectadas às representações sobre o crime na cidade do Rio de Janeiro. Elas não permitem, por exemplo, o reconhecimento desse ritmo como arte e/ou produção cultural. Como afirmaram Siqueira, Gomes, Carvalho, Mendonça, Rodrigues e Lajtman (2012), aos cantores de funk não são dadas as prerrogativas concedidas aos demais artistas: um cantor de funk proibidão não é separado da sua composição – não é reconhecido como alguém capaz de construir um “eu-lírico” pois é entendido como alguém que faz uma apologia ou uma confissão de crime.

¹⁹⁹ As observações em torno desses bailes foram repassadas pelos moradores a mim em conversas e em entrevistas. Em dezembro de 2014, o pagode encerrou as atividades a mando da polícia, no mesmo período no qual o batalhão da polícia militar responsável pela região proibiu a realização de bailes funks nas favelas incluídas no seu território de atuação. Apesar de o condomínio ser privado e contar com as documentações necessárias para realizar a atividade, ainda assim, não obteve o aval da PM para a manutenção do funcionamento. Essa proibição aconteceu antes que eu pudesse me planejar para participar de um desses eventos. Os pagodes voltaram a acontecer em junho de 2015, quando já não morava mais no Rio de Janeiro. Encerraram suas atividades em Outubro de 2015, quando houve a mudança de síndico.

Em uma entrevista de 2012 (SIQUEIRA, SILVA, MENDONÇA, STROZENBERG, SENTO-SÉ, LANDIM e GUARENTO, 2012), o Coronel Rogério Seabra deixava claro, na posição de agente do Estado, como se davam essas representações:

Eu não tenho nada contra o funk, amo o funk, tenho nada contra a atividade. O que não pode ter é o crime! Lamentavelmente, e aí está associando com o que foi dito aqui é o seguinte: o problema das informalidades nas comunidades, e que cada informalidade permite um crime. Toda vez que você tem mais informalidade, o crime está perto. E o problema do funk é que ele não consegue se aproximar da formalidade. Supostamente, a ideia de funk, do baile funk, da rotina do funk está muito ligado ao crime e você não consegue dissociar-lo disso (2012, p. 143).

Sobre os bailes funk ainda pesam acusações de cunho moral, de ser um espaço frequentado por pessoas incivilizadas, sem higiene e onde todas as formas de promiscuidades seriam possíveis. Sendo assim, o imaginário em torno desta atividade é constituído por um quadro de informalidades, ilegalidades, incivilidades e imoralidades que seriam prejudiciais a qualquer *projeto de limpeza moral*.

Voltando à conversa com Ana Maria, após nossa entrevista terminar, juntaram-se a nós no corredor Rosa e a mãe dela (Margarida). Ana Maria mais uma vez puxou o assunto do cansaço para referir-se ao pagode. Rosa e Margarida também se mostraram indignadas. Suas principais críticas se dirigiam às pessoas de fora as quais frequentavam o lugar. Margarida, com certa exaltação, dizia: “não podem entrar aqui e fazer a bagunça que quiserem. Isso aqui é um condomínio fechado. Isso aqui não é bagunça. Isso aqui é um condomínio fechado”. Ela reclamava da presença de terceiros, principalmente por causa daquilo o qual, – segundo sua percepção - estariam fazendo no condomínio: usando as paredes dos apartamentos para urinarem e as escadas para manterem relações sexuais.

Perguntei, nessa roda de conversas, se os moradores participavam dos pagodes. Disseram ser a minoria. Segundo Rosa, só alguns homens “cachaceiros” e “drogados” e umas poucas mulheres pervertidas se envolviam nessas atividades, todos os outros eram de fora do Esperança. Já entre os mais jovens, a percepção era diferente. Um dia conversei com Josi e Caio, de 17 e 14 anos, respectivamente. Diziam gostar do pagode e o definiram como a “única coisa boa a se fazer dentro do condomínio”. Fiz a mesma pergunta sobre a participação dos moradores na atividade. Segundo esses jovens, quase metade dos frequentadores moravam no Esperança.

Informações tão distintas só faziam sentido pra mim quando pensava sobre os *projetos de limpeza moral*. Não havia como conferir o dado real, mas confesso não ser aquela a informação mais interessante pra mim. As proporções quantitativas apresentadas por esses

atores partiam de diferentes percepções sobre o evento e até sobre a natureza do espaço. Como disse anteriormente, para esses jovens (pouco conhecedores dos efeitos do *estigma*) estar no pagode não constituía um problema. Talvez por isso não se incomodassem tanto com a presença dos moradores, a ponto de entendê-los como a maioria dos participantes. Já os adultos, que viam no condomínio a oportunidade de uma limpeza simbólica das suas imagens, a melhor estratégia para reconhecer a presença dessas atividades e, ainda assim, manterem-se moralmente limpos era apontar que o público da festa formava-se com dois tipos de pessoas: os que não moravam no local – os desqualificados, os quais frequentavam suas portas e escadas para urinar e fazer sexo - e aqueles que, mesmo morando ali, apresentavam uma moral duvidosa. Ainda aliavam, como estratégia de limpeza da imagem, a presença do pagode à figura do síndico, assim como faziam em relação aos traficantes, também para reconhecer a fragilidade e a provisoriedade do evento.

O baile funk, a “desordem” e o tráfico de drogas – que segundo meus informantes são os elementos que permitem apontar a favelização ou não de um espaço – estavam presentes no cotidiano do Esperança. Apesar disso, os moradores desenvolviam estratégias, a fim de conviverem com essas situações e, ainda assim, continuarem utilizando o condomínio dentro do seu *projeto de limpeza moral*. Assim como na “favela diferente” de Rocha (2013), onde mesmo não sendo tão diferente das outras, os moradores criavam estratégias discursivas (ou o próprio silêncio) para se livrarem do *estigma*, dessa mesma forma fizeram os moradores do Esperança e do Moradia 6: desenvolveram alternativas moralizantes, criando as justificativas para a sua limpeza simbólica, mesmo em um ambiente no qual, segundo suas concepções, isso não seria possível.

5.2.2 “Aqui é comunidade”: Os projetos sociais e a capitalização de novos recursos econômicos e políticos

Compreendo o trabalho de campo contínuo como um processo de amadurecimento. Aos poucos entendemos algumas dinâmicas daquela sociedade que não nos pareciam tão óbvias. Devo confessar a minha demora a perceber o uso dos “jogos identitários” no meu campo. Em um primeiro momento, só havia reparado no emprego dado ao condomínio nesse processo de construção da identidade, entretanto, ocorreu um episódio peculiar, dando-me a oportunidade de abrir o meu raio de visão em relação àquela construção: a visita de uma “estrangeira” no meu campo. Vou descrever melhor a história. No dia 14/07/2014, dirigia-me

ao Esperança em companhia de Débora Swistun, pesquisadora argentina, à época, doutoranda em antropologia. Sua companhia foi recomendada pela Professora Doutora Neiva Vieira da Cunha (UERJ), a qual solicitou que eu a acompanhasse a alguns espaços da cidade e trocasse com ela algumas ideias e informações, pois ela, assim como eu, também realizava uma pesquisa sobre espaços populares, mas em Buenos Aires. O dia era perfeito para acompanhar Débora, não só pela derrota da seleção da Argentina, sofrida no dia anterior (na final da Copa do mundo), o que permitiu um princípio de intimidade com os moradores pelas brincadeiras e provocações, mas também por ser segunda-feira, dia da folga de Rosa, a qual, como minha principal informante, poderia recepcioná-la de forma atenciosa.

Chegamos ao Esperança, por volta das dez horas da manhã, e fomos para a casa de Rosa. Ao chegarmos, fomos muito bem recebidos. Nossa anfitriã, além de oferecer um café, conversou com Débora e comigo por quase duas horas, contando as suas experiências dentro do PAC do Complexo do Paz e da sua condição de moradora do Esperança. Uma coisa muito interessante nessa longa conversa, provocando-me um estranhamento, foi perceber Rosa fazendo um discurso novo, talvez mais polido e politicamente correto, discrepante daqueles observados por mim habitualmente, em nossas conversas. Talvez não pudesse ser diferente. Lá, Débora era triplamente estrangeira: nunca havia entrado no local, era de outro país e se apresentava como alguém da universidade. Pude observar que, com Débora, se construíam aquelas relações apontadas por Simmel em seu clássico texto “O estrangeiro” (2005):

Nos contatos possíveis ele, o estranho, é sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, portanto, as relações se dão a partir de um certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo. Como tal, os contatos com ele são, ao mesmo tempo, estreitos e remotos, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra (p. 270).

Durante essa breve visita – ainda por causa da condição estrangeira de Débora - duas vizinhas apareceram para ver a “gringa”, visitando sua casa. Percebi que Rosa, sendo avisada anteriormente por mim, fez a informação circular para alguns vizinhos mais próximos, utilizando-a como uma espécie de capital social. Embora Débora fosse “alguém de fora”, sua presença não contaminava o local, como acontecia com os “visitantes” frequentadores do pagode. Na verdade, seu interesse pelo local e pela casa de Rosa enaltecia o lugar.

Sobre o discurso diferente de Rosa, senti isso de forma mais intensa no final da visita. Antes de ir embora, Débora pediu para fotografar o condomínio e nossa anfitriã nos acompanhou nesse trajeto. Diante das favelas do Complexo da Paz, rodeando o condomínio, Débora perguntou a Rosa como respondia quando perguntavam pelo seu endereço, ou seja,

onde ela dizia morar. A resposta, para mim, foi a mais surpreendente possível: “moro no Complexo da Paz, na comunidade do Chambari”. A resposta me surpreendia por dois motivos: apesar de a favela do Chambari ser a mais próxima do condomínio, essa proximidade não era tão óbvia assim. A entrada da tal favela está localizada atrás, nos fundos do condomínio. Um grande muro e duas ruas separam esses lugares, e, por isso mesmo, não existe uma continuidade dada entre o espaço do condomínio e essa favela. Mas a maior surpresa foi, pela primeira vez, ouvir Rosa dizer-se moradora da favela ou da comunidade, pois sempre se apresentou como moradora do condomínio. Seu discurso sempre foi o contrário do apresentado naquele momento. De repente, era ela quem dizia estar na comunidade, sem encontrar nisso qualquer problema.

Na mesma semana voltei ao campo e percebi o discurso de Rosa no seu “estado normal”, assim como as suas representações do espaço como “não favela” ou como “não comunidade”. Concluí que, na verdade, a minha informante havia desenvolvido diferentes discursos indetentários, conforme a natureza do agente da interação. Como disse no primeiro capítulo, as minhas primeiras interações com os moradores do Esperança foram mais marcadas pela minha identidade como morador da cidade, e, talvez por isso, ativavam comigo o mesmo discurso utilizado com seus vizinhos ou com pessoas da mesma condição econômica e social. Débora era diferente, além da sua origem estrangeira – despertando certas condutas de interação e funcionando como uma espécie de capital social – ela representava, como pesquisadora, a própria universidade. Para ela, o discurso principal a ser acionado não era o da *limpeza moral*, mas o mesmo discurso o qual identifiquei outras vezes na fala de Rosa e de outros moradores, um discurso endereçado a possíveis parceiros de projetos sociais.

Voltemos ao ano de 2013. Como disse em outros momentos do texto, Rosa criou um projeto de reforço escolar para crianças do condomínio. O nome “projeto” não era despropositado: minha informante estava se apropriando de uma linguagem comum entre as ONGs atuantes nas favelas cariocas. Como apontou Rocha, “as ONGs realizam seus propósitos e ações através de projetos, pois é mediante o financiamento dado para a execução desses projetos que elas se sustentam e implementam suas atividades” (2013, p. 239). Durante seu trabalho no PAC Social, Rosa fez contato com várias ONGs do Complexo da Paz, inclusive aquelas fundadas e coordenadas por moradores, e conheceu, minimamente, o funcionamento dos projetos e seus repertórios. Como era uma liderança nata e uma pessoa com facilidade de argumentação para contatos (a própria função exercida no PAC a exigia isso), identificou-se com esse tipo de trabalho e viu nele a oportunidade de adquirir renda e dar vazão aos seus anseios humanitários. Depois de sua saída do PAC, onde atuou por quase

três anos, passou a contar (além do salário do marido) só com o salário mínimo o qual recebia como auxiliar de serviços gerais²⁰⁰ em uma escola noturna (estadual), e procurava uma atividade possível de conciliar com o emprego fixo. Acreditava que trabalhar em um projeto social seria a oportunidade perfeita para resolver seus problemas econômicos e anseios pessoais.

Entretanto, inicialmente, Rosa não possuía o *know-how* das ONGs que desenvolviam os projetos sociais. Chegou a fazer, em junho de 2013, um rascunho de projeto a partir de um modelo enviado por um amigo. O projeto era bem simples: falava do reforço escolar, dos profissionais os quais poderiam atuar, dos horários de funcionamento, dos seus possíveis custos, da quantidade beneficiários e do perfil das crianças (moradoras do condomínio) a quem queria atingir. O custo era pequeno: orçava em torno de 20 mil reais para o projeto funcionar por um ano. Conseguiu, a partir dos seus contatos do PAC, o telefone do setor de responsabilidade social da construtora Poesis, a empreiteira que construía condomínios populares para o PAC do Complexo da Paz. Ligou, explicou suas intenções, enviou o projeto por e-mail e agendou uma conversa com o assistente social responsável. Esse se ofereceu para ir até ela, no condomínio onde morava, e marcou uma reunião.

Na última semana de Junho de 2013 a reunião aconteceu. Rosa apresentou oralmente o projeto para os dois assistentes sociais que vieram. Eu estava presente a convite da própria informante, que chegou a me apresentar como aluno de doutorado em sociologia e voluntário do projeto. Os assistentes sociais elogiaram a iniciativa, mas disseram que a empresa não tinha recursos para financiar o projeto. Disseram também que o projeto precisava ser melhorado, e gostariam de ajudar nesse aspecto, na medida do possível. Ofereceram um armário de ferro e duas mesas pertencentes a um escritório em uma das obras terminadas como forma de incentivo, contudo ela deveria conseguir o frete para buscar.

Rosa aceitou os móveis de bom grado, mas depois da reunião confessou a decepção. Sua primeira iniciativa no campo dos projetos sociais foi frustrante. Ainda assim, não desistiu. Manteve o projeto funcionando até o fim do ano – com a parceria de Luciene - como uma vitrine das suas intenções. Aproximou-se de Ana Maria, moradora do condomínio, fundadora de uma ONG e que já vivia, há alguns anos, de projetos sociais. Sua atividade havia começado como a de Rosa: com um trabalho voluntário – quando ainda morava na favela - que foi ganhando corpo a ponto de se profissionalizar e se institucionalizar. Sua ONG

²⁰⁰ Tinha a carteira assinada com essa função (por uma empresa terceirizada), mas realizava serviços de secretária escolar. Durante o período de serviço no PAC, acumulou os dois empregos. Permaneceu na função até 2013, quando foi convocada para assumir a vaga de agente comunitária de saúde.

(chamarei de “Recriar”²⁰¹) ganhou destaque no Complexo da Paz e também entre as ONGs de favelas, oferecendo projetos sociais e empregando moradores em suas atividades. Ana até voltou a estudar: cursou Serviço Social – formando-se aos 49 anos - para dar conta dessa vocação. A fim de Introduzir Rosa nesse ambiente, matriculou a vizinha em um curso de gerenciamento de projetos sociais. Agora, a partir da prática de Ana e das orientações do curso, Rosa tinha outras perspectivas como profissional dos projetos sociais.

Em 2014, Rosa foi convidada para ser secretária de uma cooperativa de reciclagem (vou chama-la de Coopamor) que, assim como as ONGs, também atuava muito por meio de projetos²⁰². Os coordenadores da Coopamor já convidaram Rosa com o objetivo de realizar atividades dentro do Esperança. Nesse mesmo período, Ana Maria também já rascunhava alguns projetos para o local. Percebiam no condomínio um espaço com potencial para a exploração nessa área. Porém, o que justificava esse interesse era, antes de tudo, o seu passado favelado. Nesse momento, não cabia o *projeto de limpeza moral*, pois aquilo que os moradores tentavam afastar no dia a dia - o *estigma* de favelado - das interações ocorridas na cidade e entre si era a matéria-prima dos projetos sociais. Aliás, o *estigma* não só é o ponto de partida desses projetos: também é alimentado por eles quando reafirmam a existência dos problemas sociais – sem relativizá-los – e a necessidade de intervir entre os sujeitos para mudarem de vida, reproduzindo a visão estereotipada das favelas e dos favelados.

Nesses momentos – e principalmente nesses momentos – o Esperança era o Complexo da Paz e praticamente uma de suas comunidades, mas sem acusação moral. Era comunidade e não favela, até pelo peso do estigma que acompanha tal categoria. Mas também seria comunidade, pois, como identificou Birman (2008), essa categoria pode funcionar como um eufemismo, diminuir a desqualificação moral dos seus ocupantes, indicar uma relação de cortesia, mas sem, necessariamente, afrontar as representações negativas em torno do espaço. O *estigma* não poderia ficar de fora, pois sem ele, não há como inserir os trabalhos dentro do repertório dos projetos sociais oferecido às favelas²⁰³.

²⁰¹ Suas principais atividades giravam em torno de práticas educativas, como prevenção de DSTs, capacitação para o mercado de trabalho, reforço escolar, entre outras.

²⁰² Como apontou Rocha (2013) outras instituições para além das ONGs, como as associações de moradores, passaram a disputar o campo de trabalho com projetos sociais : “Vale ressaltar, contudo, que como no caso empírico aqui analisado e outros relatos recolhidos por outras pesquisas, os projetos sociais são aprovados e desejados por muitos dirigentes de associação de moradores, principalmente por serem aprovados e desejados por muitos moradores (Silva; Rocha, 2008), e dessa forma eles também legitimam em certa medida o enquadramento dado aos moradores da favelas pelas políticas executadas” (ROCHA, 2013, p. 248).

²⁰³ Esse repertório, segundo Rocha (2013, 2015) - partilhado pelas ONGs e instituições que financiam os projetos - , reconhece a condição dos moradores de favela como em situação de “risco social” (especialmente os jovens)

Rocha (2013), em sua pesquisa no morro do Pereirão, observou o trabalho de uma ONG e os projetos que essa realizava. O seu maior estranhamento se deu ao perceber que – na favela sem tráfico – a ONG tinha registrado no seu projeto o objetivo de “diminuir o nível da violência e criminalidade na comunidade do Pereirão” (p. 187) e como ponto de avaliação do desempenho medir o “abandono das atividades relacionada ao tráfico de drogas” (Ibid., p. 187). A pesquisadora então percebeu que,

o discurso sobre o “risco social” a que estariam expostos os jovens do morro do Pereirão pode parecer “fora de lugar” *vis-à-vis* à construção daquela favela como “diferente das outras”, mas ele se apresenta como “ajustado” ao discurso vigente sobre as favelas e sobre como resolver seu “problema” (p. 197).

Assim como no Pereirão, a utilização do repertório dos projetos sociais no condomínio não fazia sentido quando relacionado ao uso desse espaço como dispositivo de *limpeza moral*. Se os desviantes eram exceção, se os problemas eram as pessoas de fora, se as características “faveladas” do local eram frutos de contextos provisórios ou ocasionais (como o caso do síndico) e se o lugar não era favela, não se justificava um projeto social naquele lugar. Ainda assim, no interesse principalmente de acessar esse campo do terceiro setor, como um recurso para a aquisição de outros capitais econômicos e políticos, o discurso e as práticas dos projetos sociais eram ativados e o local identificado como comunidade.

Trago um exemplo vivenciado no campo. Não tive oportunidade de acompanhar projetos direcionados para os jovens, mas um, ainda não estruturado, para crianças e outro nos moldes dos projetos profissionais, voltado para toda a localidade e para diversas faixas etárias. Esses, diferentes dos projetos acompanhados por Rocha, não acionavam necessariamente a gramática da violência, mas apelavam mais para a imagem do favelado como incivilizado e tábula rasa, como aquele o qual precisava aprender a se comportar de forma “consciente”.

No dia 09 de dezembro de 2014, foi inaugurado um centro de reciclagem dentro do condomínio Esperança. O projeto era uma parceria entre uma indústria de bebidas, o Recriar e a Coopamor (graças às articulações realizadas por Rosa, desde quando ingressou na instituição). Pelo que entendi, Ana Maria realizou o contato inicial, sendo conhecedora da ação desse projeto em outras periferias do Brasil. Assim, convidou a Coopamor para participar, devido a sua experiência no campo da reciclagem, e porque era necessária outra instituição se apresentar como parceira (exigência da instituição patrocinadora), a fim de o projeto se concretizar.

ou de “vulnerabilidade social”. Tal repertório está totalmente ajustado a uma gramática da violência urbana, e a partir dessas representações que os projetos serão escritos, pensados e executados.

O centro de reciclagem fica dentro de um *container*, fixado em uma área, não utilizada anteriormente, perto da entrada do condomínio. Ele fora adaptado para funcionar, uma parte como depósito de embalagens para reciclagem e outra como uma pequena recepção para o atendimento ao público. Trabalham diariamente duas pessoas – moradores do condomínio, remuneradas pelo projeto – para receber o público e fazer as trocas. Aliás, as “trocas” eram o ponto alto do projeto. Esse sistema de trocas, uma exigência do patrocinador, tinha um viés educativo e disciplinar. Ele proporcionaria aos participantes a conscientização em torno da importância da reciclagem e os estimularia a essa prática. As pessoas que levassem seus lixos recicláveis para aquele espaço seriam cadastradas em um sistema de pontos (computados em um cartão magnético) que poderiam, posteriormente, ser trocados por produtos, sendo o mais valioso deles uma mochila (com a marca de um refrigerante), a qual poderia ser trocada por 6000 pontos²⁰⁴.

O evento começava às 14h, e quando cheguei estava bastante cheio. Além das pessoas que trabalhavam/participavam nas instituições parceiras, percebi a presença de jornalistas e membros de outras ONGs da região. Grupos de dança e DJs animavam a festividade e havia distribuição farta de refrigerantes e sucos da marca patrocinadora, o que parecia atrair uma quantidade enorme de crianças e de moradores do condomínio. Em um momento solene, uma representante do setor social da empresa, a Ana Maria (como coordenadora do Recriar) e o Agenor (presidente da Coopamor) fizeram suas falas. A seguir, Reproduzo as falas dos representantes da ONG e da cooperativa:

O material reciclado que você juntar vai ser trocado por uma mercadoria. E essa mercadoria ela vai ter um valor simbólico pra você, mas, pro mundo aqui fora ela tem um valor muito maior. Ela tem o benefício da promoção pro mundo melhor. Pra um mundo com menos lixo, pra um mundo onde você vai poder respirar melhor. Então, é esse o nosso trabalho: mostrar pro mundo que o lixo pode ser transformado. Isso não é uma coisa nova, mas as pessoas ainda não aprenderam, elas precisam se conscientizar. E o pouco que a gente vai fazer neste espaço aqui ele pode ser replicado, ele pode ter um retorno muito maior. Basta saber procura e se interessar. Os agentes ambientais estão aqui. Vão fazer todo esse trabalho. Vão divulgar aqui dentro, vão divulgar para fora e vocês vão acompanhar. Mas a valorização é de cada um. Se eu não quero para mim o mal eu também não tenho que querer pro mundo. Então, aquele lixo que eu tenho na minha casa ele pode ser separado e trago para cá. É um ganho bem maior do que a gente imagina. É esse o nosso trabalho e é essa a nossa missão. Espero que a comunidade entenda. É todo um processo, mas a gente vai vencer isso. É esse o recado que a gente tem pra dar (Ana Maria).

Gente boa tarde, como representante da Coopamor, eu tenho prazer de estar aqui participando junto do Recriar, que é proponente desse projeto. Como parceiros

²⁰⁴Poderiam ser adquiridos ainda, com os pontos, copos, sucos e refrigerantes (em latas ou garrafas de 500 ml, 1 litro e 2 litros), isopores, pacotes de salgadinho e baldes para gelo. O produto mais em conta era o copo de vidro com a marca da cerveja, que custava 1000 pontos. O mais valioso dos produtos a serem trocados era a embalagem de garrafa pet, que valia até 136 pontos.

fomos convidados a contribuir, a colaborar com o desenvolvimento dessa ação. Eu acho que é a oportunidade da gente colocar em prática tudo que a gente vem aprendendo, acumulando de conhecimento na área de destinação legal de resíduos. É um projeto que possibilita, se houver a participação da comunidade num todo, de nós transformarmos esse condomínio num condomínio verde, num condomínio exemplo, num condomínio sustentável e sustentado de fato a partir da destinação legal de resíduos. E a partir daí, a partir dos rompimentos das barreiras e desafios que nós vamos encarar, queremos padronizar o projeto para ser replicado. Então como representante da cooperativa eu tenho prazer de estar aqui contribuindo com a nossa experiência, com a nossa habilidade. Eu acho que a gente tem a oportunidade de criar um projeto sustentável e sustentado de fato dentro da comunidade e passível de ser replicado. Mas, isso não acontece, isso não vai acontecer só com o trabalho da Recriar e do Coopamor. Acho que isso acontece com a ação de toda a sociedade, que são as pessoas que moram dentro desse espaço aqui que tem que se conscientizar dessa oportunidade, agarrar com unhas e dentes pra poder fazer valer. Acho que é isso. Fico por aqui com a minha fala e agradecendo mais uma vez a todos os envolvidos (Agenor).

Dois situações podem ser destacadas nessas falas. A primeira delas é a referência à categoria comunidade. O cartaz de divulgação da inauguração também trabalhava com esse termo. Em meio à foto de uma favela e de uma família negra perto de materiais recicláveis, temos o seguinte texto: “Espaço de reciclagem do Complexo da Paz. Traga os seus **recicláveis**. Acumule pontos. Troque por recompensas. **E contribua para uma comunidade mais limpa**” (os destaques em negrito reproduzem o texto original). Duas coisas ficam claras no cartaz, a partir das imagens e do texto: o projeto é para o Complexo da Paz e está localizado nele, que é um conjunto de comunidades. O condomínio se insere dentro desse território. A fala de Agenor – o qual não mora no local – trouxe a categoria condomínio incluída dentro da comunidade. Em sua fala, o Esperança deixa de ser parte da favela do Chambari e se insere como uma unidade autônoma entre as favelas componentes do Complexo da Paz.

O outro elemento a ser destacado é a constituição de dois desafios morais para os presentes: a conscientização e o empenho. Mais uma vez, os moradores estariam submetidos – além dos encontros de integração - a instruções de agentes que ensinarão a forma correta de lidar com o seu cotidiano, tendo mudado apenas o tema, passando a ser agora o reaproveitamento do lixo. A concepção do favelado que não entende esses termos e precisa ser educado fica claro no sistema quase pavloviano²⁰⁵ de recompensas oferecidas. Embora o espaço seja um condomínio e os moradores tentarem, todos os dias, escaparem da imagem estigmatizada, somente as representações da favela - ativadas também nesse espaço - permitiram a presença daquele *container*. Fazer daquele lugar um “condomínio verde”, significa pedir dos moradores a aceitação de uma mudança de vida. A linguagem disciplinar-

²⁰⁵ Refiro-me ao médico Russo Ivan Pavlov, criador dos experimentos que deram origem à teoria do *condicionamento respondente*.

civilizadora do Estado retorna, agora na voz de seus próprios moradores, atuantes dos projetos sociais.

Vale lembrar que, apesar dos projetos sociais caracterizarem o condomínio como comunidade/favela, a fim de realizarem projetos sociais, isso não atrapalhava o *projeto de limpeza moral* dos indivíduos envolvidos nessas atividades. O exercício desses trabalhos permitia a esses sujeitos o *status* de moralmente limpos, independentemente de onde morassem, pois a função de educador social em uma ONG tem um certo valor na sociedade carioca, advindo, sobretudo, das representações firmadas em torno dessas instituições e de seus trabalhos nas favelas. Ana Maria, por exemplo, era consultora de uma das mais famosas e prestigiadas ONGs do país. Em inaugurações públicas no Complexo da Paz, era convidada a cumprimentar autoridades e a se posicionar sempre em lugar de destaque. A sua rede de contatos continha – além das lideranças faveladas – artistas, políticos, empresários e gente da academia. Rosa, a partir de sua inserção na Coopamor, também começava a trilhar esses caminhos.

Essa projeção política e social passava a orientar os seus *projetos de limpeza moral*, especialmente, fora do condomínio, pois, dentro do seu espaço de moradia, continuavam falando das favelas e dos favelados na perspectiva da acusação. Pareceu a mim que esses favelados/condôminos, envolvidos com projetos sociais, constituem uma nova face da *burguesia favelada*²⁰⁶ (mesmo atuando em condomínios e outras formas de espaços populares) da qual Machado da Silva (2009) falou no seu artigo “Política na favela” (publicado originalmente em 1967). Estes, assim como os que foram observados por Machado da Silva, também são bons analistas de sua realidade social, estão entre os favelados com melhores condições econômicas e sociais, tornaram-se catalizadores de votos²⁰⁷, passaram a mediar a entrada de recursos econômicos e políticos nos espaços populares, principalmente, com o enfraquecimento político de algumas associações de moradores, tornando-se interlocutores importantes com o Estado, mas que também avançam nas suas lutas de forma

²⁰⁶Sobre os sujeitos identificados pelo autor como membros da burguesia favelada: “Tudo indica que a burguesia favelada seja formada pelos indivíduos que, na estratificação da sociedade global, ocupam as mais altas posições, considerada a população da favela. É grande, por exemplo, o número de militares subalternos, funcionários públicos, operários qualificados etc. entre os diretores das associações de moradores, e quase inexistentes os biscateiros ou desempregados” (MACHADO DA SILVA, 2009, p. 706-707).

²⁰⁷ Nas eleições de 2014, Rosa e Ana Maria foram convidadas por um candidato a deputado federal para compor o comitê de sua campanha, atuando, exclusivamente no Complexo da Paz. Foram remuneradas pelo candidato e puderam indicar outras pessoas para comporem a equipe (Rosa, por exemplo, inseriu o marido). Outros líderes de ONGs e instituições no Complexo da Paz também se envolveram com esse e outros candidatos. O candidato foi eleito com boa margem de votos na região.

comedida, já que a resolução breve e imediata dos problemas pode afetar o seu *status quo*²⁰⁸. Mas, é claro, essas características não podem ser generalizadas e estendidas a todos os favelados envolvidos em projetos sociais nem os seus usos precisam ser necessariamente apontados como antiéticos: elas se colocam, diante dos efeitos do *estigma* (inclusive no campo econômico), como novas oportunidades de inserirem-se, dignamente, na cidade e no mercado produtivo.

5.3 “Na favela era bom melhor” : as insatisfações em torno do condomínio

Durante a realização do meu trabalho de campo, uma das coisas mais marcantes foi perceber que, apesar das críticas ao governo e aos problemas do condomínio e de sua estrutura, todos as pessoas adultas com quem conversei, nos quatro condomínios onde frequentei/visitei, consideravam estar em melhor situação do que na favela. Todos também pretendiam sair do condomínio, não para voltarem à favela, essa possibilidade era sempre descartada, e de imediato, mas sim para morar em casas ou apartamentos maiores, atendendo, confortavelmente, às suas necessidades, seus gostos e ao tamanho de suas famílias. Talvez se a pesquisa tivesse começado alguns anos antes, certamente, encontraria os adultos mais resistentes ao projeto (presentes, por exemplo, nos encontros de integração etnografados por Freire e Souza [2010]), os quais venderam/alugaram seus apartamentos e voltaram para as favelas. Mas essa pesquisa acabou se ocupando daqueles cuja opção foi permanecer, principalmente pelas características do espaço, permitindo-lhes reconstruir seus cotidianos, seja nos seus lares ou nas relações com outras pessoas da cidade.

Uma pergunta sempre direcionada ao meu trabalho, por outros pesquisadores, era onde estavam as pessoas resistentes à inserção no condomínio. Provavelmente, havia muitos entre aqueles que deixaram o espaço e dos quais nada posso afirmar, tendo em vista não ter conhecido suas razões, pois não estive com eles. Entretanto, suspeito, a partir do depoimento dos ainda moradores, que o fizeram por conta de uma rejeição/falta de adaptação ao formato

²⁰⁸Pode-se afirmar que uma boa parte dos recursos internos, sobre os quais se baseia a organização da favela, depende de fatores externos e da própria continuidade de certas características de sua organização. Os dois fatores acima considerados – certas semelhanças de estilos de comportamento e atitudes entre a burguesia favelada e a pequena-burguesia não favelada, e a necessidade de preservar uma organização que proteja a viabilidade da exploração econômica dos recursos internos – indicam que a camada dominante da favela está inevitavelmente comprometida com o *status quo*, tanto internamente quanto do ponto de vista das próprias relações com a sociedade global. Mesmo quando se consideram os projetos de urbanização elaborados pelos favelados, essa afirmativa só é desmentida aparentemente (Ibid., p. 708).

condomínio. Outros que mostravam-se, de certa forma, resistentes, eram os mais jovens. Apesar de já ter falado sobre isso no decorrer do texto, permitam-me aprofundar a discussão.

Tive oportunidade de conversar²⁰⁹ mais detidamente com quatro adolescentes moradores do condomínio. As conversas se deram no primeiro semestre de 2015. Eram eles Rodrigo (15 anos), Josi (17 anos), Selena (14 anos) e Caio (14 anos). Tinham muito em comum: os quatro vieram de favelas do Complexo da Paz, estavam no condomínio desde sua fundação²¹⁰, moravam com seus responsáveis e dedicavam-se somente aos estudos, sendo que Selena e Rodrigo também estavam envolvidos em um projeto social, no qual aprendiam a lutar boxe em uma das favelas do Complexo da Paz. Não estavam preocupados, ainda, em arrumar emprego ou qualquer outro jeito de se sustentar financeiramente.

Quanto às diferenças, Caio e os demais adolescentes discordavam em um ponto fundamental: enquanto para os outros três era melhor morar na favela, para Caio, morar no condomínio era como “estar no céu”. O contexto vivenciado por ele na favela ajudava a explicar essa diferença de concepção: disse ter morado em uma casa pequena, de um cômodo só, com pouca ventilação, pois não tinha janela, só basculante, e, por isso, a casa vivia cheia de mofo, atacando a sua alergia. Os outros adolescentes falavam de suas casas grandes, onde tinham a laje como um espaço importante de sociabilidade. Rodrigo usava a laje pra soltar pipa e Josi e Selena para se bronzear. As meninas lamentavam muito não ter mais uma laje, e agora só podiam se bronzear se fossem à praia ou piscina.

Selena dizia achar o condomínio um lugar mais bonito, mas preferia a favela. Segundo ela, ali não há movimento nem comércio. “Não dá pra fazer churrasco e não tem liberdade”. Josi – que veio da favela Ceará - disse também preferir a favela, “pois aqui é um matando o outro”. Na favela Ceará, ainda moram seu pai (ex-esposo de sua mãe) e lá estão seus amigos. Não tem muitas amizades com as meninas do condomínio, as quais ela chama de “patricinhas”. Disse que no condomínio “tem mais bicho do que favela”, dizendo que, na favela, as pessoas se comportam de forma mais civilizada: “aqui o povo grita, falta pouco se matar”. Segundo ela, “na favela o pessoal é legal, todo mundo é amigo”.

Rodrigo também veio da favela Ceará e também fazia a mesma afirmação ao confirmar: “lá é muito melhor”. Também afirmou estarem seus amigos lá e, por isso, sempre voltava para ficar com eles. Caio morava em uma pequena favela, a favela do Buriti. Disse

²⁰⁹ Não realizei entrevistas formais com esses jovens por considerar que o gravador e a representação sobre tal atividade pudessem inibi-los. Optei por conversas informais, nas quais abordei as mesmas temáticas: favela, condomínio, polícia, lazer.

²¹⁰ No período em que aconteceram essas conversas, o condomínio já tinha sido inaugurado há quatro anos. Quando deixaram suas favelas, os jovens tinham idades entre 10 e 12 anos.

preferir o condomínio, onde tem mais amigos. Conta que lá havia pouco movimento, e que morava em um beco numa casa bem pequena. Tive a impressão de, diferentemente dos outros jovens, Caio viver (pelo menos na antiga moradia) uma condição de pobreza extrema, tornando-o segregado até dentro da própria favela. Para esse jovem, a homogeneidade presente nas habitações dava a ele a oportunidade de se sentir igual a todos, possibilitando a conquista de mais amizades.

Sobre as atividades de lazer, consideravam o lugar parado e chato. Disseram que buscavam o lazer fora dali (geralmente nas suas favelas de origem) e que a única existente no condomínio era o “pagode dos predinhos”, o qual estava suspenso nesse período. Aliás, perguntei aos quatro suas opiniões sobre essa atividade. Diante da minha pergunta, Josi respondeu com um sorriso irônico “pagode não, venda popular”, referindo-se a venda de drogas, a qual, supostamente, acontecia no evento. Mesmo diante da ironia, se disse frequentadora do pagode e gostava. Selena também afirmou gostar, mas ressaltou os problemas, e quem os trazia eram as pessoas “de fora”. Ouvi essa acusação dos “estrangeiros” também da boca dos rapazes. Rodrigo, por exemplo, disse que quem é morador “fica na moral”, e os que vieram de outros lugares fazem a bagunça. Caio disse que o público de fora que frequentava o pagode era de “tudo quanto é tipo de gente que se possa imaginar”. Assim como os adultos, disseram que esses “externos” usam drogas e urinam na porta dos apartamentos. No dia pós-pagode, segundo ele, era um queixume só dos adultos, os quais ficavam limpando as sujeiras deixadas pelos frequentadores da festa. O bom no baile, segundo os quatro adolescentes, era música, a dança e os outros adolescentes também frequentadores da festa (a quem chamaram de “gatinhos” e “gatinhas”).

Perguntei aos quatro jovens se voltariam para a favela. Só Caio deu uma resposta negativa, todos os outros disseram ter planos de voltar. Josi ressaltou que, na favela Ceará, sua família morava em uma casa de três andares e com laje. Dizia que sua cozinha com a copa já dava o tamanho do apartamento atual da mãe. Diziam ainda que suas famílias não pagavam conta, e que o custo de vida aumentou muito, pois, lá na favela, quando pagavam alguma conta, o preço era irrisório. Josi deu o exemplo da internet (a qual também apareceu na fala do Rodrigo), e mesmo havendo o custo do “gato” para esse serviço, ele era muito pouco comparado ao que pagam hoje em dia.

Sobre o ruim na favela, Selena apontou a “visualização” da violência como o pior problema, mas, segundo ela, “era o de menos”, pois já haviam descoberto formas de lidar com isso, como, por exemplo, protegerem-se dos tiros. Ressaltou ainda que o condomínio não tem

sido muito diferente da favela, especialmente nos últimos anos, quando passaram a existir no espaço “outras hierarquias” (estava referindo-se aos traficantes).

Na fala desses três jovens, os quais preferiam a favela (nenhum deles usou o eufemismo “comunidade”), percebi certa “romantização” dessa forma de moradia. Eles diziam que parte de sua preferência pela favela era porque lá as pessoas são mais simpáticas, solidárias, você pode escutar música alta, existe movimento e vida. Josi até deu um exemplo: “se, na favela, pega fogo na casa de alguém, todo mundo ajuda. Já aqui, a casa de Caio pegou fogo e pouca gente se dispôs a ajudar”. Essa concepção positivada da favela lembra aquela já retratada, presente em alguns produtos midiáticos, como nos programas de tv e músicas. Reclamaram das exigências em torno do comportamento exigido no condomínio, pois parecia ser um pouco “sufocante” diante das suas formas de se comportarem. Uma fala de Rodrigo expressa bem essa concepção: “Todo mundo aqui veio da favela e escutava música alta lá. Agora, se o vizinho põe música um pouco alta, já começam a reclamar sem parar”.

Perguntei para os quatro se o condomínio era ou não Complexo da Paz. Todos afirmaram que sim, e quando alguém pergunta onde eles moram, dizem morar no Complexo da Paz. Contaram, como já ressaltamos aqui, que seus pais agem de maneira diferente: geralmente dizem morar na avenida da Amizade e/ou no condomínio. Diante dessas afirmativas, perguntei se, caso eles tivessem filhos, onde gostariam de criá-los: na favela ou no condomínio? Selena disse que nem um nem outro – queria “sair dali” (ela fala do Complexo como um todo, onde inclui o condomínio), mas se só pudesse escolher entre os dois, ficava com o condomínio. Josi falou preferir criar seus filhos na favela. Ela disse não haver muita diferença entre as pessoas moradoras da favela ou do asfalto, mas na favela os comportamentos errados ficam mais visíveis e, com isso, é mais fácil mostrar para os filhos qual o caminho certo e o caminho errado. Os dois rapazes disseram que o condomínio seria um lugar melhor para criar os filhos, mesmo Rodrigo, o qual informou com maior ênfase o desejo de voltar pra favela.

Ao falar da diferença entre favela e condomínio, todos disseram que o Esperança não deixa de ser uma favela, pois também há tráfico de drogas. Assim como os moradores adultos, reconhecem a importância dessa atividade no momento de classificar um lugar como favela. Outra coisa que, segundo esses jovens, caracteriza o local como uma favela é a entrada constante da polícia. Selena afirmou que isso acontece quase todos os dias. Com certa revolta, desabafou dizendo que a polícia atuante no Complexo do Paz é uma “máquina de fazer bandido” por causa da forma de tratar o morador, especialmente os mais jovens. Josi disse que o seu namorado, um jovem negro, é sempre parado pela polícia e muitas vezes já levou tapas

na cara. Contou também que, em um período no qual estava com a carteira de identidade danificada, tinha de dar muitas explicações aos policiais sobre o estado do documento.

Com todos conversei sobre a situação política do condomínio. Reclamaram que o síndico não tem feito nada, levando a mãe de Rodrigo, por exemplo, a não pagar o condomínio como forma de protesto. Caio falou do grande número de lâmpadas dos espaços público queimadas e que não recebem manutenção. Disseram que o síndico, em vez de reformar o salão e as churrasqueiras investiu dinheiro botando azulejo na lixeira, considerado por eles extremamente desnecessário. “Aqui tem tudo pra ficar melhor, mas o síndico não colabora”, disse Selena. Diante das muitas críticas, perguntei se não queriam participar da vida política do condomínio. Todos disseram não. Selena apresentou melhor a sua justificativa: “Não dá. A vida política do condomínio hoje tem a interferência de outras hierarquias”.

As opiniões e concepções desses jovens mostram, a princípio, uma rejeição ao condomínio e suas especificidades, como o tamanho dos apartamentos e as regras que regulam, por exemplo, o volume do som. Como disse em outros momentos, não me parece que esses jovens se apropriem do condomínio como uma forma de *limpeza moral* até porque ainda não sentem os efeitos do estigma como os seus pais. Josi, por exemplo, defende algo totalmente contrário: se há um lugar para limpar a imagem do indivíduo, esse é a favela: lá as pessoas são menos mal educadas e mais solidárias. Ao dizer sobre o Esperança “é mais bicho do que favela”, ela remete a selvageria ao lugar onde mora e apresenta a favela como o espaço civilizado. Tal jovem ainda defende a favela como o lugar melhor pra criar os filhos – contrariando a posição defendidas por todos os adultos –, somente lá, observando a realidade, uma criança poderá conhecer as consequências da opção pelo “bem” ou pelo “mal”. Contrapondo-se à perspectiva presente no senso comum, na concepção de Josi os criminosos presentes na favela não só atraem meninos como também são capazes de afastá-los, apresentando um futuro indesejado a partir de sua formação moral.

Mas, embora as opiniões pareçam distintas, existem algumas semelhanças com as concepções dos moradores adultos. Todos percebem como vilões da atividade de lazer os “de fora”, e que a presença do tráfico é determinante para o lugar ser classificado como favela. Outra informação merece a atenção é o fato de três deles reconhecerem o condomínio (em relação à favela) como um espaço mais propício para a criação de filhos. Apesar das rejeições para com o espaço e do pouco entendimento das consequências do *estigma*, reconhecem que a moradia nesse espaço afasta o indivíduo da violência, que não é só ruim de se ver, mas também pode marcar sua imagem. Ainda se interessam pelo condomínio de alguma forma a

se preocuparem com a vida política e reconhecerem que o mesmo poderia ser um lugar melhor com uma gestão mais eficiente.

Mais que resistentes ao condomínio em si, esses jovens rejeitam esse tipo de moradia, em parte, pela falta de adequação às suas necessidades de espaço, de sociabilidade e de lazer. No caso de Caio, com experiência de privações maiores, o apartamento pequeno de dois quartos é um pedaço do céu, mas para os outros, os quais tinham amigos, casas grandes, acesso a comércios e atividades de lazer, o espaço se torna inviável. Gostaria de repetir essa conversa quando esses jovens estiverem com mais de 18 anos, trabalhando e circulando pela cidade. Mesmo ciente de que tomarão caminhos diferentes, gostaria de saber se, ao perceberem e experimentarem as práticas segregacionistas presentes na cidade, ainda assim considerarão morar na favela como uma opção mais viável que o condomínio.

Penso que, atualmente, no contexto do condomínio Esperança, não é possível mais falar de resistentes ao projeto estatal e ao formato do condomínio (até mesmo entre esses jovens), mas sim de “resistências”. Essas resistências não se dão a partir da total evitação ou rejeição, mas, na grande parte das vezes, em práticas que dialogam com a “estrutura”. Se o condomínio é utilizado no projeto estatal como forma de disciplinar, os moradores convertem esse dispositivo e seus fundamentos em instrumentos de limpeza moral; Se as regras e a “ordem” existem e precisam ser cumpridas, eles encontram maneiras personalizadas de conviver com as mesmas; se o estigma da favela insiste em ser imputado ao espaço, alguns moradores aproveitam dessas representações para se inserir em outros mercados, construindo novas fontes de aquisição de capital social e econômico. Na verdade, mais do que beneficiários de uma política pública, os moradores dos condomínios populares tornam-se verdadeiros agentes nesse processo, apesar, inclusive, das relações de poder firmada com o Estado e com os grupos criminosos que passam a ocupar o lugar.

Por fim, assim como Foucault, compreendo que essas resistências não podem deixar de existir. Não há como pensar os pobres urbanos como sujeitos sem agência, pois é a partir da capacidade de resistir que surgem as estratégias de controle. Como disse o próprio autor, elas funcionam como o “catalisador químico” (1995, p. 234) dessas relações de poder.

CONCLUSÃO

A presença de condomínios populares na cidade do Rio de Janeiro e na sua região metropolitana provocou uma profunda mudança não só na sua paisagem, mas também no seu cenário social. Nessa região, programas como o PAC (município e estado) e o Morar Carioca (Prefeitura), utilizaram do formato condomínio como uma estratégia de reassentamento para os moradores removidos das favelas por conta de viverem em áreas apontadas como “de risco” ou, porque suas casas se encontravam em um espaço escolhido para dar lugar a um novo equipamento público. Esses condomínios, na sua maioria, foram levantados pelo próprio PAC ou pelas construtoras com recursos do MCMV e vendidos para esses entes federados, sendo oferecidos como medida compensatória para os moradores escolhidos para desocuparem suas casas.

Tais condomínios destacam-se na paisagem urbana, principalmente por sua expressiva quantidade, nas antigas e novas periferias dessas cidades. E foi diante da demanda por grandes quantidades de unidades habitacionais, que o formato condomínio apareceu nos espaços populares, como uma forma de maximizar lucros. Como já discutimos, a opção por condomínios não foi uma estratégia do poder público, mas sim das construtoras, para redução dos custos, não necessariamente sendo repassada para o consumidor final. Os agentes do ramo da construção civil têm um papel importante nesse programa público, estando presentes nas decisões, desde os primeiros passos, cabendo aos agentes, por exemplo, a liberdade de escolher o local, o formato e o material de construção a ser utilizado nos empreendimentos, não importando se os condomínios serão direcionados à venda comercial ou como forma de reassentamento. A opção, por parte das empreiteiras, em reduzir os custos e maximizar os lucros causou uma série de problemas ao consumidor final. São muitas as denúncias em torno de uma “periferização” (RUFINO, 2015) dessas construções (na busca pelos terrenos mais baratos) e da pouca qualidade do material utilizado, resultando em rachaduras e problemas estruturais inconcebíveis para construções tão recentes.

Vale lembrar que os condomínios passaram a se destacar e multiplicar no Rio de Janeiro e no Brasil a partir da década de 1960, e desde então, foram identificados como um tipo de habitação dos estratos superiores (MOURA, 2012; FERREIRA DOS SANTOS, 1981; CALDEIRA, 2003), tornando-se elemento de *status* na configuração urbana carioca. O uso coletivo de espaço privado, a homogeneidade das habitações, os equipamentos comuns e a organização composta por normas e regimentos sempre marcaram a presença dessas

edificações em nossa cidade. A identificação - a nível factual e simbólico - dessa forma de habitar com as camadas médias e altas permitiu a equivalência, na sua organização física e social, aos valores desses grupos. Quando surgem esses condomínios destinados à população oriunda do mais baixo estrato da hierarquia habitacional carioca, estabelece-se uma série de conflitos, especialmente quando confrontamos as representações em torno dessa forma de habitação e o *ethos* do seu grupo de habitantes. O principal deles se dá em torno do uso que o Estado faz dessa forma de habitação: um dispositivo de controle e civilização (disciplinarização) da população pobre.

Os condomínios populares causam uma mudança no cenário social do Rio de Janeiro e da sua região metropolitana, pois a sua afirmação na cidade – como estratégia do Estado - está aliando a representação geral dos condomínios a um projeto de gestão e disciplinarização da pobreza urbana. Não é novidade na história do Rio de Janeiro, especialmente nesse pouco mais de um século de existência das favelas, o uso de políticas de habitação como dispositivos disciplinares. Como aponta Valladares (1991), os pobres urbanos presentes nas favelas e cortiços no início do século passado eram percebidos como “classes perigosas”. Era preciso criar maneiras de controlá-los e, ao mesmo tempo, colocá-los a favor do plano desenvolvimentista de nação como mão de obra barata. Os projetos voltados para a habitação pareciam ser privilegiados para dar conta de tal problema: eles tanto podiam afastar os pobres das regiões mais valorizadas, como – quando acompanhados de estratégias “educativas” – serem úteis para transformar pobres “perigosos” em “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2008c).

Aconteceu exatamente assim na década de 1940 com os parques proletários, os quais tinham como objetivo fazer junto aos favelados uma “readaptação fiscalizada” (CARVALHO, 2003), pautada principalmente na questão da higiene, para posteriormente incluí-los em casa populares. Como parte dessa readaptação, tínhamos o controle rigoroso das informações dos internos, um regimento indicando inclusive como e onde cuspir e práticas educativas como um programa radiofônico que dava instruções diárias aos moradores. Pudemos observar o mesmo na Cruzada São Sebastião, pois, na década de 1950, ergueu um conjunto de edifícios no Leblon para receber os moradores da favela da Praia do Pinto (SIMÕES, 2010). Por meio de um trabalho de pastoral católica, eram desenvolvidas estratégias de controle da conduta moral e “mandamentos” locais a serem seguidos pelos desejosos em continuar morando nos apartamentos, estabelecendo, por exemplo, as atitudes cabíveis ao homem e à mulher na família e no bairro. Essas práticas estariam presentes também nas décadas de 1960 e 1970 nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM (BRUM, 2012; VALLADARES, 1980), os quais, segundo seus planejadores, seriam capazes de educar pela “boa forma urbana” e pela

formação para o trabalho, já que inseriam essas habitações em regiões industriais e contavam com o serviço de instituições formando os moradores nos valores do “mundo do trabalho” e em outras muitas questões ligadas a normatividade urbana.

Nesse jogo de representações, envolvendo tanto aquelas relacionadas à pobreza urbana (de caráter estigmatizante), como as referentes ao condomínio como tipo de moradia, defendo (principalmente a partir das minhas experiências de campo), que tal tipologia habitacional foi apropriada pelo estado e pelo município do Rio de Janeiro como um novo tipo de dispositivo disciplinar para os pobres, especialmente os das favelas cariocas. O exemplo mais claro dessa apropriação são os encontros de integração com seus objetivos civilizatórios, perceptíveis na sua rejeição às estratégias cotidianas dos moradores e às formas de sociabilidade presentes nas favelas. Com o objetivo de transformar regras em valores por meio da apresentação de uma dita normatividade urbana, esses encontros coadunam-se com as práticas repressivas da polícia, completando um quadro de controle moral e social dos pobres urbanos definido por Cavalcanti (2013) como “PACificação”. Outras estratégias, como as promessas de fiscalização e o contrato de cessão (e não de posse), também deixavam claro que aquele espaço – pelo menos na perspectiva do Estado - deveria funcionar como uma espécie de panóptico moderno, para o controle disciplinar de determinados comportamentos e “civilização” da moral.

Vale dizer que não compreendo essas ações do estado e do município do Rio de Janeiro para com os favelados de uma perspectiva conspiratória: ela se realiza e se afirma dentro de um quadro de representações desses pobres urbanos presente no imaginário da cidade como um todo. Não há como negar a participação dos entes federados da cidade e do estado do Rio de Janeiro corroborando com a permanência e difusão desse imaginário, todavia quero dizer que a percepção dos “maus pobres” como uma ameaça e a necessidade de controlá-los está mais relacionada a uma adesão à “ordem natural das coisas” que a um projeto consciente de rivalização “ricos x pobres” ou “Estado x favelados”. Talvez isso ajude a explicar o motivo de, quase oito décadas após a inauguração dos parques proletários, os projetos de moradia voltados para os favelados ainda conservarem um caráter de “readaptação fiscalizada”, insistindo nos erros observados no decorrer desses anos. Essa pesquisa busca colaborar com a visão de que sem uma desnaturalização e um estranhamento dessas representações estereotipadas sobre os pobres, as políticas públicas destinadas aos favelados continuarão a reproduzir projetos de moradia os quais não atendem à necessidade da população atingida, acabando por se transformar em novos espaços de segregação, criando ainda mais problemas para a cidade.

Mas, como bem afirmou Weber, só por meio da observação das interações que é possível a construção de uma análise sociológica. O fato de o Estado querer disciplinar os pobres, adequá-los a uma normatividade, não significa que isso vá acontecer. Quando expostos a essas propostas, os pobres urbanos por vezes constroem suas estratégias de resistências. Algumas delas inclusive possuem uma linha tão tênue que podem ser, inicialmente, interpretadas como uma adesão plena ao projeto apresentado pelo Estado.

Vale dizer que, no caso do Esperança – o meu principal campo de pesquisa - diferente de tantos outros condomínios populares na cidade, os moradores conseguiram inventar canais para dar vazão aos seus interesses, e alguns deles se dão por meio desses jogos de negociação da identidade pessoal e coletiva. Em muitos desses casos, tais canais são expressões de resistência a um projeto estatal de gestão e controle: se o Estado impõe a morfologia do condomínio, os moradores a convertem em instrumento de *limpeza moral*; se o condomínio impõe regras e o seu não-seguimento pode gerar uma acusação, vamos aderir às mesmas de forma personalizada; se elementos que ressaltam o estigma do favelado – como o baile funk e o tráfico de drogas – se fazem presentes no espaço, é possível desenvolver estratégias individuais e até coletivas de não “sujar” a moralidade; se na mudança para o condomínio recebem a recomendação de não reproduzir naquele espaço os elementos da favela, em nome da inserção em um “nicho de mercado” (no caso, os “projetos sociais”), alguns desses elementos podem ser resgatados para atender a um repertório corrente nas ONGs. Em suma, assim como Valladares (1980), pude constatar no meu campo que “os moradores tinham consciência da jogada política de que eram objeto, participando ativamente do seu jogo e tirando o melhor partido” (p. 27).

Essas resistências estão presentes, por exemplo, nas negociações das identidades do local (favela, condomínio, comunidade), que mudam o tempo inteiro, e isso se dá pois, como observou Velho (1981), os *projetos* estão fundamentalmente ligados aos processos de mudanças. Como disse, lidei no campo com pessoas já estabilizadas no condomínio, e que, diferentes de tantas outras, resolveram permanecer por entender a nova moradia – mesmo com suas limitações - atendendo a alguns dos seus anseios. Para esses sujeitos, a primeira etapa dessa mudança foi a experiência *thaumática* - o espanto/encanto diante do novo que se apresentava – o passo fundante na constituição de seus *projetos*. É a partir do *thauma* que os sujeitos constroem novos simbolismos, relacionados aos aspectos materiais e sociológicos da nova moradia, os quais permitem traçar outros trajetos sociais na cidade, menos marcados pelo *estigma* da favela e seus efeitos.

Para essas pessoas, a mudança, na qualidade de rito de passagem, permitiu marcar um “antes” e “depois” em suas vidas, como podemos ver no depoimento de Ana Maria:

Aqui é melhor em tudo. A minha casa era muito quente, era um segundo andar. Parte era de telha e um pedaço de laje. Quando chovia, chovia dentro. E era uma casa em cima da outra. Então, era horrível. E a rua? Eu já estava esgotada de morar ali, cansada. Os melhores vizinhos já tinham morrido. Quando chovia.... Eu estava fazendo faculdade. Eu já corri vários riscos, porque eu saía da faculdade de noite, aí chegava onze horas, onze e meia, meia noite. Quando eu chegava, às vezes eu tinha que andar a pé lá do metrô até lá em casa. Depois eu até mudei de horário. Passei a ir de manhã pra faculdade. Porque era muito ruim à noite, fora os perigos que você passava no meio dos tiroteios. A gente já passou tanta coisa ali que... Eu amo isso aqui. Eu agradeço muito a Deus primeiro, e depois ao governador. Que foi uma luz no fim do túnel. Porque mesmo que, por mais que você trabalhe, ter uma casa própria em outro lugar é muito difícil. Não é fácil, você tem que trabalhar muito pra ter. Ou então sair e pagar aluguel. Mas, aqui nem se compara, apesar de agora, a gente estar se aborrecendo com esses bailes funk. Fora isso, é a maior paz. Eu entro pra dentro do meu apartamento, tranco a minha porta e fico tranquila.

Considerando que essas representações sobre a antiga moradia são confeccionadas em um outro contexto, com uma narrativa marcada pelo *projeto de limpeza moral*, creio não podermos interpretar a fala de Ana Maria como uma (re)construção objetiva das suas experiências diante dos problemas da favela, pois como aponta Benjamin, a narrativa “não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a vida do narrador para em seguida retirá-la dele” (BENJAMIN, 1985, p. 220)²¹¹. O que nos interessa é perceber que, assim como Ana Maria, a nova moradia e o consequente *thauma* permitiram a muitos desses neo-condôminos, uma reconstrução da vida e da imagem, mesmo que por parte do Estado o reassentamento dessas famílias não seja bem sucedido como estratégia de inclusão no tecido urbano, pois seus moradores continuam a ser tratados como pré-cidadãos. A aquisição de uma casa própria (e sem risco de remoção), algo tão significativo do ponto de vista econômico e simbólico, aliada à capacidade humana de ressignificar elementos permitem a esses moradores encontrarem caminhos para fazer da nova moradia uma oportunidade de se reinserirem na vida social e política da cidade, a princípio, sem a sombra do *estigma*. Porém, essas formas de adequação não significam que os moradores poupem os poderes públicos de suas insatisfações e reivindicações: para além das

²¹¹ Walter Benjamin procurou expor o grande peso que o momento que a pessoa vive tem na transmissão de uma história por meio da narrativa: “Os objetos iluminados perdem os seus nomes: sombras e claridade formam sistemas e problemas particulares que não dependem de nenhuma ciência, que não aludem a nenhuma prática, mas que recebem toda a sua existência e todo o seu valor de certas afinidades singulares entre a alma, o olho e a mão de uma pessoa nascida para surpreender tais afinidades em si mesmo, e para as produzir” (BENJAMIN, 1985, p. 220).

resistências cotidianas na adesão ao espaço, os moradores não se silenciam quando se sentem lesados.

Ainda para concluir esse texto, gostaria de trazer quatro observações as quais talvez não tenham ficado suficientemente claras, mas não podem deixar de ser explicitadas. A primeira delas é a reafirmação de que as observações sociológicas presentes nessa tese partem de uma estreita relação com a minha subjetividade, marcada pelos meus trajetos na cidade como morador e pesquisador. Alguns antropólogos e sociólogos questionam, com certa razão, o uso excessivo da categoria *estigma* (em perspectiva “goffmaniana”) nas construções analíticas dos trabalhos de campo desenvolvidos em favelas e demais espaços periféricos. Não posso justificar seus usos em outros trabalhos, mas posso dizer que se o *estigma* tem destaque neste texto, se deve em parte a minha familiaridade com tal fenômeno. Mesmo sendo branco, homem, cis e hétero - o que fez com que as minhas experiências com o estigma de favelado fossem bem menos impactantes e perversas em relação a outras pessoas – também já pude sentir na pele o que é ser agredido verbal e simbolicamente por conta do seu endereço na cidade. Acredito que a minha atenção em torno dos *projetos de limpeza moral* se deu também (além de ser um dado real do campo) porque em outros momentos também senti necessidade – como morador da Cidade Alta – de aderir a essas e outras estratégias para me desfiliar do *estigma* e me afirmar na cidade. Todavia, não creio no fato dessas experiências e olhares comprometerem minha observação sociológica: na verdade, orgulho-me de poder contribuir com a produção científica a partir de um outro lugar, não melhor e nem pior, mas que se apropria da tradição socioantropológica apontando para outras perspectivas.

Em segundo, gostaria de deixar claro que a pesquisa registrada nesta tese não tem a intenção de generalizar para todos os condomínios do PAC e do MCMV as observações registradas em meu campo. No exercício de melhor compreender e comunicar resolvi nomear, criar uma espécie de *tipo ideal* ao construir a categoria *condomínios populares*. Mas sei que, por mais que existam experiências semelhantes, os contextos são por demais diversos para acreditar que os fenômenos encontrados nos locais onde pesquisei se reproduzam da mesma maneira em outros lugares semelhantes. O tipo de ação dos criminosos, a presença do Estado, a condição geográfica e social do entorno, a interação entre os diferentes agentes: essas e outras características combinadas contribuem para o caráter único de cada experiência. Somente duas observações nesses trabalhos podem ser estendidas aos outros casos pela cidade, até porque não são novidades dessa política habitacional: 1- Os condomínios populares são a materialidade de um projeto governamental envolvendo gestão e controle das

populações pobres. 2 - Os pobres urbanos sempre encontrarão formas de reconstruir seus cotidianos nesses lugares por meio de pequenas ou grandes resistências.

Minha terceira observação reverbera uma espécie de angústia a qual certamente alcança todo pesquisador que transforma seu trabalho em texto: a difícil experiência de escolher o que vai ou não para o papel e as informações que serão guardadas para (possíveis) discussões futuras. Esses quase dois anos e meio de trabalho de campo me ofereceram tantos dados – informações e perspectivas –, permitindo construir mentalmente pelo menos uns cinco projetos de tese, cada qual com um fio condutor diferente. Incontáveis trechos de entrevistas e experiências presentes nos diários de campo, de tamanha riqueza sociológica, foram duramente dispensados em função dos limites da escrita de uma tese. Gostaria de voltar a trabalhar alguns desses pontos mais atentamente, em outras oportunidades.

Um deles é o valor de troca alcançados pelos apartamentos. Apesar da proibição do seu uso para venda e aluguel, isso nunca impediu que alguns moradores o fizessem. O próprio Antônio, o ex-síndico do Esperança, apareceu em um jornal televisivo local tentando negociar um apartamento, sem saber da câmara escondida registrando seu diálogo. Durante o campo descobri, por exemplo, a existência de agiotas emprestando dinheiro nesses condomínios populares e depois adquirindo os apartamentos como forma de pagamento de dívidas, oferecendo ao seu dono uma diferença em dinheiro. Segundo alguns moradores, uma mesma agiota tem cinco apartamentos dentro do Esperança e mais três no Felicidade, sem morar em nenhum deles, e parece que tal prática atinge outros condomínios populares pela cidade. Ao pensar o valor de troca dessas habitações, quantas questões podem ser desenvolvidas: qual o preço de um apartamento? Quais os elementos que interferem nessa valoração? Como lidar com essa irregularidade do novo imóvel diante de um contrato rigoroso prometendo punição tanto para quem vendeu/alugou, como para quem ocupou? Como as pequenas mudanças no imóvel (como o portão de Rosa) se inserem nessa negociação? Nesses detalhes, se revelam fios de uma trama sociológica permitindo, por exemplo, entender as representações criadas em torno dessas unidades habitacionais.

Outro ponto merecedor de uma melhor atenção seria a análise dos contratos e demais procedimentos formais e o quanto os mesmos também apontam para uma prática de moralização e disciplinarização da pobreza. Por exemplo, no caso das pessoas que recebem novas moradias pelo PAC, existe uma exigência de que os casais os quais não oficializaram a sua união, o façam por meio de um contrato de união estável anexado aos demais documentos. No Esperança, por exemplo, funcionários de um cartório fizeram um plantão por alguns dias para agilizar tal oficialização. Ainda que os executores do PAC apresentem um

caráter pragmático para tal ação, evitar que uma mesma família adquira dois apartamentos, há de se reconhecer que a estratégia adotada está inscrita em projeto de controle, pois outras alternativas (como um registro de cruzamento de dados, por exemplo) poderiam evitar essa “regularização da união” que se tornou constrangedora para alguns casais. Nesse caso, como não lembrar da Cruzada São Sebastião? Dom Hélder não deixava os “amancebados” residirem nos apartamentos da Cruzada e, em função disso, realizou uma série de casamentos coletivos na Igreja do Leblon. Tal episódio nos ajuda a desvendar como tais práticas e seus pragmatismos não existem à parte, mas estão profundamente relacionadas a um imaginário sobre os pobres urbanos que, apesar de ter sofrido mudanças, resiste por quase um século na cidade do Rio de Janeiro.

Na quarta e última observação, gostaria de dizer que acredito que os *projetos de limpeza moral* e as demais formas de resistência encontradas nos condomínios populares certamente mudarão muito com o tempo. O bombardeio dos meios midiáticos contra esses espaços de moradia, caracterizando-os somente como o espaço da violência, da informalidade e da contradição (“deveria ser condomínio, mas é favela”), e os preconceitos e despreparos dos poderes públicos para lidarem com os problemas surgidos podem contribuir para uma estigmatização sem volta nesses condomínios populares, assim como aconteceu nos conjuntos habitacionais da COHAB-GB/CHISAM (como Cidade Alta e Cidade de Deus). Diante do quadro presente e do que se anuncia, fica claro que, apesar das políticas habitacionais do PAC e o MCMV terem dado para muitas pessoas a oportunidade de acessar o direito à moradia, se o projeto não for repensado dentro de uma proposta de integração com a cidade e não valorizar o protagonismo dos seus moradores, corre o risco de tornar-se cada vez mais difícil o seu usufruto.

Por fim, acho que essa discussão não termina por aqui. Ela é muito ampla, pois diz respeito a uma cidade, seus habitantes e suas dinâmicas. Os projetos de habitação popular no Rio de Janeiro, em um contexto em que se discute cada vez mais a necessidade da sintonia entre as políticas públicas e os direitos sociais, precisam ser repensados dentro de uma perspectiva que transforme a cidade cada vez mais no lugar do encontro e cada vez menos no espaço da segregação, provocada tanto pelo distanciamento físico como pelo simbólico. Esse encontro pode diluir o imaginário tão perverso o qual, por meio do *estigma*, incide sobre as favelas e seus moradores. Na cidade do encontro, assim imaginada, *projetos de limpeza moral* talvez não sejam mais necessários, pois as pessoas poderiam perceber que não há no outro a impureza atribuída. Sem essa categorização perversa do *estigma* e com um Estado que escute aqueles para os quais as políticas públicas se dirigem, talvez as favelas possam ser locais onde

a vida seja tão fácil e tão difícil de viver como em qualquer outra parte da cidade, e permanecer ali não seja então um problema. Logo, se tal futuro parece utópico, o que temos é um presente marcado por limitações, e ao olhar para ele, lembro do desabafo de Jacobs (2013) feito sobre o que via na cidade de Chicago na década de 1960:

Mas veja só o que construímos com os primeiros vários bilhões: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las (JACOBS, 2013, p. 2)

Tais limitações precisam ser superadas em um novo projeto de cidade, e é olhando pra este quadro que encontramos materiais e ideias para pensar um futuro diferente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: Origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaços e debates*, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ALVES, José Cláudio Souza. “Milícias: Mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro”. In JUSTIÇA GLOBAL. *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008, p. 33-36.
- AMORE, C.S. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.
- AMOROSO, Mauro. *Nunca é Tarde Para Ser Feliz?: a imagem das favelas pelas lentes do Correios da Manhã*. Curitiba: ed. CRV, 2011.
- ALVITO, Marcos. Um bicho de sete cabeças. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 181-208.
- BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BARBOSA, J.L; SILVA, J.S. *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.
- BECKER, Howard S. *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Obras escolhidas: magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: SILVA, Luiz Antonio Machado da. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 99-114.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- _____; ROLINK, Raquel. Periferia da grande São Paulo. Reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa & Omega, 1982. p.177-154.
- BORJA, J., FORN, M. de. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. *Espaço & Debates*, ano XVI, n.39, p.32-47, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A demissão do Estado. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008a. p. 215-224.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008b. p. 159-166.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRUM, Mario. *Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*: Ponteio, 2012.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 25-60.

_____. Cidade, Territórios e Cidadania. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n. 1, p. 189 a 222, 2005.

_____. Escola e projetos sociais: uma análise do “efeito-favela”. In: BURGOS, Marcelo Baumann; PAIVA, A. R. (Orgs.). *A escola e a favela*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010. p. 59-132.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Caderno de Orientação Técnico Social*. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. In: _____ (org). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 7-16.

_____. (Coords.). *Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais. relatório final*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2015.

_____; ARAGÃO, T.A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: _____ (org). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-66.

CARDOSO, A.L.; MELLO, I.Q.; JAENISCH, S.T. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro: agentes processos e contradições . In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 73-102.

_____ et All. Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. In: _____ (org). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 143-160.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart. A invenção da Zona Sul: Origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. *GEOgraphia*, Niterói. vol. 11, n. 22, pp. 37-58, 2009.

CARVALHO, Monique Batista. *Questão habitacional e controle social: A experiência dos parques proletários e a ideologia “higienista-civilizatória do Estado Novo*. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro. 2003.

_____. A política de pacificação de favelas e as contradições para a produção de uma cidade segura. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 29, p. 285-308, 2013.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: Urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. *Dilemas*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 191-228, 2013.

COMPANS, Rose. A regularização fundiária de favelas no Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 41-53, 2003.

_____. O paradigma das Global cities nas estratégias de desenvolvimento local. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n. 1, p. 91-114, 1999.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. *Mobilidade e fixação: a trajetória social dos moradores do Conjunto Habitacional Cidade Alta – RJ*. 2008. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidade, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro. 2008.

_____. "Qual dos três é melhor de se morar?": uma análise de hierarquias habitacionais em um bairro popular carioca. In: LIMA, R. K.; MELLO, M. A. S.; FREIRE, L. L. (Orgs.). *Pensando o Rio: Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto, 2015, p. 75-96.

CUNHA, Neiva Vieira da. “Como se fabrica um policial: considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional”. *Comum*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 22, p. 198-207, 2004.

_____. *Viagem, experiência e Memória: narrativas de profissionais da Saúde Pública dos anos 30*. Bauru: Edusc, 2005.

_____; MELLO, Marco Antonio da Silva. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. *Dilemas*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 3, p. 371-401, 2011.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Antropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 23-35.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIES, F.A. Produzindo a “região olímpica de Deodoro”. In: Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Associação Brasileira de Antropologia: Natal, 2014.

DAS, V.; POOLE, D. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. In: *Cuadernos de Antropología Social*, Buenos Aires, Nº 27, pp. 19–52, 2008.

_____. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: SAR Press, 2004.

DELECAVE, Jonas; LEITÃO, Gerônimo. O programa Morar Carioca: novos rumos na urbanização das favelas cariocas? *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 29, p. 265-284, 2013.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Volume 1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. *O processo civilizador: Volume 2 – Formação do Estado e da civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *Mozart: sociologia de um gênio*. São Paulo: Jorge Zahar, 1995.

_____. *Sociología fundamental*. Barcelona: Gedisa, 1999.

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Condomínios exclusivos: o que diria a respeito um arqueólogo? *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, n. 160, p. 6-28, 1981a.

_____. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981b.

_____. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. In: *Revista de Administração Municipal*, n. 196, 1982, pp. 8-47.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios de justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 23, n. 58, p. 59-73, 2010.

_____. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH*, Salvador, vol. 27, n. 72, p. 495-512, 2014.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 194-222, 2012.

_____.; OST, Sabrina. O Mercado Sobe o Morro. A Cidadania Desce? Efeitos Socioeconômicos da Pacificação no Santa Marta. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n. 3, p. 635 a 671, 2013.

- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins fontes, 2005a.
- _____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2008c.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1998.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.
- _____. *Os anormais*. São Paulo: WmfMartins fontes, 2010.
- _____. Sujeito e poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, p. 231-239.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005b.
- FREIRE, Américo; OLIVEIRA, L.L (orgs.). *Capítulos da memória do urbanismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Folha seca, 2002.
- FREIRE, Jussara. Sociabilidade de grades e cadeados e ordem de tranquilidade: da cidadania dos adimplentes à “violência urbana” em condomínios fechados da Zona Oeste do Rio de Janeiro. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. S. (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015. Pp. 343-376.
- FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de. *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos (Relatório final da pesquisa de campo do projeto “Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbano sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde”)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 3-24.
- _____. *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOMES, L. C. M. *Parques proletários: Uma questão para além da política habitacional*. Paper apresentado no XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Florianópolis, 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e direito*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. *Rio operação favela*. Rio de Janeiro, 1969.

GOUIRIR, Malika. “L’observatrice indigène ou invitée? Enquêter dans un univers familial”. In: *Genèses*, Paris, n. 32, pp. 110-126, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEIDEGGER, Martin. *Que é isto – A Filosofia?* Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone e NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KALIL, Gloria. *Alô, chics: etiqueta contemporânea*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

KELLING, George L.; WILSON, James Q. Broken windows: the police and neighborhood safety. In: *Atlantic Monthly*, Boston 249(3), p. 29–38, 1982.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LEEDS, Antony; LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LEITE, Márcia Pereira. Entre o individualismo e a solidariedade: Dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 15, n. 44, p. 73-90, 2000.

_____. “Violência, risco e sociabilidade nas margens da cidade: Percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas”. In MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 115-142.

_____. Las “ciudades” de la ciudad de Rio de Janeiro: reestructuración urbana en el contexto de los “grandes eventos”. *Proposta*, Rio de Janeiro, ano 36, n, 125, p. 20-23, 2012.

_____. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015. Pp. 377-401.

_____; MACHADO DA SILVA, L. A. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: MACHADO DA SILVA, L.A (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 47-76.

_____; MACHADO DA SILVA, L. Violência, Crime e Polícia: O que os favelados dizem quando falam desses temas? In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n.3, P. 545-591, 2007.

LOBO, Heloísa R. *Processos de remoção e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa*. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LOPES, Adriana C.; OLIVEIRA, Bruno C.S.; NASCIMENTO E SILVA, Daniel. *Populism and the people in Lula’s political discourse*. Texto mimeo, 2015.

LORETTI, P. Pau no Gato: da regularização da energia elétrica aos mecanismos de controle e repressão no contexto da pacificação da Favela Santa Marta. In: *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Sociologia*. SBS: Salvador, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: Por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In _____ (org.). *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. p. 35-46

_____. Quarenta anos de sociologia das classes populares urbanas. In: CARNEIRO, S.S. & SANT’ANNA, M.J (Orgs.). *Cidade, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 21-42.

_____. A partir do relatório SAGMACS: As favelas ontem e hoje. In: MELLO, M.A.S.; MACHADO DA SILVA; L.A., FREIRE, L.L.; SIMÕES, S.S. *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 51-64.

_____. A política na favela. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v.4, n.4, p. 669-716, 2011.

_____. “*Afinal, qual é a das UPPs?*”. Disponível (on-line) em: www.observatordasmetrololes.ufri.br, 2010.

MACHADO-MARTINS, Maira. Alternativas para moradia popular no Rio de Janeiro: Ocupação e reconversão de usinas na Avenida Brasil. In: *Anais do III Encontro da Associação*

Nacional De Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. ANPPGAU: São Paulo, 2014.

_____. Les copropriétés populaires de l’Avenida Brasil : étude d’une nouvelle forme d’habitat informel dans les années 2000. Tese de Doutorado, Institut Français d’Urbanisme, Université Paris-Est, 2011.

_____. Pensando alternativas para a habitação popular: A reconversão de usinas em condomínios na Avenida Brasil. In: LIMA, R. K.; MELLO, M. A. S.; FREIRE, L. L. (Orgs.). *Pensando o Rio*: Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar. Niterói: Intertexto, 2015, p. 57-76.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. A configuração da propriedade imobiliária em favelas e seus processos de formalização: Análise a partir de um estudo de caso. In: MELLO, M.A.S.; MACHADO DA SILVA; L.A., FREIRE, L.L.; SIMÕES, S.S. *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 279-312.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida. *Transformações no “problema favela” e reatualização das “remoções” no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

MATTOS, Beatriz Arosa. Escola e ‘explicadoras’ na Nova Holanda: considerações etnográficas sobre uma curiosa e instigante relação de complementaridade. In: *Anais da VII Reunião de Antropologia do Mercosul*. UFRGS: Porto Alegre, 2007.

MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira. “Onde você mora?”: Propósitos e implicações do endereço. In: DUARTE, C.R.; VILLANOVA, Roseline. *Novos olhares sobre o lugar*: Ferramentas e metodologias, da arquitetura à antropologia. Rio de Janeiro: Contracapa, 2013, p. 65-80.

_____; KANT DE LIMA, R.; VALLADARES, L.P.; VEIGA, F.B. Pós-fácio – Isaac Joseph: diário de bordo, percursos, experiências urbanas e impressões de pesquisa. In: CEFAÏ, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fábio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (Orgs). *Arenas Públicas*: por uma etnografia da vida associativa. Rio de Janeiro: EDUFF, 2011, pp. 479-515.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: *Arquitetura revista*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 67-79, 1983.

_____, _____. *Quando a rua vira casa*: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio de Janeiro: IBAM/NUFEP, 1981.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIOGUSKO, Edson. Movimentos de moradia e Sem-Teto em São Paulo: Experiências no contexto do desmanche. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MISSE, Michel. Crime, sujeito, sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

_____. Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

_____. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. *Civitas*, Porto Alegre, v.8, n.3, p. 371-385, 2008.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 21 (61), p. 139-157, 2007.

MOHAMMED, Marwan. Annexe méthodologique. In: _____. *La formation des bandes: Entre la famille, l'école et la rue*. Paris : Presses universitaires de France, 2011, P. 423-438.

MOTTA, Eugênia. “Houses and economy in the favela”. in: *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 118-158, 2014.

MOURA, Victor Tavares de. *Aspectos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, 1943.

MOURA, C. P. *Condomínios no Brasil Central: Expansão urbana e antropologia*. Brasília: Editora UNB, 2012.

NASCIMENTO, Denise Nonato do. *Favela de cimento armado: um estudo de caso sobre a organização comunitária de um conjunto habitacional*. 2003. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

O'DONNELL, J. G. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Cruzada São Sebastião e a política de favelas no Rio de Janeiro. In: *Anais do XVIII Encontro Regional de História*. Mariana, MG, 2012.

RIBEIRO, L.C.Q.; SANTOS JUNIOR, O.L. Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 29, p. 23-42, 2013.

PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. In: *Antropolítica*, Niterói. n. 25, p. 99-111, 2008.

PROCACCI, Giovanna. *Gouverner la misère: La question sociale en France (1789-1848)*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

RODRIGUES, Rute I. *Os ‘Parques Proletários’ e os subúrbios do Rio de Janeiro: Aspectos da política governamental para as favelas entre 1930-1960 (versão preliminar)*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

RUFINO, M. B. C.. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C.. *Minha casa... e a cidade?* Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 51-72.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o Setor Transpacífico do “Sistema Mundial”. *Religião e sociedade*, Rio de Janeiro, n.16, v. 1-2, p. 8-25, 1992.

SANTOS, Roni Eleandro. *Genealogia da governamentalidade em Michel Foucault*. 2003. 242 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SECRETARIA DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de entrega de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida para famílias atingidas pelas chuvas de abril no Complexo do Alemão Rio de Janeiro-RJ. 25 de outubro de 2010*. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/2o-semester/25-10-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-entrega-de-unidades-do-programa-minha-casa-minha-vida-para-familias-atingidas-pelas> . Acesso em 23/09/2015.

SENNETT, Richard. *Juntos: Os rituais, os prazeres e a política da cooperação*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas Cariocas: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SIMMEL, George. O estrangeiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, João Pessoa, Vol. 4, nº 12, p. 265-271, 2005.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Histoire et ethnographie d'une cité à Rio: la Cruzada São Sebastião do Leblon*. Paris: Karthala, 2010.

_____. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2008.

SIQUEIRA, R.; GOMES, B.; CARVALHO, M.; MENDONÇA, T.; RODRIGUES, A.; LAJTMAN, T. O funk está “pacificado”? *Comunicações do ISEER*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 81-88, 2012.

SIQUEIRA, R.; SILVA, H.R.S.; MENDONÇA, T.; STROZENBERG, P.; SENTO-SÉ, J. T.; LANDIM, L.; GUARENTO, S. Entrevista com Coronel Rogério Seabra: coordenador-geral de polícia pacificadora. In: *Comunicações do ISEER*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 134-146, 2012.

SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento* – a “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: trabalho de conclusão de curso do Museu Nacional, 2002.

SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PEREIRA, Cristiane de Barros. *Assistência Social em Territórios Estigmatizados: Um estudo da atuação da Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói*. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. *Dom Hélder Câmara: entre o poder e a profecia*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

QUEIROZ, R. Entre mascotas y perros callejeros: Pertenencias barriales y fronteras socioespaciales em el barrio privado El Paraíso (Córdoba, Argentina). In: BERMÚDEZ, N.; PREVITALI, M. E. (orgs.). *Merodear la ciudad: miradas antropológicas sobre espacio urbano e “inseguridad” em Córdoba*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014, p. 121-153.

REDE CIDADE E MORADIA. À guisa de conclusão: nota pública da Rede Cidade e Moradia. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 417-420.

RIBEIRO, Luci Silva. *Processo e figuração: Um estudo sobre a sociologia de Nobeert Elias*. 281 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, 2010.

RIOS, José Arthur. Aspectos Humanos das Favelas Cariocas – 50 anos depois: Uma avaliação. In: MELLO, M.A.S.; MACHADO DA SILVA; L.A., FREIRE, L.L.; SIMÕES, S.S. *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 35-50.

RIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre trabalhos de pesquisa. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.11, n. 21, p. 49-58, 2006.

ROCHA, Lia de Mattos. O “repertório dos projetos sociais”: Política, mercado e controle social nas favelas. In: BIRMAN, P.; LEITE, M.; MACHADO, C (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015, p. 319-342.

_____. *Uma favela “diferente das outras”?* Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. In: *Dilemas*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2010.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. *A construção social do ex-bandido: Um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

TEMPLE, Giovana Carmo. Poder e resistência em Michel Foucault: uma genealogia do acontecimento. 166 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de São Carlos, 2011.

TORQUATO, Shirley Alves. *Casa nova, vida nova: Mudança de endereço e reestruturação do consumo doméstico entre moradores do PAC-Morro do Preventório*. 2013. 303 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

TRINDADE, C. P. “Não se faz omelete sem quebrar os ovos”: política pública e participação social no PAC Manguinhos – Rio de Janeiro. 2012. 244f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

TURNER, Victor W. Liminariedade e “communitas”. In: *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. p. 116-159.

VAINER, Carlos. Cidade de exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Anais do XIV Encontro nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. In: Seminário Habitação Popular no Rio de Janeiro: Primeira República. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela*. com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

_____. A descoberta do trabalho de campo em “Aspectos Humanos das Favelas Cariocas”. In: MELLO, M.A.S.; MACHADO DA SILVA; L.A., FREIRE, L.L.; SIMÕES, S.S. *Favelas cariocas: Ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 65-100.

_____. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. BOSCHI, Renato R. (Org). *Corporativismo e desigualdade: A construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.

_____. Os dez mandamentos da observação participante. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, N. 63, vol. 22, 2007. pp. 153-155.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VEGA, Candela de La. Política habitacional y ciudadanía: el Programa “Mi casa, mi vida” en la ciudad de Córdoba, Argentina. In: *Revista Encrucijada Americana*, Santiago, Año 4, Nº 1, p. 70-97, 2010.

VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, G; ALVITO, M. (Orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36-46.

_____. *Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

_____. Memória, identidade e projeto. In: _____. *Um antropólogo na cidade: Ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 62-68.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WEBER, Florence. *Trabalho fora do trabalho: Uma etnografia das percepções*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.